

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O TRABALHO EMPREENDEDOR – APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO NO
APL DE CONFECÇÕES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: ENTRE A
SOCIABILIDADE E O CAPITAL SOCIAL**

Jorge Luiz Barreto Ribeiro

RECIFE, FEVEREIRO DE 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O TRABALHO EMPREENDEDOR: APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO NO APL
DE CONFECÇÕES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: ENTRE A
SOCIABILIDADE E O CAPITAL SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, com requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Aécio Gomes de Matos.

Jorge Luiz Barreto Ribeiro

RECIFE, FEVEREIRO DE 2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

R484t Ribeiro, Jorge Luiz Barreto
O trabalho empreendedor - aprendizagem e inovação no APL de confecções de Santa Cruz do Capibaribe : entre a sociabilidade e o capital social / Jorge Luiz Barreto Ribeiro. – Recife: O autor, 2011.
290 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.
Inclui bibliografia e anexos

1. Sociologia. 2. Trabalho. 3. Produção. 4. Inovações tecnológicas. 5. Aprendizagem. 6. Sociabilidade. I. Matos, Aécio Marcos de Medeiros Gomes (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2011-42)

Ata da Sessão de Defesa de Tese de JORGE LUIZ BARRETO RIBEIRO, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2011, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de JORGE LUIZ BARRETO RIBEIRO sob o título O TRABALHO EMPREENDEDOR: APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO NO APL DE CONFECCÕES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: ENTRE A SOCIABILIDADE E O CAPITAL SOCIAL. A comissão foi composta pelos professores: Prof. Dr. Adécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos - Presidente/Orientador; Prof. Dr. Paulo Henrique Neves Martins de Albuquerque – Titular Interno (PPGS/UFPE); Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interna (PPGS/UFPE); Profa. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro – Titular Externa (Serviço Social/UFPE); Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima – Titular Externo (PPG Ciência Política/UFPE). Dando início aos trabalhos, o Prof. Dr. Adécio Gomes de Matos explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua avaliação, separando-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora reuniu-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retomarem o Prof. Dr. Adécio Gomes de Matos, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora aprovando a Tese por unanimidade. E nada mais havendo a tratar, foi lavada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 22 de fevereiro de 2011.

Vinicius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

Prof. Dr. Adécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos

Profa. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

Prof. Dr. Paulo Henrique Neves Martins de Albuquerque

Jorge Luiz Barreto Ribeiro

AGRADECIMENTOS

- Este texto é resultado de algumas inquietações em relação à questão da sobrevivência do homem. Penso que tentar apreender sob a perspectiva do trabalho, é compreender em seus múltiplos aspectos. Ou seja, no atendimento de suas necessidades de ordem material, mas igualmente, em sua dimensão social. Nesse sentido, queria agradecer a atenção do meu orientador, pela sua paciência e estímulos a alguns questionamentos.

- Sou grato também aos meus amigos que direta ou indiretamente influenciaram na construção da temática deste texto.

- Agradeço aos meus familiares pelo apoio afetivo, que tenho recebido ao longo da minha existência.

- É necessário, ainda, agradecer aos empreendedores que disponibilizaram tempo e boa vontade para discussões a respeito de seus dilemas; mesmo sabendo que não lhes trariam resultados a curto ou médio prazo. É necessário considerar que esta tese não tem poder de intervir diretamente sobre a vida social. A não ser a partir do seu propósito maior: provocar reflexões a respeito da condição humana relacionado ao trabalho.

RESUMO

Esta Tese propôs abordar as transformações da sociedade industrial, a partir das flexibilizações do trabalho e da produção. Trata-se de um estudo teórico-empírico, predominantemente qualitativo. O delineamento da pesquisa parte de um estudo de caso no APL de Santa Cruz do Capibaribe- Pernambuco; privilegiando as empresas de micro e pequeno porte. Na pesquisa utilizamos dados de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias foram obtidas por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação não participante. Entrevistamos as organizações – empregadores e empregados – e as lideranças das instituições. Como fontes secundárias, usamos textos bibliográficos tais como livros, periódicos, revista, jornais, documentos e internet. No quesito referencial teórico, privilegiamos algumas categorias analíticas: Trabalho, APL, Aprendizagem e Inovação Tecnológica, Sociabilidade, Capital Social, Gênero e Ação Comunicativa. A discussão desta Tese parte do suposto que a reestruturação da sociedade fordtylorista tem na aprendizagem de novas tecnologias, uma das principais estratégias para o sustento da empresa. Todavia, entendemos também que tal intento não pode ficar restrito à questão tecnológica, mas igualmente, ao aprendizado de novas sociabilidades. Tendo em vista que em regiões periféricas, a exemplo do APL de Santa Cruz do Capibaribe, cuja especificidade consiste nos baixos níveis socioeconômico e de instrução profissional, a racionalidade produtiva – em termos weberianos – não seja suficiente para dar sustento e competitividade às organizações. Portanto, acreditamos que o elemento não-racional – simbologias derivadas da afetividade – é determinante por facilitar a comunicação dentro dos empreendimentos e, por conseguinte, o acesso e difusão do conhecimento para a gestão da inovação tecnológica. Como resultado da pesquisa, foi possível afirmar que a sociabilidade, o capital social e a ação comunicativa são mediações que fomentam aprender a inovar, mas, dentro de interfaces que contemplem a construção de novos saberes a partir das vivências consolidadas localmente. No caso deste Pólo, as flexibilizações da produção e trabalho tem nas esferas privadas e públicas não estatais, espaços comunicativos para o acesso e difusão do aprendizado, derivado do conhecimento tácito.

ABSTRACT

This theory intended to approach the transformations of the industrial society, starting from the flexibilities of the work and of the production. It is a theoretical-empiric study, predominantly qualitative. The delineation of the research is based on a case study in APL of Santa Cruz of Capibaribe - Pernambuco; privileging the micro and small load companies. In the research we used primary and secondary data of sources. The primary sources were obtained through semi-structured interviews and no participant observation. We interviewed the organizations - employers and employees - and the leaderships of the institutions. As secondary sources we used such bibliographical texts as books, journals, magazines, newspapers, documents and internet. In the requirement theoretical referential, we privileged some analytical categories: work, APL, Learning and Technological Innovation, Sociability, Social Capital, Gender and Communicative Action. The discussion of this thesis comes from the assumption that the restructuring of the ford-taylorista society has in the learning of new technologies, one of the main strategies for the sustenance of the company. However, we also understand that such a project cannot be restricted to the technological subject, but equally, the learning of new sociabilities. Tends in view that in outlying areas, for example, the APL of Santa Cruz of Capibaribe, in which the specificity consists of the low socioeconomic levels and of professional instruction, the productive rationality - in weberian terms - it is not enough to give sustenance and competitiveness to the organizations. Therefore, we believe that the no-rational element - symbologies derived from the affectivity - are decisive to facilitate the communication inside of the enterprises and, consequently, the access and diffusion of the knowledge for the administration of the technological innovation. As a result of the research, it was possible to affirm that the sociability, the social capital and the communicative action are mediations that foment learning to innovate, but, inside of interfaces that contemplate the construction of new knowledge from the existences consolidated locally. In the case of this Pole, the flexibilities of the production and work has in the private and public non- state spheres, communicative spaces for the access and diffusion of the learning, derived from the tacit knowledge.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIASUR – Associação Comercial e Empresarial de Surubim
ACIT – Associação Comercial e Industrial de Toritama
ABTI – Associação Brasileira DA Indústria Têxtil e de Confecções
ASCAP- Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe
ASCONT – Associação Santa-cruzeira de Contabilistas
ACIPA – Associação Comercial e Industrial de Pão de Açúcar
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento e Social
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe
CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
C&T – Ciência e Tecnologia
FACRUZ – Faculdade de Santa Cruz
FADIRE – Faculdade de Desenvolvimento Regional
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalho
FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FINAME - Financiadora Nacional de Máquinas e Equipamentos
FINEP – Financiadora de Estudo e Projetos
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada.
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
SEBRAE-PE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco.
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI-PE – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Pernambuco.
SESI – Serviço Social da Indústria.
SINDVEST-PE – Sindicato da Indústria do Vestuário do Estado de Pernambuco.
ITEP – Instituto Tecnológico de Pernambuco
OIT – Organização Internacional do Trabalho
P&D- Pesquisa e Desenvolvimento
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação.

SPILs – Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: PROBLEMAIZANDO A QUESTÃO	22
A problemática da pesquisa	22
1.1.1 Justificativa	23
1.1.2 Hipótese	27
1.4 Metodologia	28
1.5 categorias Analíticas	39
CAPÍTULO 2: AS ANTINOMIAS DO TRABALHO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL: (RE) CONSTRUINDO O IMAGINÁRIO TRABALHISTA	46
2.1 O trabalho como construção do Ser social	46
2.2 O trabalho e o Imaginário	49
2.3 Flexibilização do trabalho: aprender para inovar	60
2.4 Aprendizagem como estratégia para a inovação	66
2.5 Trabalho e Inovação tecnológica	70
2.6 A comunicação Dialógica na Organização do Trabalho	73
2.7 Trabalho Empreendedor	85
2.8 A Divisão Social do Trabalho Sob a Ordem Patriarcal	87
CAPÍTULO 3: APLS – ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM MODO-DE-PRODUÇÃO RELACIONAL	91
3.1 A crise econômica e a busca de um novo método produtivo	91
3.2 ASPILS: Sistemas Produtivos e Inovativos	93
3.3 As solidariedades orgânica e mecânica: as medições da sociabilidade nas esferas domésticas e na comunidade local	95
3.4 O capital social como mediação: entre as esferas privadas e públicas	96
3.5 A Organização Familiar: o empreendedorismo num Mundo em Transformação ...	100

CAPÍTULO 4: AS ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO NO BRASIL	105
4.1 A organização do Trabalho: uma modernização conservadora.....	105
4.2 A Organização do Trabalho nos Anos 90: o contexto da reestruturação produtiva e do trabalho	108
4.3 A aprendizagem Inovativa Local num Mundo Globalizado	110
CAPÍTULO 5: O TRABALHO EMPREENDEDOR NO PÓLO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: INOVAR NUMA SOCIEDADE DESIGUAL SOB O USO DA SOCIABILIDADE.....	114
5.1 A Origem e Formação do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe	114
5.2 Organização familiar: uma sociabilidade comunicativa.....	127
5.3 A continuidade da técnica produtiva, mas, medidas pela técnica comunicativa: a arte de saber conversar	130
5.4 A permanência da tradição dentro da modernidade: solidariedade mecânica e a divisão social do trabalho	132
5.5 A economia moral inflacionada nos ciclos de produção: a solidariedade comunicativa como insumo básico de bens produtivos	138
5.6 A organização produtiva familiar fomentadora do trabalho como inclusão social mediante a ausência de políticas governamentais	140
5.7 A divisão social do trabalho: uma nova aprendizagem relacionada e a inadequação da ordem patriarcal	142
5.8 O desencaixe e o reencaixe do patriarcalismo mediado pela ação comunicativa ...	144
5.9 A flexibilização do trabalho pela técnica do corte e costura: a não deteriorização da ordem patriarcal.....	148
5.10 Entre a divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho	152
5.11 A flexibilidade trabalhista: proteção social nas novas subjetividades do trabalho.....	154

5.12 Quando trabalho e moradia coincidem na mesma espacialidade: a arte da boa convivência.....	158
5.13 A arquitetura física da moradia: uma possível explicação para a arquitetura antropológica da arte de conviver entre o público e o privado numa mesma especialidade.....	161
5.14 Organização Produtiva Familiar como Sociabilidade Ampliada: da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica	161
5.15 A solidariedade orgânica: o voto de confiança num contato de trabalho informal	162
5.16 A cultura como mediadora da diversidade dos bens trocados.....	169
5.17 Bens materiais e imateriais trocados como fato social total.....	173
5.18 A flexibilidade profissional de empregado a empreendedor: a elasticidade do tempo de espera medida pelo dom da ação comunicativa.....	174
5.19 A escolha racional doméstica pela ação comunicativa.....	176
5.20 A troca tripartite no contexto das três racionalidades modernas	183
5.21 Considerações finais do capítulo	190
CAPÍTULO 6: O TRABALHO EMPREENDEDOR NO PÓLO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: INOVAR NUMA SOCIEDADE SOB USO DESIGUAL DO CAPITAL SOCIAL.....	193
6.1 Considerações finais do capítulo	193
6.2 A difícil articulação	195
6.3 A aprendizagem inovativa deriva do conhecimento codificado na esfera pública não estatal.....	201
6.4 A aprendizagem inovativa nas esferas públicas estatais: o capital social restrito...210	
6.5 O capital social restrito: um possível entendimento para as discontinuidades comunicativas com a esfera pública estatal – a cooperação sem confiança.....	217
6.6 A aprendizagem inovativa na esfera pública não estatais	221
6.7 Os desafios de ASCAP em praticar a comunicação tripartite diante um empreendedor cético com a esfera pública e suas instituições formais.....	223

6.8 ASCAP: uma instituição.....	228
6.9 A aprendizagem inovativa na esfera pública não estatal: capital social irrestrito absoluto	232
6.10 O capital social irrestrito absolutamente explica sob a sociedade de massa: um imersão na sabedoria da multidão	235
6.11 Uso do capital social irrestrito absoluto na esfera pública não estatal: uma imersão na sociedade de massa	236
6.12 Aprendizagem pelo capital social irrestrito absolutamente mediado pela ação comunicativa entre as redes de amigos e fornecedores	237
6.13 Os ciclos de aprendizagens: as mediações comunicativas derivadas do conhecimento tático para a inovação no processo	238
6.14 A aprendizagem pelo capital social irrestrita absolutamente mediado pela ação comunicativa: entre as redes de fabricantes	242
6.15 A aprendizagem inovativa a partir do uso do capital social irrestrito absoluto na esfera pública não estatal: a rede formada por usuários	243
6.16 Aprendizagem inovativa no produto: o Modo Center de Santa Cruz do Capibaribe e a rede formada pelas TICs	245
6.17 A aprendizagem pelo capital social irrestrito absoluto mediado pela ação comunicativa: a rede formada pela televisão.....	249
6.18 Capital social irrestrito absoluto: entre a moda e o modo	250
6.19 Considerações Finais do Capítulo	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Abordar a questão do trabalho empreendedor é abordar uma tarefa complexa, porque esta atividade atende às diversas necessidades do homem. Não somente a sobrevivência de ordem econômica, mas também, sua inserção social. Recentemente, a reestruturação do modo-de-produção fordista-taylorista reacendeu o debate em torno desta temática. Com a valorização do trabalho imaterial, ou seja, do conhecimento pertencente ao trabalhador, a discussão é centralizada nas novas subjetividades do trabalho. Esta linha teórica procura focar as experiências inovadoras que demonstram a potencialidade do trabalho (LEITE, 2005). É sob esta perspectiva que trataremos o assunto aqui proposto: as transformações no mundo do trabalho tendo como eixo central a problemática da aprendizagem inovativa. Isso significa que buscamos apreender como as novas aprendizagens de interação social têm permitido flexibilizar tanto a organização produtiva, quanto a organização do trabalho. E, por conseguinte, o desenvolvimento sustentado do Arranjo Produtivo de Santa Cruz do Capibaribe. De acordo com os neoschumpeterianos, a vocação econômica local e a cultura dos atores sociais são condições necessárias para políticas desenvolvimentistas bem sucedidas (TIGRE, 2006). Nesta perspectiva, são valorizadas as dinâmicas dos territórios em que as empresas estão inseridas no contexto da cooperação e confiança entre todos os envolvidos na produção de bens e serviços. Procura-se, com isso, assegurar que trabalhadores, empresas, e as instituições valorizem de maneira compartilhada e sistêmica os insumos produtivos materiais e imateriais disponíveis localmente.

Dito dessa maneira, esta Tese nasce da preocupação em apreender como é o empreendedorismo praticado em sociedades cujos trabalhadores não têm tradição de atuar em rede sob a forma de cooperação e confiança. Assim, como descrevem nas instituições governamentais ou não-governamentais, portanto, na governança (LASTRES, CASSIOLATO E MACIEL, 2003) que estruturam o crescimento econômico articulado com a questão social, isto é, a inclusão na sociedade por meio do trabalho (FIORI, 2001). Mais que focar a análise econômica em termos de trabalho e geração de renda, procuramos averiguar os fatores que fomentam o crescimento da economia privilegiando a problemática da sociabilidade a partir das experiências cotidianas, localmente situadas. Acreditamos que, se o trabalho é um dos mecanismos

para integrar o empreendedor na sociedade, é preciso investigar quais são as estratégias utilizadas para que não se veja excluído do meio em que vive. É preciso destacar que o desemprego estrutural pode acarretar anomias de forma a desintegrar o tecido social, resultando no aumento da violência, da criminalidade, na dependência do alcoolismo e drogas, enfim, que deixem os desempregados numa condição marginal (POCHMANN, 2002). Ou seja, à margem da sociedade, no sentido de não pertencimento ou reconhecimento da sua condição humana (HONNETH, 2003). Sem trabalho, em sociedades destituídas de tradição do Estado do bem-estar social ou do Estado keynesiano – países que fomentam o desenvolvimento, entendido com o crescimento econômico de forma harmoniosa com a valorização do trabalhador (CASTEL, 1998) – há sempre o risco de que a pobreza possa ser transformada em miséria (SACHS, 2002) e, por conseguinte, torne os indivíduos de baixa capacidade de organização e cooperação em trabalhadores escravos; caracterizável quando são submetidos a determinadas funções em que seus direitos básicos são cerceados, a exemplo da liberdade de ir e vir (VASOPOLO, 2005).

Exposto dessa maneira, a inquietação dessa tese é reforçada, sobretudo, pelo recente processo de globalização que ao aproximar iguais e diferentes (TOURAINÉ, 1998) nos faz lembrar Rousseau (apud BERMAN, 1986, p.18) quando, no século XVIII, durante a emergência da sociedade moderna, considerava aquele momento como turbulento, *le tourbillion social*, devido às constantes mudanças. Retirando-lhe as referências de valores que, até então, orientaram suas escolhas. Hoje, com a retomada do discurso neoliberal no âmbito global e suas consequências para a exclusão social em decorrência do desemprego (DUPAS, 1998), nos parece que vivenciamos novos tempos de “turbulência”. Desde então, surgem autores anunciando que nunca fomos modernos, por não termos conseguido eliminar as desigualdades sociais. Daí ser a era moderna, uma sociedade híbrida, dada a permanência das assimetrias de poder (LATOUR, 2008). Implementamos, na realidade, uma integração desumana (BAUMAN, 1999), uma vez que a globalização, se considerarmos a dualização social, resultou-se num apartheid: de um lado, os integrados ao mercado de trabalho que tem liberdade de circular pelo mundo; de outro, os desempregados que vagueiam pelos espaços limitadamente, em busca de meios que lhes permitam sobreviver. Estes últimos são tidos, em grande parte, como ameaça, porque sua condição de andarilho em busca de uma ocupação profissional torna seu estilo de vida semelhante aos dos vagabundos.

Mediante as antinomias do atual cenário do mundo trabalho, no contexto da reestruturação da sociedade ford-taylorista, espero contribuir, por meio deste texto acadêmico, para a compreensão acerca das novas experiências do trabalho empreendedor como aprendizagem para as inovações da interação social e bens e serviços. Feito isso, apontamos que a questão central desta tese, consiste em interpretar as diversas faces do empreendedorismo experienciado na sociedade contemporânea, especialmente em regiões periféricas, a exemplo do Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe. Não como um remédio para todos os males que acometem as vivências cotidianas, pois não entendemos o empreendedor como um novo avatar ou demiurgo esclarecido, mas, destacando sua capacidade de aprender a inovar, ou melhor, sua habilidade de interagir comunicativamente, na busca de transformações dos valores e não da adequação aos mesmos. Aceitar isso, seria naturalizar as crenças e costumes. Entender que a sociedade não pode ser concebida de acordo com novas visões de mundo, especialmente as passíveis de serem compartilhadas.

Esta tese procura, então, interpretar as práticas locais vivenciadas pelo trabalho empreendedor na busca de aprender a inovar. Inovar, aqui, não significa apenas na produção de bens econômicos, mas também, na produção de bens simbólicos. E, dessa maneira, evidenciar que é capaz de deter e usar a racionalidade produtiva, sem descartar elementos da racionalidade efetiva. Melhor dizendo, que a partir dos sentimentos morais que forjem um ethos cultural resultante na compreensão do outro como um Ser idêntico ao Eu, sejam criadas estratégias aplicadas à racionalização voltada para a produção fabril. Portanto, não entendemos o trabalho sob a ótica de vivências consolidadas como universais, mas observando sua dinâmica, os conflitos e conciliações. Especialmente, sua potencialidade de aprendizagens, contextualizadas nas trocas produtivas e comunicativas, tanto na esfera privada – espaços domésticos –, quanto na esfera pública estatal e não estatal – espaços pertinentes às instituições formais e informais. De modo a aproveitar a moral-prática dos saberes acumulados, isto é, o estoque de informação e conhecimento adquiridos na singularidade das vivências locais. Tal ethos caracteriza-se, então, como constituinte. Isso porque as (re)aprendizagens são construídas sob tensão e coesão social, reificando as contradições da existência humana. A permanência da dialética parece assinalar que não devemos buscar uma fórmula mágica ou metafísica para apreender os conceitos analíticos, como se fossem produtos acabados ou o fim da história, e sim, registrar o processo da construção dos acordos nos momentos tensionados, isto é, na dinâmica das turbulências sociais e incertezas científicas

(SANTOS, 2002a). É, pois, sob este espírito científico que abordamos a temática desta tese.

Para melhor compreensão da leitura, dividimos a exposição deste texto em sete capítulos, descritos a seguir:

1) No capítulo primeiro, apresentamos de forma sintética a nossa problemática e o objeto da pesquisa. Contendo as justificativas, as hipóteses, objetivos, metodologia e o método. O problema da pesquisa consiste em contextualizar as flexibilizações da produção e do trabalho num mundo globalizado e em regiões periféricas; que, desde então, são consideradas estratégicas para o desenvolvimento a partir de suas singularidades econômicas, sociais, políticas e culturais. Dessa forma, nosso objeto de pesquisa é averiguar o potencial cognitivo do trabalho empreendedor, como fomentador da inovação tecnológica. Enfatizamos que tal postulado não significa o fim das contradições, pois, fazendo alusão a Heráclito, pensador grego, como tudo está em constante movimento, acreditamos que os conflitos possam ser provisoriamente resolvidos, até que surjam novas demandas sociais. Nessa perspectiva, lembramos aqui o pensamento de Pagès (1987), para quem a dialética surge na própria dinâmica da intersubjetividade. Em nossa discussão contextualizada, entendemos que o empreendedorismo se dá num contexto sociológico da modernização conservadora brasileira. É, pois, neste sentido, que as antinomias se apresentam: de um lado, o mundo sistêmico, de cunho instrumental – os poderes do mercado e do Estado – e de outro, os empreendedores santa-cruzenses tentando encontrar caminhos para assegurar o desenvolvimento dos seus empreendimentos. As divergências desses dois mundos, neste Pólo de Confecção, evidenciaram-se na dificuldade do diálogo entre a esfera privada – representada pela organização produtiva familiar – e a esfera pública estatal – representada pelo governo municipal. É nesse confronto de interesses que apontamos como hipótese a ideia de que a competitividade e sustento deste APL se devem à inovação na sociabilidade que, por sua vez, permitiu inovar na produção de bens e serviços. Em outras palavras, por meio de estratégias da razão comunicativa, o empreendedor santacruzense encontrou a racionalidade fabril adequada às suas condições socioeconômicas e instruções profissionais. Portanto, a inovação deriva dos conhecimentos tácitos, adquiridos a partir do saber local;

2) No capítulo segundo, destacamos a representação do trabalho como uma estratégia para a produção econômica a partir da produção social. Ou seja, a racionalidade derivada dos sentimentos morais como ideologia, imaginário e simbologia e o fator racional da gestão organizacional dos insumos produtivos, a exemplo do maquinário, matéria-prima, instalação física. Para tanto, foi necessário (re)construir o imaginário trabalhista (FERREIRA, 2005), descrita brevemente por meio da evolução da história cultural pertinente ao mundo do trabalho, na sociedade ocidental. Enfatizamos as transformações do valor dado ao trabalho, através das mudanças ocorridas no modo-de-produção fordista-taylorista para o modelo toyotista, também chamado de sociedade pós-industrial (DE MASI, 2002). Deu-se ênfase à questão das flexibilizações da organização produtiva e da organização do trabalho. A flexibilidade advém da necessidade de descentralizar a gestão da empresa, no intuito de promover maior abertura, ou seja, ampliar a participação e deliberação daqueles que estão envolvidos na produção de bens e serviços. Com isso, espera-se que todo trabalhador seja um empreendedor em potencial, compreendido como capacitado para aprender a inovar, pois, acredita-se que ele também seja dotado de informações e conhecimentos; bens imateriais tão ou mais importantes quanto os bens materiais (CORSANI, 2003). Desde então, o diálogo é incentivado entre as diversas hierarquias organizacionais (CHIAVENATO, 2004). A importância da divisão sexual do trabalho é destacada como um empecilho para a eliminação das relações assimétricas dentro das empresas, dada a questão do patriarcalismo. São ainda apresentados os principais autores que discutem a problemática do trabalho. Ademais, Destacamos a teoria da ação comunicativa habermasiana (HABERMAS, 1988), entendendo que o autor descentraliza quaisquer sujeitos que se julguem dotados de um discurso monológico. E, não àqueles que desejam agir comunicativamente com a pluralidade dos atores participantes da cadeia produtiva. É nesse contexto, que abordamos o empreendedorismo praticado no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe;

3) O capítulo terceiro, enfatiza as novas formas da organização produtiva, com ênfase na flexibilização da produção mediante as exigências de um novo mercado demandante por constante inovação tecnológica na produção de bens e serviços. Advento, em grande parte, atribuído à saturação de mercadorias e ao acirramento da competitividade numa economia globalizada. Âmbito em que as mercadorias circulam com maior facilidade, requerendo das empresas nacionais a busca de estratégias para o sustento

organizacional. Apresentamos a diversidade de conceitos das aglomerações produtivas, para, em seguida, destacar um modelo teórico que atendesse à realidade das regiões periféricas. Adotamos, assim, um referencial que permitisse apreender a complexidade do setor produtivo, que requer uma visão holística, ou seja, um olhar sistêmico, integrando a micro e macroestrutura. Tais perspectivas nos permitem visualizar os processos de interação das organizações produtivas entre si, sem tampouco, desprezar o intercâmbio destas com as instituições. Para analisar a ação comunicacional como aprendizagem inovativa, recorreremos a duas categorias analíticas: a) sociabilidade: fundamentada pela solidariedade mecânica – a interação na organização produtiva familiar, formada por parentes sanguíneos – e a solidariedade orgânica – a interação social entre a organização produtiva familiar e a comunidade, formada por amigos e vizinhos; b) e o capital social: constituído pelas organizações produtivas familiares e as instituições. Neste item, o objetivo é destacar as diferentes maneiras de acesso da difusão da informação e do conhecimento nas esferas privada e pública. Dentre os principais autores da teoria organizacional, sublinhamos os neoschumpeterianos Lastres, Cassiolato, Lemos, Tigre, assim como Morgan, Chiavenato. Também recorreremos a Durkheim, e seu conceito de solidariedade orgânica e mecânica. Quanto ao capital social, discutimos à luz das obras de Granovetter, Putnam e Bourdieu;

4) O capítulo quarto, discute as antinomias do trabalho situado em regiões periféricas, a exemplo da brasileira. Aqui, existe o que se costuma chamar de modernização conservadora, caracterizada por políticas que incentivam o crescimento econômico à custa da desvalorização do trabalho, isto é, a maximização do lucro, em detrimento da exploração da mão-de-obra, seja em termos salariais ou qualificação profissional. Como é o caso da década de 70 e acentuada na década de 80, esta, foi tida como a década perdida, devido aos investimentos destinados mais ao sistema financeiro, do que na área produtiva (FIORI, 2001). Com a integração do Brasil à economia global, nos anos de 1990, a flexibilização da produção e a flexibilidade do trabalho sentem os efeitos de ações desenvolvimentistas baseadas num modelo macroeconômico de commodity e de baixo valor agregado (COUTINHO, 2005), Parque Industrial típico de países que investem pouco ou praticamente nada na inovação tecnológica de seus insumos produtivos. É neste contexto que os empreendedores do Brasil enfrentam a concorrência com produtos estrangeiros: baixos incentivos às micro e pequenas empresas, bem como no melhoramento do nível de instrução dos trabalhadores, pois muitas das ações

governamentais não têm alcances abrangentes, nem tampouco continuidade (URANI, 2004). Em especial, que atendam os empreendedores pertencentes à ponta da cadeia produtiva, estes são os que detêm maiores déficits de insumos materiais e imateriais;

5) O quinto capítulo é composto pela coleta e análises das informações obtidas a partir da pesquisa de campo. Nessa parte da tese, procuramos construir o perfil da prática-moral intersubjetiva e, com isso, buscar as possíveis homologias entre os dados teóricos e empíricos. Para tanto, registramos o contexto histórico do surgimento do APL de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe, a fim de buscar subsídios que expliquem a competitividade e sustento deste Pólo por tantas décadas. Desse modo, entendemos que a sociabilidade e o capital social aí existentes permitem aos empreendedores integrarem-se ao mercado sem serem subordinados ao mesmo. Neste caso, a razão comunicativa, ainda que não em sua totalidade, impediu que a razão instrumental colonizasse o mundo da vida, ou seja, evitou que se retirassem os valores morais que fazem a cultura local praticar sua vocação econômica – a confecção de roupas – como um bem coletivo;

6) O capítulo sexto, procura destacar as antinomias deste modelo produtivo chamado de sociedade pós-industrial, ao verificar que a interação social não resultou no uso dos recursos tecnológicos de forma isonômica, que pode ser verificada na permanência da modernização conservadora na sociedade brasileira, sobretudo de origem estatal, que, muitas vezes, não se dispõe a dialogar com as organizações produtivas populares;

7) No capítulo sete, fazemos nossas considerações finais. Tentamos interpretar a experiência deste Pólo, sob a perspectiva do que Habermas chama de “a sociologia do presente”, ou seja, dos registros vivenciados pelos atores sociais em seu cotidiano. Sem que, com isso, queiramos nortear tais práticas como valores universais ou universalizáveis. Ao contrário, compreendemos que se trata de uma experiência contextualizada localmente. Entretanto, a singularidade experienciada pelos empreendedores desse Pólo, demonstra que, mas do que uma moda, o modo como se dá a produção de bens e serviços tem resultado em eficiência e eficácia, se tomarmos como referência sua permanência no mercado por tantas décadas, mesmo quando integrada à economia globalizada a partir dos anos 90. O que nos permitiu inferir que a sociabilidade e o capital social mediados pela ação comunicacional tem facilitado o

acesso e a difusão da informação e conhecimento como aprendizagens inovadoras. Prática-moral que passa a ser uma condição necessária para a competitividade e sustento dessas organizações familiares que aprendem a inovar pelo saber tácito. O sustento das organizações produtivas santacruzences, é uma condição necessária para a inclusão social através do trabalho; levando em conta que esta região é carente de políticas governamentais sistêmicas e que abranjam o conjunto da cadeia produtiva, no que diz respeito ao aprendizado inovativo. Por fim, algumas sugestões são lançadas a fim de possibilitar a potencialização da sinergia intersubjetiva existente no Pólo de confecção de Santa Cruz do Capibaribe, chamando a atenção dos limites do uso capital social em regiões periféricas como a brasileira.

CAPÍTULO 1: PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO

1.1 A problemática da pesquisa

Se considerarmos o trabalho como uma atividade voltada para a produção econômica e a construção do ser social, as transformações ocorridas na produção industrial fordista-taylorista trouxeram novos desafios para quem vive desta atividade, dada a exigência de um trabalhador dotado de competências para inovar a produção de bens e serviços. Desde então, a inovação tem representado uma importante estratégia para a competitividade e sustento da empresa. Um caso exemplar inovativo tem sido as flexibilizações das organizações produtivas e do trabalho, advento facilitado pelas recentes revoluções na telemática – telecomunicação e informática – que fomentou o fluxo informacional (CASTELLS, 2005) e comunicativo no ambiente organizacional (PAULA, 2008), norteados pelo diálogo em busca de um consenso não coercitivo (HABERMAS, 2008). Procedimentos significativos para aprendizagem e inovação das gestões da criação, produção e comercialização de bens e serviços. A descentralização da fabricação, através da expansão geográfica do centro para a periferia, por sua vez, integrou a economia no recente processo de globalização (HARVEY, 2006). Expansionismo que se dá por meio da transferência de pacotes tecnológicos para diferentes regiões do globo de modo não homogêneo, mas, em decorrência das condições sociopolítica, sociocultural e socioeconômica local (NELSON, 2006). Este advento, correspondente à *terceira onda*, é apontado como o declínio ou fim de uma era. Acredita-se, assim, que o trabalhador possa expressar sua subjetividade criativa a partir do exercício profissional não repetitivo, nem alienante (TOFFLER, 2005; DE MASI, 1999). A emergência desse novo paradigma produtivo tem no empreendedorismo, uma das formas mais representativas (DRUKER, 2001) do trabalho cognitivo situado no contexto da vocação econômica local. Dessa forma, o fenômeno da globalização não significa o fim da geografia (HAESBAERT, 2004), pois, a cultura e o saber local (GEERTZ, 2007) fomentam as condições necessárias para a aprendizagem em busca de uma vida cidadã (TEIXEIRA, 2002) a partir do trabalho empreendedor.

Nesse sentido, a sociabilidade comunitária entre produtores, vizinhos e amigos (THOMPSON, 1998) e o capital social formado entre as empresas e as instituições

(PUTNAM, 2007), a nosso ver, proporcionam a sinergia necessária para o desenvolvimento como inclusão social (SACHS e LAGES, 2001).

As flexibilidades organizacionais da produção e do trabalho tornam-se eficientes e eficazes em termos de aprendizagens inovativas, à medida que elas sejam estruturadas em rede (LASTRES, CASSIOLATO e MACIEL, 2003). A importância da aglomeração produtiva foi detectada já no século XIX, por Alfred Marshall (1982), demonstrando as vantagens da cooperação pela proximidade espacial. Este modelo organizacional de desenvolvimento foi denominado genericamente de distrito industrial.

Conforme o exposto, assinalamos que num contexto de flexibilização da produção, flexibilização do trabalho e da integração econômica em escala global é preciso atentar para a recepção deste novo modelo organizacional nas regiões periféricas, tendo em vista que o desenvolvimento está condicionado às especificidades socioeconômicas e sociopolíticas da cultura local. É necessário, portanto, apreender quais são as estratégias utilizadas pelo empreendedor para inovar a interação social e a comunicação com os diversos atores sociais da rede produtiva, com o fito de obter informação e conhecimento para a gestão organizacional.

1.2 Justificativa

A importância desta tese, acreditamos, deve-se à inserção do Brasil no mercado global nos anos 90 e a conseqüente exigência de novas racionalidades produtivas e relações de trabalho (POCHMANN, 2002). É preciso levar em conta que, tradicionalmente, a política desenvolvimentista nacional, de um modo geral, permanece de cunho macroestrutural e tradicionalista. As ações governamentais ainda são voltadas para as grandes empresas e o trabalho não qualificado, privilegiando segmentos produtivos de commodities sem valor agregado (COUTINHO, 2005). Soma-se a isso, a permanente desigualdade regional de ordem socioeconômica, socioeducacional e sociotécnica (IPEA, 2006; ALBUQUERQUE, 2003). Tais especificidades resultaram na concentração espacial – região sudeste – de agências de P&D e C&T (DINIZ e GONÇALVES, 2005).

Estas antinomias contribuem para a reprodução da modernização conservadora, sobretudo, nas regiões periféricas, a exemplo do Nordeste, ocasionando, assim, o atraso da inovação local oriundas das instituições formais. Historicamente, essa região tornou-se pouco atrativa para quem vive do trabalho, fato que provocou um grande êxodo de

sua força produtiva para outras regiões do país (SOUZA, 2000; SUDENE, 1984). Portanto, podemos assinalar que o empreendedorismo no Brasil situa-se no contexto da necessidade e não da oportunidade (SEBRAE, 2003b), devido à falta “de acesso a um vasto e heterogêneo conjunto de ativos que constituem a riqueza: educação, propriedade, crédito, informação e infraestrutura” (URANI, 2004).

Para reparar tal casuísmo, em 2003, o texto *Rumo à Lei Geral da Pequena Empresa* (SEBRAE, 2004, p.7) regulamentou os micro e pequenos empreendimentos, tendo em vista sua contribuição econômica e social: são cerca de 5,5 milhões de empresas que respondem por 20% do PIB nacional e empregam 60 milhões de pessoas; destas, 14,5 milhões tem carteira assinada. Para estruturá-los, foi elaborada a *Lei Geral da Micro e Pequena Empresa* (SEBRAE, 2007), instituída pela Lei Complementar de número 123, de 14 de dezembro de 2006; que destaca as dificuldades existentes para resolver tal problemática, tais como a falta de acesso aos recursos financeiros, tecnológicos, bens de capital, mão-de-obra qualificada, etc. Elementos redutores para a competitividade das micro e pequenas unidades produtivas, especialmente, as atuantes nos setores mais tradicionais, a exemplo de vestuário (MELO e HANSEN, 2006; LEITE, 2005).

O propósito dessas iniciativas governamentais em prol das micro, pequena e média empresas é combater a pobreza através do trabalho. Para tanto, tem incentivado a saída da informalidade, a interiorização do desenvolvimento e a atuação em rede. Recentemente, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais através da Portaria Interministerial de número 200, de 02/08/2004 e reeditada em 24/10/2005, 31/10/2006 e 28/04/2008. Neste documento consta que dos 957 APLs registrados no Brasil em 2005, 267 são acompanhados por esta agência. Os assistidos por esta instituição totalizam 295.141 empreendimentos, gerando 2.820.141 empregos (SEBRAE, 2003a).

Em Pernambuco, existem cerca de 19 APLs, sendo que somente 11 são estruturados de forma sistemática. O estado abriga dois Pólos de confecções: o da Região Agreste – composto por Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim e Toritama – e da Região Metropolitana do Recife. Totalizando 16.430 empresas no ramo, sendo 12 mil no Pólo do Agreste, com faturamento anual de 1,5 bilhões de reais, gerando cerca de 90 mil empregos, correspondente a 75% da indústria estadual no segmento de vestuário e emprega em torno de 76 mil pessoas, produzindo 57 milhões de peças mensais (SEBRAE, 2003a).

O Pólo de Confeccões de Santa Cruz do Capibaribe, situado no Agreste Setentrional, tem se destacado no cenário local e regional. Esta rede, que desde a década de 1950 já confeccionava tecidos, passou a ter maior dimensão entre as décadas de 60 e 70 (ARAÚJO, 2003). Na década de 80, a crise financeira e a invasão de confeccões de origem estrangeira tiraram a competitividade de Santa Cruz do Capibaribe (DIÁRIO DE PERNANBUCO, 2004). No entanto, na virada dos anos 1990 para 2000, foi superada a instabilidade e, atualmente, é tido como o maior produtor de confeccões do Norte e Nordeste (BEZERRA, 2004), revitalizado pela construção de um grande ponto de comercialização, O Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe. O desenvolvimento dessas organizações produtivas são refletidos nos índices municipais. A população de Santa Cruz cresceu 54%, correspondente a três vezes mais que o registrado no Brasil entre 1991-2000, fenômeno, este, atribuído ao forte dinamismo da economia do vestuário e, conseqüentemente, seu poder de atrair imigrantes, pois, a cidade dificilmente cresceria apenas pela reprodução natural de sua população local (SEBRAE, 2003a). Esta tendência continua: entre 2000 e 2007 a população evoluiu de 59.048 para 73.680, um crescimento de 24,78% (IBGE, 2009).

No que se refere ao PIB, o Brasil cresceu, entre 1991-2000, 31%; o Nordeste, 34,9%; Pernambuco, 30,15%; Caruaru, 35,25; Toritama, 41,9%; enquanto Santa Cruz, 60,4% (SEBRAE, 2003a). Vale notar que o índice de pobreza registrado pelo IBGE (2009) dentre todos os municípios de Pernambuco, o Pólo de Santa Cruz do Capibaribe apresenta um dos menores: 36,30%, com um PIB per capita de 3.926.

Vejamos a relação entre pobreza e PIB de outros municípios pernambucanos, para compreender como o desenvolvimento santa-cruzense é mais democrático no quesito distribuição de riqueza. Se os PIBs per capita de Cabo de Itapissuma corresponde a 17.743; o de Santo Agostinho, 16.486; Petrolândia, 13.382; Recife, 12.09; os dados referentes à pobreza são respectivamente: Itapissuma, 71,22%; Cabo de Santo Agostinho, 57,01%; Petrolândia, 52,36%; Recife, 39,46% (IBGE, idem). Ora, se levarmos em conta, em termos comparativos, os maiores PIBs per capita municipais deste estado e compará-los com a incidência de pobreza, Santa Cruz parece deter menor índice de pobres, com um PIB igualmente menor, ainda que a renda média de sua população corresponda a apenas R\$ 1,2 salários mínimos.

A melhor distribuição pode ser atribuída ao trabalho empreendedor. De fato, a maior parte deste Pólo é constituída por micro empresas, cujos proprietários são os

próprios trabalhadores, o que é típico dos setores mais tradicionais, como o de confecção (SANTANA e APOLINÁRIO, 2006).

Acreditamos na relevância desta tese, se levarmos em conta a capacidade do Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe em atrair um grande contingente de empreendedores. Devemos lembrar que o desemprego estrutural que acomete a sociedade contemporânea, provado pela reestruturação do modo-de-produção fordista-taylorista, no contexto brasileiro, é agravado pelos altos índices de mortalidade das micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2003b), daí a necessidade de apreender quais são as estratégias utilizadas pelos empreendedores para dar sustento as suas unidades produtivas. Adendo relevante, se levarmos em conta que esses empreendimentos têm um grande potencial de inclusão social por meio do trabalho em rede e mediado pelo diálogo.

Para além desta problemática, a importância de investigar a inovação do trabalho empreendedor deste Pólo, deve-se ao fato de estar distante dos grandes centros de produção e consumo, bem como das instituições de pesquisa, ensino, sistema financeiro que, de um modo geral, ficam concentrados no Sudeste (ALBURQUEQUE, 2002; DINIZ e GONÇALVES, 2005). Devemos lembrar, ainda, a tradicional ausência de políticas governamentais que contemplem todos os segmentos sociais produtivos, especialmente os micro e pequenos empreendimentos (ARAÚJO, 2006).

A apreensão do empreendedorismo local pode auxiliar ações de incentivos a tais práticas de forma a evitar o êxodo dos trabalhadores, o que os fariam sair da condição humana de pobre para miserável, por estarem excluídos totalmente do seu meio social (SACHS, 2003). Esta situação poderia representar um impeditivo para que esses atores sociais possam otimizar seu potencial criativo (SEN, 2000) e inovador. Aprender a inovar para sustentar a organização produtiva trazem duas importantes contribuições: a inclusão social através do trabalho e deixar de imigrar para outras regiões do país, por falta de ocupação.

Creemos, ainda, na importância deste texto, dada a necessidade de apreender como se dá o sustento das aglomerações produtivas sob o olhar sociológico, destacando não apenas a contradição entre capital e trabalho (ANTUNES, 2002), nem a precarização desta atividade em setores tradicionais, a exemplo da confecção de roupas (LEITE, 2005), mas, como a partir destas contradições, os empreendedores têm procurado dar novos significados a esta atividade. Para tanto, privilegiamos os

processos comunicativos nas esferas privadas e públicas como estratégias de sustentabilidade organizacional e social.

Diante do que foi exposto até o momento, consideramos ser necessário fazer alguns questionamentos: qual a virtude deste Pólo, que está no mercado por tantas décadas? E, sobretudo, quais as estratégias utilizadas para torná-los um dos maiores produtores de confecção, numa localidade adversa, seja pela distância geográfica com a clientela e fornecedores, seja pelos baixos índices socioeducacionais e socioeconômicos de sua população? Como se dá a inovação da organização do trabalho em Santa Cruz do Capibaribe? Quais são as estratégias mercadológicas para a inovação da criação, da produção e comercialização? Qual a composição da cadeia de valor? Que tipo de governança estrutura este Pólo? As instituições aí existentes geram aprendizagem e inovação para o trabalho inovador? Quais são os tipos de conhecimentos que permitiram dar tal dimensão a este Pólo? Qual a composição sócio-ocupacional desses produtores, especialmente, na questão da divisão sexual do trabalho? Por fim, quais são as esferas públicas e privadas geradoras de aprendizagem e inovação tecnológica para dar sustentabilidade aos empreendimentos e, assim, incluir o empreendedor no mercado de trabalho?

1.3 Hipótese

A nossa primeira hipótese supõe que a dimensão alcançada pelo Pólo de Santa Cruz reside num modelo de empreendedorismo estruturado pela organização produtiva familiar que se dá através do uso da sociabilidade praticada na esfera privada e na comunidade, assim como, na utilização do capital social nas esferas públicas não estatais. Destacamos que tais intersubjetividades, quando mediadas pelo agir comunicativo, facilitam o transbordamento da informação e conhecimento, um dos principais insumos produtivos na sociedade econômica imaterial (DRUCKER, 2001). Norteamos, assim, que o mundo da vida contém práticas-morais, isto é, simbologias – a mulher e sua técnica do corte e costura – e imaginário – o trabalho empreendedor – que desbloqueiam o fluxo informacional e, por conseguinte, a aprendizagem inovativa. O sustento dos empreendimentos, então, se dá pela racionalidade moral (COLLINS, 2009). Dessa maneira, as representações simbólicas, como cooperação e confiança, praticadas na proximidade espacial efetivam-se em duas dimensões: a) a solidariedade mecânica – interação familiar sanguínea – e solidariedade orgânica – interação

comunitária formada por parentes, amigos e vizinhos; b) interação constituída pelo capital social, representando a interação entre as organizações produtivas e instituições públicas e privadas. Se é assim, tendo em vista o descaso governamental para com os produtores populares, acreditamos que a eficácia da ação comunicativa efetiva-se nas esferas privadas – espaços domésticos – e nas esferas públicas não estatais – espaços públicos informais tais como o Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, a internet, a televisão, revistas etc.

A nossa segunda hipótese decorre da primeira, pois, a sociabilidade fundamentada na racionalidade moral potencializa a racionalidade mercantil. Estratégia que cria os meios adequados para maximizar a produção e a lucratividade durante os ciclos de alta e baixa demanda por confecção, por meio do uso coletivo dos insumos: a) materiais – espaço físico, maquinários de corte e costura, empréstimos financeiros entre os familiares etc.; e b) imateriais – informação e conhecimento necessários para a inovação de bens e serviços. O conhecimento tácito, vale lembrar, é o saber típico das organizações que atuam nos setores de economia popular, a exemplo da confecção de baixo valor agregado.

Em outras palavras, defendemos que a sociabilidade e o capital social mediados pelo agir comunicacional retiram o poder desestabilizador da razão instrumental. Factível, se considerarmos que o mundo da vida – as vivências culturais – é capaz de nortear soluções criativas e, conseqüentemente, evitar a colonização do empreendedorismo pelo mundo sistêmico – o poder do mercado e do Estado (HABERMAS, 1988). O trabalho empreendedor, portanto, representa uma prática protetora por ser estruturada pela cooperação e confiança, a fim de superar as crises típicas desta atividade. Trata-se de uma ocupação de alto grau de risco, se considerarmos os desafios impostos pela transição da sociedade industrial – fordista-taylorismo (modo-de-produção padronizado e com ganho em escala) – para a sociedade pós-industrial – toyotismo (modelo produtivo flexível e com lucratividade fundamentado na economia de escopo). É, pois, no contexto das flexibilizações das organizações da produção e do trabalho no âmbito do mercado globalizado, que os empreendedores santacruzenses tentam demonstrar seu potencial de aprendizagem para inovação das trocas simbólicas – a interação social sob mediação da ação comunicativa – e as trocas mercantis – as confecções comercializadas.

1.4 Metodologia

Se nas sociedades complexas, é preciso ter o domínio de um saber complexo, logo, deve-se buscar caminhos que nos permitam aplicar métodos analíticos que ajudem a apreender a complexidade da realidade estudada. Isso significa que procuramos seguir o princípio antropológico de tornar o familiar em estranho e o estranho em familiar (DA MATA, 2004). Assim, investigamos as práticas cotidianas dos produtores do Pólo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe para verificar o processo de aprendizagem e inovação tecnológica no âmbito das esferas pública e privada, relacionando-as com o pragmatismo comunicacional habermasiano que consiste na interação social mediada pelo diálogo consensual e não coercitivo. A ação é entendida como práxis (ARENDR, 1998), isto é, refletir para melhor agir no mundo do trabalho, conciliando os interesses individuais e coletivos. Isso significa que o empreendedor deve buscar a sustentabilidade de sua unidade produtiva sem que suas ações representem ameaça para a estabilidade dos demais empreendimentos pertencentes à rede, ou seja, das organizações produtivas e das instituições. Sendo assim, a luta pelo reconhecimento da condição humana do empreendedor tem como referência a visão de mundo derivada do conjunto de suas experiências cotidianas, isto é, proveniente tanto da interação organizacional, quanto da interação institucional. Advento que proporciona novas subjetividades norteadoras de soluções criativas (DEWEY, 1974; POGREBINSCHI, 2005) para a inclusão social por meio do trabalho, à medida que interage dialogicamente, isto é, busca na conversação estratégias para o mútuo entendimento (HABERMAS, 1988).

Analisar o trabalho empreendedor sob a ótica procedural, evita apreender a realidade empírica aprioristicamente, ou seja, predeterminada. Significa, então, a necessidade de analisar a produção econômica e a (re)produção das relações sociais em sua complexidade e, com isso, entender as especificidades dos distintos processos, sejam eles em seus aspectos desenvolvimentistas, tecnológicos, territorial, cultural, trabalhistas, patriarcal e sua relação com a divisão sexual do trabalho. Isso permite ampliar a discussão, até então centralizada na oposição entre a questão econômica e interesses de classe – capital versus trabalho. Dito de outra maneira:

A tentativa de compreender a realidade por meio das suas inúmeras e diferentes manifestações, da qual faz parte a busca do diálogo com outras disciplinas que estudam o trabalho, vem permitindo à sociologia do trabalho o abandono da visão determinista que marcou os primeiros estudos sobre o tema, ao mesmo

tempo que vem revelando uma maior compreensão da complexidade da realidade do trabalho nos nossos dias. Em vez das visões quase polares e unidimensionais que marcaram os primeiros estudos sobre o tema, a disciplina vem evoluindo para um quadro mais rico e complexo, capaz de captar tanto tendências de enriquecimento do trabalho, presentes em pontos localizados das cadeias produtivas e do mercado de trabalho, como as de precarização, seja do emprego, seja do trabalho que afetam amplos setores da mão-de-obra. Nesse processo, a sociologia do trabalho logrou não só reencontrar suas antigas preocupações sobre as implicações para a sociedade em transformação que vem ocorrendo com o trabalho, como também tem sido capaz e evidencia experiências inovadoras dos trabalhadores e trabalhadoras, identificadas como portadoras de novas potencialidades. (LEITE, 2005, p.220-221).

A complexidade do trabalho empreendedor como inovação é aqui analisada através da organização em rede, privilegiando o processo de sociabilidade simbólica. Compreendemos o empreendedorismo sob a perspectiva interacionista para a inovação da sociabilidade e inovação tecnológica de bens e serviços. Levamos em conta que, na sociedade que sucede o ford-taylorismo, a competitividade do mercado requer trabalhadores capazes de aprender a inovar dialogando com o conjunto dos atores que participam da cadeia produtiva. Logo, será um fator inovativo na sociabilidade quando a comunicação propiciar a interação social mais horizontal, eliminando as assimetrias relacionais. Esta modalidade relacional, por sua vez, tende a facilitar o acesso e a difusão de novas tecnologias. Esta tem sido uma das condições necessárias para a competitividade e sustento dos empreendimentos organizacionais (MORGAN, 2007).

Para tanto, abordamos o Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe sob a perspectiva qualitativa. Interessa-nos apreender a visão de mundo dos atores sociais que participam do arranjo produtivo local, a riqueza de suas impressões, desejos, ansiedades e inseguranças num mundo em transformação; tendo como referência este momento de transição da sociedade industrial para a pós-industrial. E, como a partir desse advento, são criadas estratégias para o sustento das organizações produtivas como condição necessária para a inclusão social do trabalhador dotado de baixos níveis socioeconômicos e qualificação profissional. As redes e os fluxos informacionais devem, então, ser analisados em sua dimensão orgânica, ou seja, como uma estrutura aberta a novas interpretações e práticas. A ecologia do empreendedorismo tem sido apreendida em sua dimensão sistêmica, conforme as novas tendências analíticas da sociedade em rede.

Desde o início do século, tem sido reconhecido que o padrão de organização de um sistema vivo é sempre um padrão de rede. No entanto, também sabemos que

nem todas as redes são sistemas vivos. De acordo com Maturana e Varela, a característica-chave de uma rede viva é que ela produz continuamente a si mesma. Desse modo, ‘o ser e o fazer dos [sistemas] são inseparáveis, e esse é o seu modo específico de organização’. A autopoiese, a autocriação, é um padrão de rede no qual a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação dos outros componentes da rede. Dessa maneira, a rede, continuamente, cria a si mesma. Ela é produzida pelos componentes e, por sua vez, produz esses componentes. (CAPRA, 2008, p136).

Dessa forma, o conceito de aglomerações produtivas, aqui adotado, segue conforme a indicação de Lastres, Cassiolato e Maciel (2003), para quem, a denominação genérica de APL subtrai a complexidade dos fatores que influenciam a aprendizagem inovativa tanto da sociabilidade, quanto da produção de bens e serviços. Em regiões periféricas, sugerem os autores, a abordagem organizacional deve ser sistêmica, pois o APL não é uma organização autárquica, dada a interdependência entre todos os atores que o compõe. A fim de resolver este déficit teórico, a RedeSist – instituto de pesquisa sobre inovação tecnológica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – desenvolveu um método investigativo, combinando a economia macro estruturalista, predominante na política desenvolvimentista latino-americana, em grande parte, influenciada pelos teóricos da CEPAL, com a escola micro estruturalista neoschumpeteriana. Esta perspectiva postula que as especificidades locais, como o capital social e a vocação econômica local, são determinantes para o sucesso do desenvolvimento. Portanto, o APL será racionalmente sustentável na medida em que valorize o saber local (GEERTZ, 2007). Daí ser proposto o conceito analítico “Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais” (Aspils). Pois, permite analisar as

articulações entre empresas e destas com outros atores; fluxos de conhecimento (em particular, em sua dimensão tácita); das bases dos processos de aprendizado para capacitação produtiva, organizacional e inovativa; da importância da proximidade geográfica e identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de diversidade e vantagens competitivas sustentadas (LASTRES, CASSIOLATO e CAMPOS, 2006, p.23).

Nesse sentido, discutiremos a sustentabilidade dos empreendimentos no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, privilegiando a perspectiva dialógica nas esferas privadas e pública e seu reflexo para a aprendizagem como inovação da gestão organizacional. Compreendemos, assim, que tal sociabilidade fomenta no imaginário trabalhista a possibilidade de deliberar e participar ao longo da cadeia produtiva. Se, de um lado, na esfera privada, utilizamos a perspectiva comunitarista (THOMPSON, 1998) para

discutir as solidariedades mecânica e orgânica – amigos e vizinhos, segundo proposta de Durkheim (1974) –; do outro, o intercâmbio na esfera pública, recorremos ao conceito de capital social, conforme Putnam (2007), que chama atenção para as necessidades práticas cívicas – cooperação e confiança recíproca –, assim como Granovetter (1973), que destaca a necessidade do uso dos laços fracos – referentes às alianças já consolidadas, mas, que com o tempo tendem a esgotar a contribuição em termos de aquisição de determinados bens – e dos laços fortes – aqueles que permitem ampliar a aquisição de bens deficitários inexistentes na comunidade de origem. Tanto a sociabilidade comunitária, quanto a sociabilidade do capital social serão abordadas sob a mediação da ação comunicativa (HABERMAS, 1988). Nosso entendimento do complexo arcabouço teórico de Habermas consiste na percepção de que o trabalho esteja destituído da centralidade do discurso emancipatório, quanto ao seu viés monológico. Portanto, entendemos como sujeito capaz de usar a linguagem discursiva para comunicar-se em busca do entendimento não coercitivo com os diversos atores participantes da rede produtiva. Habermas (1987), acreditamos, descentraliza o sujeito apenas no sentido de um indivíduo ou grupo de indivíduos que visa monopolizar – instrumentalizar – o discurso. Mas não a descentralização do trabalhador como um ser capacitado de agir comunicativamente com o mundo sistêmico. Daí a importância da sociologia como ciência do presente, ou seja, da práxis contextualizada. O que evita conceber as práticas cotidianas aprioristicamente (HABERMAS, 2009). Para tanto, é preciso entender a estrutura e a dinâmica da governança da rede (ALBAGLI e MACIEL, 2003).

Nessa perspectiva, Minayo (1994) considera que a pesquisa social requer a apreensão da realidade sob a ótica da interdependência entre indivíduo e sociedade; entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo; o fato e o valor; a estrutura, ação e seus significados; o que é real e o que é ideologia. Entender a realidade sob este ponto de vista significa que o pesquisador deve ter a criatividade necessária para superar os limites impostos pelo conhecimento teórico. Com isso, deve-se articular a teoria com o saber do senso comum (SANTOS, 2002a). Este é usado pelos indivíduos para solucionar problemas diários de ordem contingencial, portanto, nem sempre passíveis de serem sistematizados. Neste caso, o homem decide de acordo com suas crenças, tradições, costumes e hábitos herdados das relações familiares ou outros meios sociais. Trata-se do conhecimento empírico proveniente das vivências diárias, geralmente compreendido como saber inferior por ser espontâneo, fragmentado, assistemático e

difuso. Em outras palavras, o senso comum deve partir do bom senso, isto é, da reflexividade que permita dar um caráter de coerência e criticidade às experiências do objeto pesquisado. Nesse sentido, o conhecimento é prudente quando não resulta numa visão de mundo monocultural, a exemplo do científico, cuja pretensão é criar leis universais, esquecendo-se, com isso, as especificidades locais. “Neste domínio, a sociologia das ausências visa substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes” (SANTOS, 2004, p.45). É, pois, a partir de tal prática que os saberes do senso comum podem representar alternativas à hegemonia do conhecimento científico. Este, por sua vez, costuma ser concebido como verdadeiro e superior pelo seu caráter objetivo e universal, uma vez que a produção do conhecimento se dá descontextualizada do tempo e do espaço. A razão moderna se tornou totalitária na medida em que alguns princípios fazem do rigor científico um método inquestionável, conforme aponta Boaventura de Souza Santos (2002a, p.66-67):

a) a qualidade é desqualificada pelo quantitativo, “o que não é quantificável é cientificamente irrelevante”;

b) a redução da complexidade subjacente ao método científico resulta numa perspectiva simplista; ao conceber o mundo estaticamente e, por conseguinte, recair no determinismo mecanicista newtoniano;

c) que, a princípio, serviu como referência para as ciências sociais e, por isso mesmo, desenvolveu um modelo científico de cunho estrutural-funcionalista que determina aprioristicamente o papel exercido por cada indivíduo na sociedade.

Se o conhecimento é constituído pelas revoluções científicas, como proposto por Kuhn (2008), as ciências sociais não têm representado um paradigma hegemônico, a exemplo das ciências naturais, dado seu caráter não consensual entre os teóricos, pois, não existem regularidades nas ações humanas. Vale lembrar que para Heisenberg (1959) nem as ciências naturais têm poder de predição, considerando que é impossível assegurar a velocidade e posição das partículas. Mesmo nas ciências da natureza, portanto, temos acesso ao conhecimento apenas como valor probabilístico. A incerteza, então, faz parte do universo das ciências tanto naturais, quanto sociais.

Tendo em vista o aspecto contingencial das ciências, é preciso, então, recorrer à imaginação sociológica (MILLS, 1978), para dar conta da complexa interação social, não apenas em seu aspecto dedutivo ou indutivo, racional ou empírico, mas, a partir da imaginação e criatividade. Para tanto, é preciso encontrar referências teórico-metodológicas adequadas à realidade estudada, haja vista que metodologia significa a

busca de caminhos epistemológicos que permitam apreender e explicar a visão de mundo dos sujeitos analisados. Assim sendo,

Entrar no campo social da Pesquisa Social é penetrar num mundo onde há questões não resolvidas e onde o débito tem sido perene e não conclusivo. O que tem de mais problemático é o da própria cientificidade que deve ser pensado como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelo e normas a serem seguidos [...] Mas também entendo que a unidade científica deve ser tratada de forma complexa, incluindo a diversidade das áreas de conhecimento, no interior das quais todo o arcabouço teórico geral se transforma em especificidade e adequação. Nesse sentido, o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora marcos teórico-metodológicos e instrumentais operativos para conseguir resultados; noutra, inventa, ratifica caminhos, abandona certas vias, faz novas indagações e orienta para outras direções. Nesse sentido, qualquer conhecimento é aproximado, é construído. A história da ciência revela não a priori, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade que o dinamismo do processo social requer (MINAYO, 1994).

A análise sociológica, enquanto ciência da sociedade, significa, então, compreender a realidade através da teoria do presente, apreendida a partir da interação intersubjetiva entre os diversos atores que se comunicam por intermédio da linguagem. O empreendedor é, pois, um trabalhador dotado de linguagem, que encontra na conversação dialógica, consensual e passível de correção (HABERMAS, 2009, p.264), estratégias para aprender a inovar tanto a interação social, quanto a produção de bens e serviços.

Desse modo, esta pesquisa segue a vertente qualitativa, por analisar os aspectos sociais privilegiando a subjetividade do trabalhador manifesta em suas representações simbólicas cotidianas, tais como sentimento, emoções, hábitos, crenças, costumes etc. (BERGER e LUCKMANN 1997), que possibilita a incorporação dos significados e a intencionalidade sem deixar de contemplar sua relação com as estruturas dinâmicas. Do ponto de vista operacional, o pensamento sistêmico, tal como se apresenta para as ciências sociais, pretende compreender a realidade a partir dos sentidos emitidos pelos atores interagindo com as instituições reguladoras (ARRUDA, 1998). Tal metodologia evita a perspectiva analítica monodimensional, considerando que a ação comunicativa permite ao indivíduo interagir transformando o meio em que vive. Nesse sentido, a complexidade da sociologia do trabalho está na percepção de que se trata de um universo construído historicamente, que o acesso ao conhecimento e aprendizagem

passa pelas interfaces da questão social, política e cultural, contextualizadas. Numa palavra, representadas localmente.

Dada a necessidade de descobrir as novas configurações dos arranjos produtivos locais e as implicações para o mundo do trabalho, utilizamos o seguinte método para a obtenção de dados primários: para compreender a dinâmica da mediação comunicativa nas esferas privada e pública, pesquisamos as impressões dos atores sociais, recorrendo à entrevista, com perguntas semiestruturadas, registradas em um gravador digital. Elas foram previamente realizadas, conforme a disponibilidade dos pesquisados e realizadas em seus respectivos locais de trabalho.

A escolha pelo método da entrevista com questões semiestruturadas, deve-se ao fato de que ela é adequada por se tratar de trabalhadores, em sua maioria, de baixo nível de instrução educacional, outra opção poderia trazer dificuldades para que pudessem fazer leitura, interpretação e elaboração das respostas. Para além desta problemática, a entrevista permite, ainda, observar as pausas, as hesitações e as inquietações do pesquisado, que pode ser importante fonte de informação à medida que são dotadas de significados (GOLDENBERG, 1999).

A pesquisa de campo foi realizada de forma não participante. Embora não permita observar os detalhes das vivências cotidianas dos integrantes da rede, ajuda a evitar o viés, pois, a aproximação com o pesquisado, muitas vezes, cria uma relação emocional que pode por em risco a necessária imparcialidade nas análises dos dados obtidos (GOLDENBERG, idem)

Antes de cada entrevista foram feitos os esclarecimentos a respeito da importância da contribuição para a produção do conhecimento científico, ressaltando que os dados obtidos seriam resguardados sob o absoluto sigilo. Tal estratégia teve como objetivo conquistar a confiança e simpatia dos entrevistados, haja vista que a informalidade da produção e do trabalho gera o receio de que as informações possam ser usadas contra algum tipo de ilegalidade organizacional. Por isso, o pesquisado é identificado apenas como pertencente a determinada ocupação dentro da cadeia produtiva, tais como:

- empreendedor, atuante na organização de micro ou pequeno porte;
- empregado, atuante na organização de micro ou pequeno porte;
- representante das instituições.

As entrevistas foram registradas num gravador digital e transcritas no computador. Com os recentes recursos da tecnologia computacional, foi possível

organizar as entrevistas em pastas por grupos de entrevistados, que seguiu o seguinte ordenamento: a) empreendedores de micro unidades produtivas; b) empreendedores de pequenas unidades produtivas; c) empregados de micro unidades produtivas; d) empregados de pequenas unidades produtivas; d) instituições públicas estatais; e) instituições públicas não estatais. Esta organização facilitou identificar os entrevistados, para posterior tratamento de dados dos significados dos seus discursos. Aqui compreendidos como dotados de simbologias e ideologias.

Foram entrevistadas seis (8) instituições, totalizando treze (14) entrevistados.

- Na ASCAP – três (3) diretores, 1 (um) presidente e 1 (um) assessor de marketing ;
- No SEBRE – dois (2) diretores;
- SENAI – um (1) professor e um (1) secretário
- ABIT: uma (1) consultora;
- Prestador de consultoria para a ASCAP – Diretor da Consultoria Fluxus-Tecnologia e Informatização Ltda;
- FADIRE – coordenador do curso de administração da faculdade;
- Secretário da Indústria e Comércio de Santa Cruz do Capibaribe, Síndico do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe e ex-prefeito – cargos ocupados pela mesma pessoa;
- ITPE-Caruaru – coordenador de cursos.

No que diz respeito às organizações produtivas, embora existam outras possibilidades de classificar o tamanho das empresas, seguimos o critério do número de pessoas ocupadas, pois nossa preocupação é compreender a sustentabilidade das organizações produtivas tendo em vista a capacidade desses estabelecimentos gerarem trabalho como inclusão social. A microempresa, então, corresponde aos estabelecimentos com até 19 funcionários; pequena a que possui entre 20 e 99 funcionários; média a que tem entre 100 e 499 (MARQUES e SEGRE, 2003).

Para pesquisar os estabelecimentos, fiz, primeiramente, contato com a diretoria da ASCAP – Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe –, representante dos empreendedores que, prontamente, se colocou à disposição para colaborar. Solicitei a listagem de sócios e autorização para frequentar as reuniões que ocorrem às segundas-feiras. Participei de oito delas durante os dois meses de estadia na cidade. A primeira, em janeiro de 2008 e a segunda, janeiro de 2009. A escolha deste período deve-se à menor intensidade produtiva, por estar distante dos festejos juninos e

de final de ano. Nestas épocas, a produtividade aumenta e, com isso, o risco de não haver disponibilidade de tempo para as entrevistas solicitadas.

Participar das reuniões nesta instituição tornou possível formar uma rede de contatos e informações que, dificilmente, teria sido alcançada sem a colaboração dos membros da ASCAP. Sobretudo, pelo motivo que Norberto Elias e Scotson (1997) chamam de *outsider*. De um modo geral, durante todo o processo de investigação, por não pertencer à comunidade local, e por estar na posição de pesquisador, eu era um estrangeiro que tendia a provocar estranhamento e ameaça num setor estruturado pela informalidade – tanto na organização produtiva quanto nas relações de trabalho. A condição de *outsider* não se dissipou totalmente, as entrevistas transcorreram numa relação que Elias e Scotson (1997) chama de *amigo-inimigo*. Por exemplo, algumas questões que haviam sido previamente elaboradas, muitas vezes, tiveram que ser suprimidas – a fim de possibilitar a continuidade da entrevista. Ainda assim, muitas vezes, o entrevistado interrompia o processo de entrevista sempre que as perguntas contivessem algum risco para seus negócios; em outros casos, as questões foram colocadas em outra ordem de sequência para serem feitas quando o entrevistado estivesse seguro de que se tratava de uma pesquisa acadêmica e o resguardaria de quaisquer tipo de constrangimento ou danos. Houve também situações em que determinadas perguntas foram suprimidas pelo fato de provocar inquietação ao pesquisado.

As perguntas que provocaram maior resistência estavam relacionadas com a questão da formalidade/informalidade da empresa e do trabalho. Feito tais esclarecimentos, indicamos que foram entrevistados um total de 66 profissionais:

- 27 micro empreendedores;
- 17 micro empreendedoras;
- 11 pequenos empreendedores;
- 06 pequenas empreendedoras;
- 05 empregados.

Em cada uma das empresas, entrevistamos o proprietário – o empreendedor – e empregados que ocupam cargos de liderança e outros que exerciam atividades como corte, costura, acabamento, empacotamento, etc. As entrevistas foram realizadas seguindo o critério da amostragem aleatória, neste caso, de acordo com a acessibilidade ou disponibilidade dos atores sociais pesquisados; visto que nem sempre se sentiam seguros para darem informações. A fim de evitar tal animosidade, esclareci que se

tratava de uma pesquisa de cunho científico, cujo propósito seria obter informações a respeito das dificuldades enfrentadas pelos produtores locais para adquirir novas aprendizagens e quais as estratégias utilizadas para revertê-las. E que, portanto, os resultados obtidos não teriam fins políticos partidários ou fiscais, ou seja, nada que envolvesse a questão da informalidade das organizações produtivas e do trabalho. Para além desta observação, deixei claro que os nomes dos pesquisados e das instituições também não seriam explicitados nas análises dos dados. Vale lembrar que tal problemática é recorrente por causar evasão econômica para os cofres públicos. Há também indicações que a informalidade seria a principal estratégia competitiva deste Pólo de Confeções (ARAÚJO, 2003). Assim, em uma empresa, por exemplo, foram entrevistados três funcionários, enquanto em outras, apenas o proprietário e nenhum empregado. Quanto à problemática da disponibilidade de tempo, mesmo que tenha havido a precaução de fazer a pesquisa de campo na época de baixa atividade, nem sempre as empresas estavam totalmente ociosas, pois se trata de um setor que o ganho é por produtividade, por esta razão, as entrevistas tiveram que ser realizadas no próprio estabelecimento de trabalho. Fato que não pareceu ser um problema, considerando que as respostas dos funcionários não seriam, necessariamente, enviesadas, por se tratar de uma cidade pequena, onde as informações costumam circular facilmente no APL. Caso fosse necessário, os empregados dariam suas versões dos dados, independentemente de estarem no espaço interno ou externo das firmas. Adendo que sugere certo receio quanto à empregabilidade, isto é, de não mais poderem voltar a ocupar cargos dentro das empresas pertencentes ao Pólo. Na possibilidade de ser tido como um empregado problemático, possivelmente seria estigmatizado (GOFFMAN, 1990).

É preciso esclarecer, ainda, que a composição dos produtores num setor de vestuário popular, a exemplo o de Santa Cruz, é de tamanha complexidade que, muitas vezes, é difícil classificar a categoria ocupacional. Como se trata de um ramo de produção sazonal, o volume de vendas é irregular ao longo do ano. Quando a produção está no auge, para atender o aumento da demanda durante os festejos juninos e natalinos/ano novo, dada à incapacidade de ampliar as instalações físicas e a contratação de mão-de-obra, as empresas recorrem, cada vez mais, às facções (terceirização). A terceirização significa passar determinadas atividades para outras empresas, por questões de logística. Terceirizar tem sido uma importante ferramenta para aumentar a produtividade e competitividade da empresa (GIOSA, 1997). Estratégia, esta, facilmente aplicável no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, considerando que os

principais insumos são relativamente acessíveis: a compra de máquina de corte, de costura, de viés, estamparia artesanal (silk-screen) etc., que podem ser adquiridos com empréstimos feitos aos familiares ou acúmulo de capital obtido pelo exercício da atividade remunerada e/ou indenização trabalhista. Acumulado algum capital financeiro e o conhecimento obtido durante o tempo de serviço, o empregado passa a produzir para outras empresas e, à medida que alcança maior capacidade organizativa de adquirir e ampliar tais insumos, começam a fabricar para si e comercializar sua própria mercadoria no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe. Grande parte dos 6.208 boxes deste ponto comercial abriga produtores que comercializam sua própria produção. Denominaremos este segmento produtivo de trabalhador-proprietário, também chamado de empreendedor, por ser dotado de um saber multifuncional, atributos como motivação e capacidade de correr riscos (DRUCKER, 2006) numa região de poucos incentivos governamentais.

O trabalho em Santa Cruz não é tomado aqui como uma categoria sociológica estanque, uma vez que no Pólo de Santa Cruz sua formação é complexa. Tal característica foi percebida por Marx (2001); o autor parte do princípio que na indústria todos são trabalhadores, a distinção se dá por conta da ocupação e distribuição de riquezas produzidas. Daí chamar de proprietário aquele que fica com a maior parte do dividendo; enquanto o proletariado é o profissional que ganha apenas para reproduzir sua prole, ou seja, o suficiente para dar continuidade a sua existência e a dos familiares. Assim sendo, para delimitar sociologicamente a complexa relação de trabalho em Santa Cruz, o proprietário da empresa é por nós denominado de trabalhador- empreendedor, aquele que costuma ser o dono dos meios de produção, tomar a iniciativa do empreendimento e exercer comando central na organização produtiva. Enquanto o empregado, não tendo o poder aquisitivo para adquirir os bens de capitais materiais (financeiros) e imateriais (informação e conhecimento) para ter seu próprio negócio, vende sua força produtiva para o empregador.

Por fim, pelo fato de ser um APL estruturado pela informalidade, há uma dupla problemática: escassez de dados provenientes de fontes primárias e o difícil acesso aos mesmos quando existem. Daí a necessidade de recorrer às informações de origem secundárias. Foram utilizados indicadores fornecidos pelos documentos, jornais, internet, IBGE, etc .

CATEGORIAS ANALÍTICAS

Feitos estes esclarecimentos, indicamos que os dados obtidos pela pesquisa de campo serão apreendidos sob a perspectiva da análise de conteúdo. Esta metodologia permite investigar a mensagem emitida e recepcionada pelos atores sociais. É, pois, nesse processo de interação social que podemos interpretar o significado dos fenômenos sociológicos. Estes, a nosso ver, seguem a dinâmica da dialética. Para Max Pagés (1987), é no dinamismo da estrutura sistêmica que as contradições se apresentam.

Dessa maneira, é na relação entre o Eu e o Outro, ou seja, no processo intersubjetivo que a face oculta do conflito se manifesta. Esta perspectiva é interessante por ser rica em termos analíticos. De fato, se procuramos encontrar as convergências proporcionadas pela ação comunicativa postulada por Habermas (1988), não desprezamos também as contradições decorrentes dos processos interativos. Vale lembrar que Habermas está inserido no contexto da teoria crítica, portanto, interessado em analisar os déficits da justiça social na modernidade. A sua contribuição, decerto, consiste em analisar as mediações sob o agir comunicativo.

Nossa proposta, então, visa apreender como a partir dessas mediações – a prática-moral –, norteadas pelo autor, emergem novas contradições. Acreditamos que o método dialético permite analisar a sociedade em seu aspecto multidimensional, o que nos parece adequado para pesquisar aglomerados produtivos heterogêneos como o de Santa Cruz do Capibaribe, sobretudo, em termos de tamanho e seu respectivo acesso às aprendizagens inovativas. Sendo assim, se a interação social é dinâmica, acreditamos que dada a necessidade das organizações dialogarem com as diversas esferas para aprender a inovar, procuramos averiguar as novas contradições derivadas dos elementos ideológicos, políticos e econômicos.

De acordo com Bêndix (1996) a ideologia é formada pelas idéias. Seriam, então, constituintes da ideologia: os sentimentos morais, o imaginário, etc. A política aborda as relações de poder na sociedade, e, por fim, a economia trata da questão do acesso ao mercado. Cada um destes elementos serão abordados nos contextos das categorias analíticas, a partir dos discursos emitidos pelos pesquisados. De acordo com Bardin (2002), a análise de conteúdo oferece um conjunto de técnicas que permite apreender o sentido das mensagens anunciadas através da linguagem; veículo, por excelência, dotado de significados em seus aspectos objetivo e subjetivo.

Para compreender a complexidade do discurso dos entrevistados, recorreremos ao que Mills (1978) chama de imaginação sociológica. Tal estratégia permite apreender

como são efetivadas as articulações na cadeia produtiva. Seja entre as próprias organizações, seja entre elas e as instituições locais.

Realizada a pesquisa de campo, o tratamento dos dados foi realizado seguindo o princípio, chamado por Bardin (2002), de leitura flutuante. Cujo propósito é achar homologias entre os dados empíricos com os referenciais teóricos e as hipóteses que nortearam esta tese de doutorado. Para tanto, organizamos as informações que tínhamos à disposição em conteúdos temáticos e, assim, fazer as devidas inferências. Dessa forma, enumeramos abaixo nossas principais categorias e subcategorias analíticas:

1 - Arranjos Produtivos Locais: flexibilização produtiva, instituições, organização produtiva familiar, ford-taylorismo, sociedade pós-industrial, governança;

2 - Trabalho: flexibilização do trabalho, empreendedorismo, divisão sexual do trabalho e patriarcalismo, trabalho e o imaginário;

3 - Aprendizagem e Inovação: conhecimento codificado, conhecimento tácito;

4 - Ação comunicativa: razão comunicacional, razão instrumental, esfera privada, esfera pública estatal, esfera pública não estatal; sentimentos morais;

5 - Sociabilidade: comunitarismo, solidariedade mecânica, solidariedade orgânica;

6 - Capital Social: empoderamento, espaços de aprendizagens inovativos formais e espaços de aprendizagens inovativos informais.

Estes eixos temáticos evidenciaram que durante os processos dialógicos, há momentos de convergências e dissonâncias de valores. Levamos em conta que seus significados nem sempre são compartilhados pelos diversos atores sociais da cadeia produtiva.

Apreender os significados dos discursos, através da emissão e recepção da linguagem, tornou possível fazer o tratamento de dados de forma a descobrir as homologias entre as teorias dos nossos referenciais teóricos e as práticas cotidianas vivenciadas pelo ator social. Com isso, procuramos identificar como a sinergia e a entropia norteiam a interação em busca da aprendizagem inovativa.

Feitos tais esclarecimentos, procuramos demonstrar em que medida nossas hipóteses foram confirmadas pela pesquisa de campo. Indicamos, então, que a pesquisa tinha como propósito averiguar o potencial do trabalho empreendedor como estratégia para aprender a inovar a interação social e a produção de bens e serviços. Daí surgiram questões específicas, tais como: Quais são as mediações existentes para a produção em rede? Quais são as esferas de aprendizagens para a inovação tecnológica? A

flexibilização produtiva tem tornado as relações trabalhistas mais democráticas? Qual o papel das instituições enquanto fomentadoras do desenvolvimento local? Quais são as fontes de conhecimentos utilizados para a inovação do produto e do processo? Qual a potencialidade e os limites do trabalho empreendedor como inclusão social?

Esta série de questões nos permite inferir que as transformações efetuadas no modo-de-produção fordista-taylorista, muitas vezes, são reestruturadas através de mediações, que resultam em novas contradições, a seguir pontuadas:

a) No setor ideológico: a consolidação do Estado neoliberal, a partir da década de 1990, fez predominar um discurso em defesa da idéia de que o indivíduo tem autonomia para regular sua própria existência e, através da auto-organização, assegurar seu sustento.

Neste contexto, os Arranjos Produtivos Locais são apresentados como uma das racionalidades necessárias para combater a crise econômica mundial, que estava em vigor desde meados de 1970. Isso porque acredita-se que a flexibilização produtiva e a flexibilização do trabalho torna os empreendimentos mais competitivos e sustentáveis. Desde então, as micro, pequenas e médias organizações são incentivadas a adotarem tal racionalidade; advento, este, que cria a possibilidade do trabalhador ter seu próprio negócio, quando passa a utilizar seu conhecimento tácito para inovar. O empreendedorismo surge como um novo sentido dado ao trabalho. Intento alcançável por meio da construção de uma identidade individual e coletiva. A identificação é concebida como uma prática aberta a ser construída através do engajamento em torno da causa empreendedora. Engajar-se é uma das condições necessárias para a produção em rede. Pois, a cooperação permite maximizar a aprendizagem tanto da interação social, quanto da produção de bens e serviços.

Ora, é preciso considerar que, se por um lado, o empreendedorismo representa uma importante estratégia para a inclusão social pelo trabalho, por outro, é preciso considerar que esta mediação ideológica apresenta limites. Basta verificar as contradições que emergem da nova divisão mundial do trabalho. Para muitos autores, a transição da sociedade industrial – fordista-taylorista – para a pós-industrial – toyotista – se dá num contexto em que os países do norte mantêm a hegemonia em termos de domínio de mercado; haja vista que as inovações ficam centralizadas nos países tecnologicamente avançados. Neste caso, a divisão social do trabalho é mantida hierarquicamente entre as regiões Norte e Sul. Ao primeiro grupo, cabe planejar;

enquanto ao segundo, executar. Daí este modelo produtivo ser chamado de “a sociedade programada”, adverte Cinti (2000), citando Alain Touraine.

Assim sendo, o trabalho nas nações emergentes continua subordinado às tecnologias criadas pelos países centrais. Se assim é, há quem defenda a permanência da sociedade fordista-taylorista, uma vez que a relação entre comandante e comandado não desaparece totalmente na área do trabalho; daí o uso do termo neofordismo, quando se leva em conta a subordinação das regiões periféricas (HARVEY, 2006). Isso significa que nesta localidade, no setor de confecção, por exemplo, nem todos os empreendedores terão autonomia para inovar, considerando que muitos dos recursos tecnológicos ficam concentrados em poder dos Estados soberanos. No capitalismo globalizado, portanto, a governança ainda parece ficar centralizada. Na falta de recursos tecnológicos, resta aos segmentos produtivos desfavorecidos, copiar em vez de inventar moda.

b) No setor político: para Habermas (1984), as democracias estabilizadas são aquelas em que a sociedade civil detém maior liberdade para deliberar as leis que regularão a cidadania do indivíduo; onde a auto-organização facilita a mobilização em prol da preservação ou conquistas de direitos. Neste sentido, os movimentos dos trabalhadores é um dos casos exemplares (CASTEL, 1998). A interação social, por meio do trabalho, pode fomentar a cooperação e confiança; que representa uma das condições necessárias para a produção em rede, a exemplo das micro e pequenas empresas italianas setentrionais, citadas por Putnam (2007), ao defender que nesta região há um forte capital social.

Se existe sociedade civil interagindo por meio do associativismo e do cooperativismo – um dos fundamentos das sociedades democráticas (TOCQUEVILLE, 2000) –, a mediação política nas esferas públicas não deixa de apresentar algumas contradições. Isso porque, nem sempre, é possível generalizar a sinergia proporcionada pelo capital social. De fato, sociedades periféricas, como a brasileira, a auto-organizadas não é um fato generalizável; tendo em vista que a baixa cultura associativista e/ou cooperativista (SOUZA, 2000) impede a criação de valores comuns de modo a forjar uma identidade homogênea voltada para a defesa dos interesses coletivos e, assim, fazer frente ao Estado antidemocrático. Isso significa que em determinadas redes, os grupos sociais constituem identificação diferenciada ao seguir caminhos produtivos e comunicativos distintos.

A sociabilidade experienciada, nestas localidades, efetiva-se para além da esfera governamental. Neste contexto, a ação comunicacional para a aprendizagem inovativa

pode ser mais eficaz na esfera privada e na esfera pública não estatal (COCCO, 2000). São nestes espaços, que a sociabilidade gera sentimentos morais capazes de maximizar o fluxo informacional (CASTELLS, 2005a). Em outras palavras, é onde a razão comunicativa desbloqueia as informações necessárias ao aprendizado, cerceando a razão instrumental representada pelo Estado conservador em suas práticas clientelista e corporativista. Ou seja, ações voltadas para interesses meramente eleitoreiros e/ou para beneficiar aos grupos sociais que estão próximos ou apóiam os representantes desta instituição; cultura política denominada por Faoro (2000), como patrimonialista.

c) No setor econômico: a reestruturação do modelo fordista-taylorista retirou a centralidade do Estado keynesiano como planejador do desenvolvimento articulado à geração de trabalho e renda; provocando o desemprego em massa (POCHMANN, 2002). A reinserção ao mercado, em grande parte, é proporcional à capacidade empreendedora dos profissionais. Ou seja, à medida que criem estratégias para aproveitarem os novos nichos de mercado, assim como, inovar na produção de bens e serviços, conforme defendem os neoschumpeterianos (TIGRE, 2006). A reestruturação do planejamento econômico, então, se dá mediante a transição do capitalismo organizado para o capitalismo desorganizado, isto é, pela centralidade e descentralidade do Estado, enquanto regulador das regras mercadológicas (OFFE, 1989; SANTOS, 2002a).

As contradições deste modelo, como já assinalamos, podem ser atribuídas ao fato de que em economias periféricas, como a brasileira, nem todos os empreendimentos produtivos têm acesso aos insumos necessários à inovação de bens e serviços. Para resistirem às razões instrumentais do mercado e do Estado, as novas subjetividades do trabalho criam laços na esfera privada e na esfera pública não estatal. Nestas esferas, as organizações produtivas têm sido capazes de praticar a ação comunicativa (PAULA, 2008) e, assim, estreitarem os laços sociais. No caso dos espaços privados, a solidariedade mecânica durkeimiana – interação entre o núcleo familiar e os parentes – e a solidariedade orgânica – interação entre vizinhos e amigos – formam uma comunidade dialógica. Prática que permite flexibilizar não somente o processo produtivo, mas também, a atividade profissional.

Uma das consequências deste modelo produtivo é a inserção da mulher no mercado de trabalho. Esta inovação na sociabilidade permitiu relações trabalhistas menos assimétricas no seio comunitário. Todavia, é preciso observar que estes espaços não representam a solução final para a competitividade do empreendimento, dada a

saturação do fluxo informacional e comunicacional; o que resulta, portanto, na continuidade das situações adversas. Para muitos autores, o enfrentamento da divisão sexual do trabalho (WALBI, 1996) não elimina a subordinação da mulher ao homem, tendo em vista que mesmo com maior escolaridade, ela continua recebendo menores salários e ocupando cargos inferiores nas empresas. Ademais, ao ser integrada ao mercado de trabalho, acaba exercendo dupla jornada de trabalho – na organização e nos afazeres domésticos (KEGOAT e HIRATA, 2003).

No quesito acesso a insumos necessários à gestão, de acordo com Granovetter (1973), os laços fortes, isto é, o capital social existente nos núcleos familiares, tende a limitar o aprendizado; daí a necessidade de buscá-lo fora destes espaços. Portanto, onde existem laços fracos é que as alianças devam ser ampliadas e fortalecidas. Destacamos, assim, que a sociedade em rede potencializa a cadeia produtiva quando ela é estruturada pelo capital social (ALBAGL e MACIEL, 2003). Este, representa uma significativa estratégia para o empreendedor continuar aprendendo a inovar. Nesta ótica, diante das dificuldades de obter conhecimento codificado proveniente das instituições pertinentes às esferas estatais, são nos espaços privados e públicos não estatais que os sentimentos morais facilitam o intercâmbio do conhecimento típico das organizações familiares populares: o saber tácito.

É, pois, o conhecimento tácito dos produtores locais que asseguram o desenvolvimento sustentável; quando estão situados num contexto da modernização conservadora. Perceptível quando os empreendedores procuram espaços comunicativos para suprir suas demandas de insumos e não encontram instituições públicas estatais predispostas ao diálogo. Esses Estados costumam tomar decisões de cima para baixo, sem se preocupar com os déficits sociais. Nos momentos em que precisam legitimar-se diante das massas, implementam transformações nos moldes “mudar para conservar”. Prática ilustrada pelo populismo que vigorou em boa parte das ações governamentais brasileiras (WELFFORT, 1978), que consiste em se aproximar da camada popular por motivos meramente eleitoreiros.

CAPÍTULO 2: AS ANTINOMIAS DO TRABALHO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL: (RE)CONSTRUINDO O IMAGINÁRIO TRABALHISTA

2.1 O Trabalho como construção do ser social

Entendemos o trabalho como uma atividade mediadora da relação entre os homens, pois, é por meio dele que expressam sua intencionalidade e o dota de significados. Se esta ocupação é produtora de valor material, é também capaz de produzir bens simbólicos (TEIXEIRA, 2004; MIGEOTE, 2005) refletidos nas representações dos papéis sociais, constituídos por elementos objetivos – a estrutura – e elementos subjetivos – visão de mundo derivadas das experiências do dia-a-dia (BERGER e LUCKMANS, 1997).

Para compreendermos as transformações ocorridas nas organizações da produção e seus reflexos sobre o imaginário do trabalhador na sociedade contemporânea (FERREIRA, 2005), consideramos necessário fazer uma breve digressão a respeito da pluralidade manifesta neste universo. O trabalho como construção do ser social é, assim concebido apenas na era moderna, no entanto, ele tem sido passível de (des)continuidade, sobretudo, sob vigência hegemônica da organização científica taylorista. Isso porque esta modalidade da divisão social do trabalho delimita quem deve planejar e a quem cabe executar os processos fabris, resultando numa relação de comandante e comandado e, por conseguinte, na assimetria de poder.

A descontinuidade no mundo do trabalho merece atenção, tendo em vista o histórico descaso e, conseqüentemente, a precarização da condição humana de quem depende dessa atividade para sobreviver. O termo trabalho está atrelado à ação social. Primeiramente, em relação do homem com a natureza para transformar os recursos naturais no seu bem-estar. A segunda diz respeito à interação do homem com seu semelhante em busca de compartilhar valores. Etimologicamente, em latim, o termo mantém o duplo sentido social, deriva de *tripalium*, que na agricultura era um objeto utilizado para o beneficiamento de cereais. Mas, que posteriormente foi associado ao termo *tripaliare*, instrumento de tortura (ALBORNOZ, 1986). Portanto, associado a um ato desagradável pelo encargo que traz ao corpo. Podemos, por assim dizer, que o modelo taylorista, adquire este sentido do trabalho.

As antinomias do trabalho podem ser melhor apreendidas, quando Hannah Arendt (2003) interpreta a ação do homem na sociedade. A autora entende que o homem age no mundo a partir de três formas: labor, trabalho e práxis. O labor é a labuta

do homem para atender suas necessidades materiais de ordem biológica ou *ciclo vital*, sua produção se esgota no próprio ato de consumir. Está mais próximo, então, da vida dos animais na busca pela sobrevivência, que corresponderia ao homo laborans/animal laborans., neste caso, significa a submissão do homem à natureza, aos ciclos da fartura e escassez, enfim, das intempéries. Trabalho, por sua vez, é associado a poiesis, são os objetos construídos pelos homens a partir da extração dos recursos naturais para serem trocados, tem-se aí o homo faber construindo um mundo entre o natural e o social mediado pelas trocas. De acordo com Arendt, entretanto, é a práxis, no sentido grego, que verdadeiramente promove a liberdade, tendo em vista que o indivíduo é um ser plural e que precisa criar estratégias para viver em sociedade e, ainda assim, preservar sua emancipação. Práxis significa reflexão e ação. Para agir o homem precisa refletir de modo que suas ações sejam carregadas de racionalidade, no sentido kantiano, ou seja, que gere compreensão sobre as tomadas de decisões (KANT, 1985). A ação alcança seus fins últimos quando realizada publicamente, portanto, mediante decisões coletivamente efetivadas na polis (HABERMAS, 1988).

Nesse sentido, podemos dizer que o trabalho por si só não emancipa o homem. Para isso, ele precisa lutar pelo reconhecimento dos seus direitos na esfera pública, levando em conta que convive com uma diversidade de interesses, nem sempre conciliáveis. Portanto, conviver em sociedade requer a capacidade de resolver os conflitos a partir do diálogo e não monologicamente, pois a ação dialógica é capaz de dar novos significados à existência humana, ao tentar convencer e ser convencido. Desse modo, o homem seria um taumaturgo pela capacidade de desencadear novos processos democráticos (ARENDT, 1998).

A questão historicamente discutida é saber como conciliar trabalho e práxis. Vale observar que, na antiguidade clássica grega, esta atividade era desprezada de modo a não existir um termo para expressá-la (ANDERSSON, 1998). No entanto, não se repudiava o trabalho em si, mas a possibilidade do homem perder sua autonomia – ter o ócio necessário para a instrução e não depender de outrem para agir sobre o mundo e, sobretudo, poder participar das discussões que decidiriam os interesses coletivos na ágora, que cabia ao cidadão, com disponibilidade de tempo para adquirir virtude cívica, obtida pelo conhecimento da retórica e a arte da persuasão.

Neste período, expressões referentes às profissões (*technai*), denominadas de artesanais (*banausikai*) “são, de fato, criticadas, e é com razão que são totalmente menosprezadas na polis. [Essas profissões] não deixam nenhum lazer (*ascholia*) para se

ocupar dos amigos e da polis”. Entretanto, não pode ser dito que há uma visão unidimensional do trabalho mesmo na antiguidade clássica grega, é preciso lembrar as tentativas implementadas para ampliar o conceito de democracia, incluindo aqueles que se ocupavam desta atividade, proposta por Péricles, em seus discursos democratizantes¹. Na realidade, no mundo grego

o trabalho manual não era desprezado em si, mas na medida em se impunha como uma necessidade. A situação mas degradante, que os filósofos apresentavam como uma perda de liberdade e uma forma de servidão, era o estado de dependência a que podia levar a pobreza: aquela do pequeno artesão-lojista sempre à mercê do cliente e, principalmente, aquela do *thète*, figura clássica do homem sem recursos que devia alugar seu trabalho a terceiros. (MIGEOTTE, 2005, p.32)².

Podemos demonstrar a importância do trabalho na sociedade moderna, Locke recorre ao fator cultural para legitimar o trabalho braçal e os frutos dele gerado. O autor diz que Deus, indistintamente, dera a terra a todos os homens para que pudessem prover seu sustento. E como o homem é proprietário do seu próprio corpo, os frutos obtidos pelo suor do trabalho devem pertencer àquele quem os produziu: o trabalhador. A importância de seu postulado é a defesa de que o homem é um ser livre e igual aos seus semelhantes; sendo que o trabalho ao gerar riqueza o torna livre por meio da propriedade privada, uma vez que não deve entregar os frutos do seu trabalho para outrem, com era na antiguidade clássica e no período medieval. Esta é uma condição necessária para preservar a vida e a liberdade, é o que determina a lei natural e a lei divina (LOCKE, 2002)³

¹Confessar que se é de condição modesta (*pénesthai*) não é vergonha para ninguém, vergonha é não fazer nada para si disso. Cada indivíduo pode ao mesmo tempo velar pelos seus negócios (*oikeia*) e pela polis (*polítika*), e aqueles que estão presos por seus trabalhos (*erga*) podem se manter conveniente a par dos assuntos públicos (*polika*); com efeito, só aquele que não participa deles nós consideramos um não tranqüilo, mas inútil” (texto do historiador Tucídides, cerca de 400 a.C., comentando o período governado por Péricles citado por MIGEOTTE, 2005, p.28)

²Não menosprezamos o fato de que, neste período, a concepção do trabalho [...] apresentava uma forte homogeneidade nos diferentes níveis da sociedade grega [...] Também nesse caso, essas concepções tiveram seu equivalente na história ocidental durante longos séculos, e mesmo no mundo de hoje, onde a riqueza continua sendo um elemento fundamental de prestígio social (MIGEOTTE, 2005, p.34).

³Não desprezamos o fato de que Locke não pudesse “imaginar o resultado dessa acumulação para o século XX, nem sonharia com a revolução industrial e a violentíssima acumulação primária do século XIX”, (MARÉS, 2001, p.243).

2.2 O Trabalho e o Imaginário

Vê-se, assim, que historicamente o imaginário do trabalho na modernidade perpassa a ideia de que o homem precisa trabalhar para ser livre e, com isso, não depender de outrem. Caso contrário, há sempre o risco de ver seu potencial criativo ser cerceado. Nessa perspectiva, o trabalho é produtor de valor para atender tanto as necessidades materiais – alimentar-se, ter moradia, meios-de-produção, etc. – quanto imateriais – ser moralmente reconhecido como idêntico ao outro. É nesse sentido que Smith endossa a importância desta atividade, ao pesquisar uma fábrica de alfinetes e verificar que na divisão social do trabalho são trocadas tanto relações econômicas, quanto sociais. Na fabricação de alfinetes, argumenta, um grupo de dez trabalhadores ao adotarem tal técnica, consegue fabricar quarenta e oito mil peças diariamente, caso trabalhassem isoladamente produziriam apenas vinte alfinetes diários.

A divisão social do trabalho reduz o tempo necessário para a produção a partir da especialização. Mas, concomitantemente, o trabalho especializado, se por um lado, representa a maximização produtiva, por outro, fomenta um profissional solipsista.

Não é por generosidade que o homem do talho, quem faz a cerveja ou o padeiro [que] nos fornece os alimentos; fazem-no no seu próprio interesse. Não lhes falamos das nossas necessidades, mas dos seus próprios interesses [...] Só um mendigo prefere depender da caridade dos seus concidadãos; e mesmo nesse caso a dependência não é total. (SMITH, 1974, p.20).

Esta citação extraída da *Riqueza das Nações*, se lida isoladamente, dá margens para compreender o trabalhador como um indivíduo, notadamente egoísta. No entanto, em *Teoria dos Sentimentos Morais* (1999) compreendemos que o trabalhador smithiano não é um ser imoral, pois, sempre que se engaja nesta ocupação beneficia a si, como também o conjunto da humanidade. É por meio desta prática individual que se alcança o progresso da sociedade. Neste caso, cada vez que alguém está trabalhando, colabora para o desenvolvimento em benefício de todos: é a partir da troca no comércio que as diferentes necessidades são reciprocamente satisfeitas. Assim, “não seria exagero afirmar que a economia anda de mãos dadas com sua teoria da moralidade”. Isso significa que o mendigo ao trabalhar, ajuda a promover o crescimento e fica menos dependente do outro. Encontramos aí os “fundamentos para a ação econômica, a partir de uma problematização das determinações básicas das paixões humanas” (TEIXEIRA, 2004, p.39). Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, então, Smith explica que a ação do

homem não se inclina, necessariamente, para o egoísmo, mas também, para a cooperação; dada a simpatia que tem pelo seu semelhante. Tal emotividade faz com que a pessoa se coloque no lugar da outra, e assim, experiencie as necessidades alheias. Muitas vezes, diz o autor, ficamos tristes com a tristeza de outrem, portanto, somos capazes de saber os sentimentos do próximo pela imaginação.

O homem na sociedade, portanto, trabalha orientado pela troca econômica e interage através da solidariedade. Esta perspectiva smithiana do comportamento humano contém “uma verdadeira teoria sociológica do modo de construção das estruturas normativas da ação” (MECURE, 2005, p.128). Daí, podemos dizer: a) o trabalho possui uma dinâmica própria, derivada da tendência ou necessidade do homem de estabelecer intercâmbios econômicos, fomentando o desenvolvimento; b) o homem é produtor de mercadorias, mas, que se preocupa com a harmonia social, isso se explica pela teoria da mão invisível: nas trocas econômicas e sociais prevalecem o amor a si, esta prática encontra-se generalizada entre os homens; c) em *Riquezas das Nações*, os conflitos não são menosprezados; nem se nega os interesses antitéticos entre patrões e empregados, sobretudo, quando o assunto tratado é a questão salarial. No entanto, espera-se também que haja desejo de negociação entre empresa e trabalhador (MERCURE, idem, p.129-132).

Se o trabalhador é orientado por sentimentos éticos, a descontinuidade moral na modernização da divisão social do trabalho pode ser ilustrada no pensamento de Taylor. Sua proposta de organização científica trabalhista, embora vise valorizar esta atividade por meio da diminuição da fadiga e do planejamento de cargos e salários, parece privilegiar o aumento da produtividade e lucratividade do que integrar o trabalhador ao longo da cadeia produtiva. Considerando que seus quatro princípios resultaram na especialização produtiva e relações de trabalho assimétricas.

De fato, seu postulado consiste no seguinte: planejamento, seleção, controle e cooperação. Estes elementos visam estudar o tempo e o movimento do trabalhador, para em seguida criar um padrão de execução profissional e, assim, racionalizar o processo produtivo evitando o desperdício de tempo. De fato: a) o planejamento tem como propósito eliminar as regras subjetivas, ou seja, a experiência cotidiana do trabalhador em favor de critérios objetivos estabelecidos cientificamente; b) a seleção visa alocar o trabalhador na função correspondente às suas habilidades intelectuais, portanto, de acordo com as características pessoais, para reproduzir com perfeição a função ocupacional previamente designada; c) o controle pretende vigiar o trabalhador e aferir

o cumprimento das tarefas conforme as leis científicas estabelecidas pelos manuais de ofício, cabe, então, ao trabalhador apenas executar as tarefas; d) a cooperação entre administradores e trabalhadores é demarcada pelas funções, postulando-se quem deve comandar e quem deve obedecer (TAYLOR, 1990).

Dessa maneira, os princípios tayloristas escamoteiam o que está subjacente à organização científica: hierarquizar as relações de trabalho a partir das profissões. Primeiramente por meio do conhecimento e, secundariamente, a partir dos cargos e salários. Os quatro princípios reproduzem tal desigualdade, ao defender que existe apenas uma melhor maneira de executar o trabalho, excluindo as possibilidades de flexibilizar a participação do trabalhador na cadeia produtiva. Vale observar que tais práticas alienam o trabalhador. Para Marx (2001), o trabalhador deixa de ser alienado quando adquire uma visão crítica, seja do ponto de vista ideológico – as ideias hegemônicas vigentes –, seja sob a perspectiva política – quando tem poder suficiente para reivindicar por melhores condições de vida – e econômico – ao reivindicar pelo controle dos meios-de-produção.

A alienação no modelo de Taylor, deve-se ao fato de que o planejamento é previamente estabelecido pelos tecnocratas, uma vez que não há espaço para que os trabalhadores de baixa hierarquia possam exercitar sua faceta criativa. A liberdade para a reparação das possíveis falhas existentes nos processos de fabricação é sobreposta pela engenharia da produção (MOTTA, 2003). O processo seletivo visa descobrir, por meio de testes de aptidão profissional, o cargo a ser ocupado. Então, são dadas instruções e treinamentos de acordo com a capacidade que cada um tem para aprender, como se o conhecimento e as habilidades fossem inatas. Deve-se cumprir a atividade de acordo com o critério racional científico, isto é, objetivo; rejeitando os aspectos subjetivos do trabalhador, a exemplo do conhecimento tácito. Há aí, uma clara delimitação entre quem concebe a melhor forma de planejar as tarefas fabris e quem deve executá-las. Neste caso, a divisão social do trabalho taylorfordista faz o trabalhador assemelhar-se mais a uma máquina do que a um ser humano. No quesito controle, pretende-se aumentar a produtividade, para isso, a coerção pode ser feita de forma sublimada, premiando com uma maior remuneração ou atribuindo outros prêmios, e punindo aqueles que não alcançam as metas de produção estabelecida, por meio da exclusão desses benefícios. A cooperação se dá pela expressa obediência e não pelo diálogo entre os diferentes níveis hierárquicos, uma vez que o questionamento não é permitido. São os tecnocratas que detém o monopólio do conhecimento.

Tal paradigma taylorista, implementado por Ford (DE MASI, 2001), ficou arraigado na cultura produtiva do mundo ocidental, para além da ideologia política econômica. Tanto no capitalismo, quanto no socialismo, este modelo é considerado o mais racional para alcançar os progressos econômico e social⁴ – um dos ideólogos ativistas do comunismo, a exemplo de Lênin, opunha-se a Taylor apenas no que diz respeito à injusta distribuição das riquezas produzidas pelo sistema industrial (DE MASI, 2003).

De fato, apesar de a organização científica gerencial ter representado um modelo eficaz na questão divisão social do trabalho, dado o significativo aumento da produtividade, no entanto, a partir da década de 1970 começou a apresentar limites de racionalidade, por restringir o crescimento econômico. Tal advento costuma ser atribuído à rigidez da economia de escala, portanto, a falta de inovação. Em grande parte, acredita-se também que o comando centralizado impedia que os trabalhadores participassem dos processos produtivos, tornando-se meros coadjuvantes do desenvolvimento. Sob esse prisma, as antinomias do taylorismo são concebidas sob duas perspectivas:

No que diz respeito ao aspecto sociológico:

as críticas foram ao *one best way* [a melhor maneira] e à impessoalidade. Foram os sociólogos e psicólogos das organizações que explicitaram as insuficiências do modelo racional. Não se pode falar de *one best way* porque toda uma série de fatores imprevisíveis entra em jogo para modificar a pertinência das estruturas que entram em ação: acasos econômicos, contingências tecnológicas políticas e sociais, motivações das pessoas, complexidade dos circuitos de decisão e de comunicação [...] a virtude da impessoalidade acarreta, por outro lado, um empobrecimento considerável do conhecimento da realidade humana do

4 Foi, portanto, durante o fordismo-taylorismo que houve as condições necessárias para que a relação entre capital e trabalho, especialmente nos países de capitalismo avançado, se tornassem menos antitéticas. A massificação do emprego, por sua vez, permitiu também a massificação do trabalho assalariado. Ainda que, como observa Castel, a integração do trabalhador no mundo capitalista tenha sido de forma subordinada, entretanto, a concessão de direitos – civis, políticos e sociais –, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, assegurou aos trabalhadores o acesso a bens e serviços que, antes, eram usufruídos pelos segmentos sociais que detinham grandes patrimônios. Portanto, essa promoção da condição de assalariado atropela a oposição secular entre o trabalho e o patrimônio. “Bons salários, posição de poder e de prestígio, liderança em matéria de modos de vida e de modos culturais, segurança contra o acaso da existência não estão mais necessariamente ligados à posse de um grande patrimônio. Em último caso, as posições socialmente dominadas poderiam até mesmo ser asseguradas por ‘puros’ assalariados, isto é, por pessoas cujos salários e cuja posição na estrutura dependeriam exclusivamente de seu emprego” (CASTEL, 1998, p.468).

trabalho: feita também por grupos, de conflitos, de valores profissionais e de identidade coletivas muito complexas. (SAINSAULIEU e KIRSCHNER, 2006, p.83-84).

Quanto ao viés econômico, deve-se observar que

esses modelos são essencialmente censurados por forçar muito a especialização da definição formal das tarefas e a fraca possibilidade de mudança oferecida à grande maioria dos trabalhadores de base, que passam a vida inteira numa extrema divisão de trabalho e de responsabilidades entre, por um lado, os que executam as tarefas monótonas e repetitivas de trabalhadores especializados e de empregados e, por outro, os engenheiros técnicos e os quadros encarregados de funções mais ricas de concepção, de criatividade e de controle. Os ergônomos mostram que demasiada especialização e repetitividade do trabalho em série levam a graves deteriorações mentais e psíquicas. Em definitivo, sublinham o efeito contraproducente de um excesso de racionalização formal. (SAINSAULIEU e KIRSCHNER, *idem*).

A hegemonia do taylorfordismo começa, então, a demonstrar vulnerabilidade com a crise econômica e seus reflexos sobre a lucratividade e o mercado de trabalho. Segundo Jeremy Rifkin (1995), na década 1960 a economia a norte-americana era o maior centro comercial do mundo. Todavia, a partir de então seu crescimento é ameaçado. Se em 1965, as empresas atingiam seu auge ao faturarem um lucro líquido de 10%, em meados dos anos 70, a lucratividade havia caído para menos de 6%. Era a retração da economia mundial que estava por vir. Sendo que no caso dos EUA, tal fenômeno se dá pela saturação do mercado consumidor, falta de inovação de bens e serviços⁵, o aumento do barril de petróleo e os maiores reajustes salariais concedidos aos trabalhadores. Para reverter tal tendência, foi investido mais de um trilhão de dólares em pesquisas tecnológicas. Para o citado autor, a inserção de novas tecnologias tenderia, progressivamente, causar o fim do emprego.

Embora não haja um consenso de sua causa, a reestruturação da organização produtiva trouxe como consequência direta para o mercado de trabalho o surgimento do desemprego em escala universal. Mas, vale ressaltar que

Apesar do unânime entendimento sobre a gravidade do desemprego, não há diagnóstico consensual, nem tampouco tentativas de solução homogêneas. De

⁵Por volta de 1979, havia um carro para cada dois americanos e mais de 90% dos lares americanos estavam equipados com geladeiras, máquinas de lavar roupa, aspiradores, rádios, ferros elétricos e tostadeiras” (RIFIKIN, 1995, p.97-96).

forma simplificada, pode-se destacar que, enquanto para o Banco Mundial as causas principais do desemprego assentam-se na ausência de plena liberdade comercial e na ampla difusão tecnológica, a OCDE identifica, além dos fatores conjunturais, a falta de empregos para todos como decorrência de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequadas sobre o mercado de trabalho [...] para a OIT, entretanto, a escassez de vagas estaria mais associada às taxas insatisfatórias de crescimento econômico (POCHMANN, 2002, p.39).

É, pois, sob o declínio da hegemonia da sociedade industrial fordista-taylorista que se efetiva a (re)construção do trabalho. Destaque deve ser dado às singularidades experienciadas pelos trabalhadores, na tentativa de se manter no mercado. Dessa maneira, buscamos apreender a valorização desta atividade em seu potencial criativo e emancipatório sob a nova divisão social do trabalho na sociedade pós-industrial – compreendida, aqui, como um momento de transição do modo-de-produção taylorista-fordista para o toyotismo, cuja especificidade é a aprendizagem tecnológica como estratégia de sustento organizacional. O sucesso de tal empreitada é proporcional, mediante o uso de um dos principais insumos: a informação e o conhecimento detidos pelos profissionais. É preciso acrescentar que a reestruturação do mercado de trabalho, ocorre num contexto da dificuldade do Estado em fomentar políticas econômicas articuladas com a questão social, a exemplo do keynesianismo. A possibilidade de estar desempregado, neste caso, aumenta as chances de exclusão social (DUPAS, 1998), pois, a pobreza é um impeditivo para o homem expressar seu potencial e talento (SEN, 1999).

A sociologia do trabalho é retomada num contexto dessas instabilidades, isto é quando várias áreas do conhecimento são revisadas e decreta-se o fim de quase tudo: a) o fim do emprego: com as revoluções na telemática (telecomunicações e informática), a força de trabalho vivo – empreendido pelo homem – progressivamente seria substituída pela força do trabalho morto – realizado pela máquina (RIFIKIN, 1995); b) o fim do trabalho: a substituição da força humana faria com que o trabalhador deixasse de representar uma classe social; na realidade, surgiria a classe-do-não-trabalhador que se incumbiria de resignificar esta atividade, por meio do cooperativismo e associações, assim, produzir-se-ia bens socialmente úteis, isto é, não mercantilizáveis (GORZ, 2005); c) o fim capitalismo organizado: rompimento com o Estado keynesiano, até então, o promotor do crescimento econômico articulado com a geração de emprego e renda (SANTOS, 2001; OFFE, 1989); d) fim do Estado do bem-estar social: em consequência das dificuldades em atender às crescentes necessidades do trabalhador – independentemente de estar no mercado formal ou informal (DRAIBE e HENRIQUE,

1988); e) o fim da sociedade industrial: com isso, fala-se em neofordismo ou pós-fordismo, que destaca a inexorável permanência da contradição entre capital e trabalho e, conseqüentemente, a impossibilidade de cultivar os ideais iluministas – de igualdade, liberdade e solidariedade – numa sociedade totalmente cindida em seus aspectos sociológicos, políticos, culturais e econômicos (HALL, 2006). Harvey (2006), fazendo eco às vozes que falam na morte do sujeito, diz que não há pós-fordismo e sim neofordismo, considerando que o trabalho continua hierarquizado. Para o autor, a descentralização produtiva torna o trabalhador subordinado aos comandos dos países centrais.

Se não apreendemos a evolução da sociedade sob a perspectiva apriorística, isto é, determinista, conforme as assinaladas acima, não podemos ignorar as recentes transformações ocorridas no mundo do trabalho. Efetivamente, evitamos discutir o trabalho na forma como vem sendo adotada: uma teoria geral que, de um lado, defende a centralidade do trabalho em seu aspecto economicista, isto é, o histórico conflito de classe – trabalhadores que visam emancipar o homem enquanto ser genérico por deter o conhecimento necessário para tal empreitada, e por isso mesmo, são capazes de fomentar valores sociais para além do capital (ANTUNES, 2005); de outro, a descentralidade do trabalho torna esta categoria social secundária, seja porque os novos estudos do trabalho voltam-se para a sociedade pós-industrial como apaziguadora do conflito, neste caso, o trabalhador é tido como um parceiro da empresa, a exemplo do modo-de-produção toyotista (DRUKER, 2006), seja porque emergem outros atores políticos dotados de maior legitimidade, tais como movimentos feministas, ecológicos, grupos minoritários etc. (OFFE, 1989; HABERMAS, 1987). Ao contrário de tais tendências, contra o fim de tudo, buscamos o que tem de *singular* nas vivências plurais na modernidade, em outras palavras, busca-se um olhar para a *força do presente* (JAMESON, 2005).

O que foi dito até agora, nos permite argumentar que a industrialização não tem seguido uma trajetória linear, especialmente, no que diz respeito à hegemonia das organizações produtivas e do trabalho (DE MASI, 1999). Sendo assim, procuramos apreender as singularidades da sociedade pós-industrial, sem, no entanto, deixar de destacar as estruturas comuns que orientam o pós-industrialismo, a necessidade de aprender a inovar como estratégia de sustentabilidade organizacional, pois esta é uma condição necessária para a inclusão social por intermédio do trabalho.

De acordo com Daniel Bell (1974), na sociedade pós-industrial, ao contrário de sua antecessora, o principal insumo para a inovação tecnológica é o conhecimento, portanto, sua estruturação se dá pela tecnologia derivada do saber e não da propriedade, como defende o pensamento marxista. O método tecnológico, afirma o autor, não conhece fronteiras ideológicas, haja vista que tanto no socialismo quanto no capitalismo tem-se utilizado tal recurso. No intuito de escapar do determinismo tecnicista, isto é, da concepção de que todas as sociedades inexoravelmente irão utilizar tal experimento, o sociólogo expressa-se sob a perspectiva de *análise de tendências*, tendo como referências a ascensão do setor de serviços nos EUA, no pós-guerra. Com isso, estabelece cinco hipóteses que caracterizariam a sociedade emergente ao fordismo-taylorismo:

- a) área econômica: a predominância do modelo produtivo no setor de serviços, em detrimento da produção de bens;
- b) área ocupacional: profissionais mais qualificados e ampliação de quadros técnicos nas organizações;
- c) eixo central: o conhecimento como fonte de inovação, daí a necessidade de investir nas políticas de ensino educacional;
- d) valorização e controle tecnológico: como estratégia de competitividade;
- e) poder de decisão: valorização da classe intelectual, afinal, são eles os detentores da informação e conhecimento.

Vale ressaltar que, embora não seja um crítico da economia capitalista, Bell não deixa de observar suas contradições: a permanência das desigualdades sociais. Daí sua proposta da saída do liberalismo pela instauração da *família pública*. Para o autor, o corporativismo e os oligopólios impedem que o mercado torne os homens livres; os interesses privados e a ingerência mercadológica não trouxeram, necessariamente, benefícios coletivos. Se o liberalismo econômico tornou-se predatório, o liberalismo político não pode ser descartado, diz o autor, porque é preciso preservar a liberdade do indivíduo e sua valorização a partir do esforço e mérito. Daí, ele convocar a família pública – a sociedade civil, representada pelo terceiro setor – para regular a vida em sociedade. Tem-se, então, o destaque dado por Bell, à sociedade civil como estratégia para que os indivíduos não sejam colonizados pela razão instrumental do mercado e do Estado.

Para Toffler (2005), a sociedade pós-industrial, correspondente à terceira onda do industrialismo, é complexa e deve ser organizada levando-se em conta seus aspectos

econômicos, sociológicos, políticos e culturais. Sendo que, nenhum destes fatores pode ser apreendido isoladamente como determinante. Contudo, deve-se observar que, em geral, eles estão inseridos num contexto de revoluções tecnológicas inovadoras (robótica, informática, automação de fábricas e escritórios); representando, assim, um importante componente desenvolvimentista.

Esses autores têm em comum a concepção de que a sociedade pós-industrial aponta para a valorização do conhecimento como estratégia para a inovação, sendo que o contexto local é de fundamental importância para o desenvolvimento, destacando que o trabalho humano é o principal motor do progresso. De fato, com as flexibilizações da produção e do trabalho, o conhecimento de cada trabalhador passa a ser estratégico para a inovação de bens e serviços. Desde então, defende-se um imaginário trabalhista contrário ao modelo taylorfordismo, dada a valorização do seu saber, que poder ser utilizado ao longo da cadeia produtiva, ou seja, no momento da criação, produção ou comercialização.

A retomada do crescimento por meio da inovação veio do outro lado do hemisfério ocidental. Desde a II Guerra Mundial, para sair da crise econômica do pós-guerra, o modelo japonês passou a ser uma referência para as novas organizações da produção e do trabalho. Esse método fabril, consiste na seguinte racionalidade:

A produção enxuta difere radicalmente tanto da produção artesanal quanto da produção industrial. Na produção artesanal, os trabalhadores altamente qualificados, usando ferramentas manuais, fabricam cada produto de acordo com as especificações do comprador [...] Na produção em massa [...] o alto custo do investimento em máquinas impede a sua rápida adaptação para a fabricação de novos produtos. O consumidor beneficia-se de preços baixos sem prejuízo da variedade [...] A produção enxuta, ao contrário, ‘além de combinar a vantagem da produção artesanal e de massa, evita o alto custo da primeira e a inflexibilidade da última’ [...] produzindo grandes quantidades de bens com uma variedade de escolhas (RIFIKIN, 1995, p. 103).

O modelo japonês foi alardeado como o fim do trabalho alienado. Visto que, diante da necessidade de tornar a organização produtiva flexível – para adequar-se às contingências do mercado, demandante por uma economia de escopo –, todos os trabalhadores, independentemente de sua hierarquia na empresa, são convocados para participarem de todas as fases dos processos produtivos. Segundo Jeremy Rifkin (idem), este processo foi inspirado na teoria de termo Taiichi Ohno, da Toyota, que ao se inspirar no modelo de gerenciamento dos supermercados americanos, assinala que:

Um supermercado é onde o cliente pode conseguir (1) o que é necessário; (2) no momento em que é necessário; (3) na quantidade necessária [...] Esperávamos que isto pudesse nos ajudar na abordagem de nossa meta just-in-time e, em 1953, efetivamente aplicamos o sistema em nossas oficinas mecânicas na fábrica principal (RIFKIN, 1995, p106).

A produção enxuta tem como pré-requisito a prática do *kaizen*, a cooperação entre o chão de fábrica e a gerência, que permite reparar de forma ágil, as possíveis falhas na produção. Esta racionalização não só aumentou a produtividade, como conseguiu abaixar os custos de fabricação. *Kaizen* significa, então, a busca pela melhoria contínua nos processos produtivos. Inovação que não corresponde a investimentos em tecnologias caras, isto é, grandes recursos financeiros. Trata-se de práticas simples, muitas vezes baratas e de fácil implementação, que podem reduzir custos, otimizar a qualidade sem perda da produtividade. Uma dessas possibilidades é a Gestão da Qualidade Total (GQT) que embora possa ser planejada pelos gerentes, sua implementação e execução será bem sucedida à medida que haja a participação e colaboração de todos os membros da fábrica. Consiste em incentivar a cooperação permanentemente, abrindo espaços para críticas e sugestões, e com isso, identificar áreas passíveis de melhorias. Não há um setor limitado para aplicação do *Kaizen* (ZILBOVICIUS, 1999). Portanto,

ao contrário do antigo modelo americano, no qual as inovações são feitas raramente e, em geral, de uma só vez, o sistema de produção japonês é construído para encorajar mudanças e aperfeiçoamentos constantes, como parte das operações diárias. Para alcançar o *Kaizen*, a gerência aproveita a experiência coletiva de todos os seus trabalhadores e valoriza a solução de problemas em conjunto (RIFKIN, 1995, p. 104).

Assim sendo, cabe perguntar: uma maior participação do trabalhador na organização produtiva tornaria as relações de trabalho mais democráticas? Este modelo japonês é passível de ser universalizável a organizações produtivas e trabalhistas? Se a divisão social do trabalho permanece na sociedade pós-industrial, então, o que há de novo no imaginário daqueles que vivem desta ocupação?

À luz destas questões, faz-se necessário esclarecer a diferença entre sociedade industrial e a pós-industrial. Com efeito, é preciso destacar que a produção envolve dois momentos elementares: o produto e o processo de fabricação. No modelo fordista-taylorista – sociedade industrial – o planejamento destas duas fases é restrita aos profissionais técnicos, enquanto que a execução fica a cargo dos trabalhadores do chão-

de-fábrica. Todavia, na sociedade pós-industrial, como a inovação tecnológica é uma condição necessária para o sustento e competitividade da empresa, todas as fontes de conhecimento são úteis, independentemente da origem da ocupação organizacional. Portanto, na medida em que o saber simples do operário possa trazer melhorias para o produto e o processo de fabricação, o diálogo entre as diferentes posições hierárquicas precisam ser estreitados e estimulados. Nessa perspectiva, o *Kaizen* significa um componente relevante sempre que internalize valores de mútua cooperação entre os trabalhadores ao longo da cadeia produtiva (ZILBOVICIUS, idem, p.202-203).

A sinergia proporcionada pela prática cooperativa, indica que a

indústria automotiva, os equipamentos americanos ficam inoperantes mais de 50% do tempo, enquanto as máquinas nas fábricas de automóveis japonesas ficam paralisadas menos de 15% do tempo. No que diz respeito ao cooperativismo entre os vários setores da fábrica, para a criação de novos produtos é registrado que: até 75% do custo de um produto é determinado no estágio de criação conceitual. Um atraso de apenas seis meses no lançamento de um produto no mercado pode reduzir os lucros em até 33%. As empresas japonesas descobriram que com a inclusão de todos no estágio de design, os custos básicos cruciais poder ser reduzidos ao mínimo (RIFKIN, 1995, p.104).

A reestruturação do mercado de trabalho e seu reflexo para a questão trabalhista é discutida com mais parcimônia por Manuel Castells (2005). O autor divide em duas fases a industrialização moderna: de 1920 até 1970, corresponde à formação da sociedade pós-rural; entre 1970 e 1990, inicia a fase pós-industrial. Nesta, a informação é elementar para a criação de riquezas, mas não parece caminhar conforme o prognóstico inspirado nas teorias de Daniel Bell, para quem, a força do trabalho estará concentrada nos setores de serviços e administrativos, em decorrência da eliminação do emprego rural e industrial. Para Castells, por se tratar de um período transitório, ainda não é possível precisar conceitualmente a sociedade que sucede o industrialismo fordista, denominada pelo autor como informacional. Segundo o autor, de um modo geral, a informação é um insumo fundamental para o desenvolvimento.

Castells chama a atenção para o fato de que, por enquanto, a realidade parece evidenciar uma diversidade de representações nas áreas produtivas e do trabalho, se levarmos em conta alguns fatores:

a) embora o setor de serviços seja o maior responsável pelo PNB (Produto Nacional Bruto) dos principais países de capitalismo avançado, o G-7 – Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, Canadá, França e Itália – o crescimento da área terciária está condicionado ao desenvolvimento da economia industrial. Se o emprego gerado

tem sido maior no âmbito terciário, deve-se ao peso que a indústria tem para a produção de bens. Portanto, não pode ser dito que as indústrias desapareceram ou irão desaparecer;

b) no quesito ocupação profissional, devem ser destacados alguns aspectos. Tomando como referência os trabalhadores alocados no segmento dito informacional, a exemplo dos cargos exercidos no setor de administração, profissionais especializados e técnicos, na década de 90, nos EUA e Canadá, um terço está situado nestas funções. Mas, em outros países este segmento absorve o equivalente a 14,9%, no Japão; e um quarto na França e Alemanha.

Não obstante, é preciso destacar as novas configurações do mercado, sobretudo, no que diz respeito à polarização social e econômica derivadas de fatores “setoriais, territoriais específicas de empresas, étnicas, de sexos e de faixas etárias” estas, sim, são “fontes mais evidentes de polarização social do que a diferenciação profissional em si”. Neste caso, Castells não nega as assimetrias nas sociedades informacionais, mas que, “as disparidades originam-se menos de sua estrutura ocupacional relativamente valorizada que das exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho” (CASTELLS, idem, ibidem, p.284-285).

Entendemos, desse modo, que abordar a (re)construção do imaginário trabalhista requer conviver com as singularidades apresentadas pelos contextos das realidade estudadas que, para além da questão econômica, são influenciadas pelas especificidades sociopolíticas, socioculturais e socioeconômicas locais.

2.3 Flexibilização do trabalho: aprender para inovar

Como foi observado anteriormente, a transição da organização da produção e da organização do trabalho efetivam-se num contexto de incertezas. O modelo taylorista-fordista representante da administração científica, apesar de controlar todos os processos produtivos a partir do conhecimento objetivo, estabelecido por um reduzido grupo de tecnocratas e um grande contingente de empregados que apenas obedecem aos comandos, começam a limitar o crescimento da empresa, deixando de representar um paradigma para a sustentabilidade da empresa. Como consequência, vários teóricos da sociedade industrial começam a rever os princípios que regem os processos organizacionais da produção e do trabalho.

Ainda que contenha uma maior complexidade, resguardamos, aqui, as principais características que distinguem a acumulação rígida – fordista-taylorista – da acumulação flexível – toyotismo –, privilegiando os aspectos que afetam o processo de interação social.

MODELO RÍGIDO FORDTAYLORISTA	MODELO FLEXÍVEL TOYOTISTA
Economia de escala	Economia de escopo
Produção padronizada	Produção flexível
Produção homogênea	Produção diversificada
Produção em massa	Produção em pequenos lotes
Produção com grandes estoques	Produção por demanda
Produção em grandes unidades fabris	Produção em pequenas unidades fabris

TRABALHO INDUSTRIAL FORDISTA	TRABALHO FLEXÍVEL
Trabalho especializado	Trabalho multifuncional
Pouca qualificação profissional	Qualificação profissional contínua
Organização verticalizada	Organização horizontal

Fonte: adaptação a partir dos modelos propostos por Harvey, 2006

A flexibilização do trabalho torna-se factível à medida que o *kaizen* passa a fazer parte do imaginário da organização. Não obstante, faz-se necessário esclarecer a polissemia do significado flexibilizar. O trabalho é flexibilizado conforme o foco requerido pela empresa em sua busca pela diferenciação como estratégia de sobrevivência. No que diz respeito à gestão da mão-de-obra, Atkinson (1987) assinala três possibilidades:

a) flexibilidade numérica: tem como propósito ajustar os números de funcionários ou de horas extras de acordo com as necessidades da empresa, que pode

ser por demanda do mercado ou mudanças estruturais da organização. O uso de tal expediente permite adequar às flutuações dos ciclos produtivos e às condições legais e administrativas;

b) flexibilidade funcional: diante da insegurança do que é demandado pelo mercado, nos aspectos qualitativos e quantitativos, o conjunto dos trabalhadores deve ter a agilidade para atuar no período de incertezas, ou seja, as contingências mercadológicas. Isso porque há, cada vez mais, a necessidade de qualificar os trabalhadores para habilitá-los ao trabalho multifuncional, deslocando-os para diferentes ocupações dentro da organização e capacitando-os para tomar iniciativas e, assim, resolver problemas que ocorram durante os processos produtivos;

c) flexibilidade remunerativa: está atrelada à flexibilidade funcional. Para incentivar a qualificação dos trabalhadores, é oferecido maior remuneração para os mais capacitados. Como o conhecimento não é um insumo sempre acessível, as empresas incentivam os trabalhadores a passarem pela aprendizagem contínua. A remuneração se dá de forma diferenciada, como estímulo para que os profissionais façam da qualificação um ideal a ser sempre alcançado.

Atkinson (1987) não despreza as implicações da flexibilidade, em termos de hierarquização, ao distinguir as atividades ocupacionais, nos seguintes termos:

a) trabalhadores centrais: são aqueles tidos como mais hábeis, exercem funções estratégicas nos processos produtivos, detêm elevado nível de conhecimento, logo, são profissionais escassos no mercado e, por isso, costumam fazer parte do quadro fixo;

b) trabalhadores periféricos: exercem atividades mais rotineiras e repetitivas. Aqui é utilizada a flexibilização numérica, haja vista que são facilmente substituíveis, por ser uma mão-de-obra abundante no mercado. O vínculo entre trabalho e empresa é menos acentuado, podendo atuar em tempo parcial;

c) trabalhadores externos: não estão integrados à empresa, por serem contratados por firmas terceirizadas. Situam-se nesta condição tanto os trabalhadores especializados quanto os não qualificados. De um modo geral, são facilmente contratáveis. Seu requisito ocorre de forma contingencial. Estão situados na flexibilidade numérica, para atender às oscilações de demanda. Mas, podem ser valorizados como profissionais centrais, desde que ocupem funções estratégicas dentro da empresa.

Estas modalidades flexíveis permitem às organizações agilidade para tomar decisões num mercado, cada vez mais, dinâmico e competitivo. Por estar em constituição, falta consenso quanto à sua eficácia e eficiência, sendo assim, não há um

consenso se estas práticas são uma reação ofensiva ou defensiva em relação ao trabalho. Se for uma estratégia ofensiva, a flexibilização tem como meta principal maximizar os ganhos econômicos em detrimento da precarização da força de trabalho; defensiva, caso o trabalhador seja um colaborador conforme apresentado na teoria do *kaizen*, ainda que as contradições de interesses entre capital e trabalho não desapareçam totalmente.

O adendo acima inquieta por sugerir que a reestruturação do modo-de-produção forsdista-taylorista exige das organizações estratégias competitivas cada vez mais complexas, a fim de preservar a permanência no mercado. Todavia, a busca por alternativas diferenciadas provoca mais indagações do que respostas cabais. Basta verificar as incertezas que pairam sobre o mercado. De fato, a autorregulação mercadológica, ao contrário do que prega Smith (1974), não tem evidenciado em sua totalidade. Isso porque a lei da oferta e da procura não é estruturada pela exatidão pretendida pela ciência econômica, mas sim, permeada por interfaces de cunho sociopolítico, sociocultural e socioeconômico da rede local. Nesse sentido, o imperativo da *inovação tecnológica* parece sugerir que na produção de bens e serviços existem pontos cegos decorrentes da falta de um saber seguro que, antes esperado da ciência, é, agora, buscado no campo experimental, ou pelo que Boaventura de Souza Santos (2001) chama de *senso comum*. Este, compreendido como soluções trazidas pelas experiências cotidianas individuais ou comunitárias. No entanto, é preciso ressaltar que por não ser um conhecimento sistemático, impede apreender se a nova divisão social do trabalho como estratégia de aprendizagem inovativa proporciona mais liberdade ou insegurança para aqueles que vivem dessa atividade, sobretudo porque as táticas competitivas se dão num contexto de singularidades e, portanto, não seguem um modelo hegemônico, ou seja, universal. Isso significa que os diferentes níveis ocupacionais resultam numa interação dinâmica típica do empreendedorismo.

É válido ressaltar, que nem sempre o imaginário dos trabalhadores converge para interesses idênticos. O próprio Durkheim chamara a atenção para o fato de que quando a divisão social do trabalho é muito acentuada, há o risco de os trabalhadores perderem seus laços afetivos, portanto, os vínculos. Neste caso, haveria um duplo efeito sobre a sua visão de mundo:

a) sob a perspectiva objetiva: passar a conceber as instituições que regulam a vida em sociedade – o poder do Estado e o poder econômico do mercado – como

imaginárias, independentemente do jogo ideológico que perpassam os discursos, seja para além do liberalismo ou marxismo (CASTORIADIS, 1982)⁶;

b) sob a ótica subjetiva: a acentuação da divisão social do trabalho fragmenta a identidade de modo que o trabalhador não se veja idêntico aos seus pares, pois se durante o capitalismo organizado os valores internalizados ocorreram de forma seletiva – a segmentação entre trabalhadores do hemisfério norte e sul, na questão de classe, gêneros etc. – com a emergência do capitalismo desorganizado. Para Offe (1989, p.26-27), a reestruturação do modo de produção industrial retira as condições existentes para que haja uma unidade de classe homogênea. Isso porque: 1) o tempo da laboração já não mais acompanha o tempo da vida, a redução da jornada de trabalho, permite ao indivíduo vivenciar outras experiências fora do seu campo ocupacional, refletindo na “redução do tempo do trabalho no tempo da vida” que relativiza a “construção da identidade pessoal e social” a partir da profissão; 2) fatores como a estratificação no mundo do trabalho – decorrente da diferenciação de “renda, qualificação, estabilidade no emprego, visibilidade e reconhecimento social, carga de trabalho, possibilidade de ascensão, possibilidade de comunicação, autonomia, etc.” – trazem consequências como: diversidade de interesses, baixa capacidade organizacional e mobilização política. A fragmentação da classe trabalhadora, nesta perspectiva, deve-se também ao crescimento do emprego no setor de serviços, antes sob a hegemonia da produção industrial de bens. Por último, pode ser acrescentado que a produção de bens e serviços incide não somente no âmbito do trabalho formal, pois, muitos empregos são criados nas economias subterrâneas – informal; 3) o trabalho deixa de ser visto como uma ocupação capaz de integrar o indivíduo ao mundo sistêmico. Essa atividade, até então, era tida como uma condição necessária para sua sobrevivência, não obstante, mesmo em crise, o *Welfare State* é visto moralmente como necessário. O trabalho, também, deixa de ser uma obrigação ética – vale lembrar que a tese weberiana defende a ideia de que a ética do trabalho tem sido fundamental para criar não somente o “espírito do capitalismo”, mas também, o reconhecimento social por meio do trabalho. Todavia, questiona Offe, como tal ética pode continuar orientando a vida das pessoas se a nova racionalização “técnica e organizacional” tende a eliminar o trabalho humano do

⁶ Para o autor, “ ‘à unidade dialética’ da história é um mito. O único ponto de partida claro para refletir sobre o problema é que cada sociedade coloca uma ‘visão dela mesma’ que é, ao mesmo tempo, uma ‘visão de mundo’ (inclusive de outras sociedade das quais ela possa ter conhecimento) – e que esta ‘visão’ faz parte de sua ‘verdade’ ou de sua ‘realidade refletida, para dizer como Hegel – sem que esta reduza aquela” (CASTORIADIS, 1982, p.53).

processo produtivo? Neste caso, a “desprofissionalização” acabaria por retirar o caráter “subjetivo do trabalho” como uma ética universal, logo, como uma atividade mediada pelas relações sociais.

Dessa forma, entendemos também que se o pós-industrialismo é a sociedade da economia informacional (CASTELLS, 2005a), do conhecimento (DRUKER, 2001) e também comunicacional (LAZARATO e NEGRI, 2001), abordar a inovação, não pode prescindir do sujeito quem a cria: o trabalhador. O mundo que emerge, portanto, requer um profissional cujo imaginário privilegie a criação e não a reprodução tanto da vida social, quanto de bens e serviços. Dito com mais precisão:

Em tal sistema, a valorização não pode repousar sobre o tempo objetivo da repetição (e sob a economia desse tempo), ela repousa sobre o tempo subjetivo (e intersubjetivo) da criação [...] Resta dar um passo fundamental: trata-se de chegar a um conceito de trabalho adequado pra dar conta da especificidade do sujeito da atividade criativa. De fato, qualquer teoria da inovação, enquanto teoria da produção de conhecimento visa dar conta da especificidade dos recursos implicados em sua produção; e a especificidade dos sujeitos produtores, ao contrário, permanece fora do campo de análise. Em compensação, a hipótese do capitalismo cognitivo só ganha sentido no interior dessa dupla especificidade: a do conhecimento e a do sujeito que o produz [...] Um dos aspectos se define em função da relação homem/máquina e da evolução desta relação; o segundo refere-se às formas de cooperação (CORSANI, 2003, p.21).

É privilegiando o homem e não a máquina que o trabalho pode tornar-se uma atividade decente. O conceito de decência nas ocupações profissionais é definido pela OIT em quatro princípios: a) respeito às normas internacionais, especialmente ao direito de sindicalização, reconhecimento de negociação coletiva, rejeições ao trabalho forçado e infantil, repúdio a quaisquer tipos de discriminação em nível ocupacional; b) fomento ao emprego de qualidade; c) ampliação da proteção social; d) diálogo no ambiente organizacional (OIT, 2006, p.12). Esta instituição defende a proteção social do trabalho de forma incondicional, independentemente de ser autônomo ou não. Desta feita, alcançar-se-ia o desenvolvimento sustentável de modo a reduzir a pobreza e, por conseguinte, as desigualdades sociais.

Tendo em vista que na sociedade pós-industrial, a flexibilização do trabalho não ocorre, necessariamente, sob o capitalismo organizado, isto é, o Estado como agente central da regulação, consideramos que as identidades trabalhistas são forjadas a partir das novas subjetividades: o imaginário comunicativo. As afetividades derivadas da sociabilidade entre os trabalhadores fomentam a cooperação para a aprendizagem

inovativa porque as trocas não ficam limitadas à dimensão mercantil, mas igualmente, ao intercâmbio comunicacional. Portanto, o valor do trabalho permanece, tendo em vista que, ainda, representa fonte de solidariedade para a produção de símbolos afetivos, tais como a solidariedade. A condição moral do homem, proveniente dos laços fraternais, é também capaz de agrupar os trabalhadores em prol dos interesses coletivos. Neste caso, é possível especular que os valores morais (COLLINS, 2009)– sentimentos e emoções – podem proporcionar o sustento organizacional em detrimento da primazia da explicação racional mercantil, no sentido weberiano, ou seja, a busca dos melhores meios com o fito de obter sucesso meramente financeiro (WEBER, 1982).

Se durante a troca o trabalhador socializa-se, neste ato, também, ele elabora e seleciona suas escolhas. Trocar, portanto, resulta em experiências e aprendizagens cotidianas capazes de fomentar subjetividades a partir de valores comuns: o desejo da inclusão social. São os novos significados que orientam as ações dos trabalhadores. Portanto, é por meio do imaginário intersubjetivo que podemos apreender as representações do trabalho como inovação. Neste caso, segundo Legros et al. (2007, p.12), o imaginário tem os seguintes atributos:

a) um sentido antropofisiológico: o homem necessita do devaneio para melhor apreender o meio em vive;

b) regulação humana: diante da incompreensibilidade de fenômenos como as perdas, o fim da vida, por exemplo, a interação com o mundo se dá por meio da mediação da ciência do mito, da religião, da abstração etc.;

c) sentido de criatividade tanto individual quanto social: recorre a mecanismos de representações para propiciar uma abertura epistemológica, o que lhe permite relativizar a esfera do real, enquanto manifestação hegemônica;

d) comunhão social: por meio da representação coletiva, o mimetismo e a memória coletiva integram o indivíduo à sociedade.

É verdade que as representações sociais são praticadas em meio a uma heterogeneidade fenomenológica, em que é preciso fazer escolhas. Estas, a priori, devem ser feitas sob mediação das trocas dialógicas. Tendo em vista que o trabalho e a linguagem fazem parte da história do homem, os agrupamentos de trabalhadores podem buscar a boa convivência, pela via da negociação, para tanto, é necessário forjar uma identidade profissional (DUBAR, 2005).

2.4 Aprendizagens como estratégia para a inovação

Numa sociedade demandante por constantes inovações, aprender é fundamental na medida em que se tem uma economia dinâmica e competitiva em nível nacional ou internacional. O que requer um rápido aprendizado. Na sociedade do fluxo informacional (CASTELLS, 2005a), a organização é sustentável quando tem a capacidade de transformar a informação em conhecimento. No entanto, é preciso observar que a aprendizagem tecnológica segue trajetória distinta entre os países centrais e periféricos (NELSON, 2006). Aprender, então, significa, primeiramente, deter o conhecimento acumulado pela comunidade local, que, nem sempre, pode ser reproduzido a partir de outras experiências (TIGRE, 2006, p.104). A aprendizagem consiste mais na capacidade de utilizar racionalmente o saber que se tem disponível, do que a busca incessante por aquele que não sabemos dar aplicação.

Diante do exposto, é possível aprender a partir de duas modalidades de conhecimento:

a) codificado – oriundo do saber livresco, cursos de habilitação ou qualificação profissional. Trata-se de um conhecimento objetivo ou explícito;

b) tácito – adquirido das vivências e práticas cotidianas, de um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos. É, portanto, um atributo subjetivo, singular.

Vale observar que a aquisição destes saberes tem regras diferenciadas. A cognição codificada é de fácil transferência, por estar registrada em livros, textos e manuais; enquanto a cognição tácita é de difícil transferência, por fazer parte das experiências particulares, portanto, específica de uma cultura (CHIAVENATO, 2004).

Nonaka (2006) fala da existência de uma sinergia propiciada pelos dois tipos de conhecimentos na organização: a) o conhecimento tácito para tácito é transferido pela socialização, a partir de compartilhamento de experiências, que não prescinde de linguagem didática ou formal, considerando que sua transmissão se dá através da imitação e prática; b) conhecimento tácito em codificado: quando é externalizado, o saber tácito é transmitido por meio de conceitos, metáforas e hipóteses. A aprendizagem se torna mais acessível pela acessibilidade aos manuais de procedimentos; c) codificado em codificado; referente à combinação de vários conhecimentos já formulados e registrados; d) codificado em tácito, compreendido pela internalização do conhecimento apreendido pelos manuais de normas técnicas.

De acordo com Nonaka (idem), o conhecimento codificado e tácito devem ser percebidos como diferenciados. O tácito é mais complexo por ser de difícil transferência

e fica sob o domínio de quem o detém, porque é adquirido e internalizado ao longo da vida. É uma maneira de fazer, nem sempre, explicável, formulado ou traduzido. É peculiar ou inerente a uma pessoa ou grupo de pessoas, por fazer parte de suas idiossincrasias. Derivado do latim *tecitus*, significa aquilo que não pode ser traduzível ou expresso em palavras. Apesar de difícil mensuração, é possível verificar o grau de conhecimento a partir do modo peculiar de executar uma tarefa, demonstrado pela experiência cotidiana, pela intuição, habilidade de fazer algo. Está relacionado à informação e à capacidade de utilizá-la adequadamente, através das peculiaridades individuais, tais como crenças, valores e modelos mentais. Estes elementos otimizam a interação e uso da informação.

Fica claro então que o conhecimento tácito é a capacidade de aprender e executar uma atividade. Daí a importância da aprendizagem para a discussão sociológica, pois é um tipo de apreensão que não pode ser encontrado em enciclopédias, livros ou compêndios, nem ser compilado. Sua armazenagem fica restrita à subjetividade do trabalhador, pois é internalizada na mente. Para transferi-lo, é preciso haver cooperação interpessoal. Compartilhar o conhecimento tácito, então, requer um ambiente propício que gere confiança para sua transmissão.

Dessa maneira, o conhecimento tácito tem maior eficácia e eficiência em detrimento do codificado. Este, é um saber explicitado, ou seja, externalizado, por isso, fácil de ser copiado e reproduzido. Qualquer empresa ou pessoa pode utilizá-lo desde que tenha recursos e habilidade para aplicá-lo. Depende mais de estratégias adequadas para adquiri-lo do que talento pessoal.

Por não ser facilmente disponível, o saber tácito é estratégico, levando em consideração que é um conhecimento diferenciado. Não sendo facilmente transferível, significa uma importante vantagem competitiva (PORTER, 2004), pois, tal poder cognitivo pode tornar uma empresa pioneira em termos de inovação.

Não obstante, é preciso reforçar que o sucesso de tais estratégias está condicionado às especificidades sociocultural ou sociopolítica locais. O conhecimento tácito é um insumo raro que pode ser canalizado para o sustento organizacional, na medida em que ele é utilizado sob o viés sinérgico, ou seja, pela cooperação entre os atores participantes da cadeia produtiva. Sendo assim, em um mundo globalizado e tido como homogêneo em termos das inovações tecnológicas, as particularidades espaciais são, por vezes, determinantes para o desenvolvimento, especialmente porque o conhecimento tácito permite a inovação de bens e serviços, pelo diferencial. Se o *que*

fazer pode ser aprendido a partir do conhecimento codificado, *como fazer* depende do saber tácito. A riqueza gerada pelo *como fazer* pode ser atribuída ao fato de que esta aprendizagem é superior ao propiciar imitação de forma criativa. A criatividade do trabalhador empreendedor representa, então, a possibilidade de dar sustentabilidade aos empreendimentos organizacionais pela inovação (SCHUMPETER, 1988).

Claro que não se pode desprezar a interdependência destes dois tipos de conhecimento. Se por um lado, o conhecimento tácito é um bem raro, sua transferência exige alto grau de cooperação e confiança entre os produtores. Logo, de solidariedade e comunicação.

Daí a importância do engajamento dos trabalhadores em todos os processos que exigem contínua aprendizagem, independentemente de sua hierarquia na organização. É por isso que

o reconhecimento das diversas fontes de conhecimento foi muito importante para a compreensão da forma como é conduzido o processo inovativo. Como resultado, uma das mais importantes percepções atuais é que o processo inovativo é um processo de interação de natureza social. O grau de interação com que se dá o aprendizado vai variar conforme os agentes envolvidos, o tipo de relação que mantém entre si, a existência de linguagem comum, identidade, sinergias, confiança, assim como o ambiente em que se inserem (LEMOS, 1999, p.134).

Aprender significa interagir comunicativamente por meio do trabalho. O agir comunicativo permite corrigir as possíveis falhas durante o processo de produção de bens e serviços. Argyres (2006) entende que o aprendizado perpassa por dois estágios: a aprendizagem de laço simples (*single-loop*) e aprendizagem de laço duplo (*double-loop*). Enquanto a primeira permite solucionar o problema conservando a racionalidade produtiva vigente, a segunda soluciona de forma reflexiva. Ao fomentar o questionamento de modo inovativo, reduz a margem de recorrência da problemática.

Para aprender, de forma a tornar o conhecimento um fator competitivo, é necessário o engajamento individual, coletivo e organizacional. Segundo Campos et al (2003), a aprendizagem pode ser originária de fontes internas ou externas às unidades produtivas. Internamente, pelo *learning by doing* (aprender fazendo) ou pelo *learning by using* (aprender durante o uso ou comercialização) – trata-se de aprendizagens informais ou internas às empresas. Enquanto que a aprendizagem externa, diz respeito ao *learning by interacting* (aprender interagindo) que se dá por meio da interação com outras organizações ou instituições locais, regionais, nacionais ou globais.

É preciso, todavia, chamar a atenção para a pertinência de alguns fatores recorrentes à aprendizagem. Segundo Bessant (apud LASTRES e FERRAZ, 1999, p.50):

a) ela não é obtida de forma automática, é alcançável sempre que são feitos investimentos sistemáticos no aprendizado;

b) envolve o domínio da mudança, quanto mais drástica a transformação, maior deve ser o investimento na aprendizagem;

c) por isso, aprender a aprender é uma condição necessária para a inovação e competitividade; independentemente de o aprendizado ser derivado do conhecimento tácito ou codificado. Na realidade, a eficácia do aprendizado se dá pela capacidade dos produtores locais interagirem pela via dialógica.

2.5 Trabalho e Inovação Tecnológica

O conceito de inovação vem sendo reformulado com a emergência da sociedade pós-industrial. O fluxo informacional (CASTELLES, 2005a) torna a aprendizagem mais acessível, resultando em novas experiências cognitivas e, por conseguinte, na reelaboração de conceitos e métodos para a produção de bens e serviços. Nonaka (2006) assinala que quando o assunto tratado é inovação, o homem é a referência central. Somente ele é capaz de promover a gestão organizacional intersubjetivamente e, conseqüentemente, a aprendizagem através da interação social.

Nesse sentido, as trocas intersubjetivas entre trabalhadores permitem inovar através de técnicas organizacionais. Na organização se pode inovar nos momentos de entradas e saídas de insumos. Portanto, a aprendizagem organizacional diz respeito às interações internas e externas, daí a importância do acesso aos recursos financeiros, tecnológicos, logísticos, mercadológicos, mão-de-obra qualificada etc. (TIGRE, 2006).

É preciso destacar, ainda, que as inovações não são necessariamente atreladas a produtos derivados de C&T – Ciência e Tecnologia – ou P&D – Pesquisa e Desenvolvimento –, nem tampouco, a bens caros. A inovação, então, abarca uma série de procedimentos e áreas de conhecimentos que detém distintos significados; ora distintos ora complementares. Para Schumpeter (1988), a inovação é o motor do desenvolvimento, se levarmos em conta que é através da *destruição criadora* que se dá a substituição dos bens antigos por outros novos. De acordo com o autor, é possível inovar recorrendo a dois procedimentos: a) de forma radical – inserindo características

significativamente diferenciadas; b) incremental – mantendo as peculiaridades já existentes do produto, otimizando-o de forma pontual. Sob esta linha de pensamento, existem cinco características que identificam o caráter inovador de uma empresa:

- a) a introdução de um novo produto no mercado;
- b) a inserção de um novo método de produzir um produto;
- c) a criação de um novo nicho de mercado;
- d) a descoberta de novos fornecedores de insumos, tais como matéria-prima, recursos econômicos e humanos;
- e) a estruturação de mercados em um determinado segmento produtivo.

Inovar, então, significa criar algo novo. Trata-se de uma novidade não praticada pela empresa em seu respectivo nicho mercadológico. Pode ser, ainda, quaisquer ações que maximizem a competitividade (PORTER, 2004) e proporcionem sustentabilidade às organizações. Inova-se sempre que são obtidas estratégias adequadas para aumentar a produtividade e competitividade.

Inovar, portanto, abrange uma diversidade de possibilidades, que seria mais interessante dizer o que, efetivamente, não representa inovação (MANUAL DE OSLO, 1997, p.67):

a) a interrupção de uma atividade, ainda que este intento possibilite melhorar a performance da empresa em termos de economia. Igualmente, quando é interrompido um método de marketing ou determinadas práticas organizacionais;

b) reposição ou ampliação de capital, a compra de equipamentos já existentes nas instalações da empresa não são inovações de processo, ao contrário, inova-se quando se adquire equipamentos que sejam novidades dentro da organização;

c) alterações de preço para melhorar o faturamento de um produto não ajuda na inovação, sobretudo, quando não há melhoria em seu desempenho;

d) personalizar um produto no qual visa atender um único segmento de mercado. Principalmente, se os atributos da personalização não apresentar nenhuma diferenciação em relação aos produtos já fabricados anteriormente pela empresa⁷;

e) nas mudanças sazonais não será um fator inovativo se a introdução do produto não passar por uma melhoria substancial.

⁷“Vale notar que isso diz respeito à mudança nos produtos resultantes da personalização e não à implementação da produção personalizada em si. Por exemplo, a integração das operações de produção, vendas e distribuição é uma inovação organizacional” (MANUAL DE OSLO, 1997, p.68).

O Manual de Oslo (idem), por outro lado, estabelece diretrizes apontando o que efetivamente pode ser conceituado e aplicado como fator inovativo. Inova-se a partir de três características, que identifiquem algum grau de novidade:

a) algo novo para a empresa, para o mercado e para o mundo. Há novidade na empresa, de acordo com este Manual, quando ela implementa um método pioneiro no seu interior, mesmo que outras já o tenham utilizado. Que pode ser efetivado no produto, no processo, no marketing ou modelo de gestão organizacional;

b) é novo no mercado local ou mundial quando, de fato, é a primeira firma a utilizar determinados insumos e é responsável pela difusão da inovação. Contudo, o impacto sobre o desenvolvimento será proporcional à aceitação do método criado, identificado através da performance da liderança no mercado. Uma empresa pode ser considerada como inovadora, caso tenha inserido pelos menos um produto de bens ou serviços. A conquista do mercado está associada à capacidade da empresa inovar constantemente em outras áreas, sem desprezar a qualificação da mão-de-obra. Dispêndio que reflete não somente nos gastos econômicos, mas igualmente, afeta no faturamento. A implementação da inovação, é preciso lembrar, é sempre uma estratégia de risco, pois inovar requer investimentos em custos operacionais, nem sempre de fácil acesso. A origem do financiamento público ou privado implica que, na ausência de tais instituições, a firma deve arcar sozinha com todos os custos da inovação.

Daí ser preciso calcular o custo e benefício do investimento, pois nem toda inovação requer grandes recursos de ordem econômica. Nesse sentido, o conhecimento tácito pode significar baixos custos operacionais, enquanto fonte inovativa. As áreas potencialmente passíveis de serem inovadas abrangem, de acordo com o Manual de Oslo (1997): bens, serviços, processos, marketing, mudanças de embalagens, promoção, organização do local e de trabalho, relações externas.

Há inovação, ainda, quando se usa uma variedade de cores, muda-se o design, o tamanho da peça, uma nova embalagem que melhore a apresentação do produto, quando há troca de equipamentos para maximizar a produtividade, lucratividade e a qualidade; há inovação mercadológica quando se procura por determinados segmentos de produtos, ou nicho de mercado não explorados. A comercialização pode ser inovada, na busca de pontos de vendas que trazem maior proximidade e logística adequada para a clientela, no que diz respeito à gestão de pessoas, é possível inovar pelas eliminações de hierarquia no trabalho e assimetrias de poder, qualificação profissional, multifuncionalidade ocupacional, dentre outros (TIGRE, 2006).

De acordo com Liu Kim (2005), a inovação se dá em duas modalidades: 1) a imitativa – é uma mera reprodução de um produto já existente, passível de transformar em pirataria sempre que o nome da marca é copiada; 2) ou criativa – quando é praticada a engenharia reversa, que consiste numa cópia adaptada às necessidades do mercado local, sem a utilização da marca do produto copiado. Coutinho (2005) rejeita a visão dos economistas neoclássicos, por defenderem que o desenvolvimento está atrelado às inovações macroestrutural. Ao contrário dessa tese, diz o autor, a inovação, muitas vezes, está associada às configurações locais no âmbito social, cultural e político, portanto, microestrutural, coadunando com a perspectiva schumpeteriana, para quem, o empresário inovador é o principal responsável pelo desenvolvimento.

Para o Manual Frescati (2007, p.43), a questão desenvolvimentista é perceptível por meio da investigação do “trabalho criativo levado a cabo de forma sistemática para aumentar o campo do conhecimento, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, e a utilização desse conhecimento para criar novas aplicações”. Este manual destaca em suas últimas edições que a inovação, até então, tem concentrado o foco em demasia nos conhecimentos produzidos pelas ciências naturais, como a engenharia e administração financeira, mas, deixa de lado as ciências sociais e humanas. Vale acrescentar que o nível educacional dos trabalhadores, proteções e melhoria à saúde ambiental etc., geram bem-estar social que trazem reflexos positivos na performance da inovação. O ambiente organizacional favorável torna o empreendedor mais um ser mais criativo.

2.6 A Comunicação Dialógica na Organização do Trabalho

A aprendizagem como estratégia para a inovação é otimizada na medida em que o fluxo informacional (CASTELLS, 2005a) efetiva-se sem obstáculos. De fato, levando em conta que as empresas não são organizações autárquicas, é preciso concebê-las como interdependentes ao conjunto dos atores que compõe a cadeia produtiva. Isso significa que os trabalhadores, fornecedores, clientes, consultores, agências de financiamentos, centros de qualificação e habilitação de mão-de-obra devem criar espaços comunicativos para facilitar o acesso e difusão do conhecimento.

É preciso frisar a falta de tradição das organizações resolverem os conflitos dialogicamente. Principalmente, se tomarmos como referência o modelo organizacional taylorfordista que, ao burocratizar e hierarquizar as ocupações, implica numa tipologia

de poder que quem comanda impede o comandado de ter iniciativa para sugerir e/ou solucionar problemas contingenciais, isto é, não previstos pela racionalidade científica proposta por Taylor. É, portanto, por meio da diferenciação profissional (DUBAR, 2005) que o ambiente antidemocrático pode bloquear o fluxo informacional e comunicacional.

Para Paula (2008), tal problemática não passou despercebida aos estudiosos das organizações, sobretudo, os pertencentes à teoria crítica ligada à Escola de Frankfurt⁸. A CMS (Critical Management Studies) ou ECA (Estudos Críticos em Administração) tem sido um desses grupos de estudos mais representativo. Nesta perspectiva, vigora a ideia de que a influência das empresas nos aspectos políticos, culturais e ideológicos da sociedade, nem sempre, tem sido favorável ao bem-estar do trabalhador. Isto pode ser atribuído à preponderância da racionalidade instrumental – esta, visa à dominação em vez do mútuo entendimento – tanto interna quanto externamente às organizações. A empresa na administração científica teorizada por Taylor e implementada por Ford, determina o que deve ser produzido e/ou consumido.

Conforme indica Paula (idem), tal condição moderna faz o ECA propor:

- a) a negação de que as organizações detêm uma racionalidade natural, portanto, não derivada de um processo sócio-histórico;
- b) criticar que os administradores seguem uma racionalidade universal, isto é, não passível de conflitos pontuais;
- c) que o imaginário organizacional do administrador é constituído pelo espírito competidor instrumental.

Muitos autores destacam que a instrumentalização da gestão empresarial é provocada pela cultura local, assim como a organização produtiva defendida por Taylor (MINTZBERG, 2009; CHIAVENATO, 2004). Em contrapartida a este modelo instrumentalizado, a empresa pode ser concebida também como um organismo, ou seja, passível de adaptação às novas mudanças. Neste caso, a imagem da empresa é construída a partir dos valores sociais, culturais e políticos; porém, devem ser

⁸Os estudiosos desta Escola analisam os desdobramentos do processo de modernização em seus aspectos social, cultural, política e econômico, que parece perder seu potencial revolucionário. Haja vista que a razão instrumental representaria a regra de orientação da vida do homem em sociedade. Destacam, por exemplo, a permanência da alienação dos trabalhadores que ao serem integrados na sociedade do consumo, deixaram de preocupar-se com os interesses coletivos.

articulados dialogicamente. São organizações da autopoiese, que tem capacidade de (re)construção (MORGAN, 2007).

Feitos tais esclarecimentos, abordamos as organizações produtivas por meio da ação comunicativa, conforme propõe Habermas (1988): apreender a realidade através das (re)significações intersubjetivas. Nesse sentido, discutir o empreendedorismo pela teoria crítica permite compreender como se dá o processo de negociação em busca de um consenso, num mundo do trabalho em transformação e passível de conflitos. Vejamos então, no que consiste seu arcabouço teórico.

A obra de Jürgen Habermas (idem) gira em torno da Teoria Crítica da ação do conceito de comunicação e racionalidade, visa articular como ambos poderão servir de fundamento para a constituição de sociedades democráticas.

A proposta habermasiana resgata outra dimensão da Razão, que não foi trabalhada: *a dimensão da comunicação*, que tem um significado racional diferente por ser fundamentado na moral, no sentido do bem comum. Habermas parte da premissa de que a realidade é uma construção social e, portanto, possível de modificar. Essa visão faz referência à capacidade que tem o indivíduo para desenvolver categorias simbólicas e materiais a partir das quais interagem dialeticamente uns/umas com os outros/as e dando forma ao que conhecemos como realidade social. Sociedade em construção, onde a pessoa também participa e se desenvolve, porque conta com a capacidade de intervir ativamente nela junto às outras para transformá-la. Representa, portanto, uma visão emancipadora, dinâmica, aberta, participativa, solidária, tolerante e rejeita abertamente quaisquer tipos de discriminação. Nesse sentido, a razão habermasiana é distinta na forma como a abordada por Adorno. De fato, a

razão designa a unidade abrangente, não metodicamente limitada da percepção do mundo e da orientação do mundo. Entretanto, Habermas parte não mais da pretensão abrangente de unidade da filosofia clássica da razão, mas só admite ainda uma unidade frágil, transitória, mas não-derrotista da razão, que se sustenta no *médium* da linguagem e alcança efetividade no agir orientado ao entendimento na práxis do dia-a-dia. Essa razão até mesmo ‘coexistir sobriamente’ com a religião, pois ela não é mais descrita como razão do esclarecimento para a tonalidade de uma forma reconciliada de via ou concebida como utopia no futuro [...]. Na teoria da sociedade, Habermas propõe converter o conceito básico de ‘razão prática’ em ‘racionalidade comunicativa’, para exprimir também linguisticamente essa redução da atitude de expectativa (REESE-SCHAFER, 2008, 177-178).

Em sua obra, Habermas (1988) faz o esforço de pensar em uma nova totalidade, a partir dos *três mundos* (dos objetos, das normas e das vivências subjetivas), desmembradas pela crítica da razão pura de Kant. Mediante a existência de três mundos diferenciados de ações, a saber, instrumental, normativa e reflexiva; faz-se necessário conjecturar uma nova teoria que integre os três mundos numa totalidade ética, com a exigência de que o agir não estabeleça limites de nenhuma das outras três. Somente a ação comunicativa é capaz de abarcar os três mundos, anteriormente isolados em instâncias da ação instrumental. Dessa maneira, o agir comunicativo constrói uma realidade pautada em quatro dimensões: inteligibilidade, verdade, correção (referente a normas) e veracidade. O conhecimento verdadeiro em Habermas consiste em aceitar um argumento racional numa condição de fala ideal, compreendida como diálogo em busca de um consenso sem que ambas as partes se sintam coagidas. Neste sentido, são sempre provisórios e passíveis de serem corrigidos quando qualquer ator social levanta alguma nova questão para debate, ou questiona os valores vigentes.

Faz parte da história do homem, construir a realidade a partir do mundo da vida – as experiências cotidianas. Na ação comunicativa, o homem interage orientado para a criação de normas intersubjetivas, consensuais e projeta suas expectativas no outro. Para o autor, a linguagem é mais antiga que o trabalho (HABERMAS, 1990). Em vez do trabalho, enquanto categoria fundante da sociedade que muitas vezes age de forma monológica, Habermas considera que o ato da fala é o elemento estruturador da interação social, pois o objetivo da comunicação é a busca do entendimento mútuo, sem coação. No entanto, nenhuma comunicação poder ser tida como racional sem que os indivíduos sejam capazes de criticar as proposições com argumentos racionais.

A Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1988) é tida como uma das mais articuladas tentativas de substituir, pela esfera da intersubjetividade, a centralidade do trabalho preconizada pela teoria marxista, que polariza a sociedade em duas classes: burguês e proletariado. Este, na teoria marxista, é concebido como um sujeito monológico, por deter o conhecimento necessário para a emancipação do homem. Ele entende que a racionalidade está essencialmente vinculada à crítica, e estabelece um vínculo essencial entre Razão e Crítica. A partir daí, ele redefine a Razão Científica, repensa a Ciência, resgatando a dimensão intersubjetiva da produção do conhecimento. Em sua teoria da ação comunicacional é elaborado um novo conceito de razão, que nada tem em comum com a visão instrumental auferida pelos descaminhos da modernidade, mas, que também transcende a visão kantiana assimilada por Horkheimer e Adorno, ou

seja, de uma razão subjetiva autônoma – polarizada – capaz de dirigir o mundo e os destinos da humanidade.

Habermas sustenta a tese de que na raiz do processo do conhecimento humano existe uma relação social e que, assim, a ciência pode ser concebida no âmbito do entendimento pela comunicação a partir de um processo de argumentação, de crítica, de autocrítica, de auto-reflexão e reflexão entre sujeitos. Assim, constrói uma concepção de racionalidade comunicativa⁹ e processual: enraizada nas estruturas intersubjetivas, com base em proposições que venham a atender aos requisitos racionais da argumentação e da contra-argumentação, da prova e da contraprova, enfim, os argumentos que resistirem à crítica, ao debate, visando sempre a um entendimento mútuo entre os participantes.

Habermas configura, em nível de ciência, um novo paradigma: o paradigma Sujeito-Sujeito que se contraporia ao paradigma clássico da modernidade que é o paradigma Sujeito-objeto. É a ciência se (re)fazendo na relação social entre sujeitos. Reedita neste seu paradigma de cientificidade, um método das Ciências Sociais, a hermenêutica, em termos da compreensão do sentido, da interpretação dos significados. Com respeito à metodologia hermenêutica, a apresentação dialética é a marca registrada de alguns estudos anteriores de Habermas. Como muitos dos filósofos alemães, sob a influência da hermenêutica hegeliana, Habermas entende que os conceitos norteadores dos debates contemporâneos no campo das ciências humanas possuem significados que evoluíram historicamente e contêm sua própria sedimentação de interpretações passadas.

Habermas (1987), em “*A Nova Intransparência*”, desenvolve uma análise da atual situação política e econômica das sociedades capitalistas e acrescenta uma possível saída¹⁰. Diz Habermas:

⁹“Racionalidade é uma disposição de sujeitos aptos ao diálogo e à ação, cujas asserções e comportamento estão abertos a avaliação de outros. Uma asserção pode ser denominada racional só se preencher as condições necessárias ao entendimento com outros sobre algo no mundo. Ela tem que apresentar uma pretensão de verdade, ser adequada à situação e ainda por cima ser autêntica.” (REESE-SCHAFER, 2008, p.177).

¹⁰Entretanto, reconhece que as "utopias clássicas" apresentam a ciência, técnica e o planejamento como instrumentos promissores e seguros para um verdadeiro controle da natureza e da sociedade, mas que sendo abalados por evidências massivas fizeram a energia nuclear, a tecnologia de armamento e o avanço no espaço, a pesquisa genética e a intervenção da biotecnologia no comportamento humano, a elaboração de informações, o processamento de novos meios de comunicação técnicas de consequências intrinsecamente ambivalentes, causadoras de efeitos colaterais.

Eu vou argumentar que uma mudança de paradigma para as teorias da comunicação torna possível retornar ao empreendimento que foi interrompido com crítica à razão instrumental; e isso nos permitirá assumir novamente tarefas desde então negligenciadas de uma teoria e crítica da sociedade (HABERMAS, 1987, p.10).

Para o autor, a força produtiva recepcionada pela tese marxista, inicialmente, é concebida de forma emancipadora, mas metamorfoseou-se em método analítico unilateral, resultando em teorias que visavam demonstrar que as mesmas forças de poder, das quais a modernidade retirou no passado seu conhecimento causador de mudanças, resultaram em dependência, destruição e irracionalidade (HABERMAS, idem). Na perspectiva habermasiana, a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva, apesar da ideia de autogoverno dos trabalhadores ter inspirado os movimentos sociais do final dos anos 60, e os subsequentes movimentos sociais. Habermas ainda é otimista em relação à recuperação da esfera pública. No entendimento do autor, a emancipação do trabalhador poderia ser feita através de outro projeto sócio-estatal, não revolucionário, de transformação do trabalho dependente em autoatividade. Essa outra forma de projeto apresentado e que não provém da reviravolta nas condições de trabalho, se configura pela reforma nas condições de emprego, fomentando a harmonização no trabalho, tendo nas indenizações compensatórias as condições para contrabalançar os riscos básicos do trabalho assalariado complementada pelo Estado Social, por uma política do pleno emprego, ocorrendo a manutenção do assalariado por tempo integral, garantindo, assim, a compensação. Mas, é verdade, ocorre também a indenização do cidadão em sua atribuição de cliente da burocracia do Estado de bem-estar, com pretensões de direito, e em sua atribuição de consumidor de bens de massa com poder de compra, cuja finalidade pretende garantir a amenização dos antagonismos de classe que permanecem, pois as indenizações não neutralizam os elementos de conflito inerentes à situação do trabalhador assalariado.

Para Habermas, a concretização dos custos do Estado Social está na sua legislação, que tem suas políticas sociais legitimadas nas eleições gerais e encontram suas bases sociais nos sindicatos autônomos e nos partidos dos trabalhadores. Contudo, o sucesso do projeto depende do poder e da capacidade das ações do aparelho estatal e intervencionista, que interfere com o intuito de salvaguardar o crescimento capitalista, apaziguando as crises e protegendo as condições de competição internacional das empresas e a oferta de trabalho, pois somente com crescimento seria possível repartir ganhos sem amedrontar os investidores privados. Nas palavras de Habermas (1987,

p.5), “O compromisso do Estado Social e a pacificação dos conflitos de classe devem ser obtidos através do poder estatal democraticamente legitimado, que é interposto para o zelo e moderação do processo natural do desenvolvimento capitalista”. A população poderia, desta forma, viver em liberdade, justiça social e prosperidade, pois a condição de trabalho é normatizada pelo direito civil de participação política e pelo direito de parceria social.

Entretanto, as novas configurações socioeconômicas e sociopolíticas dos anos 70 fazem Habermas questionar a concretização das condições de vida digna e o Estado domesticar o sistema econômico capitalista, assim como do poder político ser a forma adequada para colocar em prática o projeto do bem-estar social seus objetivos de incrementar a emancipação do homem. Na verdade, o que está sendo colocado em questão é a possibilidade de conciliar o capitalismo e democracia, elaborando novas maneiras de viver via instrumentos burocrático-jurídicos.

Respondendo a essas questões, Habermas apresenta os limites do poder e da capacidade de intervenção do Estado esbarrando em fatores internos, como a resistência dos investidores privados, pois as condições de valorização do capital são afetadas pela política de bem-estar social. Agravando a situação das barreiras a tal projeto, encontra-se os resultados da II Revolução Industrial, intensificação do trabalho e diminuição do tempo socialmente necessário, o que torna a força de trabalho cada vez mais ociosa, criando uma situação de declínio dos assalariados em condições de cumprir o papel de consumidores e aumentando o número de assalariados na condição de clientes das políticas sociais compensatórias. Este cenário ameaça o sistema capitalista pela falta de investimento e, conseqüentemente, provoca a estagnação econômica, o desemprego e a crise do tesouro público.

Tal situação é trazida à opinião pública como custos causados pelo Estado de bem-estar, quando na verdade traduz o limite estrutural do compromisso socioestatal que não consegue modificar a lógica funcional da economia, tendo suas intervenções restritas a ajustes pontuais no sistema. A distribuição de renda fica restrita ao realinhamento horizontal e não altera a estrutura, principalmente no que diz respeito à propriedade dos meios de produção.

Os limites do poder e da capacidade de intervenção do Estado também esbarram no que Habermas chama de "médium" no poder, tendo os programas do estado social usado este "médium" para se tornarem força de lei, assim são financiados pelo poder público e implantados na vida de seus beneficiários. Trata-se de uma rede de

burocratização e normatização jurídica. As discussões sobre tal regulamentação e burocratização política social e, também, da profissionalização e cientificação do Serviço Social, concluem que o resultado do "médium" foi a normatização e a vigilância discutidas por Foucault, presentes nas mais simples das relações cotidianas.

Essas formas de deformações da vida regulada, vigiada, são mais sutis do que a exploração material promotora da miséria, mas a sutileza não faz os conflitos sociais intrínsecos psíquicos e corpóreos menos nocivos. Diante dos limites do poder, Habermas coloca em questão os fins e os meios do projeto socioestatal, sendo necessárias outras maneiras de vida para superar os limites do "médium" do poder e seu resultado, a vigilância.

Todavia, Habermas não pretende condenar o Estado de bem-estar; para o autor, em sociedades capitalistas, o projeto estatal de bem-estar impulsiona o desenvolvimento do sistema político e os países que não alcançam o desenvolvimento do Estado Social não têm por que mudar de trajetória, devem continuar prosseguindo a construção de um Estado de bem-estar social. Ocorre que o capitalismo, ao mesmo tempo que não pode viver sem o Estado Social, por ser válvula de escape das tensões sociais, precisa assegurar determinados limites para sua expansão, para não ferir os interesses do sistema capitalista. Compreender esta relação dual e instrumentalizada é o objetivo de Habermas (1987), para tanto, ele se baseia em Claus Offe, que apresenta três tipos de relação ao dilema do Estado Social (Controlar suas ações sem comprometer suas políticas sociais) em países como Alemanha Federal e EUA, que desenvolveram um Estado Social bem-sucedido. Vejamos, então:

a) a primeira reação é denominada de legitimista, que busca um equilíbrio para a modernização via economia de mercado, que representaria a volta das relações estatais entre a orientação democrática dos valores de uso e a moderna autodinâmica capitalista. Entretanto, Habermas depara-se com a resistência encontrada na corrosiva burocracia, assim como atenta para o movimento das bases sindicais, em que as políticas sociais, até então se amparam, e, por isso mesmo, podem significar formas de resistências às reformas propostas pelos legitimistas;

b) o neoconservadorismo, segunda forma de relação exposta por Claus, é uma crítica ao Estado social, e tem como fiéis, representantes dos governos de Reagan e Thatcher que defendem a diminuição do serviço de Estado com uma política econômica direcionada para valorização do capital em novo processo de acumulação. Para tal fim, sugere a sustentação de uma elevada taxa de desemprego, ao custo da degradação de

vida de grupos de baixa renda, favorecendo os grandes proprietários. No campo de batalha dos conflitos sociais, o neocorporativismo incentiva o fomento de grandes associações empresariais e sindicais para negociarem entre si, e relega o papel dos intelectuais a uma posição de improdutivos, por serem movidos de interesses políticos pessoais. Mas enfatiza a importância da cultura tradicional, pela sua capacidade de moralizar e assegurar o controle da vida privada, massacrada pela sociedade concorrencial. A condição de realização da política neoconservadora está na construção de uma base separada que coloca os grupos excluídos distantes do poder. Contudo, Habermas chama atenção para os ricos da quebra das responsabilidades sócio-estatais, pois a sua ausência é substituída pela repressão, e pode causar sérias consequências para a sociedade;

c) a aliança chamada por Habermas de antiprodutivista renega a posição produtivista do progresso, ao contrário dos legitimistas e neoconservadores, para quem a modernização social ausente de crises encontra-se em equilibrar a carga de problemas entre os subsistemas: Estado e economia. Esta linha teórica apresenta o mundo sendo ameaçado pela mercantilização, pela burocratização, necessitando da intervenção de organizações mais ligadas à base e a autogestão, defendendo o elemento mais radical do Estado Social. Mas Habermas diz que tal reação não ultrapassa a mera dissidência e transmite apenas a recusa do programa do Estado Social pela via da estagnação econômica ficando distante de uma noção de projeto de Estado Social. Este, encontra-se sem perspectiva de futuro, pois, não se pode mais esperar, segundo Habermas, uma sociedade do trabalho, enquanto principal ator dotado de poder político.

Nesse caso, legitimistas, neoconservadores e antiprodutivistas permanecem apenas em uma posição defensiva que só pode ser superada se o projeto do Estado Social alcançar um patamar mais elevado de reflexão, diz Habermas. Ele acrescenta, ainda, que o projeto do Estado social deve ser dirigido não apenas para a modernização da economia capitalista, mas também, à domesticação do Estado (HABERMAS, 1987).

As antinomias da modernização devem ser combatidas como um projeto dissociado da classe trabalhadora, cada vez em maior número na condição de exército de reserva. A proteção contra os imperativos desumanos do emprego e contra os resultados nocivos de uma proteção administrativa, ou seja, obstáculo entre sistema e realidade, precisaria de uma nova partilha de poder. Numa perspectiva reformista, expõe Habermas, é preciso lembrar que a modernidade é fundada por três recursos que podem “satisfazer suas necessidades no exercício do governo: o dinheiro, o poder e a

solidariedade” (HABERMAS 1987, p.7). O equilíbrio, mediante a diversidade de interesses, poderia ser restabelecido pelo poder da solidariedade, que resistiria ao poder econômico – dinheiro – e ao poder administrativo – Estado. A solidariedade seria fomentada pelas instituições transmissoras de valores tradicionais e conhecimentos culturais para integrar os grupos provocando uma formação política demarcadora dos limites entre as áreas comunicativamente estruturadas de um lado, e o Estado e a economia de outro.

Hipoteticamente isso já ocorreria, pois o poder político resulta da vontade do povo e regressa a seus cidadãos. Do ponto de vista do sistema político, esse círculo do poder (aparelho estatal e cidadãos) seria desviado por grupos políticos que utilizariam o poder de acordo com seus interesses, mas não deixam de se preocupar em harmonizar sua relação com a opinião pública. Habermas denomina a política de simbólica, cujo governo procura se dedicar para assegurar o apoio das massas e dos investidores privados.

A ciência política apresenta três áreas de confronto, sobrepostas entre si, que podem representar articulação entre Estado, o mercado econômico e o cidadão. Claus Offe apresenta tais áreas como: elite política, grupos influentes e fluxos de comunicação; de difícil intercâmbio. No entanto, um projeto que queira se dirigir ao poder solidário precisa ser articulado pelos fluxos comunicativos. O potencial destas esferas pode ser aproveitado para a auto-organização dos meios de comunicação, ou seja, pelos esforços da coletividade; o que faria prevalecer o Estado de uma economia democrática (HABERMAS 1987). Diante do exposto, compreendemos a tese de Habermas como afirmação de que diante do fim das energias utópicas que esperam uma sociedade do trabalho, a modernidade e sua autoconfiança é estimulada por uma consciência de atualidade na qual os pensamentos histórico e utópico fundiram-se um ao outro, cujas ilusões da sociedade se evaporam prestando-se uma práxis comunicativa cotidiana para proporcionar condições concretas de uma vida melhor e menos ameaçada. Dessa forma, confirma-se a postura otimista apresentada em relação a uma reabilitação da esfera pública, quando as pessoas passariam a decidir sobre uma orientação das suas ações sociais, em uma proposta democrática de diálogo, buscando o consenso com o intuito de garantir a função da racionalidade das ações. Ao contrário das primeiras elaborações teóricas da escola de Frankfurt, Habermas acredita na possibilidade de formas democráticas de convivência social, garantindo à sociedade civil o direito de decisão no que tange à regulação e controle do Estado, sem deixar de

considerar a possibilidade de o Estado ser influenciado pela racionalidade instrumental do capital, sob a justificativa da redistribuição de renda. Não obstante, como a linguagem é um atributo humano, pela comunicabilidade é possível chegar ao entendimento, superando, assim, os interesses pessoais e os particulares.

A relevância da ação comunicativa como solução para a problemática da permanência das desigualdades sociais, deve-se à crise do Estado do bem-estar social, que tem sua legitimidade questionada por não atender às crescentes demandas da sociedade civil. Paradoxo experimentado mesmo pelos países de capitalismo avançado. Nestes, são criadas novas “necessidades que [o Estado] não pode satisfazer” (HABERMAS, 2002b, p.67). Desde então, o mundo sistêmico – representado pelo poder do mercado e da burocracia estatal – e o mundo da vida mantêm uma relação antitética. Enquanto vigorou o Estado do bem-estar social, nos países centrais, quem vive do trabalho não se constituiu como um Ser autônomo, que para Rousseau (1999), significa obedecer à lei prescrita ou consentida por si mesmo. Com efeito, os trabalhadores, muitas vezes, têm seus direitos tutelados pelas políticas governamentais. Neste caso, os direitos auferidos ao trabalhador não são concebidos como um direito, mas um favor.

As contradições pertinentes ao trabalho na modernidade, já haviam sido tratadas por Habermas (2006) em *Técnica e Ciência Como Ideologia*, tendo como referência o pensamento de Hegel, para quem a sociedade é constituída por três elementos: o trabalho, interação e linguagem. O interacionismo é apreendido como processual, e o social não é um produto acabado, está em constante transformação. Partindo desse princípio, Habermas postula que na história recente, a ciência e a tecnologia passam a representar uma significativa força produtiva e, por conseguinte, o trabalho vivo – empreendido pelo homem – já não pode ser concebido como o único agente da transformação. Outros atores sociais lutam pelo pertencimento e reconhecimento da legitimidade de seus direitos. Para o autor, a linguagem representa o elemento mediador da interação social, ela ocupa um lugar central nas ações humanas por sua capacidade de promover as transformações necessárias para o bem-estar. Linguagem e razão são interdependentes e emancipadoras à medida que fomentam novas visões de mundo.

Podemos deduzir, então, que a ação comunicativa se efetiva sempre que as diversas culturas buscam a convivência em meio ao diálogo. Neste caso, os vários mundos como o religioso, a nacionalidade, o trabalho e lazer são mediados pela linguagem em busca de um *médium*, isto é, de valores comuns.

Desse modo, interessa-nos em Habermas resguardar a construção da teoria da ação comunicativa por ele fundamentada sob a perspectiva do pragmatismo, que concebe o indivíduo como capaz de (re)construir sua existência a partir das novas vivências derivadas do mundo da vida. Assim conceituado, o agir comunicativo “constitui o ‘horizonte de suposições de fundo intersubjetivamente partilhado’ [...] este conceito adotado de Husserl contrapõe a ingenuidade desejada e refletida do dia-a-dia ao imperativo do sistema social de funções” (RESSE-SCHAFFER, 2008, p.177). O mundo da vida é rico devido à geração de aprendizagem dialógica, condição necessária para bloquear a colonização imposta pelo mundo sistêmico.

No desenvolvimento social, formas sistêmicas de integração diferenciam-se progressivamente do mundo da vida. Sistemas são organizados e delimitados através dos respectivos mecanismos especiais da coordenação das ações, ou seja, o sistema jurídico através do direito, o sistema econômico através da formação de preços de mercado, o sistema político enquanto estado através da disposição sobre o poder organizado como meio de sanção para decisões obrigatórias (RESSE-SCHAFFER, 2008, p.178.).

O agir comunicativo habermasiano tem como uma das principais referências a escola pragmática, que concebe a experiência como propositiva, isto é, como fonte de criação. De acordo com James (1974, p.10), Peirce foi quem primeiro utilizou o termo grego *prágma*, que significa ação. Para James, Peirce defende que “nossas crenças são, realmente, regras de ação”. Dewey (1974, p.162), outro teórico influente do pensamento habermasiano, postula a ação como capaz de fomentar a construção do processo e, assim, poder identificar e nomear as experiências vivenciadas, mas sem inferir sobre as possibilidades do devir deterministicamente, sobretudo, no que diz respeito a sua qualidade. Entendendo a experiência intelectual de forma dinâmica, dada a capacidade de interagir com o meio exterior, ele vê as práticas metabolizadas “até que o concebido é trazido à luz e tornado perceptível como parte do mundo comum”. O pragmatismo influencia o arcabouço teórico de Habermas nos seguintes termos: em Peirce, as práticas comunicativas são utilizadas como autocorretivas, ou seja, capazes de rever e corrigir as regras do jogo. Dewey, por sua vez, acredita que as experiências geram significados, informações, ensino e aprendizagem, portanto, são produtoras de conhecimento. Nesse sentido, para Dewey, toda ação é inteligente porque o aprendizado leva à criatividade (PROGREBINSCHI, 2005, p.79-80).

Mas, é no pragmatismo social de Mead que Habermas procura dar consistência a sua teoria da ação social. Para Mead, ainda segundo Progrebinschi (idem, p.104), há comunicação por meio da ação, aqui, tida como *play*, pois são nos jogos que experimentamos possibilidades de escolhas para as tomadas de decisões, que requer criatividade para fazer as melhores jogadas. A importância de Mead na constituição da perspectiva habermasiana está no fato de conceber a ação num contexto coletivo e não exclusivamente no plano individual, portanto, no ato de jogar, na interação entre eu e o outro. É sob tais influências que Habermas abandona a filosofia da consciência – sujeito monológico – e adota a filosofia da linguagem intersubjetiva (PROGREBINSCHI, 2005). São as experiências que permitem expressar a visão de mundo e agir sobre o que deve ser mudado, em favor da liberdade. Nesse sentido, Habermas (2002c) não compartilha com a existência de um indivíduo dotado de uma consciência salvacionista quando derivada pela experiência particular, enfim, de um saber exclusivo como propósito de vida coletiva. Ao contrário, diz o autor, não é a consciência solipsista um grupo social, mas, a intersubjetividade e o permanente diálogo com a sociedade quem constitui os valores.

Em Habermas, a ação comunicativa possibilita conciliar interesses particulares e gerais, na medida em que os assuntos privados são mediados pela esfera pública correspondente à sociedade civil, que para o autor, corresponde aos “movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (REESSE-SCHAFFER, 2008, p.178).

É verdade que, nem sempre, as organizações produtivas e do trabalho têm tido oportunidade de ecoar suas demandas nas esferas públicas governamentais. A implicação direta de tal postulado deve-se ao fato de que, embora a exclusão social seja um termo polissêmico, estar desempregado ou não poder ser trabalhador situa o homem na condição de excluído social, uma vez que a pobreza é uma de suas causas (DUPAS, 1998; POCHMAN, 2002; SACHS, 2003).

2.7 Trabalho Empreendedor

É neste contexto que os profissionais têm lutado pela sua permanência ou inclusão na sociedade e, assim, preservar sua condição humana. De fato, a flexibilização do trabalho perpassa por uma exigência central: o trabalhador como um ser criativo;

portanto, capaz de inovar (DE MASI, 2001). O que requer a perspicácia necessária para aproveitar as janelas de oportunidade demandadas pelo mercado de consumo (TIGRE, 2006). O trabalhador que recorre à estratégia da inovação de bens e serviços, para sobreviver aos riscos inerentes a qualquer negócio, pode ser chamado de empreendedor (DRUKER, 2006).

Ora, sendo uma atividade de riscos, qual o fator causal que permite dar sustentabilidade ou falência ao empreendimento? Esta questão tem sido respondida através da crença de que na sociedade pós-industrial, a aprendizagem é um dos caminhos para o desenvolvimento bem-sucedido.

Dessa forma, o empreendedor precisa passar pelo desafio de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (SENIGE, 1990). Estes aprendizados são alcançados quando há iniciativa, visão de negócio, poder de decisão, capacidade de liderança e habilidade organizacional (LEITE, 2005).

Estas são as condições necessárias para inovar constantemente e, assim, enfrentar a onda de desemprego estrutural, pois trabalhar sob os valores do empreendedorismo no pós-industrialismo requer profissionais com perfil proativo. Quanto maior for o interesse para aprender administrar seu empreendimento tanto no sentido da interação social, quanto na produção de bens e serviços, maiores serão as chances de alcançar a sustentabilidade organizacional. É o trabalho coletivo e cooperativo que permite aos empreendedores acharem soluções criativas para vencer os desafios de um mercado competitivo e globalizado. A cooperação entre os diversos atores participantes da cadeia produtiva propicia a sinergia necessária para atender o mercado de consumo demandante por uma economia de escopo. O compartilhamento de valores gera conhecimento e descobertas que, se buscadas individualmente, haveria mais dispêndios de recursos econômicos e disponibilidade de tempo, portanto, aumentaria os custos de transação (NELSON, 2006). As empreitadas coletivas superam os limites individuais sejam eles cognitivos ou materiais.

A capacidade de organização e mobilização do empreendedor promove o desenvolvimento, fomentando benefícios em dimensões local, regional, nacional ou global. Neste caso, espera-se do empreendedor estratégia de combate ao desemprego, pois é a capacidade de propor soluções criativas que pode propiciar novos postos de trabalho, mas também, pertencimento e reconhecimento social. O espírito empreendedor exige uma visão de mundo, cujos valores perpassem por uma cultura estruturada pela cooperação e reciprocidade. Vale observar que o engajamento não significa um fim

particularista, mas envolvimento em prol do outro, daí a responsabilidade das suas ações.

Ser empreendedor significa internalizar hábitos que representem atitude, paixão, vontade, desejo e espírito cívico. O fator motivacional tem sido central na discussão do empreendedorismo. Numa sociedade complexa, demandante por constantes inovações tecnológicas, o trabalhador, muitas vezes, não tem claro o foco de suas ações, no entanto, deve buscar um ambiente favorável à criatividade e relações de trabalho menos hierarquizadas. São ações que mantêm um espírito de união para o alcance das metas, o que significa que não deve ser focalizado apenas os dividendos econômicos em detrimento do fator humano. Ao contrário, é necessário tratar todos os atores sociais como peças centrais nos processos produtivos. É preciso participar e perceber o quanto são importantes para a conquista e consolidação da aprendizagem. Em outras palavras, é fundamental levar em conta as condições físicas, psicológicas e sociais de modo a construir um ambiente favorável, agradável e amigável. O empreendedorismo será um bem coletivo, quando considerado uma atividade de significância para o progresso organizacional. Deve ser destacado, então, o autoconhecimento e o estabelecimento de metas. A preservação de regras de convívio fundamentadas na transparência é responsabilidade de todos e o sucesso da empresa dependerá da internalização desse imaginário organizacional.

2.8 A divisão social do trabalho sob a ordem patriarcal

A mulher na divisão social do trabalho tem sido abordada no setor de confecções por dois motivos: pela importância do papel da costureira, como uma das profissões mais demandadas (MELLO e HANSEN, 2006) e pela simbologia no imaginário da organização familiar, pois grande parte dos empreendimentos origina-se dos bens produtivos pertencentes a este gênero: a máquina de costura, seu conhecimento tácito, afetividade e cuidado. Isso significa que ela faz parte da imagem da organização¹¹. De fato, em setores de confecção popular, a mulher costuma deter os insumos imateriais – conhecimento como a arte do corte e costura – e insumos materiais – a máquina de costura –, pois, de um modo geral, o empreendimento nasce de sua iniciativa de trabalhar para aumentar a renda da família (SANTANA e APOLINÁRIO, 2006).

¹¹A importância da imagem organizacional para integração dos valores tem sido abordada por Morgan, 2007.

Se o trabalho da mulher na área de confecção é estratégico por representar uma fonte de informação e conhecimento, e, portanto, de aprendizagem, acreditamos na necessidade de apreender em que condições ela é inserida na cadeia produtiva. Alguns estudos apontam que ela é integrada ao mercado de trabalho de forma subordinada, seja porque recebe menores salários, mesmo tendo maior nível de escolaridade, seja porque costuma ser primeiramente demitida no momento de retração do mercado, a exemplo do modelo japonês. Um dos principais argumentos para tal prática é que na sociedade japonesa cabe à mulher cuidar dos filhos e da casa. Os pesquisadores apontam que a mulher serve como um exército de reserva para regular o ciclo de demanda por trabalhadores (KERGOAT e HIRATA, 2003; CASTELLS, 2005b).

A diferenciação entre homem e mulher deve-se à histórica questão do patriarcalismo, compreendida como organização social regulada pelos valores culturais masculinos, decorrente da diferenciação entre gênero e sexo. O sexo é um atributo de cunho anatômico e fisiológico, portanto, biológico; enquanto gênero refere-se à aprendizagem de ordem psicológica, cultural, política e social. Nesse sentido, o gênero é socialmente construído e não resultante da condição natural, biológica. O que se quer dizer é que a sexualidade não pode ser considerada o único critério para distinguir o homem da mulher.

Aceitar, pois, que o indivíduo já nasce predisposto a ocupar um lugar fixo na sociedade é impedi-lo de desejar e criar mecanismos para sair da submissão e, por conseguinte, da reprodução de um imaginário estruturado pela hierarquia social composta por seres superiores e outros inferiores, de forma etnocêntrica. Pensar dessa maneira, é conceber o mundo de forma estática, isto é, não passível de transformação.

Uma das formas de enraizamento do etnocentrismo está no patriarcalismo, temática relevante para a questão da divisão social do trabalho, caso levemos em conta que a ordem social ficou exclusivamente reservada ao homem. Em outras palavras, o problema apresentado por Hobbes (1997), ou seja, a busca de estratégias para regular a vida em sociedade, tem sido representado modelo patriarcal – o pai como chefe-de-família. Aqui, o poder exercido pelo homem detém poder quase hegemônico nas diversas instituições normativas, tais como a familiar, a mercadológica, a governamental, etc.

É verdade que a sociedade patriarcal é questionada quanto ao seu caráter universal, uma vez que na contemporaneidade, nem sempre, a hegemonia do homem se efetivou plenamente (WALBY, 1996). Basta verificar os movimentos sociais e as

teorias feministas contestando tal premissa. No entanto, Walby chama a atenção para a falta de identidade dentro do próprio movimento feminista. Para tanto, faz uma digressão a respeito dos limites das teorias feministas, já que elas abordam tal problemática sem contemplar a pluralidade das representações de gênero. Essas teorias privilegiaram as mulheres brancas de classe média de países desenvolvidos e esqueceram de tratar a questão racial e o baixo empoderamento de grupos femininos pertencentes aos países em desenvolvimento. Assim, deixando as mulheres à margem da sociedade por não considerá-las seres genéricos, ou seja, seres dotados de direitos universais independentemente de suas origens. Com isso, esqueceu-se que a discussão em torno da divisão do trabalho entre gêneros ficou restrita à dimensão relacional, desprezando o fato de que as mulheres brancas de classe média costumam ser mais privilegiadas em relação às mulheres brancas pobres. As mulheres brancas costumam ser mais beneficiadas do que as negras; as negras ricas, por sua vez, detêm mais privilégios em relação às negras pobres. Nesse sentido, Sílvia Walby (idem) entende o patriarcalismo como uma ordem vigente, porém, postulando que, ao contrário de algumas correntes feministas, que enfatizam a desigualdade entre gêneros na sociedade contemporânea devido à oposição entre capital versus trabalho, esquece-se que a cultura patriarcal ainda é responsável pela opressão da mulher. As novas configurações deste domínio podem ser percebidas, nos seguintes termos:

a) No espaço doméstico: o trabalho de cuidar da casa e educação dos filhos não é remunerado pelo marido, constituindo exploração econômica pelo homem, haja vista que a mulher deixa de ter uma renda que assegure sua independência. Com isso, a satisfação de suas necessidades fica a cargo do marido;

b) questão do trabalho: a mulher não costuma ocupar determinados cargos, especialmente os de comando, por serem culturalmente mais valorizados. De um modo geral, sua remuneração é inferior ao do homem, mesmo tendo um maior nível de escolaridade;

c) Violência masculina: se dá quando a mulher contraria as regras, cujas referências são as dos homens. Trabalhar fora de casa, relações extraconjugais etc. são direitos masculinos. Quando não acata tais imposições, está sujeita a agressões física ou moral;

d) O Estado patriarcal: mesmo com os avanços dos direitos jurídicos, não há garantia de que a mulher esteja protegida. Ao contrário, há todo um aparato jurídico e cultural que facilita o gerenciamento da vida da mulher pelo homem;

e) a problemática da sexualidade: a heterossexualidade tem sido referência para as práticas sexuais. Impondo uma essência de normalidade ao casal constituído por homem e mulher;

f) As instituições são estruturadas pela cultura patriarcal: a mídia, o sistema jurídico, a educação, religião, etc. privilegiam o homem como figura central e como valor a ser seguido.

A divisão sexual do trabalho, proposta por Walby, detém uma complexidade por abordar a teoria patriarcal, ampliando a discussão para além da problemática atrelada ao capital. Nem sempre o patriarcalismo e o capitalismo caminharam lado a lado, visto que muitas mulheres foram ou são impedidas por seus cônjuges de trabalharem fora do lar. Ficando confinadas apenas aos afazeres domésticos, nem sempre estão integradas à economia política. Contudo, se houve avanços, tais como, maior acesso à educação e ao mercado de trabalho, isso não significa o fim da sociedade patriarcal.

No mundo do patriarcalismo, a mulher tem um papel fixo a exercer, um dos pensamentos mais sistemáticos de tal condição está na teoria funcionalista que defende um núcleo familiar chefiado pelo homem. De acordo com este princípio, a sociedade encontra o ponto de equilíbrio, no sentido de harmonia, na medida em que os indivíduos cumprem seu papel pela diferenciação, ou seja, quando mulher e homem ocupam a função designada pela cultura social. Parsons (apud GIDDENS, 2005) defende que a família é a base do processo de socialização, principalmente porque aí são aprendidas as funções obrigatórias necessárias à sobrevivência do indivíduo e do equilíbrio social.

A esse respeito, acreditamos que se a mulher tenta emancipar-se do jugo do homem, não obstante as diásporas derivadas da fragmentação identitária (HALL, 2006), elas podem ser socialmente (re)construídas durante os processos comunicativos (HABERMAS, 1990).

CAPÍTULO 3: APLS – ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM MODO-DE-PRODUÇÃO RELACIONAL

3.1 A crise econômica e a busca de um novo método produtivo

O APL é uma das respostas à crise econômica mundial da década de 1970. Se antes a produção era organizada em grandes unidades fabris e ganhos em escala, as micro, pequenas e médias empresas, desde então, são idealizadas como método racional para a inovação num mercado dinâmico e ávido por novidade. A partir disso, o novo paradigma requer produtos diversificados, exigindo do empreendedor competências para produzir de acordo com a lógica da economia de escopo. Compreensível, se levarmos em conta que o mercado de consumo começa a ficar em decorrência da rigidez do modelo produtivo taylorista-fordista.

A solução para tal problemática veio do outro lado do hemisfério. Desde a II Guerra Mundial, a empresa japonesa Toyota passou a ampliar seu mercado, ao fazer novos experimentos no processo de fabricação no setor automobilístico. Esse método foi chamado de toyotismo. Uma de suas principais características pode ser ilustrada pela flexibilização da produção, que consiste em subdividir os processos fabris ao longo da cadeia produtiva, formando aglomerados de empresas que atuam em cooperação, cujo objetivo é maximizar a produtividade, a qualidade e a lucratividade.

A importância da aglomeração produtiva enquanto elemento sinérgico remonta ao texto de Alfred Marshall (1890) que, já no século XIX, chamara a atenção para a contribuição da externalidade, isto é, do papel da proximidade espacial; não somente por facilitar a captação de recursos econômicos, mas também, para a aprendizagem inovativa por meio da interação. A ação cooperativa entre as empresas e instituições permite maximizar o uso de diversos insumos, proporcionando maior competitividade às organizações.

A partir de então, os APLs, genericamente compreendidos como aglomerações organizacionais que se especializam num mesmo segmento produtivo e produzem numa proximidade espacial, têm sido objeto de estudos. As investigações apontam para o fato de que o desenvolvimento não é resultante de um processo mecânico como quer os teóricos da economia neoclássica, defensores de uma concorrência perfeita (BRUE,

2005). Nesta perspectiva, o crescimento econômico é assegurado sempre que haja contínuo investimento em maquinários e mão-de-obra.

O ponto central desta tese consiste na crença da escolha racional dos produtores, dos consumidores e trabalhadores na busca de um equilíbrio mercadológico, através das satisfações pessoais. A estabilidade é norteada pelo mercado através da regulação entre oferta e procura. Parte-se da premissa que os processos racionais permitem ao indivíduo encontrar a utilidade desejada no consumo; o produtor, o lucro obtido através do atendimento da demanda do consumidor; quanto ao trabalhador, a satisfação se dá à medida que a venda de sua força-de-trabalho resulte numa remuneração adequada às suas necessidades. Tal racionalidade é obtida porque todos os participantes do jogo, a priori, estão suficientemente informados para deliberarem, inclusive o trabalhador, que mede os benefícios do salário recebido, mesmo sob perda da ociosidade. Essa forma de conceber o desenvolvimento, a partir da concorrência perfeita, na qual todos os atores detêm o conhecimento necessário para fazer suas escolhas e usufruir dos resultados advindos, está contida de uma visão de mundo mecanicista inspirada na linguagem da física newtoniana de meados de século XIX, onde a economia, tida como uma ciência social, passa por um processo de matematização, cujas escolhas são feitas a partir da racionalidade proporcionada pelo cálculo (BRUE, *idem*).

Nesse sentido, os teóricos neoclássicos desprezam as assimetrias existentes na sociedade, seja de ordem política, social ou cultural e ignoram a existência da razão instrumental.

Ao contrário da tendência de apreender o mundo homogeneamente, como quer os apologistas do recente processo de globalização, o decreto do fim da geografia tem sido questionado (HAESBAERT, 2004), na medida em que o local representa estratégia para o desenvolvimento, a exemplo das experiências dos APLs, sem que deixe de alçar a dimensão local, regional, nacional ou global (JOHNSON e LUNDVAL, 2005). São aglomerados de distintas configurações, pois, podem ser estruturadas por inovações tecnológicas complexas, tais como melhorias no produto, no processo de fabricação, no atendimento ao cliente etc.

A razão pela qual é necessário frisar a inovação nos estudos de sistemas nacionais (SNI), regionais (SRI) e setoriais (SSI), além do sistema global, não decorre de que a inovação nunca tenha sido uma característica central de todos esses sistemas, mas sim de que a teoria e os modelos econômicos ortodoxos deixaram de reconhecer a centralidade da mudança técnica e da inovação, negligenciando o estudo desses fatores (FREEMAN, 2005, p.52).

Embora os elementos tecnológicos sejam necessários à inovação relacional, eles significam também, estratégia elementar para a competitividade e sustento organizacional. A experiência italiana tem demonstrado a importância de outros componentes, tais como a formação de uma comunidade trabalhadora mediada pela cooperação e confiança, prática-moral que permite compartilhar conhecimentos técnico e tácito de modo a inserir a organização no mercado competitivamente. O caso italiano fomentou um modelo desenvolvimentista flexível, eliminando as hierarquias dentro das organizações produtivas a fim de promover a confiança e a cooperação entre os diversos atores participantes do arranjo produtivo (PUTNAM, 2007). Tal estratégia traz vantagens competitivas em relação às empresas que atuam isoladamente. Para tanto, é necessário mudanças comportamentais, como por exemplo, deixar de lado atitudes obsoletas e absorver nova mentalidade que permitam proporcionar sinergia e sustento (MORGAN, 2007).

Num mundo globalizado, o local fomenta e internaliza valores, tendo como propósito integrar uma diversidade de atores para aprendizagens inovativas: produtores, fornecedores, clientes, universidades, instituições de ensino e pesquisa, associações profissionais, agências financiadoras, concorrentes. O espaço geográfico, então, é essencial para eliminar os gargalos que bloqueiam o desenvolvimento, considerando a redução de custos de transação para adquirir insumos produtivos (PORTER, 2004). Produzir em rede significa aprender a inovar focalizando determinados nichos de mercado e, assim, atender as demandas de determinados segmentos mercadológicos. É importante frisar que para aprender a inovar, os Arranjos Produtivos Locais tem como exigência uma cultura política, social e governança virtuosa. Ou seja, atores sociais capazes de canalizar os interesses coletivos a partir de um imaginário voltado para a cooperação e confiança (SUZIGAN, GARCIA e FURTADO, 2003) mediada pela comunicação (PAULA, 2008).

3.2 ASPILS: Sistemas Produtivos e Inovativos

De acordo com Lastres, Cassiolato e Maciel (2003), abordar APL requer a ampliação do seu conceito, a fim de aumentar o escopo de sua utilidade, enquanto estratégias de políticas desenvolvimentistas. Possibilidade viável, em grande parte, devido ao fluxo informacional, proporcionado pelas TICs (CASTELLS, 2005a), que

permitem difundir as aprendizagens por meio de novos conhecimentos e, conseqüentemente, aproximar os diversos atores participantes da cadeia produtiva, independentemente de atuarem no mesmo segmento produtivo ou na mesma espacialidade.

O desenvolvimento é, cada vez mais, concebido como consequência dos fatores endógenos ou exógenos às organizações. Por isso, fazem parte da cadeia produtiva, os produtores locais, fornecedores de insumos, como maquinário e matéria-prima, consultores e clientela que contribuem para a aprendizagem inovativa independentemente da distância territorial. Daí a proposta do enfoque sistêmico da RedeSiste – centro de pesquisa da UFRJ – que considera os Spils – Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – um método adequado para apreender o potencial dos Arranjos Produtivos, sobretudo, os situados em países em desenvolvimento; haja vista que, neste caso, a inovação, de um modo geral, é derivada do conhecimento tácito local e, não necessariamente, derivada de C&T e P&D

Dessa maneira, se a empresa fabrica quaisquer bens ou serviço, mas interage cooperativamente com outros atores sociais próximos ou longínquos, ter-se-á um setor produtivo sistêmico, pois aí estão havendo “atividades e atores relacionados desde a aquisição de matérias-primas, máquinas e demais insumos até sua comercialização. Tais sistemas variarão desde aqueles mais rudimentares àqueles mais complexos” (LASTRES e CASSIOLATO e CAMPOS, 2006, p.25). A vantagem do modelo sistêmico da Aspils está na sua abordagem macro e microestrutural. A pretensão é compatibilizar dois modelos que permitam compreender a complexidade relacional do desenvolvimento. Para isso, é tomado o modelo estruturalista cepalino¹². A Cepal propõe uma perspectiva desenvolvimentista que aproveita os benefícios proporcionados pelos insumos tecnológicos, protagonizada ou em parceria com o Estado. A tal perspectiva, é somada o pensamento neoschumpeteriano, cuja inovação se dá pela ação empreendedora seja das micro, pequena ou média empresa. Esta proposta sistêmica entende que as organizações não são autárquicas por dependerem da cultura política e social das instituições locais. A RedeSist tem como vantagem sublinhar os baixos índices socioeconômicos e socioeducacionais dos empreendedorismos pertinentes aos países emergentes, especialmente, daqueles referentes aos da micro, pequena e média

¹²Para melhor compreensão da Escola Cepalina, ver a coleção: *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. V 1 e 2; organizado por Ricardo Bielschowski (2000).

empresas. Estas, “raramente são estruturadas por tecnologia derivada de P&D, pois as PMEs, denominadas ‘empresas de base tecnológica’, constituem as exceções” e não a regra (TIGRE, 2006, p134). Mais que tecnologias inventivas, a inovação depende das

articulações entre empresas e destas com outros fluxos de conhecimento (em particular das dimensões tácitas); das bases dos processos de aprendizado para capacitação produtiva, organizacional e inovativa e da importância da proximidade geográfica e identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de diversidade e vantagens competitivas sustentadas (LASTRES e CASSIOLATO e CAMPOS, 2006, p.23).

Nesse sentido, a inovação nas micro e pequenas empresas costuma ser derivada do conhecimento tácito, ou seja, do aprendizado idiossincrático local dos trabalhadores e das instituições.

3.3 A solidariedade orgânica e mecânica: as mediações da sociabilidade nas esferas domésticas e na comunidade local

Para Durkheim (1974), a solidariedade constituinte da interação social evoluiria da mecânica para orgânica. A primeira, faz parte do mundo pré-moderno ou tradicional. Neste caso, a interdependência individual se dá pela semelhança, uma vez que a diferenciação social do trabalho é pouco acentuada; a família e a religião seriam as principais forças de coalizão. As crenças e os sentimentos não são reflexivos, a cooperação é praticada sem questionamento porque a consciência moral coletiva é dada pela tradição. Não obstante, sua teoria segue a perspectiva evolucionista, que consiste na concepção de que a sociedade evolui do simples para o complexo. A acentuada diferenciação ocupacional levaria o profissional a sair da esfera privada familiar para a esfera pública, representada pelas associações corporativas. O Estado, argumenta, teria pouca importância para solucionar os problemas sociais, Aliás, consoante o autor, as crises da sociedade, em grande parte, decorrem da substituição das corporações de ofício pelo Estado, pois esta instituição, nem sempre, está em sintonia com as demandas da sociedade. Assim sendo, a passagem de uma economia doméstica para a economia industrial tende a enfraquecer os laços afetivos. O autor alerta para os riscos da progressiva divisão social do trabalho, que poderia gerar conflitos decorrentes do distanciamento afetivo. Todavia, sugere que o homem, por ser um sujeito moral, tende a cooperar um com o outro independentemente do contexto temporal, pois sempre

encontra maneiras adequadas para adaptar-se e viver em harmonia. Seria este o papel da solidariedade orgânica: preservar os laços afetivos motivados pela interdependência existente entre os homens.

Tal adendo é relevante, porque Durkheim explica a ordem social sob o viés da interação entre indivíduo e sociedade, ou, entre a micro e a macroestrutura. Para isso, recorreu à categoria da solidariedade mecânica e orgânica a fim de conciliar a moral do indivíduo com a moral sistêmica. Para o autor, a sociedade assemelha-se a um organismo. Tal transportabilidade pode ser apreendida partindo do princípio analógico entre o corpo biológico e corpo social: a busca pela ordem, em detrimento da desordem. Assim, ter-se-ia a seguinte formulação: um corpo saudável = uma sociedade saudável. Nas teorias darwinista e spenceriana, as espécies animais e humanas, respectivamente, evoluem da desordem para a ordem, como processo de seleção natural; daí a necessidade de adaptação ao meio (NUNES, 2006). A organização da sociedade, então, evolui progressivamente, tendo as instituições como estruturantes das regras, no sentido de preservar a coesão social. Neste caso, a divisão social do trabalho instaura a passagem da solidariedade mecânica para a orgânica, tendo, as corporações de ofício, a função de manter coesos os grupos de trabalhadores, papel antes exercido pela família.

3.4 O capital social como mediação: entre as esferas privadas e públicas

Ao dizer que as organizações atuam de modo sistêmico, torna-se necessário incluir outras categorias analíticas transversais para melhor compreender a interdependência dos atores sociais, por isso recorreremos ao conceito de capital social. A sua importância para a aprendizagem deve-se à necessidade de verificar a qualidade moral praticada entre as organizações produtivas, no sentido de que se possa combater o individualismo e a racionalidade instrumental. Com isso, é esperado que a relação social entre os atores sejam estruturadas de forma horizontal, de modo a evitar a hierarquização organizacional. A cooperação e confiança, portanto, devem permear a mentalidade nas organizações, de modo a fazer parte das suas práticas cotidianas. Factível sempre que os produtores precisarem buscar competências comunicativas para dialogarem entre si e as instituições que exercem a governança do Pólo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe. A reciprocidade, por consequência, é fundamental para a aquisição do conhecimento como fonte de inovação e progresso.

É preciso fazer algumas observações desse recurso estratégico: o capital social é distinto do capital humano, este último, diz respeito às habilidades e competências individuais. Neste caso, a aquisição da aprendizagem e a aquisição de insumos produtivos se dão por conta do próprio esforço, enquanto o capital social segue a vertente relacional, tendo em vista que os diferentes atores sociais procuram aprender a interagir com as organizações e as instituições a fim de reduzir os custos dos bens-de-produção (PUTNAM, 2007).

Nesse sentido, o sustento desenvolvimentista está atrelado à intensidade da ligação do capital social, concebido por Granovetter como os de laços fortes e os de laços fracos (GRANOVETTER, 1973). O primeiro tipo diz respeito à aprendizagem entre indivíduos que circulam numa proximidade espacial, mas que tende a esgotar devido aos limites de conhecimento existentes nesse espaço de convivência; enquanto que o segundo, representa fontes de novos saberes e são obtidos fora da esfera familiar, por não existirem dentro desta espacialidade.

Diante disso, entendemos que a inovação é proporcional à intensidade do fluxo informacional e a capacidade de absorvê-la é tanto interna, quanto externa às organizações produtivas domésticas.

De um modo geral, é possível elencar a sinergia proporcionada pelo capital social: a) confiança e cooperação; b) aprender a inovar; c) mediar relações de poder entre os atores sociais da rede; d) mediar o agir comunicativo entre as organizações e as instituições.

O capital social representa, outrossim, estratégias para desbloquear os obstáculos, a fim de retirar a entropia impeditiva do aprendizado inovativo. Para Elias (1994), a interação social não é sinônimo de oposição entre indivíduo e sociedade, não dá para conceber o primeiro de forma atomística, como se vivessem isoladamente. A sociedade é constituída pela somatória dos valores individuais e sociais. Dessa forma,

O que nos falta – vamos admiti-lo com franqueza – são modelos conceituais e uma visão global mediante os quais possamos tornar compreensível no pensamento aquilo que vivenciamos diariamente na realidade, mediante os quais possamos compreender de que modo um grande número de indivíduos compõe entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados: como aqueles formam uma sociedade e como sucede essa sociedade poder modificar-se de maneira específica, ter uma história que segue um caso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõe (ELIAS, idem, p.16)

O processo de socialização segue, então, uma trajetória de interdependência que evita sair da dicotomia entre liberdade individual e determinismo social. Para o autor, o mundo sistêmico tem sido concebido numa perspectiva dicotômica mecanicista. Daí propor o termo configuração, conceituado como estruturas socializadoras que evitem constrangimentos externos. Os valores, diz o autor, são internalizados conforme a necessidade de cada ator. Ao longo de sua existência conta com diversas redes de sociabilidade que influenciarão seus pensamentos e sentimentos, consolidando sua personalidade a partir de suas preferências, constituída pelas crenças e hábitos. Contudo, se existem essas redes de influências, a sua inserção em uma delas será de acordo com suas escolhas.

Com isso, Elias rompe a relação de causa e efeito, ao propor causalidades e consequências. As possibilidades da ação social são múltiplas, dada a liberdade de alternativas que o indivíduo tem disponível. Embora procure dar uma configuração complexa à sociabilidade, o autor recai num evolucionismo linear ao conceber um único processo civilizatório como ideal, a saber, o ocidental (CORCUFF, 2001, p.35-46).

Feito tal ressalva, mesmo não fazendo uma referência direta ao capital social, Elias serve para abordar indivíduo e sociedade de forma interdependente, o que coaduna com o princípio do capital social, abordado por Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2003), numa perspectiva de inserção do indivíduo na sociedade à medida que tem a capacidade de acumular diversos capitais, identificados como:

- a) capital econômico: bens materiais constituídos por terras, fábricas, trabalho;
- b) capital cultural: recursos imateriais provenientes do saber intelectual, expresso por meio comportamental, conhecimento, aquisição de obras de arte ou quaisquer áreas que são reconhecidas e valorizadas pelas instituições;
- c) capital social: é o conjunto de bens adquiridos a partir das relações sociais, que tem como objetivo preservar a rede de sociabilidade;
- d) capital simbólico: são valores cultuados e prescritos por meio de rituais a serem seguidos tendo em vista o reconhecimento social.

Tido como um dos pioneiros do estudo desta categoria sociológica, Bourdieu (1982) entende que a somatória destes recursos não é de fácil acesso, tendo em vista que o conflito é uma característica da interação social, pois sua construção requer o “interconhecimento” e “reconhecimento”. Sua visão de capital social, ainda que seja estratégica para a inclusão social, se dá sob uma perspectiva instrumentalizada, considerando que a interação se mantém a partir de um intercâmbio entre dominantes e

dominados. No primeiro caso, trata-se daqueles que conseguiram acumular um grande estoque de diversos capitais; no segundo, são indivíduos destituídos de capital valorizado no seu grupo de pertencimento que, conseqüentemente, não os permitem ascender socialmente. Portanto, seu poder fica restrito na medida em que não consegue deter um capital social mais amplo, trazendo dificuldades para igualar-se aos grupos socialmente valorizados. Nesta ótica, o capital social serve para a reprodução do modelo da sociedade vigente, em vez de sua transformação (BOURDIEU, apud BONNEWITZ, 2003).

Ao contrário de Bourdieu, Putnam (2007) defende a possibilidade da cultura cívica, cujo ethos é reconhecer o Outro como semelhante ao Eu, princípio básico de uma sociedade democrática. Em seus estudos italianos, consta que o Estado, a partir de 1970, descentraliza o poder para proporcionar maior autonomia à sociedade civil. A legislação reformadora incentivou a criação de creches; investiu em habitação e desenvolvimento urbano; em serviços estatísticos e de informação para saber onde aplicar os investimentos.

A questão indagada por Putnam reside em saber como o desempenho da gestão local e as regiões do país, que passaram a ter uma maior autonomia para fazer investimentos provenientes do setor público, seriam administrados. O autor infere que o Norte e o Sul representam duas regiões de contrastes; a setentrional tornou-se mais próspera em detrimento da meridional. As explicações encontradas provêm de elementos sociológicos e não, necessariamente, econômicos. Putnam (idem) entende que, mesmo não podendo descartar a hipótese relacional entre democracia e modernização econômica, as regiões que apresentaram melhor performance não coincidem com aquelas que obtiveram maior quantidade de recursos ou investimentos financeiros. Diante disso, ele destaca que a democratização não pode ser explicada apenas pelo viés econômico. As instituições pertencentes à região norte foram bem-sucedidas, levando em conta a existência de uma comunidade cívica que, desde o século XIII, tinha representação política e maiores laços de associativismo. Isso fez com que neste local houvesse uma ordenação social de baixo para cima, ou seja, do indivíduo para a sociedade, fomentada historicamente. Daí a existência de um maior engajamento sociopolítico. O autor diz que dentre as duas regiões, as instituições do Norte da Itália foram constituídas como uma comunidade local, preocupada com os interesses coletivos muito mais forte do que seus congêneres sulistas. Historicamente, a população do Norte teve maior participação nas decisões de ordem pública, proporcionando experiências

para solucionar os problemas de interesses comunitários. Portanto, se no Sul, o capital social se dá de forma instrumentalizada, no Norte, verifica-se um comportamento voltado para a cooperação, confiança e tolerância. A reciprocidade desta interação permitiu a continuidade do capital social como elemento de aprendizagem coletiva. Desse modo, Putnam considera que se a cooperação e a confiança não são determinantes para o sucesso do capital social, representa um dos elementos centrais, uma vez que propicia ações fundamentadas na crença de que a cooperação será correspondida de forma idêntica. De acordo com o autor,

a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica. O capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, idem, p.173).

O capital social, portanto, facilita o compartilhamento de informações e conhecimento adquiridos a custo reduzido porque são obtidos por meio da crença que a reciprocidade da cooperação e confiança existente na rede será contínua. Fica claro, então, que o capital social representa uma estratégia para inovar as organizações produtivas a partir das relações de trabalho mais democráticas. De fato, se é necessário acumular diversos capitais para ascender socialmente (BOURDIEU, apud BONNEWITZ, 2003), isso não significa que tal acúmulo servirá tão-somente para reproduzir o mundo sistêmico, mas evitar a exclusão social. A assertiva é factível se a rede for mediada pela ação comunicativa, tendo em vista que o diálogo cria as condições necessárias para cercear a razão instrumental – poderes exercidos pelo mercado econômico e do Estado (HABERMAS, 2002b).

3.5 A Organização Familiar: o empreendedorismo num Mundo em Transformação

A prática empreendedora é constituída num contexto social, onde, muitas vezes, ainda vigora a cultura patriarcal, que impõe relações de poder assimétricas nos espaços domésticos. A organização familiar, sob o olhar patriarcal, costuma ser abordada sob duas perspectivas: a integradora e a desestabilizadora. De um lado, Gilberto Freyre (2005) destaca o patriarcalismo – o homem como chefe de família – o principal elemento regulador da sociedade; a cordialidade, neste caso, se dá pela tradição

paternalista e é concebida pelo autor de maneira positiva, por aproximar os indivíduos, mesmo diante da diversidade cultural. A família cordial freyriana é apreendida por Holanda (1995) como um entrave para a modernização democrática do país, tendo em vista que o compartilhamento dos valores culturais da cordialidade familiar é voltado apenas para os iguais. Nesta ótica, quando a família sai da esfera privada para a pública, ela se apropria do Estado como se fosse um patrimônio particular. Ou no dizer de Faoro (2000), a riqueza pública é privatizada por aqueles que se aproximam do Estado para dilapidá-la de forma patrimonialista. Numa mudança de direção, nos anos 70, vigorou a vertente produtivista que interpreta a família a partir das relações econômicas do trabalho, esta ideologia, inspirada na tese marxiana, prega que a interação social é estruturada pelo poder econômico. Nesse sentido, a família de trabalhadores pobres é submetida à lógica do capitalismo, como um exército de reserva para maximizar a mais-valia. Ainda que não seja hegemônica, esta tese é reforçada nos anos 80 e 90, quando o recente processo de internacionalização das empresas e a reestruturação do modo de produção fordista-taylorista provocam o desemprego estrutural. Neste contexto, a qualidade de vida dos trabalhadores retorna como uma das temáticas da divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho, respectivamente (HIRATA e KERGOAT, 2003).

Na segunda metade do século XX e início do XXI, houve uma inflexão na concepção da organização produtiva, tal deslocamento deve-se às novas racionalidades da produção, que prega a necessidade de alinhar qualidade com rentabilidade. Desde então, as micro e pequenas empresas familiares têm sido idealizadas para o alcance de tal propósito, pois nestas modalidades organizacionais é mais fácil implementar inovação tecnológica na gestão da criação, produção e comercialização. Um dos casos ilustrativos tem sido a experiência italiana (PUTNAM, 2007).

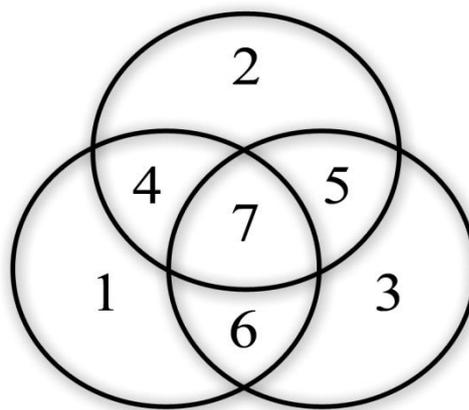
Nessa ótica, se a industrialização taylorista-fordista é fundamentada em conceitos racionais – o cálculo, a burocracia, a hierarquia de comando – com fins universais para a produção de bens e serviços, o imaginário pós-industrialista está atrelado ao contexto fundamentado em valores afetivos, sociais, culturais e comunicativos (WOOD JUNIOR, 1999). Para muitos autores, tais atributos são encontrados nas organizações familiares (CASTELLS, 2005a).

Ao compreendermos que a sociabilidade na organização familiar é estruturada de forma complexa, significa que a produção de bens e serviços não ocorre apenas no âmbito econômico – o sustento pela lucratividade –, mas igualmente, sociológico, à

medida que o trabalho empreendedor requer a interação, de modo a propiciar a inclusão social. Essa dupla importância faz da família uma fonte identitária preponderante. De acordo com Outhwaite (1996, p.369-370), a identidade tem origem na palavra latina *idem*, que significa igualdade, ou seja, a permanência em meio à dinâmica e à diversidade. Dessa forma, na era moderna, a identidade é construída durante o processo de interação e não aprioristicamente; portanto, trata-se de uma unidade contínua.

Sendo assim, para Burke (2002, p.79-82), o debate em torno da questão do conceito da identidade da família não é novo, pois sempre chamou a atenção de historiadores, sociólogos e antropólogos. A diversidade manifesta na organização da família não pode ser tomada apenas sob o ponto de vista da unidade domiciliar, diz o autor. Este prisma apresenta limites quando se sabe que o conceito e o tamanho da família são elásticos, que variam conforme o ciclo de desenvolvimento. O método analítico da residência para conceituar família abarca outras questões como o econômico, jurídico e moral.

A organização familiar contém, então, singularidades forjadas de acordo com as especificidades locais, que permite representar distintas configurações; sendo responsável pela socialização primária, preserva um dos elementos fundantes da modernidade: a solidariedade. Portanto, além de prover as necessidades materiais, por meio do trabalho, preenche outras carências do homem: o cuidado. Assim sendo, na possibilidade de existir num mundo carregado de contradições, a organização familiar representa um espaço protetor em um mercado de trabalho em transformação. A experiência de Bangladesh assinala a importância do associativismo em busca de estratégias para o sustento organizacional. De fato, o microcrédito pecuniário oferecido pelo Grameen a juros abaixo do mercado, tem viabilizado os pequenos negócios familiares, retirando da miséria um grande contingente de pessoas (YUNUS e JOLIS, 2005). Demonstrada a permanência da importância da família na sociedade contemporânea, vejamos as diferentes configurações das organizações empresariais propostas por Gersick et al (2000) na busca por classificar e delimitar os integrantes desta modalidade produtiva. O autor indica um modelo analítico dos três círculos, investigando de modo sistêmico, a interação diferenciada dos profissionais que nela atuam. Seu modelo parte de três pontos independentes, mas, sobrepostos: a propriedade, a família e a gestão.



FONTE: Gersick et al. (2000)

A análise do autor corresponde à seguinte interpretação:

- no setor 1: pode ser identificado membros da família, não pertencentes à categoria proprietário, nem funcionário;
- no setor 2: acionista não membro da família, nem funcionário;
- no setor 3: funcionário não proprietário, nem membro da família;
- no setor 4: proprietário membro da família, mas não trabalha na empresa;
- no setor 5: proprietário que trabalha na empresa, mas não é membro a família;
- no setor 6: membro da família que é funcionário, mas, não proprietário;
- no setor 7: proprietário, membro da família e trabalha na empresa.

Este quadro é útil por localizar a ocupação de cada membro dentro da organização familiar, norteando o papel exercido e o grau de comprometimento de cada profissional. A gestão da unidade produtiva familiar tem como pré-requisito a ocupação de alguns cargos, tidos como obrigatórios ou prioritários, dada a necessária continuidade das metas, de modo que o planejamento não seja interrompido. Neste caso, a priori, cabe ao proprietário alocar recursos econômicos para fazer investimentos necessários ao desenvolvimento da empresa.

O Fenômeno identitário é compreendido em meio a contradições, perceptível no momento em que o eu situa-se como um ser cindido, que impede o indivíduo de ver-se como idêntico ao outro, direcionando as ações para práticas individualistas. A positividade, por sua vez, é atribuída ao caráter democrático da modernidade que, ao abrir possibilidades de escolhas, contribui para a autorrealização pessoal. A construção da identidade do eu, então, não seria imposta pela tradição da sociedade, mas pelos valores acordados coletivamente.

De acordo com Outhwaite (idem, ibidem), o interacionismo simbólico, representado por Wiliam James e G.H. Mead, assinala que a identidade é forjada num contexto pragmático, isto é, construído através da interação reflexiva que envolve o eu e o mundo social. Para tanto, usa-se a comunicação através da linguagem em busca do entendimento.

Conforme o exposto, entendemos que o empreendedorismo estruturado pela organização produtiva familiar não transmite apenas bens materiais, mas também, imateriais, o que a torna uma das principais fontes identitárias. A família cria no empreendedor um imaginário de pertencimento e reconhecimento.

Nesta perspectiva, as micro, pequena e média empresas são apregoadas como alternativas para o desemprego estrutural que acomete a sociedade contemporânea. Isso porque a lógica produtiva mudou e o empreendimento familiar tem, por excelência, acompanhado tais mudanças.

CAPÍTULO 4: AS ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO NO BRASIL

4.1 A organização do trabalho: uma modernização conservadora

No século XIX, as desigualdades sociais provocadas pela industrialização excludente chamaram a atenção para um fenômeno conhecido como a *questão social* (HOBSBAWM, 2002), que no século passado foi abordado de modo a reparar o casuísmo do Estado liberal, por interferir o menos possível na vida privada. Desde então, tem-se o Estado do bem-estar social ou Estado keynesiano (DRAIBE e WILNÊS, 1988), cuja meta era articular o crescimento econômico com o desenvolvimento mais democrático, traduzido como direitos jurídicos assegurados através do trabalho formal – carteira assinada (CASTEL, 1998).

Tal problemática pode ser atribuída aos descaminhos da esfera pública brasileira, que trouxe dificuldades para que os trabalhadores pudessem reivindicar por práticas mais democráticas e, com isso, acessar os diversos insumos necessários à produção de bens e serviço. A iliberdade civil na sociedade contemporânea se deu pela ausência de espaços públicos discursivos. De um modo geral, não houve a construção de

um conceito para a descrição do espaço comunicativo entre a esfera civil privada e o Estado. Ela é caracterizada pelo acesso livre e universal, desimpedido do público, pela publicidade e, com isso, pela possibilidade da crítica ao Estado autoritário e da autodecisão autônoma do cidadão [...] Sua qualidade democrática [é] avaliável em termos procedimentais [...] Ela não deve ser confundida com os resultados de pesquisas de opinião, pois ela não pode ser apurada individualmente e se expressar privadamente, mas só no interior de uma práxis comunicacional em comum (REESE-SCHAFFER, 2008, p.175).

Para Carvalho (2001, p.220), as sociedades livres são aquelas em que “a base de tudo eram as liberdades civis”. De fato, Tocqueville (2000, p.132) destacou como nos Estados Unidos o associativismo praticado pela sociedade civil, tornou esta nação mais democrática em comparação aos países europeus de sua época. Os norte-americanos não “apenas têm associações comerciais e industriais de que todos participam, mas possuem além dessas mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muitos gerais e muito particulares, imensas e minúsculas”. A associação, diz o autor, é uma das formas que os

EUA encontraram para que o exercício da liberdade não resultasse num individualismo de modo a ameaçar a igualdade, isto é, os interesses coletivos.

No caso brasileiro, arraigou-se a forma conservadora identificada como populista e seu desdobramento: o neopopulismo, que tem em comum retirar a autonomia da população sem que o Estado perca sua legitimidade. Para Weffort (1978), o populismo tornou-se um tema abordado por um grupo de intelectuais para estudar as transformações políticas, culturais e sociais na década de 1950. De acordo com Gomes (2001, p.24), as práticas populistas podem ser identificadas por duas características:

1) no contexto brasileiro, tem-se o crescimento da proletarização dos trabalhadores, profissionais tidos como alienados, por serem destituídos de uma consciência de classe em termos econômicos, ideológicos e políticos, e que, portanto, são incapacitados para a organização e reivindicação, uma vez que são manipulados de forma autoritária pelas elites políticas. Estas, porém, estavam atentas para qualquer alteração de direção em favor da tomada de consciência e sentimento de classe, tida como uma séria ameaça à ordem, então, vigente. Nesse sentido, o conjunto da sociedade não poderia ser contaminado por qualquer ideologia que ameaçasse a hegemonia do ideal populista. Quaisquer rebeliões deveriam ser controladas e combatidas.

2) a instabilidade decorrente da perda da base de sustentação política oligárquica traz dificuldades para que as classes dirigentes possam determinar valores à sociedade civil. Com isso, as lideranças políticas perdem controle e capacidade para orientar as condutas sob bases antigas. A nova ordem social busca legitimar-se, então, em outros fundamentos: o apoio das classes trabalhadoras.

Para De Saes (1994), a modernização conservadora populista ainda persiste em nossos dias. Na primeira versão, entre 1930-1960, o populismo clássico fomentou o desenvolvimento via estatização. O Estado deveria regular a economia e o social, mas coibindo qualquer vida pública, ou seja, a existência de uma sociedade civil proativa que lute pela construção do direito a ter direitos. O sindicalismo tutelado é um caso exemplar, pelo fato de os direitos trabalhistas serem cedidos sem que, em contrapartida, pudessem ser cobrados mais do que foram concedidos pelo governo. Se esta fase autoritária entra em colapso com o fim do *milagre econômico* do regime militar, com a onda neoliberal dos anos 90, o conservadorismo ressurgiu exigindo das lideranças carismáticas outras técnicas de domínio: o neopopulismo. Agora, com a emergência de um novo discurso em defesa da retirada do Estado do planejamento socioeconômico – desenvolvimento articulado com a questão social. Como justificativa, argumenta-se o

fracasso do gerenciamento econômico macroestrutural e da representação política partidária, daí a concessão de maior liberdade à sociedade civil, de modo que possa descobrir estratégias em busca do sucesso e sustento de seus empreendimentos.

Neste momento, Fiori (2001) assinala que adotar o neoliberalismo sem proteger os setores sociais desfavorecidos, seria um risco para um país com as características conservadoras, como a brasileira; tendo em vista que não experimentamos um Estado do bem-estar social, a exemplo da Europa ou o keynesianismo, nos Estados Unidos. Basta ver que, aqui, o desenvolvimento industrial não seguiu o exemplo de boa parte dos países centrais que assegurou o direito de um sindicalismo atuante, de modo a proteger o trabalhador do abuso do poder do mercado. Entre nós, tivemos um fordismo sem sindicalismo, diz o autor, uma sociedade civil impossibilitada de reagir ao cerceamento de usufruir de forma isonômica a distribuição das riquezas materiais e imateriais produzidas pelo país.

Para Dagnino (1994), a retomada da reinserção da sociedade civil na gestão governamental estabiliza-se a partir da consolidação da redemocratização nos anos 90, com uma diversidade de temas não centralizados na relação antitética entre capitalismo e trabalhismo. Há uma pluralidade de demandas que envolvem questões culturalistas, políticas e sociais. A descentralização das tomadas de decisões pode ser enumerada a partir dos orçamentos participativos, conselhos de gestão pública em saúde e educação, organizações não-governamentais – ONGs –, fóruns de debates temáticos – gênero, indígena, minorias sexuais e raciais –, movimentos dos trabalhadores rurais – MST, etc. A autora, no entanto, questiona se a autonomia dada à sociedade civil poderá alcançar resultados práticos, tendo em vista o excesso de burocracia para acessar os programas que envolvem a parceria com o Estado. Há também a falta de capacitação técnica, escassez dos recursos e irregularidade dos programas estatais. Para além desta problemática, existem confrontos internos nos próprios grupos no que diz respeito às prioridades a serem atendidas em relação às demandas da comunidade. Esse tipo de autonomia, na realidade, é de difícil aprendizado.

Feito tal ressalva, a autora, todavia, considera que essas dificuldades não impossibilitam a construção de uma esfera pública pedagógica, ou seja, que contribua para a aprendizagem e inovações das sociabilidades. Em absoluto, negar tal proposição é não entender as possíveis possibilidades da construção do social, interpela Dagnino. O processo de transformações sociais não pode ser concebido como decorrente apenas das instituições – as estruturas reguladoras. Com efeito, elas são importantes para a

constituição da sociedade, mas não devemos desprezar o papel do mundo da vida para a aprendizagem. Dessa maneira, devemos esclarecer que podemos,

portanto, supor a existência de duas culturas políticas e apontar a disputa entre elas no interior do sistema político [...] As teorias da transição, em virtude da sua concepção individualista da ação, entendem a democracia como um mecanismo de coordenação de ações políticas conflituosas. O que a teoria da transição não percebe é o sistema de normas e regras da ação política que guia atores em diferentes situações, [a transição democrática] deve envolver o aprendizado da negociação, aprendizado esse que pode inclusive ser rejeitado pelos atores que, por jamais terem praticado a negociação, não teriam por que acreditar nela. A democratização consiste, portanto, na combinação entre livre operação do sistema político e a compreensão do significado atribuído pelos atores políticos à democracia. Esse significado implicará diferentes concepções acerca da publicidade, da tolerância, da importância de estratégias de negociação e da importância da normatividade democrática (AVRITZER, 1996, p. 136).

As experiências cotidianas contêm ingredientes para que os atores sociais possam inovar a partir dos diversos espaços públicos, sejam eles pertencentes às esferas públicas ou privadas.

4.2 A organização do trabalho nos anos 90: o contexto da reestruturação produtiva e do trabalho

A problemática da descentralização política ocorre mediante a histórica concentração econômica e tecnológica na região Sudeste. São Paulo, que já em 1929, concentrava 37% da produção industrial de transformação, aumentou sua participação para 58,1% em 1970. Problemática de difícil solução, considerando que os anos 80, tida como a *década perdida*, a estagnação econômica impede que o Estado possa atenuar tal desequilíbrio (CANO, 2008). De fato, a financeirização da economia tornou mais lucrativo investir no mercado especulativo do que no produtivo. “Por acumulação financeira, entende-se centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valorizá-los sob a forma da produção de bens e serviços” (CHENAIS, 2005, 37). Com a crise econômica mundial e a escassez de investimentos externos, o Estado brasileiro perde a capacidade de planejar o desenvolvimento e adere ao Estado Mínimo pela via do Consenso de Washington, deixando um rastro de desigualdades sociotécnica e socioregional.

A região Sudeste tornou-se o centro da industrialização do país, ao atrair uma grande quantidade de empresas, resultou numa sinergia em prol do desenvolvimento.

Tal assertiva é confirmada por Albuquerque (2003), ao verificar os pedidos de patentes, artigos científicos publicados e pesquisadores existentes no País. Estes indicadores revelam a distribuição espacial do sistema de inovação no território brasileiro, suas implicações para as questões da concentração regional e seus reflexos para a aprendizagem e fomento tecnológico. Desse modo, o autor indica que a região Sul e Sudeste representa 70% do PIB; 84% da produção em tecnologia; 79% do que se produz na área científica e 69% da quantidade de pesquisadores. São Paulo recebe destaque porque aí, entre 1988 e 1996, abrigou 37% do PIB nacional; 53% das patentes; 46,8% dos artigos e, no ano de 2000, 32,2% dos pesquisadores. Com 43% da população brasileira, o Sudeste detém 59% dos profissionais com ensino superior (ALBUQUERQUE, *idem*, p.16).

Tais dados atestam a correlação entre capital imaterial e crescimento do capital econômico. Se levarmos em conta que estamos adentrando na sociedade da economia cognitiva, é preciso chamar a atenção de que o capital intelectual ainda permanece concentrado nas regiões Sudeste e Sul. Sendo assim, quando é ampliado o perfil do trabalhador urbano brasileiro, aumenta o questionamento a respeito da sustentabilidade das organizações produtivas, uma vez que a descentralização da produção deve ser acompanhada pela qualificação e multifuncionalidade do trabalho. Este adendo é motivo de preocupação, tendo em vista as características da mão-de-obra brasileira. De acordo com Guerra et al (2007):

- a região Sudeste (os estados de São Paulo e Rio de Janeiro), entre 1980 e 2000, sofreu redução do contingente de trabalhadores de 58,8% para 49,4%; o Nordeste, de 16,2 para 20,6%;

- 43,4% dos trabalhadores que participam da PEA – População Economicamente Ativa – 46,5 % têm carteira assinada, portanto, pertencem ao mercado formal, enquanto 53,5% atuam no mercado informal.

De forma genérica, para Guerra (*idem*), a região Nordeste teve uma das maiores taxas de crescimento de mão-de-obra, a faixa etária é composta por população adulta, o homem ainda responde pela maioria da inserção no mercado de trabalho, a escolaridade é insuficiente, sobretudo, na questão da qualidade, a média de rendimento individual corresponde a três salários mínimos.

Estes dados são preocupantes quando é sabido que nos anos 70, o *milagre econômico* foi alcançado mediante o arrocho salarial e a utilização de uma mão-de-obra desqualificada. Nos anos 80, a financeirização da economia impediu investimentos na

inovação da modernização do parque industrial e trabalhadores com baixo nível de instrução (SAINSSAULIEU e KIRSCHNER, 2006), especialmente em regiões periféricas, a exemplo do Nordeste brasileiro.

É com este perfil que se dá a retomada do regionalismo: apreender a socioecologia dos saberes locais e, com isso, assinalar quais são as novas configurações do mapa cartográfico – as características espaciais. A cartografia, vale observar, comporta três elementos (SANTOS, 2002a, p.200-204): a) escala – serve para medir a extensão da ação social; b) projeção – verifica as representações a partir do princípio da incerteza de Heisenber, sua tese consiste na ideia de que a probabilidade e não a certeza faz parte do conhecimento científico humano; c) simbolização – corresponde aos sinais expressos nos sentimentos, imaginário, ideologia, etc.

4.3 A aprendizagem inovativa local num mundo globalizado

No período entre 1990 e 1997, a balança comercial na área de vestuário registrou um crescimento de importados em torno de 72%. O impacto refletiu diretamente no setor produtivo: das 4,9 mil empresas registras no início desta década, 1,4 mil delas não conseguiram sobreviver (LUPATINI, 2007).

Para enfrentar a concorrência externa, o Brasil participou de acordos bilaterais a fim de proteger o mercado local, com isso, foram tomadas algumas iniciativas, como restrições de quotas de importações para uma posterior desregulamentação lenta e gradual. Intento registrado no Acordo sobre Têxteis e Confecções – ATC – mediado pela OMC, que estabeleceu um prazo de dez anos – entre 1995 a 2005 – para por fim às restrições intercambiais (LUPATINI, idem). Passado este período, a continuidade da constante invasão dos produtos chineses, fez o Brasil prolongar o Tratado com a China para restringir a concorrência desleal, ou seja, a prática do dumping – venda abaixo do custo de produção (LUPATINI, idem).

Outra característica que dificulta a aprendizagem inovativa como estratégia para a competitividade na indústria têxtil-vestuário é a heterogeneidade da cadeia produtiva, seja em termos de tamanho dos estabelecimentos, padrões do uso tecnológico, margens de lucratividade, qualidade e quantidade da produção, prática de dumping, a procura por mão-de-obra desqualificada, baixos salários para diminuir o custo de produção, e regiões que produzem moda de vanguarda. Dessa forma, no caso brasileiro, o setor têxtil-vestuário possui o seguinte perfil (LUPATINI, idem):

a) o primeiro grupo: são empresas com grande capacidade produtiva, que incorporam maquinários com tecnologias avançadas, a exemplo da microeletrônica. Empresas que detêm um núcleo próprio de pesquisas tecnológicas e, por isso, tem mais chances de liderar o mercado nacional. Costumam comercializar com marcas próprias. Às vezes exportam por meio de representação ou unidades produtivas próprias;

b) o segundo grupo: empresas que têm um padrão intermediário. Sua alta capacidade manufatureira visa abastecer apenas o mercado interno. Costuma comercializar marca própria, investindo no design, mas seguindo a tendência da moda internacional. Para se manter atualizada sobre as tendências da moda, realiza estudos prospectivos em feiras de modas internacionais;

c) o terceiro grupo: a inserção destas empresas no mercado é de forma subordinada. O desenvolvimento de produtos é praticamente ausente, geralmente não possuem marcas próprias e nem alcance nacional. Quando atingem alta produtividade, sua lucratividade está no ganho de escala e não, necessariamente, na inovação, que é pouco diferenciada.

Este adendo é relevante porque o setor de confecção está atrelado à cadeia têxtil, cada vez mais globalizado. Trata-se de um segmento com significativo peso na economia industrial e geração de trabalho. Em 2001, o setor têxtil-vestuário correspondeu a 5,7% da produção manufatureira mundial e o equivalente a 14% do emprego mundial. Neste mesmo período, na Europa, as 120 mil empresas empregavam 2,2 milhões de pessoas. Nos EUA, aproximadamente 30 mil empresas empregaram 432 mil pessoas no setor têxtil e 521 mil no segmento de vestuário, o que equivale a 6% da força de trabalho na indústria manufatureira deste país (LUPATINI, idem).

No Brasil, em 2009, as 30 mil empresas do setor têxtil empregaram 1,65 milhão de pessoas, sendo que 75% desse contingente são de mão-de-obra feminina, é o segundo maior empregador da indústria de transformação. Representa 17,5% do PIB do segmento de transformação, e em média 3,5% do PIB total brasileiro (ABIT, 2010).

Diante desse cenário, a variedade de tamanho da organização produtiva e a capacidade de gerar trabalho estão atreladas ao potencial de acesso às aprendizagens para a produção de bens e serviços. Assim, as fases de fabricação e inovação consistem em uma série de aprendizado que propiciará o sustento do empreendimento quando ele tiver a capacidade de ampliar o escopo do conhecimento. O setor de confecção industrial, a grosso modo, pode ser caracterizada pelas seguintes etapas de aprendizado (SEBRAE, 2006):

a) Criação e Desenvolvimento: também chamada de concepção, corresponde ao processo produtivo que exige informação das tendências comportamentais, hábitos, costumes e crenças que servem como referência para elaborar a coleção da moda. Deve-se focalizar o público consumidor a quem se destina a confecção e quais serão os canais de comercialização. A partir de então, são feitos os designs e as escolhas dos tecidos e demais itens que compõem os modelos da coleção;

b) Modelagem: servirá como padrão para a fabricação em série. Tradicionalmente, é feito à mão, mas as novas tecnologias otimizam a confecção do molde, o que contribui para o aumento da produtividade. O formato tradicional apesar de ter a vantagem do baixo custo, pois basta fazer o desenho na cartolina ou qualquer papel grosso e fazer o desenho a partir dos croquis, traz como desvantagem um maior dispêndio de tempo. Essa deficiência é suprimida pelo sistema CAD – Computer-Aided Design, criação assistida por computador. O modelo é introduzido diretamente no computador por meio de uma mesa digitalizadora ou leitor digital. O programa CAD tem mais precisão do que os realizados manualmente, ajudando na redução dos custos. Deve-se levar em conta que o tecido representa em torno de 40% a 60% do valor total da roupa. Esta tecnologia representa um recurso significativo, por propiciar mais liberdade para a criação e ajustes da roupa;

c) enfesto: é a quantidade de camada de tecido estendida sobre a mesa usada para o corte do tecido a ser costurado, cada camada corresponde à unidade de peça a ser produzida; a quantidade de peças, por sua vez, será proporcional ao número de enfesto. Esta fase costuma ser feita manualmente ou por meio de maquinário. No primeiro caso, duas pessoas – uma de cada lado – estendem o tecido sobre a mesa, este profissional é chamado de enfestador. No enfesto mecânico, é utilizado um carrinho que transporta o rolo de tecido de um lado para outro, que se movimenta através de trilhos feitos na lateral da mesa de enfesto. Há o enfesto automatizado, realizado pelo carrinho que executa o número de camadas conforme a programação. Nesta fase da produção, já começa a ser feito o controle de qualidade, evitando o estiramento excessivo e enrugamento do tecido, descanso do tecido e marcação dos defeitos no tecido para posterior refugo;

d) o risco: consiste em traçar os contornos dos moldes na primeira camada do tecido enfestado, deve-se encaixar cada uma das partes da modelagem para posterior corte evitando o máximo possível o desperdício de tecido. O risco é feito à mão, utilizando o giz, caneta ou lápis e/ou automatizado, neste caso, a riscagem é dispensada

quando utiliza-se o corte à laser. Para isso, é necessário usar o software CAM – *Computer Aided Manufacturing* (Fabricação Assistida por Computador). Este programa é útil para qualquer processo, caso queira fabricar e controlar a produção pela informática. O problema é o alto custo deste equipamento;

e) o corte: é uma das fases mais importantes do processo produtivo. A precisão do corte é fundamental para evitar erros e desperdício de matéria-prima. A imprecisão do talhe deixa pouca margem para consertos, o que incide na perda de uma parte ou totalidade do tecido e da produtividade. A incisão pode ser efetuada de modo manual, mecânico e elétrico. O corte manual é feito com a tesoura, é uma tecnologia acessível, embora proporcione baixa produtividade, o que a torna inconveniente quando se objetiva ganho de escala. O corte mecânico é realizado com o uso de máquinas com lâminas redondas (disco), elas servem para cortar enfiados com poucas camadas; a cortadeira vertical é útil para cortar quantidades contendo uma maior altura. O balancim tem a desvantagem de deixar espaços entre as formas;

f) costura: corresponde a outro momento de grande importância da fabricação. O profissional que exerce esta atividade deve aprender a lidar com as sucessivas evoluções tecnológicas da máquina-de-costurar: a primeira geração corresponde a recursos básicos como costura simples e velocidade controlada por um pedal que movimenta para cima e para baixo a barra que contém a agulha. Ela é limitada por costurar com pontos em linha reta. A de segunda geração possui diversos acessórios que contribuem para melhorar a qualidade da costura e acabamento, são dotadas de corte de linhas, posicionamento de linha e arremate automático. A de terceira geração possui tecnologia avançada pela introdução da microeletrônica, que dispensa o auxílio do operador;

g) acabamento: é o controle de qualidade básico como a retirada de linhas e corte das sobras de tecidos. O instrumento de trabalho costuma ser uma tesoura manual;

i) empacotamento: encerrada as etapas anteriores, a roupa é dobrada manualmente em cima de uma mesa para, posteriormente, ser colocada dentro da embalagem, geralmente, de plástico.

h) comercialização: uma das especificidades desta gestão é a sazonalidade, daí a necessidade de usar canais de distribuição adequados ao público a quem a mercadoria é destinada. Os canais mais utilizados são: comércio atacadista, o grande comércio varejista – loja de departamento – pequenos comércios de varejo.

CAPÍTULO 5: O TRABALHO EMPREENDEDOR NO PÓLO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: INOVAR NUMA SOCIEDADE DESIGUAL SOB O USO DA SOCIABILIDADE

5.1 A origem e formação do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe

Para compreendermos a formação do Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe, faremos uma breve descrição de sua geografia física, para melhor apreender sua espacialidade humana. Esse ponto de partida permite abordá-lo em sua complexidade, sobretudo, por se tratar de um espaço árido, mas que tem encontrado no empreendedorismo, estratégias para tornar as organizações produtivas sustentáveis numa região adversa. Intento alcançado por ter inovado nos quesitos trabalho-interação social e trabalho-interação tecnológica.

Santa Cruz do Capibaribe¹³ se localiza no Agreste setentrional do estado pernambucano, a 192 km da capital Recife. Sua economia, direta ou indiretamente, está atrelada à industrialização de roupas.

No percurso de Caruaru a Santa Cruz¹⁴, o horizonte de relevo montanhoso, num primeiro momento, deslumbra. Mas logo nos damos conta de outro aspecto: a vegetação cinzenta. A aridez da região inquieta tanto que surge a pergunta: como é possível sobreviver num ambiente tão inóspito? Ao deixarmos de lado o espaço natural e verificarmos o espaço humano, encontra-se a resposta: uma sucessão de carros passando pela rodovia pavimentada com asfalto. Em maior proporção, vê-se veículos do tipo Jeep, da marca Toyota; que também compõe a paisagem. Se a viagem for feita entre domingo e terça-feira, milhares de ônibus somam-se a esses Jeeps. O volume desses veículos assinala para a ação do homem agindo no seu meio (GALLUP; GAVIRIA, e LORA, 2007). São empreendedores do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, lutando para não serem excluídos por viverem numa região adversa. Com efeito, entrar na cidade é encontrar um oásis no deserto.

¹³A cidade Santa Cruz do Capibaribe foi fundada por Antônio Burgos, que aí se refugiou por recomendações médicas. Logo, tratou de construir uma grande cruz, que permanece até os dias de hoje. Pertencente ao município de Taquaritinga, alçou à condição de município pelo decreto da lei estadual de número 1818, de 29 de novembro de 1953. Sua extensão territorial equivale a 335,5 Km².

¹⁴O acesso ao município pode ser feito pelas BR-232, BR-104 e PE-160, respectivamente.

Esta problemática é agravada pelo fato de o Estado, em vez de implementar políticas desenvolvimentistas destinadas aos setores produtivos, investe na *indústria da seca*; compreendidas como medidas paliativas, no intuito de conservar o poder nas mãos das oligarquias locais, o que significa beneficiar as elites existentes e, conseqüentemente, deixar um grande contingente populacional sobreviver por conta própria. Para Celso Furtado, apesar do significativo avanço em algumas áreas, portanto, resguardadas as devidas exceções, o Nordeste não tem encontrado um modelo sistêmico para o desenvolvimento sustentado. Fato atribuído à permanência da concentração agrária, das condições climáticas e uma sociedade de baixa capacidade de organização (FURTADO, 1998, p.16).

Para além desta problemática, não existe tradição entre as federações no sentido de atuar de forma cooperativa e resolver as deficiências conjuntamente. A SUDENE, que deveria integrar a região, segundo seu idealizador, Celso Furtado, não conseguiu unificá-la. Na realidade, o conceito de Nordeste,

surgiu com a SUDENE. A SUDENE delimitou o Nordeste. Incluiu, por exemplo, O Maranhão. A Bahia se recusava a ser Nordeste. [...] Foi quando se criou esta história de que o Nordeste tem reivindicações comuns, problemas comuns e é uma região árida. Essa foi a razão de ser da SUDENE – criar um fato político, uma consciência de solidariedade na região, que juntasse governadores tão diferentes e tão vaidosos, cada um puxando brasa para seu lado. Foi o que conseguiu a SUDENE (citado por ISMAEL, 2008, p.235).

Mesmo levando em conta os registros literários sobre os empecilhos para a construção de uma cultura nordestina, fundamentada na colaboração (ISMAEL, idem), encontramos no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe o que Thompson (1998) chama de “autêntico”¹⁵; e nomeado por Jameson (2005) de singular. É, pois, sob tal perspectiva, que identificamos o trabalho empreendedor deste local.

Para enfrentar as adversidades – contexto climático e político – os produtores santacruzences utilizaram um modelo competitivo, conforme comentado por Celso

¹⁵ Para Albuquerque (2001, p.29), o Nordeste foi inventado e a reificação de sua invenção, está na tentativa de dar um caráter homogêneo à cultura nordestina, seja na cultura, na culinária, na linguagem, etc. Dito nas palavras do autor: “a ‘História Regional’, o de definir uma região, um espaço geográfico ou um espaço de produção, com um a priori, que é anacronicamente remetido para antes de sua própria constituição, sendo transformado numa transcendência, naturalizado, não leva em conta o fato de que uma época ou um espaço não preexistem aos enunciados que os exprimem, nem às visibilidades que os preenchem [...] O Nordeste é pesquisado, ensinado, administrado e pronunciado de certos modos a não romper com o feixe imagético e discursivo que o sustenta, realimentando o poder das forças que o introduziu na cultura brasileira”.

Furtado. Para o autor, em países ou regiões em desenvolvimento e de baixo poder econômico e domínio tecnológico, é mais racional produzir no formato chamado de indústrias “ligeiras”. Estas, são capazes de produzir numa economia de escala; porém, para alcançar tal feito, é necessário atuar em rede. A sinergia proporcionada pela “infra-estrutura de serviços, de transportes, de energia, de serviços bancários, de meios de comunicação e informação beneficiam o conjunto da população” (FURTADO, 2000, p. 328).

Nessa perspectiva, o empreendedor do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, desde a origem deste aglomerado, procurou o ramo produtivo capaz de lidar com os infortúnios impostos pela natureza. Atestando sua capacidade de efetuar a gestão organizacional de forma racional.

Quando deixou de priorizar a agricultura de subsistência e a criação de pequenos rebanhos numa região naturalmente adversa a essas práticas e passou a acreditar e canalizar esforços no trabalho com retalhos, tecidos e particularmente roupas, a cidade estava escolhendo – mais uma vez de forma puramente empírica – como um novo produto de exploração industrial e comercial, um bem de primeiríssima necessidade, fundamental para os homens, mulheres e crianças em qualquer parte do mundo: a vestimenta (BEZERRA, 2004, p.53).

Em 1930, têm-se os primeiros ensaios para a formação atual do Pólo de Santa Cruz. No começo, a confecção era feita de tecidos vindos dos municípios pernambucanos de Olinda, Camaragibe e Recife, bem como, do Rio Tinto, localizado no Rio Grande do Norte. A fabricação era feita com remendo dos retalhos; a roupa confeccionada era vendida nas calçadas das próprias casas, à espera da clientela. Posteriormente, na década de 50, os panos trazidos de São Paulo melhoraram a qualidade das roupas confeccionadas de forma significativa. Os tecidos vindos desta região, provavelmente, deram origem ao primeiro nome do Pólo: Sulanca. Para muitos, o termo foi criado numa referência às peças de tecidos que vinham do Sul do país, que, em sua maioria, era de elanca. Daí a justaposição do nome Sul + elanca = Sulanca (ARAÚJO, 2003, p.35-36).

Este embrião de empreendedorismo tornou Santa Cruz em um dos maiores Pólos de confecções do país; façanha conseguida dada à capacidade desses profissionais de aprender a inovar diante das contingências, o que demonstra que estes produtores são capazes de encontrar estratégias adequadas para superar as dificuldades oriundas da reestruturação do mercado produtivo. Dado relevante, se levarmos em conta que

historicamente o estado pernambucano tem tido empecilhos para promover o desenvolvimento acompanhado do emprego formal. Problema, este, que permanece nos dias atuais (GALINDO, 2009). Todavia, em Santa Cruz do Capibaribe

Muitos rapazes e famílias inteiras da época, que foram obrigados a emigrar de Santa Cruz do Capibaribe para Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades, tomando conhecimento do surto do comércio de retalhos na terra natal, voltaram a Santa Cruz. Interessante, para engrandecer nossa cidade, muita gente de toda parte vinha aqui comprar. Muitos foram ficando e se estabeleceram com lojas e fábricas (ARAÚJO, 2003, p.35).

É verdade que entre as décadas de 80 e 90, com a estagnação econômica do país, houve uma acentuada crise e, até mesmo, falências de muitas empresas (DIÁRIO DE PERNANBUCO, 2004). Um dos entrevistados, dono de um microempreendimento, faz o seguinte relato desta época:

As condições de trabalho por aqui nunca foi cem por cento, não sabe? Só que, de repente, começou a ter muito calote. Tinha os calotes de pessoas que agiam com mau intenção. Mas a crise, atrapalhou sim. Muitos freguês meu, que comprava há muito tempo e era direitinho, começou a não ter como pagar a mercadoria porque também não recebia de quem vendia. E foi assim, os mais honestos foram sumindo e deixando as dívidas. E, a quem eu continuava vendendo, nunca tinha garantia que ia receber. As vendas à vista, era pouca. Na feira, a gente trabalhava na base da confiança. Foi isso. Fabricava, vendia e nem sempre recebia. Chega uma hora que a gente não aguenta e quebra. Aí resolvi sair do ramo. Fiquei um tempão fora do ramo, voltei há uns 5 anos (ENTREVISTA - 1).

A retomada do crescimento demonstrou o potencial do empreendedorismo local, levando em conta os recentes dados demográficos. Entre 2000 e 2007 a população aumentou de 59.048 para 73.680, representando um crescimento de 24,78% (IBGE, 2009). O aumento populacional pode ser explicado pelo seu dinamismo econômico e, por conseguinte, pelo poder de atrair mão-de-obra (SEBRAE, 2003b, p.13).

Apesar de ostentar esta performance, o desenvolvimento deste Pólo tem sido questionado quanto ao seu sustento, em termos socioeconômicos. José Maria Furtado (2001), colunista da revista exame, argumenta que a sua sobrevivência se deve às informalidades das organizações produtivas e do trabalho. A reportagem realizada em fevereiro de 2001, registra que os empreendedores viviam em condições precárias. A confecção era fabricada nas próprias casas, sem estrutura para abrigar os maquinários. De acordo com o repórter, neste período, havia cerca de 3000 micro e pequenos

produtores, e 100 de maior porte, que comercializavam sua produção nas 6.000 bancas da feira localizada no centro da cidade, espremidas em 2.500 metros quadrados e organizadas caoticamente em consequência à total carência de infra-estrutura. Também não havia banheiros públicos, devido à falta de água na cidade que, às vezes, perdurava até por 15 dias. O lixo ficava acumulado na rua, pois a prefeitura não fazia a coleta regularmente. Tal precariedade se dava, explica o autor, porque a informalidade não gerava impostos suficientes para trazer melhorias, fato que elucida os baixos custos das roupas aí confeccionadas. Este seria o verdadeiro motivo da vantagem competitiva desta aglomeração de empresas. Nesta cidade, os preços seriam 25% menores do que os praticados em Fortaleza, outro importante Pólo confeccionista nordestino. Ainda segundo o correspondente da revista *exame*, dois terços dos produtores não tinham CGC. Este modelo competitivo faz com que dos R\$ 3,6 milhões arrecadados em 2000, o PIB poderia chegar a R\$ 300 milhões, caso fossem pagos os impostos. Santa Cruz do Capibaribe é mais do que um cenário pitoresco no agreste, é a representação do potencial do empreendedor brasileiro: inviável, se pagasse a devida carga tributária. Portanto, sua dimensão e pujança devem ser atribuídas à informalidade (FURTADO, 2001, p.36).

O colunista, decerto, tem razão quando diz que a informalidade representa uma estratégia competitiva, no entanto, acreditamos que isso não explica a totalidade do seu sucesso. O desenvolvimento não é assegurado conforme querem os teóricos da economia neoclássica: apenas pela racionalidade produtiva. Nesta ótica, a temporalidade é determinante para maximizar a produção e o sustento organizacional, não obstante, esquecem a questão da localidade e suas peculiaridades. De fato, a teoria clássica e neoclássica defende que para aumentar a produtividade, basta programar o tempo adicionando mais maquinários e mão-de-obra. Os desvios, como alcance das metas e insatisfação profissional, seriam temporários, pois, tenderiam para o equilíbrio, conforme defende Pareto (apud Brue, 2005). Bastaria, então, recorrer à racionalidade do cálculo matemático, uso de gráficos, curvas e tabelas para padronizar os métodos e, assim, universalizar modelos produtivos e taxas de rentabilidade. As espacialidades, nesta teoria, são concebidas como territórios homogêneos que, evolutivamente, seriam integrados à ordem econômica proporcionada pelo cálculo racional. Esta perspectiva reducionista não leva em conta as especificidades espaciais e nem como se dá a gestão relacional das organizações da produção e do trabalho, enfim, desconsidera o mapa cartográfico em seus aspectos físicos, sociais e culturais (SANTOS, 2006). Esquece que

cada ambiente é uma esfera distinta, instituída conforme a dinâmica da cultura local; esta sim, a constituinte do desenvolvimento espacial.

Isso porque a representação social consiste em múltiplas representações, mas “a realidade por excelência é a da vida cotidiana que se impõe à consciência de maneira mais maciça, urgente e intensa” (BERGER; LUCKMANN, 1997, p. 38). A construção social se dá num contexto cultural em que os indivíduos compreendem, conhecem e reproduzem o mundo sistêmico, bem como elaboram alternativas, na busca de ações transformadoras. O homem em sua vivência cotidiana está continuamente interagindo e se comunicando com os outros, em busca de alternativas que atendam suas necessidades. É o que demonstra as práticas para o sustento do aglomerado das empresas santacruzences.

Desse modo, o empreendedorismo deste Pólo de confecção não deve seu sucesso apenas ao caráter informal de sua economia. Pensar assim, é acreditar que o processo interacionista ocorre mecanicamente, e interpretar os fenômenos sociais a partir de um único fator causal.

Numa visão basicamente simplista, caberia o argumento de que muitas empresas ou pessoas poderiam sonegar ou viver na informalidade em qualquer lugar do país ou do mundo. Se essa fosse a razão do desenvolvimento, muitas cidades montariam um pólo confeccionista nos moldes do existente em Santa Cruz do Capibaribe. Vale lembrar que muitos municípios fora dessa microrregião pernambucana tentaram essa proeza e não conseguiram. Contudo, buscando as peculiaridades do município e seus nativos, vamos conceber esse modelo de desenvolvimento, que criou, acumulou e compartilhou valores ao longo dos anos, tornando-se um modelo de desenvolvimento ao mesmo tempo econômico, social e essencialmente cultural (BEZERRA, 2004, p.40).

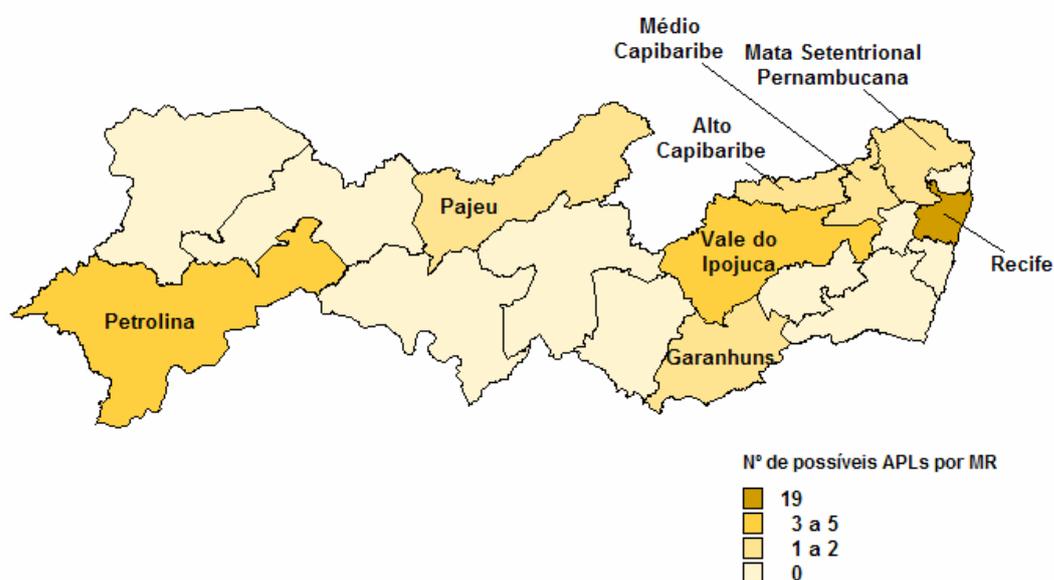
As linhas territoriais contribuem, então, para demarcar e informar as esferas das ações, estas, muitas vezes, são acompanhadas por valores culturais. O simbolismo é processado intersubjetivamente e passível de múltiplas interpretações, deve-se, com isso, interpretar os conteúdos significativos de forma contextualizada (HABERMAS, 2009). O simbolismo serve como orientação para os atos incorporados socialmente, neste caso, o local em que se vive é referência para a (re)construção dos sentidos que auxiliam na compreensão do contexto, isto é, na espacialidade vivenciada, apreendida em sua dinâmica. Dessa maneira, entendemos que “o espaço é um lugar praticado”, o escopo de tais práticas é representado pelas imagens, ações e falas (re)produzidas pelos

indivíduos, reconhecidas e internalizadas de significados construídos no cotidiano (CERTEAU, 1994, p. 201).

Diante do exposto, norteamos que o trabalho empreendedor vivenciado no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, situa-se na nova ordem mundial como *cidade-região*. Com a recente crise do Estado-nação, a empresa passa a ter maior autonomia para alocar e gerir seus recursos (KLINK, 2001). Compreendemos, então, as transformações da alocação e gerenciamento dos insumos produtivos à luz da cultura organizacional. Daí a necessidade de descrever os processos da construção do desenvolvimento para compreendermos o contexto da auto-organização; esta, por sua vez, é realizada a partir da identidade local e integrada no âmbito regional e nacional.

Para compreendermos a problemática da questão espacial e a sinergia proporcionada pela interação social, vejamos a localização do Pólo de Confeção de Santa Cruz do Capibaribe.

GEORREFERENCIAMENTO DOS POSSÍVEIS APLS IDENTIFICADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO



FONTE: FADE/UFPE

O mapa acima localiza o Pólo de Santa Cruz do Capibaribe e situa espacialmente sua geografia em relação aos outros aglomerados de empresas. Ao mesmo tempo, serve para indicar sua importância social para o desenvolvimento do Agreste pernambucano. Se o espaço geográfico pode ser identificado, dissertar a respeito de um setor informal

tem como uma das principais dificuldades a obtenção de dados oficiais; e as existentes, não estão atualizadas. Um dos estudos mais sistemático foi realizado pelo SEBRAE, e publicado em 2003, onde consta que a economia local do Pólo do Agreste, no ano pesquisado, teve um faturamento estimado em R\$ 144 milhões/mês. Sendo que 47,65% deste faturamento é proporcionado pela cidade de Santa Cruz do Capibaribe (SEBRAE, 2000b, p.66). É importante registrar que este modelo tem gerado uma distribuição de renda mais equitativa, se levarmos em conta o índice Gini. No Brasil, o índice corresponde a 0,63; no Nordeste, 0,647; em Pernambuco, 0,659; Caruaru, o valor é de 0,605; em Santa Cruz do Capibaribe, 0,565; e Toritama, 0,521, respectivamente (SEBRAE, idem, p.12).

A sua dinâmica está no fato de representar uma região que está integrada economicamente numa cadeia produtiva que envolve diversos municípios como Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Brejo de Madre de Deus, Agrestina, Belo Jardim e Riacho das Almas. Embora estejam situadas no mesmo espaço geográfico, em termos de importância produtiva, as três primeiras cidades são mais relevantes considerando o PIB per capita para a geração de trabalho e renda. Caruaru equivale a R\$ 6.222,00; Santa Cruz do Capibaribe, R\$ 3.926,00; e Toritama, 3.977,00. Vale acrescentar que cada uma dessas cidades atua em áreas distintas: Toritama é especializada na confecção de jeans; Santa Cruz do Capibaribe confecciona modinha, que consiste na produção de roupas femininas, masculinas e moda praia; enquanto Caruaru tem uma economia mais diversificada, daí sua maior expressividade na renda per capita.

Isso faz com que o Pólo do Agreste seja o segundo maior PIB no setor de vestuário do estado pernambucano; o primeiro é a região de Petrolina, especializada no setor de couro; enquanto o terceiro pertence à RMR (Região Metropolitana de Recife), que atende aos segmentos sociais de renda mais alta. Este dinamismo faz com que, no cenário nacional, de acordo com a AD DIPPER (2010), o setor de confecções do estado de Pernambuco seja o maior consumidor de índigo do Brasil, o segundo consumidor de matéria-prima destinada à confecção, que esteja posicionado na segunda maior produção de vestuário, seja responsável por 15% de jeans fabricado no Brasil, possui 14.000 empresas com mais de 120.000 pessoas envolvidas neste setor produtivo.

Tal dinamismo também faz com que esta região tenha um crescimento populacional peculiar em relação à média nacional. Embora a população nordestina

tenha diminuído, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama apresentaram surpreendentes aumentos: 18,7%, 54% e 46,2% respectivamente.

Um crescimento populacional desta magnitude (da ordem de três vezes o registrado para o Brasil como um todo, no caso de Santa Cruz e Toritama) só se viabiliza com uma contribuição importante da imigração. E as pessoas não se mudam pra um local em que a economia esteja estagnada, ou onde eles não vislumbrem oportunidade de ganho, seja como empregados, seja como empresários [...]. especialmente nos casos de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, isso tem tudo a ver com o dinamismo do seu setor de confecções (SEBRAE, *idem*, p.12-13).

Apesar de crescer de tal forma e deter um dinamismo econômico, a informalidade da organização produtiva e da organização do trabalho traz algumas consequências negativas. Uma das preocupações está no fato de que a geração de trabalho e renda absorve uma mão-de-obra de pouca ou nenhuma qualificação profissional. Fator explicável porque se trata de um segmento produtivo de baixo valor agregado, dada a pouca exigência de seu público consumidor, que busca menor preço, mesmo em detrimento da perda de qualidade (SEBRAES, *idem*). Como é típico de setores voltados para segmentos tecnológicos tradicionais, a busca é por aumento de produtividade e não, necessariamente, de qualidade; especialmente quando o assunto tratado é pesquisa e desenvolvimento para a criação de roupa de vanguarda. O agravante, neste caso, como veremos mais adiante, é que a curto prazo, tal prática dificilmente deve mudar, se levarmos em conta o pouco intercâmbio entre as empresas e as instituições locais. Fato constatado tanto pela nossa pesquisa de campo, quanto pelo estudo realizado pelo SEBRAE (*idem*, p.54).

Estes dados são importantes porque, do ponto de vista da dinâmica econômica comentada acima, demonstramos que é viável programar ações governamentais em regiões geograficamente adversas, de modo a sair do determinismo geográfico e a explicação do subdesenvolvimento em decorrência das especificidades espaciais. A discriminação derivada de fatores geográficos, tais como clima e cultura, tem resultado em disparidades socioeconômicas inaceitáveis, dada a história de fome e miséria que a região nordestina enfrentou. Situação, em grande parte, provocada pelas políticas econômicas efetuadas sob o viés da modernização conservadora, tendo em vista que seu desenvolvimento beneficiou as elites através de suas práticas clientelistas e mandonistas (CARVALHO, 2001; ALBUQUERQUE, 2001). A posição no ranking nacional do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe norteia a necessidade de implantar programas estatais

numa escala mais democrática em níveis nacional, regional e local. Em outras palavras, é necessário uma agenda política que privilegie não somente o crescimento econômico, mas também, o social; de modo a trazer melhorias para as populações produtoras mais carentes.

Este adendo é necessário, dado o fato de que nossa pesquisa de campo verificou a falta de comunicação entre as organizações e as instituições. Tal descaso da esfera pública estatal caracteriza este aglomerado produtivo como espontâneo, pois a organização se dá pela iniciativa dos próprios produtores, que procura por estratégias próprias, sobretudo, pela falta de confiança nas instituições. A consequência direta é a dificuldade de acesso aos insumos materiais e imateriais.

Como vimos anteriormente, este APL se origina no início do século passado a partir dos esforços daqueles que precisavam trabalhar para sobreviver numa região inóspita e de poucos incentivos governamentais para fomentar o desenvolvimento local. Dessa forma, esta aglomeração de empresas pode ser também identificada como espontânea devido à ausência de instituições ou empresas que centralizem a produção e/ou compra das confecções (SUZIGAN, GARCIA e FURTADO, 2003). A evolução e sustento dos empreendimentos ocorreram de acordo com as vivências locais dos empreendedores.

Assim sendo, o local, num mundo globalizado, é uma importante fonte de aprendizagem inovativa para a gestão organizacional. Desde a década de 70 do século passado, o desenvolvimento está atrelado às especificidades da cultura territorial e a identidade forjada ao longo do tempo, a exemplo da experiência das micro e pequenas empresas italianas (CAMPOS, 2003, p.143). Observou-se neste espaço, uma série de elementos endógenos e exógenos como contribuintes para o cumprimento das metas organizacionais planejadas (MARSHALL, 1982). O Pólo de Santa Cruz, dada a inexistência de políticas pública ou privada sistemáticas para o financiamento dos diversos recursos necessários à produção de bens e serviços, fez da escassez um fator motivacional. Este modelo de organização tem sido denominado de APL espontâneo, conforme explica um microempreendedor, em Santa Cruz do Capibaribe:

as coisas começam assim: a gente tem vontade e faz. Não tem essa de ficar esperando ajuda de ninguém. Se ficar, já viu... A gente não pode ficar esperando por ajuda. Se ficar assim, não chega a lugar nenhum. Eu mesmo comecei ajudando em um fabrico de meu vizinho. Gostei de mexer com roupa Juntei dinheiro e comecei meu próprio negócio. É pequeno até hoje. Só que é assim

que consigo sobreviver. Eu, minha mulher e os meninos. Eu acho que vai ser assim com eles também (ENTREVISTA - 2).

No Pólo de Santa Cruz, a motivação tem sido uma das molas propulsoras do empreendedorismo. As adversidades geográficas de origens física e governamental, certamente têm influenciado as tomadas de decisões dos trabalhadores, tendo em vista a inclusão social a partir do trabalho.

É o que procuraremos demonstrar neste capítulo. Para tanto, faremos uso da fala dos entrevistados. Os dados obtidos pela pesquisa de campo nos permitiram apreender que, embora as flexibilizações das organizações produtivas e trabalhistas representem estratégias para inovar a produção de bens e serviços e, por conseguinte, a competitividade num mercado global, o fator motivacional tem sido acompanhada por contradições, se considerarmos o diferenciado acesso às esferas de aprendizagens. A heterogeneidade da cadeia produtiva e as distintas formas de aprender a inovar demonstram o grau de restrições de boa parte dos produtores. Neste cenário, há um pequeno grupo de empreendedores com capacidade de organização e mobilização para interagir com as instituições locais, que é viabilizado por meio da ASCAP. São cerca de 180 associados que evidenciam a tese habermasiana de que é possível haver espaços comunicativos para participar e deliberar de forma conjunta, ou seja, entre a sociedade civil e o poder governamental. A ASCAP tem sido importante para reivindicar a presença do Estado e, com isso, implementar políticas que contemplem as demandas das organizações produtivas.

Nesta amostragem de entrevistados, é possível nortear a sinergia do capital social conforme propõe Putnam (2007, p.127): a existência de uma sociedade cívica democrática, dado seus esforços para dialogar com os diversos atores sociais. Neste caso, a interação e a negociação entre a sociedade e a esfera pública estatal promovem mais equitativamente a distribuição de recursos materiais e imateriais, a exemplo do que ocorreu com as micro e pequenas empresas italianas, localizadas na região norte, a chamada Emilia-Romagna.

É preciso, no entanto, chamar atenção para os limites de generalização das teses defendidas por Putnam e Habermas. Diversos empreendedores pesquisados alegaram o caráter eleitoreiro das políticas desenvolvimentistas praticadas no Pólo de Santa Cruz, demonstrando seu viés populista e, conseqüentemente, a permanência da modernização conservadora brasileira. Isso nos permite dizer que, nem sempre, as esferas públicas são

utilizadas de forma democrática, levando em conta as restrições de seu acesso. Faz-se necessário destacar também que o capital social pode ser representado de maneira diferenciada. Como veremos em outra parte deste texto, a cooperação e a confiança, muitas vezes, são depositadas em instituições não governamentais.

De fato, há milhares de empreendimentos sem nenhum vínculo de associativismo formal, aprendendo a produzir e comercializar na esfera privada ou nos espaços públicos não estatais. Tal singularidade parece apontar para novas modalidades de organizações produtivas e sociais. Se levarmos em conta a dimensão alcançada por este Pólo, em termos de produtividade e geração de trabalho, empreendedores, ao buscarem na auto-gestão, uma saída para atender seus déficits de aprendizagem, assinalam para a ideia de que as instituições são de baixa eficácia, ou conforme Castoriadis (1982), imaginárias; por não cumprir seu papel designado pelo pensamento moderno. Neste caso, a desconfiança de que os agentes institucionais não serão imparciais nas políticas distributivas, faz com que os empreendedores busquem alternativas quando sua autonomia é ameaça. É, neste sentido, que emergem novas formas de auto-organização que parecem prescindir da esfera pública estatal. Em outras palavras, a sociedade civil parece indicar que é possível haver auto-organização para além do modelo centralizado pelas ações governamentais conservadoras e antidemocráticas (COCCO, 2000). Tal constatação coaduna com a tese de Durkheim (1974) que era descrente da possibilidade de o Estado conseguir atender as necessidades dos indivíduos, por estar distanciado do cotidiano dos grupos sociais. Assim sendo, a experiência santacruzense permite apreender que é preciso rever os postulados teóricos da sociedade em rede, relacionando as convergências entre a esfera pública e a esfera privada em termos propostos pelos neoschumpeterianos (TIGRE, 2006); o que pode ser feito por meio da investigação da sociabilidade e as diferenciadas práticas do capital social em regiões periféricas, a exemplo do Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe, onde as famílias e as organizações informais têm papéis relevantes em detrimento do Estado e das instituições formais.

Vejamos, então, como descreve um microempreendedor do Pólo Santa Cruz do Capibaribe a respeito de suas dificuldades.

A gente tem que lutar pelo que quer. Basta olhar para este deserto e perguntar: como ganhar a vida? Aqui se vacilar, sai do ramo de confecção num piscar de olho. Antigamente era melhor porque tinha menos pessoas fabricando, digo há um 20 anos atrás. Eu acho que tem lugar para todo mundo; o problema é ter que

todo dia melhorar, melhorar e melhorar. O trabalho depende do esforço de cada. Peço sempre a colaboração do pessoal que trabalha comigo, com ideias que possa melhorar o nosso serviço. Digo que cada um tem a aprender com outro (ENTREVISTA - 3).

A inovação, no caso de Santa Cruz, tem sido possível porque a flexibilização produtiva se efetiva por meio da organização familiar. A motivação do empreendedorismo neste espaço se deve ao fato de que, grande parte dessas unidades, pertence aos empreendedores. Ter seu próprio empreendimento incentiva a aprendizagem obtida, primeiramente, pela sociabilidade primária.

as empresas do Pólo de Confeção são, em geral, gerenciadas pelos proprietários junto com seus familiares (43,2%), com gerentes (10,5%), ou ainda, os proprietários sozinhos (32,5%), totalizando 86,2%, a quantidade de empresas que têm o proprietário gerente (SEBRAE, 2003a, p.32).

Estes números indicam o potencial das organizações produtivas quando gerenciadas pelos trabalhadores. Liderando e estruturando a gestão dos insumos necessários aos processos produtivos, fomentam a distribuição da propriedade de forma mais justa, uma vez que os bens-de-produção costumam pertencer aos próprios empreendedores. Portanto, a dimensão desta aglomeração produtiva se deve ao talento e iniciativa do empreendedor para apostar no mercado de confecção popular. Na entrevista já citada, obtemos o seguinte relato:

Eu não tinha nenhuma vocação para a costura. Mas não tinha muito o que fazer na cidade. Não tenho nada contra costurar na máquina, mas, é que vi que não ia conseguir mexer na máquina de costura. Então comecei a trabalhar em uma estamperia. Fiquei lá uns quatro anos. Foi quando tive a ideia de ter meu próprio negócio. Fui juntando a grana e comprando o material. Com o dinheiro do tempo de casa, fui pagando o aluguel e comprei as peças para estampar (ENTREVISTA - 3).

O exercício profissional no espaço doméstico possibilita o uso coletivo dos diversos insumos necessários à produção, seja no âmbito material – maquinários e espaço físico –, seja no âmbito imaterial – informação e conhecimento locais. Desse modo, dada a escassez de apoio externo, o potencial desenvolvimentista de empreendimentos periféricos está atrelado à capacidade dos produtores atuarem cooperativamente.

A cooperação é fundamental para dar motivação – um dos principais atributos do empreendedorismo (SEBRAE, 2007; GEM, 2008). Assim compreendido, foi possível verificar as seguintes especificidades na prática do empreendedor no Pólo de Santa Cruz:

a) capacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado de modo antenado com as mudanças do mercado de consumo, atuação em rede como estratégia para facilitar a difusão e acesso à aprendizagem;

b) o aprendizado coletivo da organização familiar permitiu maximizar a gestão e uso dos insumos materiais e imateriais. O que facilitou aprender a produzir para um mercado popular demandante por produtos de baixo custo;

c) inclinação para apostar no mercado popular de alto risco, pois as taxas de lucratividade estão atreladas à quantidade de roupas produzidas. Desafio enfrentado pelo conhecimento tácito existente dentro das organizações familiares e produção em rede;

d) liderança mediante o estabelecimento de metas. Para tanto, usaram a racionalidade necessária para a operacionalização dos insumos e o cumprimento dos objetivos, de forma a se sentirem motivados e motivar os outros, procedimento, este, fundamental para o trabalho em equipe;

e) o ambiente harmônico na esfera doméstica ajuda a aflorar a criatividade para transformá-la em técnicas produtivas comercializáveis;

f) sem uma governança centralizada, o empreendedorismo de Santa Cruz tem tido a capacidade de auto-organização para encontrar as melhores metas que atendam aos interesses individuais sem dissociá-los do coletivo;

j) procuram na aprendizagem uma oportunidade, isto é, nichos de mercados para inovar e fazer negócios.

Estas especificidades, em grande parte, tem sido possíveis devido à interação social solidária, ainda que sem intermédio de uma governança centralizada, sob o comando de uma grande empresa e/ou políticas governamentais que centralizem as tomadas de decisões.

5.2 Organização familiar: uma sociabilidade comunicativa

Se demonstramos os atributos do empreendedorismo santacruzense, devemos também mostrar que a sua constituição e sustento têm sido possível devido à existência de uma comunidade comunicativa.

Este aglomerado de empresas é formado por micro e pequenas unidades produtivas familiares (SEBRAE, 2003a), que coaduna com a tese neoschumpeteriana, quanto ao potencial desses estabelecimentos. Diante disso, assinalamos: as flexibilizações das organizações e do trabalho nesta localidade se devem ao fato de as unidades familiares terem criado as condições necessárias para a difusão da aprendizagem. Em Santa Cruz, a escassez de diversos insumos produtivos motivou os empreendedores a aprenderem que, primeiramente, era necessário incentivar uma relação social fundamentada na comunicação. Em uma palavra, inovar na questão trabalho e interação social.

Com efeito, a vocação econômica forjada ao longo do tempo propiciou um intercâmbio familiar cuja racionalidade produtiva tem sido intermediada por afetos e comunicabilidade; sentimentos morais que visam pacificar a convivência, uma vez que os dissensos são resolvidos pelo diálogo consensual e não coercitivo (HABERMAS, 1988). Isso significa que, mesmo sendo uma interação voltada para o mercado econômico de confecção, trata-se de uma sociabilidade cuja organização da produção e das relações de trabalho efetiva-se a partir dos valores morais familiares. Tal advento possibilita a solidariedade necessária à boa convivência entre os integrantes da casa, resultando num engajamento produtivo, de modo que quase todas as famílias santacruzenses estão direta ou indiretamente no exercício da atividade confeccionista. É comum encontrar nessas casas, pelo menos uma máquina de costura, a exemplo do relato de uma microempreendedora entrevistada:

Comecei costurando roupa para o pessoal de casa. Como tomei gosto, virou uma profissão. O pessoal de uma fábrica me conhecia e pediu para eu costurar umas peças. Viram que meu serviço era bom, continuaram pedindo. Chamei as pessoas daqui de casa, para trabalhar comigo. Primeiro faziam como bico, mas depois foi dando certo. Acho que o fato de ser parente ajuda muito a se unir. Porque, afinal, um quer sempre ajudar o outro. Quando surge um problema, a gente resolve com uma conversa. Se tem que conviver trabalhando, tem que resolver na conserva, né? (ENTREVISTA - 4)

Neste âmbito, onde trabalha e onde se vive propiciou uma sociabilidade afetiva mediada pelo fluxo comunicativo. Trabalhar e conviver no mesmo espaço permite ao empreendedor não se sentir isolado e, sim, confiante na existência de uma rede

disponível para cooperar de acordo com as contingências dos processos fabris. A experiência dos empreendedores de Santa Cruz demonstra, como quer Habermas (1988), que nem toda interação social é fundamentada na ação instrumental. Embora esses trabalhadores convivam com a necessidade de agir orientados pela racionalidade requerida pelo mercado, a aprendizagem não fica restrita às relações mercantis, uma vez que é buscado também o aprendizado para uma vida menos conflituosa, tendo em vista as dificuldades de produzir para o mercado globalizado e competitivo; e, ainda assim, não priorizar apenas a lucratividade. Isso porque, verificamos que a organização familiar procurar coletivizar os insumos produtivos, de modo a evitar a exclusão social dos seus membros.

Nesse sentido, embora Habermas (1987) simpatize da perspectiva de Offe, defensor da descentralidade do trabalho, sua teoria contém elementos explicativos para compreendermos a sociabilidade entre os empreendedores santacruzenses a partir da ação comunicativa. Para Habermas, a realidade empírica deve guiar as propostas teóricas, e não o contrário; portanto, devem ficar subordinadas à sociologia do presente (HABERMAS, 2009). É nesta direção que apreendemos a experiência vivenciada pelos produtores do Pólo de Confeção de Santa Cruz.

O pensamento do autor, vale lembrar, situa-se num contexto dos países do capitalismo avançado, onde foi instaurado o Estado do bem-estar social, ao elaborar políticas compensatórias para melhorar a vida de quem vive do trabalho, assim como os incapacitados para sobreviver dessa ocupação (HABERMAS, 1984). Em regiões periféricas, a exemplo de Santa Cruz do Capibaribe, o trabalho ainda é importante para a sobrevivência do indivíduo. Aqui, praticamente não foi instituído o Estado-Providência. Fato ilustrado pela informação de um microempreendedor que, mesmo estando no mercado há oito anos, ainda fabrica em um estabelecimento cujos bens-de-produção se resumem a duas máquinas de costura, utilizadas por ele e a mulher; sua parceira de fabricação e comercialização de roupas:

Trabalhar com confecção é trabalhar com falta de incentivos de toda parte. A gente se vira pra conseguir sobreviver no dia-a-dia. Principalmente para quem não tem condições de adquirir nada; a prefeitura não ajuda quem tá precisando. A sorte é que tenho minha família; é de onde sai apoio. Seria tão bom se tivesse incentivo. Isso aqui poderia ser uma beleza. Mesmo em um lugar seco como este, olha tanta gente trabalhando; se esforçando. Uma ajudinha, e isso virava um paraíso. Porque coragem para trabalhar é o que não falta (ENTREVISTA - 5).

Dessa maneira, se o trabalho continua sendo a base de sustentação do homem em regiões sem outra opção para suprir suas necessidades, seu sucesso será proporcional à sua capacidade de se comunicar. De acordo com Zarifian (1990), a racionalização do trabalho repetitivo e alienante controlado pela cronologia do relógio já não explica a diversidade das modalidades produtivas. Ainda que, muitas vezes, a aprendizagem esteja restrita a pequenas melhorias no processo fabril ou no produto. E, mais ainda, mesmo sem ser um modelo hegemônico. No entanto, diz o autor, vários estudos apontam que o agir comunicativamente na sociedade do trabalho imaterial é um bem imprescindível. A ampliação do escopo do trabalho empreendedor demonstra que não existem soluções criativas dissociadas do diálogo. Isso nos permite dizer que o empreendedorismo em Santa Cruz é uma atividade exercida intersubjetivamente, pois, trabalhar em rede tem facilitado o intercâmbio de conhecimento, num contexto de diversidade de atores sociais, portanto, numa pluralidade de opiniões e visões de mundo (ZARIFIAN, idem).

5.3 A continuidade da técnica produtiva, mas, mediada pela técnica comunicativa: a arte de saber conversar

A conciliação na organização doméstica permite, então, amenizar os problemas advindos do mundo sistêmico – poderes do mercado e governamental. As contendas costumam ser solucionadas ou amenizadas pelo mundo da vida – as experiências cotidianas, fornecedoras de estoques de conhecimentos provenientes da cultura, das crenças, hábitos, costumes etc. Com as próprias palavras do autor: “O núcleo ideológico dessa consciência é a eliminação entre práxis e técnica [...] A conexão de forças produtivas e de relações de produção deveria ser substituída pela relação mais abstrata de trabalho e interação” (HABERMAS, 2006, p.82). Com isso, a ação comunicativa visa bloquear o domínio do mercado econômico que privilegia a lucratividade em detrimento da busca do consenso. Este, sim, permite achar soluções criativas para não desestabilizar os projetos coletivos: produzir para incluir e não excluir o indivíduo do mercado de trabalho.

De fato, na esfera doméstica é possível verificar a eficácia do agir comunicativo, sobretudo, na inovação da sociabilidade; dada as mudanças significativas nas relações sociais, especialmente, no quesito assimetria de poder. Neste caso, a inclusão social através do trabalho deve-se ao fato de o empreendedor vê o outro como um ser idêntico

a si, ou seja, também dotado de direito a uma ocupação profissional e, com isso, resolver seus déficits relacionais e de insumos produtivos. Vejamos o relato concedido por uma microempreendedora:

Compartilhamos o que for preciso. Se eu tô com muita costura e minha irmã tá parada, eu peço ajuda a ela, a parte que ela costurar, fica para ela. Usamos também a máquina emprestada uma da outra. Tem coisa que a minha máquina faz e a dela não faz. É só ajeitar o horário, que dá certo. Assim é melhor porque não preciso comprar outra máquina (ENTREVISTA - 6)

A organização produtiva familiar em Santa Cruz demonstra que a escassez de recursos econômicos ou apoio governamental não transforma o empreendedor, necessariamente, no lobo do próprio semelhante, como pensa Hobbes (1997). Na falta de uma governança pública ou privada, as flexibilizações produtivas e trabalhistas tiveram como suporte valores morais que dão sustento e competitividade aos empreendimentos. Advento explicável pelo pensamento de Durkheim (1974), para quem, a ordem social não pode ser explicada apenas pelo viés material, é possível apreendê-la por outras lógicas. Portanto, não é, necessariamente, a base econômica que motiva a sociabilidade. Se para Adam Smith (1974), a simpatia une os trabalhadores em prol da produtividade, Durkheim também defende que a solidariedade não tem como principal propósito maximizar vantagens materialistas. A divisão social do trabalho gera uma moral solidária complementar às trocas produtivas. Não obstante, observa o autor, a intensificação da especialização pode gerar conflitos sociais, ao fazer desaparecer a interdependência que os trabalhadores têm em relação aos seus congêneres. A diferenciação intensificada e a autosuficiência geraria não o altruísmo, mas, o egoísmo. Diante disso, para Durkheim, os ganhos individuais não proporcionam, necessariamente, mais felicidade. O equilíbrio entre o prazer individual e o coletivo estaria em adequar os meios para alcançar os fins desejados. Neste caso, o econômico não pode ser explicado somente pela economia. Se a divisão social do trabalho tem como propósito otimizar a produtividade e maximizar a lucratividade, tem também o propósito de fazer o trabalhador adaptar-se à complexa configuração social moderna: a diferenciação individual, sem deixar de assegurar a liberdade na imersão social. Nesse sentido, compreendemos que os empreendedores têm buscado nos sentimentos morais – a solidariedade – um bem indispensável para a vida e para a produção em rede. Este bem simbólico, diz o autor, compõe a consciência coletiva em todas as épocas.

5.4 A permanência da tradição dentro da modernidade: solidariedade mecânica e a divisão social do trabalho

Já que a solidariedade é elementar para o convívio social, segundo a perspectiva durkheimiana, a pesquisa de campo indicou a necessidade de fazer algumas interpelações. Isso porque a prática-moral dos produtores santacruzences não coaduna totalmente com a proposta funcional-estruturalista de Durkheim. O autor defende que só é possível alcançar a ordem social quando cada indivíduo adapta-se à função designada pelas instituições, representadas pelas corporações de ofício. Tal método analítico recaiu numa visão científica mecanicista por predeterminar o futuro numa perspectiva sistêmica harmônica (GIDDENS, 2005). Contrariando o olhar positivista durkeimiano, nossos dados demonstram que, em Santa Cruz do Capibaribe, a divisão social do trabalho não retirou a importância dos espaços domésticos, pois, neste local, não houve a separação entre o espaço familiar e o espaço da produção. Na esfera privada, a maior parte do trabalho empreendedor tem preservado a solidariedade mecânica – família nuclear e parentes sanguíneos – para tornar as unidades produtivas sustentáveis. Como já foi visto, 86,2%, das empresas deste Pólo são constituídas por membros familiares (SEBRAE, 2003a, p.32). Ou seja, a

economia das empresas do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano é significativamente familiar, com o proprietário quase sempre gerenciando [...] e com uma grande participação dos membros da família na organização. Isto pode ser confirmado[com o seguinte dado]: 83,2% das empresas pesquisadas trabalham pelo menos mais de uma pessoa da família. As empresas formais empregam em média 2,72 pessoas da família e nas empresas informais este valor é de 2,37 (SEBRAE, idem, p.35).

De fato, se não são as corporações de ofícios, é o empreendimento doméstico quem estrutura e gera aprendizagem para a produção de bens e serviços neste Pólo. Daí a importância e o potencial da organização familiar como espaço afetivo para a inclusão social por intermédio do trabalho, considerando que o setor informal é destituído de seguridade social, ou seja, garantia de uma renda mínima, bem como aposentadoria, plano de saúde, que inclua o trabalhador no mundo da cidadania (CASTELS, 1998).

A experiência deste Pólo assinala a coexistência da solidariedade mecânica com a racionalidade moderna – a divisão social do trabalho –, pois onde se vive também é o espaço da produção de bens e serviços. A solidariedade mecânica é constituída pela

relação de semelhança, manifesta no sentimento de parentesco entre os trabalhadores. É o afeto que facilita a interação mediada pelo agir comunicacional nos espaços domésticos. Tal como revela um microempresário que afirma que existem vantagens de trabalhar em família.

Dizer que trabalhar com meus familiares é um mar de rosa, é mentir um pouco. Há ocasiões, que o bicho pega para capar. Mas, tem o lado bom. No meu caso, minha mulher e meus filhos trabalham aqui na empresa. É bom porque um conhece o jeito do outro; sabe o jeito de cada um. O que pode falar e o que não pode. E quando fala, acaba relevando porque é da família. Nem sempre se pode fazer o mesmo com os amigos. Não dá para negar que aquela pessoa que é do seu sangue, que você ajudou a crescer, cria um laço forte. São coisas do coração, que a gente precisa para suportar a labuta do dia-a-dia. (ENTREVISTA - 7).

A predominância da solidariedade mecânica na organização familiar santacruzense demonstra que a tradição ajuda a fomentar a coesão social, sem perder o ideal libertário da sociedade moderna. O estranhamento reside no fato de a modernidade ser concebida como um advento homogêneo e de constantes transformações. De acordo com Giddens (1997), a tradição sempre esteve presente entre os modernos, conservar a tradição tem como propósito a organização do tempo-espço. Representa, por assim dizer, um elo entre o passado e o presente, com o fito de propiciar pertencimento à comunidade. A tradição torna-se um elemento integrador, quando cria uma visão de mundo fundamentada nos costumes, crenças e sentimentos semelhantes. Neste caso, tem-se uma ordem social constituída pela cultura local, reproduzida de geração em geração, tal continuidade efetiva-se porque não há ruptura entre ontem, hoje e amanhã.

Os rituais, representados pela convivência cotidiana, teriam como função dar regularidade e, por conseguinte, continuidade aos valores; o ato ritualístico preserva a memória coletiva, proporcionando legitimidade à cultural local. Nesse sentido, tradição e modernidade são intercambiáveis. É, pois, no processo de continuidade que a tradição pode ser remodelada, a cada nova geração, a tradição é reinventada. Enfim, os ritos são tidos como “verdade formular” (re)construídos continuamente. Para Giddens, é própria da modernidade, a capacidade de (re)inventar tradições, na realidade, diz o autor, o novo é a criação de uma nova tradição, cuja pretensão é romper com as práticas antigas. Por exemplo, a substituição da comunidade pela ideia de sociedade. Ou seja, o local, como particular; e a sociedade como uma instituição universal, logo, homogênea.

Nessa ótica, deve ser observado a longevidade das tradições e suas consequências. Se o empreendedorismo de Santa Cruz segue a tendência mundial de apostar nos valores locais para fundamentar o desenvolvimento econômico articulado com a coesão social, a sustentabilidade se dá pela tradição da organização familiar como estruturantes das aprendizagens. Estas, são asseguradas pelas tradições pertinentes às organizações domésticas. Dessa maneira, a convergência entre o tradicional e o moderno adquire positividade neste Pólo, dada a capacidade de tanto preservar, quanto transformar as tradições. Em outras palavras, a permanência da solidariedade mecânica demonstra que a organização produtiva doméstica neste local tem procurado múltiplas estratégias para enfrentar os desafios impostos pelo mercado globalizado. Advento alcançado pela preservação de alguns costumes e a flexibilização de outros. A família, responsável pela socialização primária, tem propiciado aprendizagem nos seguintes termos: preservando a unidade identitária familiar e flexibilizando a interação social. Conforme relata uma entrevistada, dona de uma microunidade produtiva:

Eu aprendi o que sei com minha família. Minha mãe tinha uma máquina de costura antiga e me ensinou a costurar. Nem pensava em seguir a profissão. Fui aprendendo com o tempo a criar modelos de roupas, fazer a modelagem e o risco, cortar e depois costurar. Pensa que é fácil? A gente fazia tudo isso sozinha. Depois que meu irmão cresceu, é que a parte de riscar e cortar ficou com ele. Mãe sempre disse para fazer tudo com capricho; para o cliente voltar depois. De quarta à sábado a gente costurava e de domingo à terça vendia a confecção. Como duas máquinas já não dava conta dos pedidos, resolvemos comprar duas mais novas (ENTREVISTA - 8).

Pergunto como as máquinas foram compradas e se existem incentivos público ou privado para adquiri-las. Temos como resposta:

Não conseguimos o financiamento pelo banco. Cada um de nós resolveu pegar uma parte do que ganhava e guardar para pagar a prestação. As máquinas novas deu mais ânimo para produzir mais e melhor. Porque essas máquinas novas são cheias de detalhes. Tem uma que costura e corta a sobra do tecido ao mesmo tempo. E isso agiliza e dar mais qualidade (ENTREVISTA - 8).

A citação acima demonstra que a organização produtiva familiar tem desenvolvido a racionalidade necessária para, a partir da sociabilidade afetiva, gerir seus negócios. Os espaços domésticos são, pois, esferas protetoras que amortecem os riscos do empreendedorismo informal, especialmente, no quesito segurança social. Fato relevante, tendo em vista que o setor de confecção tem como característica a

sazonalidade. Os festejos juninos, juntamente com as festas de fim-de-ano são as épocas de maiores picos de vendagem. Nestes meses, a produtividade é maximizada e a lucratividade segue a mesma proporcionalidade, todavia, não há desequilíbrio nesta equação, se todos os membros familiares se engajam na produção de bens e serviços. A cooperação, portanto, é fundamental para aumentar os ganhos pela produtividade. Compartilhar os insumos representa uma importante estratégia para preservar a competitividade. Fato relativamente fácil em Santa Cruz do Capibaribe, levando em conta que as unidades fabris, em sua maioria, estão instaladas na própria residência, onde é facilitado o intercâmbio comunicativo. Embora Marx (2011) tenha proposto romper com o modo-de-produção capitalista e não sua reprodução, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, chamou-se a atenção para o aspecto positivo da proximidade espacial, ou seja, para as vantagens do trabalhador fabricar na mesma espacialidade, por tal prática facilitar a comunicação entre eles. Como neste Pólo onde se trabalha é onde se vive, o fluxo informacional e comunicativo maximiza a aprendizagem, que, por sua vez, traz reflexos positivos para a questão da produtividade e taxas de lucratividade. Neste caso, a divisão social do trabalho – um advento moderno – não dissolveu a solidariedade mecânica – interação tipicamente tradicional.

Assim, em vez de conceber a modernidade sob a perspectiva do evolucionismo linear, a modernização efetiva-se por meio de eventos singulares, contudo, não homogêneos (JAMENSON, 2005). De acordo com Jamenson, é preciso lançar um olhar mais atento para a construção das categorias analíticas modernas, a fim de evitar a compreensão dos fenômenos sociais como universais.

Sendo assim, é possível apreender o aspecto emancipador da experiência empreendedora em Santa Cruz do Capibaribe, ainda que elas não desapareçam totalmente, se crermos, como acredita Habermas (2002a), no potencial libertário da modernidade, sempre que os atores sociais se predisponham a conversar em busca do entendimento. A era moderna, seria, então, um projeto sociocultural inacabado. Qualquer verdade é sempre tomada como provisória. Para isso, faz-se necessário atentar-se para a força do presente – mola propulsora da construção do futuro (HABERMAS, 2009). A (re)construção se dá processualmente, o futuro, sob este prisma, não pode ser predeterminado, mas investigado, privilegiando a relação intersubjetiva contextualizada.

Habermas diz que um dos primeiros pensadores a perceber a especificidade da era moderna, foi Hegel. Este, ao contrário dos teóricos da antiguidade clássica grega,

viu o potencial libertário do trabalho. Esta atividade por ser capaz de satisfazer as necessidades humanas, tem um valor qualitativo universal. A identidade pelo trabalho, no entanto, é construída processualmente através da interação social, a identidade do eu, na era moderna, está sempre em construção, não existe um sujeito pronto. O Eu, diz Habermas, referindo-se à Hegel nos escritos de Jena, é construído pela dialética de três princípios: “da representação, do trabalho e luta pelo reconhecimento” (HABERMAS, 2006, p.29). Neste caso, o potencial do trabalho como categoria emancipadora não está no Eu absoluto, mas na relação intersubjetiva entre o Eu e o Outro, que resulta na ética da totalidade, ou seja, em valores válidos para todos. A construção de um sujeito moralmente capaz de reconhecer o Outro como um ser idêntico ao Eu e a luta pelo reconhecimento se dão satisfatoriamente quando ocorrem num contexto em que o consenso se dá sem violência e coerção. Prática alcançável, se mediada pelo diálogo, tendo “o amor como reconciliação”, este processo se dá pelo trinômio trabalho, interação e linguagem. A linguagem faz a mediação entre trabalho e interação. A ação comunicativa bloqueia a ação instrumental, na medida em que busca comum acordo sem uso do poder ou domínio. Esta é a qualidade maior da modernização, que o empreendedor do Pólo de Santa Cruz procurou preservar como estratégia para tornar suas unidades produtivas sustentáveis, pois, utilizaram as novas subjetividades do trabalho como um elemento propositivo. Sua capacidade reflexiva tem propiciado um elemento agregador para a sociabilidade. Vejamos como Habermas, ainda citando Hegel, entende a qualidade da era moderna:

a) o individualismo: no mundo moderno, a singularidade infinitamente particular pode fazer valer suas pretensões; b) direito de crítica: o princípio do mundo moderno exige que aquilo que deve ser reconhecido por todos se mostre a cada um como algo legítimo; c) autonomia da ação: é próprio dos tempos modernos que queiramos responder pelos que fazemos; d) por fim, a própria filosofia idealista: Hegel considera como obra dos tempos modernos que a filosofia do presente a ideia que se sabe a si mesma (HABERMAS, 2000a, p.25-26).

Dessa forma, a singularidade do trabalho no Pólo de Santa Cruz está na capacidade do empreendedor apreender a realidade, ou seja, levar em conta sua vivência local de forma crítica e reflexiva, e, com isso, buscar autonomia para fazer escolhas diante das adversidades. Foi encontrado na esfera doméstica, simbologias para o convívio, de modo a se proteger das antinomias do mercado. Advento, este, que tem

refletido na sustentabilidade deste Pólo por tantas décadas e o tornado primeiro do Norte e Nordeste brasileiro (SEBRAE, 2003a).

As representações simbólicas tradicionais, a exemplo da solidariedade mecânica, praticadas no espaço doméstico, propiciaram aos trabalhadores um conhecimento reflexivo e comunicativo, ou seja, “como um empreendimento humano [que] passa não só por meio dos filtros cognitivos e culturais da nossa mente, mas através dos desequilíbrios que governam a sua produção. Hoje, é o poder de definir as linguagens que determina a possibilidade mesma do pensamento e da comunicação” (MELUCCI, 2005, p.6). A sociabilidade por meios comunicacionais gera experiências substantivas que fornecem ao pensamento uma sensação de formulações teóricas para a vida prática (DEWEY, 1974). Para Habermas (1988), referindo-se a Searle, comunicar com uso da linguagem, significa que falar é fazer. Se nas sociedades pré-modernas, o consenso normativo era dado pelas simbologias metafísicas, a exemplo do sagrado e do religioso; na contemporaneidade, a autoridade do sagrado é trocada pela autoridade do consenso, fundamentado na ética do discurso sincero e passível de correção, tido como legítimo quando engloba um maior número possível de participantes. É, então, o mundo vivido e não o mundo sistêmico que fornece subsídios para a comunicação intersubjetiva, portanto, para propor ações concretas em busca de soluções que amenizem as contradições pertinentes à modernidade. A comunicação intersubjetiva, formulada comunicativamente, propicia aos atores sociais princípios cognitivos para resolver as contendas através do entendimento.

Neste sentido, os empreendedores procuram inovar a sociabilidade na esfera doméstica; estratégia válida, tendo em vista a constante inovação requerida pelo mercado globalizado. Diante disso, em sociedades periféricas e destituídas de incentivos governamentais, a comunicação é uma condição necessária para a aprendizagem. De acordo com Zarafian (1990), a gestão organizacional pós-fordista não representa o fim da divisão social do trabalho, mas, fabricar em equipe, de modo a alinhar quantidade e qualidade. A cooperação, portanto, continua elementar; contudo, ela pode ser otimizada sempre que haja um ambiente organizacional facilitador do transbordamento do conhecimento, mediado pelo agir comunicativo. A interdependência entre os trabalhadores permanece por precisarem planejar coletivamente a produção de bens e serviços de forma criativa e inovadora.

5.5 A economia moral inflacionada nos ciclos de produção: a solidariedade comunicativa como insumo básico de bens produtivos

Se sociedade pós-fordista não significa o fim da divisão social do trabalho, a comunicação tem sido fundamental para enfrentar as contingências de um mercado dinâmico e competitivo e, com isso, eliminando do mercado as empresas sem estratégias racionais para enfrentar tais desafios. Essa tem sido a virtude do trabalho familiar do Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe, considerando que ele adaptou-se à racionalidade equivalente à sociedade pós-industrial na modalidade produção enxuta. A sociabilidade afetiva – representada pela solidariedade mecânica –, mediada comunicativamente, tem facilitado o transbordamento do aprendizado inovativo na modalidade economia de escopo.

Em Santa Cruz, os picos de venda ocorrem em dois períodos anuais – no meio e no final-de-ano. Por ser sazonal, é preciso aumentar a produção e o faturamento nos momentos propícios. Todavia, grande parte dos produtores desta localidade é destituída de poder aquisitivo para comprar novos insumos, quando a demanda por confecções se acentua. Portanto, não podem ser competitivos pela via da maximização do uso racional de bens tangíveis, isto é, aumento de novos maquinários, ampliação dos espaços físicos etc.(BISHOP, 2005), mas sim, maximizando racionalmente os bens simbólicos. Assim sendo, as estratégias utilizadas derivam não somente da racionalidade mercantil (WEBER, 1999), mas também, da racionalidade afetiva, isto é, sentimentos morais tidos como bens intangíveis (LEGROS et al, 2007). São estes, que nas épocas dos festejos juninos e natalinos, fazem inflacionar a solidariedade mecânica, criando uma sinergia para produzir de acordo com a demanda, refutando os economistas neoclássicos, para quem o crescimento econômico requer, necessariamente, o aumento de maquinário e uso de mão-de-obra (BRUE, 2005), portanto, apenas aquisição de bens-de-produção e ampliação dos espaços físicos, ou seja, utilização da racionalidade lógica produtivista e desprezando a sinergia proporcionada pela lógica relacional. O relato de um microprodutor atesta o valor sinérgico do trabalho familiar:

Aqui em casa, o único equipamento de trabalho que não dá para emprestar muito é a máquina de costura. Porque é a base de tudo. Agora recentemente, nós juntamos para comprar uma máquina de fazer viamento, que dá para todo mundo usar. Antigamente a gente mandava fazer fora; como todo mundo aqui precisa de viamento, sai mais barato ter a nossa própria máquina. Porque se

cada um tivesse que ter seu equipamento o lucro seria bem menor. Para não falar, que trabalhando em casa, não precisa pagar aluguel (ENTREVISTA - 9).

A sociabilidade afetiva e comunicativa dos empreendedores santacruzenses permite produzir conforme a demanda do mercado consumidor, recorrendo ao uso coletivo dos bens de produção. Dessa maneira, a racionalidade afetiva torna-se adequada à realidade socioeconômica desses produtores, por compensar a falta de incentivos governamentais, conforme revela o microprodutor acima citado.

Não temos como crescer por falta de incentivos. O que fazemos é produzir de pouco em pouco. Durante a semana a gente corta e costura, para vender depois no box [no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe]. Depois de vender, começa a costurar novamente. E vai indo assim, nessa labuta de sempre. Mas temos uma base uma do que vai vender pros fregueses que compra sempre na nossa mão. Com o tempo a gente vai vendo o que pode e o que não pode ser fabricado. Mas tem hora que falta um modelo de roupa, quando é assim eu peço para meu cliente pegar na semana seguinte ou completo com o que minha família tem nas mãos (ENTREVISTA - 9).

Ainda que existam esses gargalos a serem resolvidos, a organização familiar encontra na cooperação mecânica, a solução para enfrentar os ciclos produtivos. De fato, no momento de alta produtividade, a organização familiar permite maximizar os ganhos por meio do uso coletivo dos insumos subsidiados pelo afeto. Vale lembrar que não pagar aluguel de um imóvel e a utilização coletiva dos maquinários ajudam a reduzir os custos fixos de produção, o que pode ser determinante para a sustentabilidade deste setor de confecção popular – roupa de baixo valor agregado, logo, com baixas taxas de lucratividade (SEBRAE, 2003a). Por outro, devemos resguardar que no momento de baixa produtividade, a esfera doméstica continua sendo um espaço protetor. Diminuída a demanda por roupas, há redução da taxa de lucratividade, assim, despesas como aluguel ou compra de outro espaço físico para a instalação de uma nova fábrica poderia por em risco a permanência dos negócios, em especial, os microempreendimentos. Fato que pode ser confirmado com depoimento de uma microempreendedora:

Muitos por aqui, trabalha num dia para comer no outro. O que se ganha é para investir na mercadoria para a próxima costura. O que sobra se gasta nas despesas de casa. Eu comecei com uma máquina, fui trabalhando depois comprei outra para minha mulher. A produção aumentou um pouco. Mas ainda não é o suficiente para a gente viver com folga. Costuramos hoje, vende amanhã, ganha, reinveste, e assim por diante. A coisa melhora quando chega a

alta estação, quando vende bem. Se deixa até de vender, por não ter como produzir mais quantidades (ENTREVISTA – 10).

Se a sazonalidade do mercado fragiliza as microempresas, a organização familiar fortalece o empreendedor tanto nos momentos de alta, quanto de baixa produtividade. Daí a importância da formação de uma identidade constituída sob a influência intersubjetiva e comunicativa, caracterizando o modo-de-produção familiar de Santa Cruz como um modelo voltado não somente para o mercado, mas também para o cuidado de si e do outro. Advento que atesta a importância da organização familiar, tanto para os processos produtivos, quanto afetivos.

5.6 A organização produtiva familiar fomentadora do trabalho como inclusão social mediante a ausência de políticas governamentais

A flexibilização da organização produtiva, nesta localidade, se não torna o trabalho uma ocupação decente, como recomenda a OIT (2006)¹⁶, tem amortecido as conseqüências negativas decorrentes do desemprego estrutural, que costuma provocar o aumento da pobreza e a informalidade do trabalho, e, portanto, a precarização da condição humana do trabalhador. Se o Nordeste foi uma região exportadora de mão de obra, o Pólo de confecção de Santa Cruz, desde sua origem, tem conseguido reter os trabalhadores em sua terra natal (ARAÚJO, 2003, p.35); reforçando a relevância do empreendedorismo como uma atividade que colabora para não desagregar a família e, por conseguinte, evitar a exclusão social decorrente do desemprego e pobreza.

Este dado é relevante, pois o estado pernambucano, nem sempre, tem conseguido implementar políticas trabalhistas sistemáticas como inclusão social. Historicamente na cidade de Recife, por exemplo, muitas vezes, a família pertencente ao estrato popular está inserida no mercado de trabalho informal e em setores

¹⁶Conceituado pela OIT – Organização do Trabalho Internacional – (2006, pavê e vii), nos seguintes termos: 1) a promoção do desenvolvimento para a geração de emprego; 2) garantir os direitos fundamentais das leis trabalhistas; 3) eficiência e abrangência da proteção social; 4) relações no trabalho dialógicas; 5) cumprimento das normas internacionais do trabalho; 6) igualdade de gênero; 7) emprego para a juventude; 8) fomento do desenvolvimento de micro e pequenas empresas; proteção à economia informal; proteção ao setor rural e o desenvolvimento local; capacitação e habilitação profissional; serviços de emprego; plano de cargos e remuneração; segurança e cuidados com a saúde no trabalho; proteção aos trabalhadores migrantes.

econômicos de baixo rendimento. As mulheres, a título de ilustração, em grande parte, ocupam profissões de empregadas domésticas. Daí a continuidade da reprodução sistêmica, pois tais atividades não permitem que esses trabalhadores possam sair da linha de pobreza (MOTTA e SCOTT, 1983).

A problemática do trabalho atinge outras áreas, ainda que integrada à economia do mercado moderno e mais valorizada, como a agroindústria açucareira, na zona da mata pernambucana. Este setor, embora tenha potencial para a geração de emprego, cerca de 100 mil postos de trabalho – no período do corte de cana –, na entressafra, 2/3 desses profissionais ficam desempregados. Como a mão-de-obra, em sua maioria, é masculina, trata-se de um imenso contingente de homens desocupados que são praticamente obrigados a imigrarem para a região metropolitana de Recife ou outras regiões do país, por falta de opção ocupacional (GALINDO, 2009).

Diante do exposto, o espaço doméstico do Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe tem sido elementar para a sustentabilidade do empreendedorismo e, por conseguinte, para integrar os indivíduos no seu meio social através de uma profissão. Conforme explica um microempreendedor:

Até que se tenta trabalhar em outra área. Já tentei labutar na roça de meu pai, quando era jovem. Mas, o que deu certo mesmo; foi mexer com a confecção. Porque todo mês, a gente sabe que tem uma coisa certa. Pode até mexer com outra coisa, mas, se a gente costurar direito, consegue. Não fica rico não, sabe? Só que não passa necessidade, como antes (ENTREVISTA - 11).

Vale lembrar que o novo paradigma produtivo requer bens imateriais como um dos principais insumos, deixando à margem da sociedade, trabalhadores desempregados quando destituídos de estratégia que faça do saber local um produto tangível. Nesse sentido, o descaminho do trabalho consiste em tornar os profissionais desqualificados numa condição atípica e precária, e, muitas vezes, submetido ao trabalho escravo, sendo cerceado um dos seus direitos fundamentais – a liberdade de ir e vir (VASOPOLO; 2005). Tal fato demonstra que, abandonado à própria sorte, o homem corre o risco de ser valorizado conforme os costumes tradicionais da antiguidade clássica ou medieval, onde o trabalho escravo ou servil era legitimado pelo ethos social (MIGEOTTE, 2003). Entendido dessa maneira, a organização produtiva familiar do Pólo de Santa Cruz tem tornado o trabalho uma atividade decente; o Estado, em contrapartida, não tem conseguido implementar a inclusão social por meio desta atividade.

5.7 A divisão social do trabalho: uma nova aprendizagem relacional e a inadequação da ordem patriarcal

A organização familiar do Pólo santacruzense tornou-se um celeiro de trabalho empreendedor, dada a inovação nas relações de poder, especialmente na divisão sexual do trabalho, ou seja, na mudança do imaginário relacionado à representação social dos papéis sociais. O Nordeste, tradicionalmente, está arraigado no viés funcionalista ao delimitar o exercício das funções a serem exercidas pelo homem e pela mulher; demonstrando, portanto, que os costumes regionais ditam as regras das tradições, e, conseqüentemente, dos comportamentos. Território e cultura estariam, neste caso, conjugados. De fato, “o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos. Mesmo em seus defeitos, é com o universo masculino de imagens, símbolos e códigos que definem a masculinidade, em nossa sociedade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.20). Se assim é, Albuquerque Jr. (2001) propõe sair deste discurso unilateral e homogeneizador, buscando nas diversidades das experiências espaciais, outros Nordeste. Dito nas palavras do autor:

É preciso sair do discurso da súplica ou da denúncia da miséria; é preciso novas vozes e novos olhares que compliquem esta região, que mostrem suas segmentações, as complicitades sociais dos vencedores com a situação presente deste espaço. Se o Nordeste foi inventado para ser este espaço de barragem da mudança, da modernidade, é preciso destruí-lo para poder dar lugar a novas espacialidades de poder e de saber (ALBUQUERQUE JÚNIOR, *ibidem*, 2001, p. 315).

Acreditamos, então, que a cartografia espacial (SANTOS, 2006) apresentada pelo empreendedorismo em Santa Cruz, nega o pensamento único: o nordestino concebido como atrasado e incapaz de aderir aos valores sociais e racionalidade mercadológica moderna. Isso atesta o potencial criativo e inovativo do empreendedor local no quesito produção e relações de trabalho como estratégia para aprendizagem. Tal fato impede a reprodução e colabora para a destituição do imaginário cujo objetivo é cristalizar a imagem do trabalhador nordestino como um Ser condicionado à seca, à miséria, injustiça social, violência, fanatismo, folclore, atraso social e cultural (ALBUQUERQUE JÚNIOR, *ibidem*, p.315); e, por conseguinte, incapaz de aprender a inovar.

Nessa perspectiva, a mulher tem tido papel fundamental no que se refere à origem e desenvolvimento deste Pólo, levando em conta a simbologia presente no imaginário dos trabalhadores: o saber e a difusão das técnicas do corte e costura. De fato, se a sociedade pós-industrial é a sociedade da economia imaterial (GORZ, 2005), a mulher é a principal proprietária do conhecimento necessário para a produção de bens e serviços. Um jovem, filho de um microempreendedor, faz o seguinte relato:

Santa Cruz é como uma mãe para nós. Ela abriga todo mundo que quer trabalhar. Aqui é a terra da oportunidade. Todo mundo tem seu quadrado. Com tanto desemprego, um jovem como eu estaria sem ter como sobreviver por aí. Sem a família aqui, fica mais difícil, para conseguir o que precisa. (ENTREVISTA - 12).

Esta citação contém uma significativa simbologia que vai de encontro à tese funcional-estruturalista parsoniana: a premissa de que com a industrialização, a família não teria mais uma função central para a organização da produção econômica. Isso porque na divisão social do trabalho, o homem seria o provedor da casa, trabalhando fora do espaço doméstico; postula-se, ainda, que à mulher caberia educar os filhos (GIDDENS, 2005). O simbolismo dado à cidade de Santa Cruz, como mãe provedora, é representada pela família e o elemento feminino como guardião da informação e conhecimento necessários à aprendizagem das técnicas do corte e costura. A casa é o centro da produção de saberes transformados em mercadorias. Compreendemos, então, que as esferas privadas domésticas educam duplamente os integrantes familiares: para o mundo da cidadania e para o mundo do trabalho. Quando a mulher transmite sua experiência adquirida aos longos dos anos, colabora para evitar a exclusão social por meio do trabalho. Diante do baixo poder aquisitivo financeiro desses empreendimentos – patrimônio material – a casa serve como meio de transmissão de outro importante bem: os patrimônios imateriais – cuidado, proteção, afeto, informação, conhecimento, dentre outros.

Tal adendo demonstra que a territorialidade é dinâmica em termos temporal e espacial, haja vista que o Pólo de Santa Cruz está inserido numa região, onde o patriarcalismo está arraigado na cultura local (ALBUQUERQUE JÚNIO, 2001). Não obstante, tem sido capaz de sair do determinismo sócioespacial, ao apresentar-se num contexto de práticas heterogêneas que resultaram na criação de uma visão de mundo derivada de novas aprendizagens organizacionais, seja na questão da sociabilidade, seja

na questão produtivista; e, assim, evitar a colonização da interação social decorrente da tradição patriarcal.

5.8 O desencaixe e o reencaixe do patriarcalismo mediado pela ação comunicativa

Para Giddens, as transformações ocorridas na sociedade contemporânea devem-se à reestruturação do tempo-espaço no âmbito sistêmico, isto é, entre a interação dos atores e a sociedade que reformulam a construção da identidade (GIDDENS, 2002). As regras sociais, no entanto, são passíveis de alterações proporcionalmente às competências individuais; competência, para o autor, significa práticas derivadas do referencial vivenciado (CORCUFF, 2001, p.79). Nesse sentido, a estruturação do estilo de vida perpassa por descontinuidades temporais e espaciais. As tradições que desaparecem, são aquelas que já não têm mais serventia ou porque já não exercem influência de forma determinista. A perda de confiança no mundo sistêmico resulta numa existência insegura, a ansiedade provocada pela desconfiança nos valores e costumes provoca o que Giddens (1993) chama de desencaixe. A fim de reverter tal situação, o indivíduo volta a contatar outras pessoas, com o intuito de restabelecer seu bem-estar; advento denominado de reencaixe. O processo de desencaixe e reencaixe se dá pela capacidade do homem interagir com o mundo por meio da reflexividade, e, com isso, formar uma nova identidade. No entanto, a dinâmica da modernização se dá num contexto de riscos, dada as incertezas em relação às normas do mundo sistêmico. Este, nem sempre, promove e/ou assegura liberdade individual (GIDDENS, 2002), fato potencializado por uma economia globalizada que traz desafios para o desenvolvimento local. De fato, de acordo com um microempreendedor:

A gente aprendeu que cada ano que passa as coisas vão ficando mais difícil. As coisas, agora, é diferente. É o que eu digo para os colegas em Santa Cruz: se não ficar esperto um dia isso aqui, desaparece. A gente fica sempre em dúvida se a mercadoria vai vender ou não vai vender, se vai agradar o freguês. Porque hoje não falta lugar para ele comprar. Mas acho que isso aqui, tem algo de especial: a família é muito unida para enfrentar as dificuldades (ENTREVISTA -13).

Os riscos da flexibilização produtiva e suas consequências para o mundo do trabalho no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, têm sido enfrentados pelo empreendedor que experiencia o processo de desencaixe e reencaixe de forma comunicativa,

demonstrando ter competência para mudar a trajetória relacional a partir da constituição do núcleo familiar estruturado por meio de sociabilidades menos hierarquizadas, sobretudo, na questão relacional entre homem e mulher. Nas unidades produtivas, a flexibilização do trabalho proporcionou relações sociais e econômicas mediadas pela linguagem comunicativa que são redefinidoras de expectativas e projetos de vida. Fato que pode ser atribuído ao questionamento da cultura patriarcal, como central no comando do lar, que destituía a mulher de quaisquer atribuídos úteis para o desenvolvimento econômico articulado à questão social. Agora conjugados, na condição de produtores, homens e mulheres procuram adequar seus papéis a uma nova realidade a fim de encontrar estratégias que assegurem um futuro melhor aos integrantes da família, num mercado cada vez mais competitivo e que traz insegurança para a sustentabilidade do empreendimento.

A organização doméstica em Santa Cruz tem direcionado as orientações comunicativas para redimensionar o uso dos insumos produtivos materiais e imateriais. Para tanto, tem-se buscado elaborar novos desenhos organizacionais (MORGAN, 2007), conforme declara uma entrevistada microempresária:

O ofício de costurar passa dos pais para filho. Mas também da avó, da tia, do tio. A nossa primeira máquina de costura pertencia a minha avó, que passou para minha mãe e agora vai passar para meus filhos. A gente guarda ela, até hoje. Porque foi com minha avó e sua máquina que a gente aprendeu tudo que sabe. Sem ela não teríamos nada provavelmente. O gosto pela confecção, acho que está no sangue (ENTREVISTA - 14).

Este imaginário organizacional é protetor e fomentador do empreendedorismo, porque o saber local passa de geração a geração; o que pode ser entendido claramente no dizer de uma microempresária:

Quando eu era mais nova, precisava ajudar nas despesas de casa. Resolvi que minha profissão seria costureira. Conheci meu marido na feira vendendo confecção; quando ainda era no centro da cidade. A gente casou e ficou costurando e vendendo junto. Nossos filhos, no começo, não queriam seguir esta profissão. Eles diziam que morar e trabalhar em casa, era muito rotineiro. Mas nem eu e meu marido podia ajudar eles a ter outra profissão; a gente não tem condições para isso. Mas, quando viram que a opção lá fora não era melhor do que a daqui, pediram para ajudar a aprender a costurar [risos]. Ensinei uma profissão para eles (ENTREVISTA - 15).

A organização familiar em Santa Cruz constitui, então, uma comunidade moral (BURKE, 2002), ao agregar parentes residentes e os não residentes da casa. Atributo que permite integrar os membros familiares, inclusive a mulher, no mundo do trabalho

de forma não subordinada. Levamos em conta que, muitas vezes, ela está na frente da gestão organizacional; assim, este gênero também possui atributos do trabalho empreendedor, haja vista que tem procurado janelas de oportunidade (TIGRE, 2006) para dar sustentabilidade aos empreendimentos familiares. A título de ilustração, vejamos o relato de uma microempreendedora já citada:

Acho que antigamente, costurar era para mulher, homem não podia. Agora, as coisas mudaram. Elas estão na frente de muitas empresas. no comando. Quando comecei costurava para vender na feira. Era onde se vendia, antes da inauguração do Moda Center. Depois, eu cheguei a comprar um box no Moda Center. Com o passar do tempo, o box valorizou, então, vendi e decidi expandir minha confecção, só trabalhando com a produção e deixei de vender, para concentrar em um só negócio. Eu sentia que com a inauguração do Moda Center, a gente podia apostar um pouco mais. Agora, que os negócios estão mais seguro, meu marido já está trabalhando comigo (ENTREVISTA - 15).

A maioria das organizações produtivas originou-se ou ainda origina-se do saber da mulher, que foi aproveitado e incorporado ao saber local. Seu conhecimento é valorizado nas organizações seja como empreendedora, seja como empregada. Uma profissional com habilidade e competência é constantemente disputada no mercado local, como relata a citada empresária,

A costureira é uma peça-chave para qualquer empresa; sem elas o empresariado estaria perdido. Pode olhar para a nossa fábrica, temos umas 20 máquinas de costura; são 20 costureiras. Os outros trabalhadores dá uns 12. É uma maioria, e uma maioria que sem elas a fábrica pára. Dentro da área de confecção é uma dos melhores salários. Nós fazemos questão de assinar a carteira, para segurar elas na empresa. Porque quando aumenta a produtividade, ninguém acha uma boa costureira, assim de repente. É por isso que assino a carteira, porque segura elas o ano todo (ENTREVISTA - 15).

Quando a mulher não está sempre na frente dos negócios, mesmo como empregada, mantém sua relevância, pois detém o conhecimento tradicional de um dos insumos mais importantes dos processos produtivos: a máquina de costura. Daí ser esta uma das profissões mais requisitadas, de acordo com os entrevistados.

A mulher santacruzense, é importante frisar, contribui para a coesão social deste Pólo; isso nos permite entender que as organizações domésticas são empreendimentos que aprendem a aprender (SENGE, 1990), ao agregar o tradicional ao moderno, anulando as tradições indesejáveis, por serem excludentes, e absorvendo outros hábitos mais democráticos. É preciso destacar que, ainda no século XX, o domínio sobre as mulheres “incluem a reprodução, a violência, a sexualidade, o trabalho, a cultura e o

estado”. Numa abordagem tradicional, a patriarquia consiste “na posição do homem como dono da casa e chefe de família” (WALBI, 1996, p.561). Se este momento significou o predomínio da dominação masculina a partir da moral refletida no comportamento, cujo papel de homem e mulher é predeterminado, podemos dizer, que tal domínio nunca foi hegemônico. Portanto, a dominação não pode ser tomada como absoluta, pois a mulher em Santa Cruz acumulou conhecimento na área de confecção e, com isso, fomentou uma modalidade organizacional, cujo ethos foi absorvido pelos homens, a saber, a arte de cortar e costurar.

Não estamos sugerindo que esteja havendo uma inversão de papéis, isto é, que experientia-se, neste Pólo, a passagem do patriarcalismo para o matriarcado, mas sim, uma tentativa de equilíbrio do poder dentro das organizações produtivas; onde a mulher, com seu conhecimento, fomenta a arte de confeccionar roupas e se insere no mercado de trabalho sem subordinação ao homem. Isso se deve ao fato de este gênero ser guardião dos segredos da costura, e, portanto, fonte de informação e conhecimento necessários às aprendizagens inovativas. Se saber é poder e, este, é pendular, digo, direcionado para o monopólio de um dos pólos (FOUCAULT, 2001) – masculino ou feminino –, em Santa Cruz do Capibaribe o conhecimento tem sido difundido de modo a construir relações sociais mais harmoniosas. É válido ressaltar que não estamos dizendo que tal fenômeno abrange a totalidade das organizações produtivas, pois se trata de um estudo de caso de cunho qualitativo. Não obstante, nesses espaços domésticos têm-se praticado relações de trabalho mais democráticas, ainda que as contradições não sejam totalmente eliminadas.

De fato, se a cultura patriarcal procura impor obrigações à mulher, para legitimar seu domínio, no sentido weberiano – reconhecimento e internalização dos valores (WEBER, 1999) –, historicamente o trabalho feminino ficou relegado à educação dos filhos e afazeres domésticos como cozinhar, lavar e passar roupas. Em Santa Cruz, a mulher tenta desnaturalizar tal postulado, lutando pelo reconhecimento de sua condição moral (HONNETH, 2003), como um Ser idêntico ao masculino. Esta experiência coaduna com a crescente mobilização das mulheres pela busca de princípios igualitários. Como atesta Fisher (2006), citando o protagonismo das mulheres na reivindicação de direito à terra para geração de trabalho nos movimentos agrários pernambucanos. Isso nos permite assinalar que

as mulheres estão em vias de instaurar um modelo de sociedade cuja novidade principal reside precisamente no fato delas terem passado de uma função de consumidora para uma função de produtora de uma organização social, de representação culturais, de ideologias (TOURAINÉ, 2007, p.86).

No Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, a mulher tem (re)construído novas identidades de modo a tornar a sociabilidade mais simétrica, diminuindo e/ou eliminando as hierarquias de domínios, sobretudo, referente ao papel social. Isso porque, a princípio, a confecção de roupas é tida como uma profissão tipicamente do sexo feminino, portanto, determinada culturalmente por meio do controle das técnicas corporais; explicadas por Mauss (2003), como atributos gestuais determinado pelos componentes psicológico e biológico. Neste caso, diz o autor, a mulher e o homem têm características distintas que poderiam ser explicadas pelos fisioterapeutas ou sociólogos. Sob o olhar sociológico, no aglomerado de empresas domésticas santacruzenses, os trabalhadores não foram colonizados de modo a tornar seus corpos dóceis (FOUCAULT, 2003), ou seja, regulados pela ordem da tradição patriarcal. Esses empreendedores ao flexibilizarem as relações de trabalho, inovaram na sociabilidade incluindo a mulher no emergente paradigma pós-industrial.

5.9 A flexibilização do trabalho pela técnica do corte e costura: a não deteriorização da imagem do homem e da mulher

Compartilhar o conhecimento detido pela mulher propiciou aos produtores do Pólo vivenciar uma divisão social do trabalho sem discriminar ou excluir a participação feminina nas empresas familiares. De fato, muitas organizações são comandadas pela mulher e/ou conjuntamente com seu cônjuge. A flexibilização não resultou na institucionalização de técnicas corporais de modo a delimitar as ocupações. Em Santa Cruz, a divisão social do trabalho não segue, necessariamente, a divisão sexual do trabalho, nos moldes funcionalista, isto é, na delimitação do papel do homem e da mulher. O comando gerencial, nem sempre, é exercido impreterivelmente pelo homem, é importante acrescentar, também, que o gênero masculino costuma ocupar a posição que seria tipicamente feminina: o uso da máquina de costura. Como relata um empregado de uma confecção de pequeno porte:

Não tenho nenhum problema de costurar. Não tem essa de que isso pode, e aquilo não pode. Aqui o que importa é trabalhar e produzir para vender. Se

precisar costurar, fazer acabamento, se precisar fazer corte, eu corto; enfesto e assim por diante. Aqui se faz um pouco de tudo. Eu também sou motorista da empresa. Mas, como eu costuro bem, o patrão me pede para ficar na máquina de costura, quando não tem serviço de entrega ou quando é para fazer entrega com o carro (ENTREVISTA - 16).

Outro relato interessante provém de empreendedores de uma microempresa composta por um casal, onde a mulher é responsável por todas as etapas dos processos produtivos e passou progressivamente a contar com a colaboração do marido que exerce, também, a profissão de mestre-de-obra. Ele faz parte do universo masculino santacruzense que tem habilidade na máquina de costura. Conforme argumenta o citado entrevistado:

Não sei porque eu deveria parar de costurar. Sou pedreiro, mas quando não tenho casa para construir, não vou ficar parado; não tem cabimento. Como nosso negócio é pequeno, ajudo no que posso. Depois que a gente faz todas as outras partes que é criar as peças e cortar, tem a parte da costura. Os dois costurando a produção aumenta. Se fosse ficar só para ela, a entrega demoraria e seria cansativo. Eu prefiro a confecção porque a renda é melhor. Quando descobrir que podia ajudar, não fiquei preocupado porque estava na máquina costurando. O que não podia é eu ficar sentado sem fazer nada e ela trabalhando sozinha (ENTREVISTA - 16).

Em Santa Cruz, a flexibilização do trabalho, em sua vertente ocupacional, também flexibilizou as relações entre os gêneros, seja na questão do comando da empresa, seja no exercício das profissões; conforme foi exemplificado pelo papel multifuncional do empreendedor que exerce a profissão de pedreiro e costureiro. A costura, portanto, não fica limitada somente à mulher.

Compartilhar valores potencializa a competitividade dos empreendimentos no mercado, especialmente quando eles são transformados em prol dos interesses coletivos; estratégia viabilizada devido à disposição do homem para trabalhar na técnica do corte e costura, assinalando que a ordem patriarcal não estruturou as relações de forma assimétrica. A mudança comportamental proporcionou um duplo ganho: a) a diminuição do estigma da mulher, dada a histórica condição feminina; b) e não deteriorou a identidade do homem no papel de costureiro, embora seja uma profissão com técnicas tipicamente femininas, não houve sua estigmatização (GOFFMAN, 1990). Tal fato demonstra que o exercício dos papéis não é apenas para adequar-se à ordem vigente, ao contrário, em Santa Cruz, a divisão sexual tem procurado romper com a cultura patriarcal.

O empreendedor que também atua como pedreiro, conforme a citação anterior, considerou que seria injusto não auxiliar no sustento da família, mesmo que fosse numa atividade típica da mulher¹⁷. Neste prisma, consideramos que a divisão social do trabalho entre homem e mulher não resultou, inexoravelmente, em assimetria de poder, porque o saber do corte e costura tradicionalmente sob controle da mulher transbordou no espaço doméstico e, assim, pôde ser assimilado para os demais integrantes da família. Os empreendedores tiveram o mérito de fazer do trabalho um meio de sobrevivência democrática e não um fim, isto é, um instrumento de domínio do homem sobre a mulher depois da apropriação de seus conhecimentos. Para isso, construíram uma socialização por intermédio da solidariedade afetiva na esfera doméstica mediada pela ação comunicativa, que permite conciliar os conflitos de interesses derivados das tradições excludentes como o patriarcalismo. Expondo de outra maneira, foi nas esferas domésticas que as organizações produtivas criaram estratégias competitivas para combater tradições que emperravam a aprendizagem de uma profissão. Para tanto, inovaram nas sociabilidades, conforme relata uma empreendedora de pequeno porte:

Atraímos muitos compradores de fora, porque oferecemos muitas opções de compra. Roupas para homens, mulheres, jovens, adultos e crianças. Às vezes, as roupas femininas feitas por homens, são mais bonitas. Uma das mais importantes lojas de lingerie, a Michele, o dono é um homem (ENTREVISTADO - 17).

As flexibilizações das organizações produtivas e do trabalho encontraram um terreno fértil no Pólo de Confecção de Santa Cruz. Na esfera privada, houve o enfrentamento da divisão social do trabalho, coadunando com a exigência da sociedade pós-industrial: mudanças de atitudes direcionadas para a conciliação entre comandantes e comandados, gerando relações trabalhistas menos hierarquizadas e discriminatórias.

Tem-se nestas localidades, um esforço para que a participação e deliberação nos processos fabris fomentem o empoderamento mais simétrico entre homem e mulher. Segundo atesta uma entrevistada dona de uma microempresa de confecção:

Já vi muita empresa abrir e fechar porque ninguém entendia ninguém. Um queria mandar mais que o outro. Uma empresa pequena, sem muito capital de giro não se pode dar vacilo; senão quebra. A opinião do outro deve ser levado em conta. A gente se consulta para não errar sozinho, se algo der errado; errou

¹⁷A nosso ver, o uso do nome alfaiate e costureiro delimita o exercício do papel e sua imagem na sociedade. Vale lembrar que para Goffman (1990), o estigma se dá pela marca ou sinal tido pela sociedade como negativo.

junto. Aí fica mais fácil um não culpar o outro e corrigir o erro (ENTREVISTA - 18).

Desse modo, se a sociedade industrial requer uma racionalidade do cálculo para atender à lógica do mercado (WEBER, 1982), não significa excluir outras estratégias, a exemplo da racionalidade simbólica fundamentada na solidariedade, ambas são igualmente importantes para dar sustento às organizações. De fato, os produtores do Pólo de Santa Cruz procuraram ações conjuntas no sentido de atenuar o peso da tradição histórica exercido pelo patriarcalismo. Sem deixar de lado sua vocação econômica, assinala que economia e trabalho não são, necessariamente, antitéticos. Onde se mora e trabalha, também proporciona e sedimenta costumes como regras sociais proporcionadas pela similaridade, resultando em nova moral-prática por privilegiar a igualdade. Isso faz desaparecer a sensação de isolamento e desamparo, situação do homem ao estar no mundo desprotegido pelo Estado; prática-moral elementar, porque o cuidado tem um sentido relacional, portanto, projeta-se por meio da práxis (HEIDEGGER, 2005) na forma comunicativa (HABERMAS, 1988). Vale observar que a práxis, para o grego, tem o sentido de pensar para melhor agir (ARENDETT, 1998). É, pois, na casa em que se vive e trabalha que o empreendedor encontra a hospitalidade e, conseqüentemente, a sensação de estar protegido. O compartilhamento de valores efetiva-se a partir da alteridade, mas em busca da conciliação. A maneira como se efetiva a ética na organização familiar é proporcional ao bem-estar de quem nela vive, dessa forma, a comunicação representa um gesto de conciliação.

Neste contexto, a organização produtiva em Santa Cruz contraria a tese da família unidimensional em seus aspectos cultural, econômico, político e social. A organização familiar, embora seja uma unidade produtiva heterogênea, distancia-se do modelo patriarcal freyriano. Guardadas as devidas exceções, a ação comunicativa tem procurado conciliar a diversidade de interesses e, assim, fazer da organização familiar uma esfera de proteção para atenuar as antinomias das ações instrumentais do mercado e do patriarcado que, nem sempre, beneficia os trabalhadores de parcos insumos produtivos materiais e imateriais. Como defende Zaluar (1994), as vivências dos indivíduos pobres contêm simbologias capazes de protegê-los das adversidades do mundo sistêmico. Para a autora, as relações de parentesco são dotadas de elementos culturais capazes de reverter a opressão do poder econômico. A casa familiar, por ser

um espaço de convivência anterior ao capitalismo, contém saberes específicos que tornam capazes de se sobrepor ao domínio da economia.

A experiência da divisão sexual em Santa Cruz, então, refuta a idéia generalizada que a mulher não tem encontrado estratégias para se inserir no mundo da produção sem ser subjugada. Entendemos que a interação menos hierarquizada constrói novas subjetividades, proporcionando maior poder de barganha sempre que se veja subtraída. O obstáculo a ser vencido, de um modo geral, é a barreira cultural, que a desqualifica à medida que se cria a imagem de sexo frágil. Nesse sentido, o Pólo de Confecções de Santa Cruz segue a tendência deste segmento fabril, onde 52% do trabalho é ocupado pela mulher (PASSOS et al, 2005). De fato, se não há dados disponíveis em termos percentuais das organizações comandadas majoritariamente por mulheres em Santa Cruz, é possível ilustrar com alguns casos. Vejamos, então, o relato de uma microempresária:

Muitos espera que a mulher esteja só na máquina de costura. Quando vem alguém de fora, para dar um curso ou uma consultoria ou vender um produto para a confecção, a gente percebe que há estranhamento. Não esperam que vão encontrar uma mulher para discutir a gestão da empresa. É por isso, que procuro demonstrar que homem é igual a mulher, em qualquer área (ENTREVISTA - 19).

Tal dado nos leva a entender um pouco melhor essa especificidade, pois, embora haja menos assimetrias nas relações entre homem e mulher, não significa que as contradições desapareçam.

5.10 Entre a divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho

O posicionamento relacional afetivo e comunicativo ajuda a construir novas subjetividades proporcionando maior participação nas decisões. Todavia, há outras variáveis que apontam para a continuidade das antinomias entre gênero. Tal problemática pode ser perceptível na questão da dupla jornada, como relata uma microempresária:

Tenho que cuidar da confecção e da casa ao mesmo tempo. É, não é fácil. Tenho que ver o que está faltando na empresa que é um negócio pequeno; e que precisa estar de olho o tempo todo senão corre o risco de perder a clientela. Como estava dizendo, eu tenho que ver o que está faltando em casa também. Sempre peço para não por muito sal na comida. Se os meninos estão estudando e fazendo o dever de casa. De qualquer forma, eu me sinto responsável pela empresa e pela casa (ENTREVISTADA - 20).

A divisão sexual do trabalho faz Kergoat e Hirata (2003) destacarem a existência dos conflitos na sociedade pós-industrial, pelo fato de a mulher representar um exército de reserva ao capital. Sendo requisitadas nos momentos de expansão econômica e dispensadas durante a retração deste ciclo. Manuel Castells (2005a) destaca que as mulheres japonesas são dispensadas quando as crises provocam baixos índices de produtividade. Elas também costumam preencher os cargos de tempo parcial, isto é, meia jornada de trabalho. Uma das explicações é que cabe à mulher cuidar do lar; zelar a casa como atributo especial do sexo feminino, tem levantado alguns questionamentos a respeito da economia do lar. Este debate é permeado pela discussão em torno da idéia de que a exploração da mulher está inserida no contexto da expropriação de classe; de acordo com Himmelweit (1996), sob a ótica do feminismo marxista, as relações sociais são alicerçadas sob bases materiais. Diante disso, é questionado a não remuneração do trabalho doméstico realizado pela mulher, que é tida como responsável pela reprodução da força produtiva. A obtenção da mais-valia consiste no fato de que, como o marido não remunera o trabalho da mulher, ele poderia ter sua remuneração diminuída pelo patrão. Há também quem considere que a exploração do trabalho doméstico realizado pela mulher é decorrente da cultura patriarcal, ou seja, do poder do homem sobre a mulher. Contudo, o autor observa que

o trabalho doméstico é mais que apenas outra forma de trabalho, possuindo uma conexão específica com a reprodução humana em que, é claro, as diferenças entre os sexos são cruciais, o estudo do trabalho doméstico nunca poderá fornecer uma análise completa da opressão sexual (HIMMELWEIT, idem, p.777).

Se a participação e deliberação nos processos produtivos têm construído o empoderamento feminino e, conseqüentemente, o controle de sua vida e seu destino, a divisão sexual do trabalho ainda permanece delimitando a vida relacional; o que ficou patente durante a pesquisa de campo no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe. Numa das entrevistas agendadas, havia um grupo de homens sentados na calçada da casa, conversando amenidades; enquanto as mulheres estavam dentro de casa, trabalhando na máquina de costura. Quando indaguei porque eles estavam ociosos e a mulheres trabalhando, um microempreendedor dá a seguinte explicação:

Não é que não trabalhamos. Hoje já fizemos nossa parte. O que as mulheres costuraram ontem, já levamos para o Moda Center. Nós fazemos o serviço

pesado e a mulher fica sentadinha costurando. Quando for mais tarde, eu mesmo vou fazer o enfiamento e corte do tecido. Mulher não agüentaria este serviço (ENTREVISTA 21).

Fica claro, então, uma divisão social do trabalho fundamentada na divisão sexual do trabalho, ou seja, de ordem biológica; tendo em vista que o entrevistado acima alega que o esforço físico delimita a função a ser exercida pelo homem e pela mulher dentro da organização produtiva. A ordem patriarcal, neste aglomerado de empresas, ainda regula as relações sociais sob viés biológico.

5.11 A flexibilização trabalhista: proteção social nas novas subjetividades do trabalho

É possível inferir que a experiência dos produtores santacruzences tem produzido um imaginário inovador, pelo fato da interação entre os empreendedores serem influenciadas, mas também, influenciarem o seu meio. Compreendido dessa forma, a economia não determina totalmente a vida social, pois, ela também é orientada por diferentes modelos de sociabilidade produtiva. Embora requeira uma racionalidade do cálculo para atender à lógica do mercado, o empreendedorismo praticado no Pólo de Santa Cruz busca também proteger os membros familiares do desemprego estrutural, para tanto, aprende a inovar, conciliando o moderno e o tradicional.

Todavia, delimitar de forma excludente o tradicional do moderno, parece já não deter poder explicativo para discutir a diversidade das representações familiares modernas, sobretudo, referentes aos espaços domésticos populares (SZYMANSKI, 1995). Tal advento pode ser compreendido nos termos proposto por Zaluar (1994), quando diz que a ética do trabalhador pobre brasileiro, é uma ética de provedor; se levarmos em conta que a moral praticada pelo empreendedor santacruzence é voltada para a proteção familiar diante das contingências do mercado instrumental. Nesse sentido, sua estrutura organizacional está em conformidade ao indicado por Martins, Menezes e Bernhoeft (1999) quando dizem que a gestão familiar é feita por algum membro da família, seja as tomadas de decisões ou ainda, quando o gerenciamento é realizado por várias gerações dentro da árvore genealógica. Como declara o secretário da indústria e comércio da cidade:

As empresas de Santa Cruz quase todas são familiares. Elas nascem na sala ou na garagem das casas. E assim permanecem; perduram por um longo tempo. Tem as que entram e sai do ramo. E depois torna a voltar. Mas, a formação é sempre em família. As que crescem permanecem entre os familiares, que podem contratar gerentes, mas, a administração permanece com a família. Às vezes, o marido; às vezes a mulher. Ou todos juntos. São raras aquelas que não nascem desse jeito. Mas se não nasceram assim, tem sempre por trás um pai ou mãe que mexia com costura ou que tinha a máquina e deu para os filhos. E influenciaram a opção pela confecção (ENTREVISTA 22).

O empenho desses empreendedores demonstra o quanto as novas subjetividades do trabalho são capazes de enfrentar os desafios e os riscos do paradigma produtivo emergente. Embora integrados ao mercado econômico, levam em conta a necessidade de preservar a identidade familiar como referência social. Para que a cooperação seja efetivada em todos os processos produtivos, foi necessário primeiramente mudar a mentalidade e criar uma nova imagem organizacional (MORGAN, 2007, p.161). Neste caso, diz Morgan, vivemos numa sociedade cujas organizações estão atreladas à cultura, constituída por ideologia, valores, regras, leis e práticas cotidianas refletidas nas ações. Para o autor, a cultura subsidia a construção da realidade social; no entanto, observa, ela não dever ser compreendida como “simples obediência as regras. Vários estudos importantes mostram que a habilidade de aplicar a regra exige muito mais do que um conhecimento das normas, uma vez que as regras são invariavelmente incompletas”. Embora devamos orientar as ações a partir da ordem vigente, afirma o autor, a vida cotidiana requer muito mais do que simplesmente seguir preceitos, pois o indivíduo tem “um papel ativo em trazer nossa realidade à vida através de vários esquemas interpretativos, embora essas realidades possam ter o hábito de se impor como ‘do jeito que as coisas são’” (idem, ibidem, p.162). Daí sugerir que a construção da realidade social deva ser compartilhada.

Assim sendo, a competitividade do mercado tem como exigência o exercício profissional situado dentro de determinadas racionalidades produtivas, a saber, flexibilizações da produção e das relações de trabalho. Pois, como defende Durkheim (2002), as normas sociais são para serem cumpridas. Embora o empresário tenha a liberdade de produzir fora dos padrões em vigor, há sempre o risco de ir à falência. Dessa maneira, como apregoa Wood Jr. (1999), seguir o paradigma industrial, nem sempre, é uma opção, mas uma obrigação. Caso queira preservar a competitividade, é preciso produzir dentro da lógica mercadológica; não obstante, os produtores deste Pólo têm procurado estratégias alternativas às regras do mercado. Pois, mesmo produzindo

sob esta racionalidade paradigmática, procura proteger os membros da organização familiar, evitando o lucro a qualquer custo. Para tanto, transformou a mentalidade patriarcal, imprimindo imagens organizacionais mais isonômicas, em outras palavras, tem estruturado as unidades produtivas familiares a partir da poliarquia (DAHL, 2005).

Deve-se observar que as mudanças não ocorrem isoladas dos contextos espaciais, a interação intersubjetiva significa que a organização não é independente dos valores vivenciados no cotidiano. Para Lima e Bressan (2003), as mudanças organizacionais bem sucedidas são aqueles que levam em conta o contexto local do trabalho e da cultura. O que coaduna com a fala de uma microempreendedora:

Nos cursos dados em Santa Cruz do Capibaribe, sobre o empreendedorismo, recomendam que devemos valorizar a cultura e aplicar no nosso ramo de confecção. Acho que eles estão certos. A riqueza da cidade vem da confecção. Quando teve uma crise na década passada a cidade ficou praticamente estagnada. É somente com a revitalização, que começou a melhorar (ENTREVISTA -23).

O empreendedorismo santacruzense, portanto, detém atributos singulares que lhe dão coesão e sustento, ilustrado na busca de um modelo racional fundamentado no nicho econômico voltado para o consumo popular. Situados na condição de produtores populares, destinados ao mercado popular, entendemos que a prática-moral empreendedora deste território privilegia as relações sociais inclusivas, em vez de priorizar a lógica mercadológica. “Essa economia, a economia de capital popular, que tem uma associação direta com a qualidade de vida da população, se distingue da outra que é associada à acumulação do grande capital” (ARROYO, 2003, p.56). O empreendedorismo popular, portanto, deve ser entendido como um processo produtivo, cuja relação social de trabalho não visa o lucro a qualquer preço; ou seja, a lucratividade ao custo da exclusão social dos membros da família.

Nesse sentido, o trabalho empreendedor deste Pólo se harmoniza com a ótica dos teóricos pragmáticos, para quem as práticas cotidianas resultam em transformações sociais por meio do questionamento dos valores então vigentes. Neste caso, as tomadas de decisões têm como referência novos valores que propiciem resistência às forças excludentes da razão instrumental. Para tanto, a visão de mundo é reformulada de modo a criar uma sociedade mais emancipada (POGREBINSCHI, 2005), e se assim é, razão e imaginário são complementares para a construção de uma visão de mundo trabalhista solidária. Vale registrar que o processo dialético entre razão e imaginário simbólico

resulta numa organização de vida criadora (LEGROS et al, 2007), evidenciando que a crise do mercado global, não afeta de maneira determinista a afetividade; esta, como já dissemos, é propiciadora de alianças produtivas.

A organização familiar do Pólo de Santa Cruz demonstra ter uma configuração complexa, uma vez que mesmo desenvolvendo uma racionalidade para se tornar competitiva no mercado popular de confecção, procurou valorizar a sociabilidade afetiva fortalecendo a intersubjetividade por intermédio da conversação. Nessa direção, pode-se entender que:

O elemento cultural está presente na participação de um acervo de significantes e de significados comuns aos membros da família. Ao se inter-relacionarem, os membros da família dividem, trocam, adquirem experiências que, por isso, se tornam comuns: linguagem, gostos, ideologias, hábitos, costumes, conhecimentos, religião, projetos, tudo se comunica na família (ROCHA, 2009, p.68).

O empreendedorismo experimentado nesta aglomeração produtiva parece refutar o racionalismo cartesiano. Sendo assim, nos aproximamos do questionamento feito por David Hume (1998), que no século XVIII, critica o modelo dedutivo, enquanto método confiável de produzir conhecimento; dado seu viés mecanicista e determinista. O ceticismo humeniano chama a atenção para o fato de que, mesmo raiando todos os dias, nada nos garante que o sol nasça amanhã; duvidando, portanto, da possibilidade da racionalidade, por si só, gerar compreensão confiável da realidade.

Para lidar com a imprevisibilidade da relação causa e efeito, o homem conta com as emoções como co-orientação de suas condutas. Hume defende a crença como constituinte do conhecimento. Para este pensador, todo saber – racional científico ou racional afetivo – requer o uso de tal dispositivo: acreditar. A paixão seria, então, um componente necessário às crenças. A afetividade também é um constituinte do mercado, precisamente há um mercado das crenças (FONSECA, 2003). Com efeito, de acordo com Fonseca, Adam Smith acreditava que tanto a razão quanto as paixões compõem os eventos naturais ou sociais, estes autores concebem a paixão sob um duplo prisma. O primeiro, voltado para o próprio corpo, visa atender às necessidades materiais a fim de preservar a si e a reprodução da própria espécie, motivo principal para agir no mercado através do trabalho. Mas, na medida em que sai de um sistema simples de produção como a caça, a pesca e o comércio para um mais complexo, a exemplo da sociedade industrial, a paixão passa para o plano dos processos mentais; uma vez que a

interdependência cria a necessidade do indivíduo ser reconhecido entre os pares como moralmente correto e justo.

A moralidade torna possível melhorar a condição humana, sendo assim, o sucesso econômico não é o fim último, e sim, um veículo para que o homem seja estimado pelo outro, para que haja um sentimento de admiração. Embora admita que uma parte da humanidade busque na riqueza um motivo de ostentação e poder, muitas vezes esquece que precisa do reconhecimento e aceitação como membro da sociedade. Afinal, desprezar tal dado significa a ruína, no sentido de ser mal visto ou excluído do meio em que se vive. Nesse sentido, a riqueza não é um mal em si, será bem vulgar ou nobre em decorrência dos sentimentos morais de cada um. No pensamento smithiano, diz Fonseca, a nobreza do sentimento emerge através da educação doméstica, que deve inculcar no imaginário boas condutas.

Nessa ótica, em Santa Cruz do Capibaribe, as unidades produtivas familiares têm buscado o sucesso econômico, sem descuidar da condição moral dos seus membros. É nesta esfera que o empreendedorismo tem encontrado um ambiente propício para desenvolver-se. A importância dessas organizações produtivas no atual contexto do desemprego estrutural não pode ser desprezada, conforme relata uma microempresária:

Em Santa Cruz, a gente cuida da casa e da empresa ao mesmo tempo. Tenho dúvidas se os homens iam conseguir. A gente já está habituada. Levamos esta vantagem. A mulher tem que colaborar. Antigamente costurar era serviço de mulher, olha só no que deu. A gente praticamente ajudou a criar, algo que não existia com a máquina-de-costura: o Pólo de confecção. A máquina de costura e a casa, é a base disso aqui. E a mulher, praticamente, participa de tudo que envolve o setor de confecção (ENTREVISTA -24).

Esta citação reforça a importância dos espaços domésticos e o papel do empreendedorismo para a inclusão e proteção social por meio do trabalho, fato evidenciado pela gestão compartilhada. A casa como fomento das unidades produtivas, oferece as condições necessárias para a gestão do nascimento e estabilidade das empresas. Ela contribui para minimizar as adversidades e otimizar os diversos recursos, sejam bens materiais ou simbólicos. Este espaço abriga, de forma permanente e não provisória, a instalação de equipamentos produtivos e hospitalidade ao trabalhador.

5.12 Quando trabalho e moradia coincidem na mesma espacialidade: a arte da boa convivência

Havíamos apontado que regiões periféricas requerem a conjugação de várias estratégias para dar sustento aos empreendimentos em meio a um mercado competitivo e globalizado. No Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, tal intento tem sido buscado na convivência social, os caminhos para as aprendizagens. O que, nem sempre, é fático quando o espaço da moradia é o mesmo do trabalho.

De fato, os empreendedores santacruzenses têm demonstrado a capacidade de produzir em ambientes complexos: a esfera doméstica é simultaneamente o espaço da produção e da morada. Tal especificidade é ilustrada por um casal de idosos empreendedores que atuam numa micro-organização, e estão há 20 anos no ramo de confecção. Vejamos como se deu esta descoberta inusitada.

Durante a pesquisa de campo, enquanto passava pelas ruas para agendar entrevistas com os empreendedores da região central da cidade de Santa Cruz, deparei com uma casa que parecia uma imagem surrealista. Tentarei descrever tal cenário, com maior precisão possível. Ao transitar por esta área, logo, chama atenção uma residência doméstica utilizada para a fabricação de roupas. A princípio não deveria haver nenhum estranhamento, pois faz parte da cultura local. Ademais, trata-se de uma rua bem localizada, por onde passa uma grande quantidade de transeuntes – compradores de fora do município e moradores nativos. Os referidos produtores instalaram os maquinários – mesa para a modelagem e corte, duas máquinas de costura – e expositores – araras e manequins – para fabricar e comercializar suas mercadorias. Os manequins de plástico vestiam os modelos mais novos, uma maior quantidade de roupas é armazenada nas araras, que abriga a produção feita durante a semana, para serem vendidas durante os dias de maior comercialização: de domingo a terça-feira. O diferencial, é que esta fábrica fica instalada no que deveria ser o fundo da cozinha, percebida logo que adentramos neste empreendimento. Nela, vê-se os utensílios domésticos: mesa para fazer as refeições, pia para lavar prato, fogão, geladeira, armário, fruteira etc. Tal descrição significa que não há divisória entre o espaço da cozinha e o espaço da fábrica. Em outras palavras, a cozinha ocupa metade da área, o restante foi aproveitado para instalar os maquinários e a loja para a comercialização das roupas. Um fato curioso ocorreu enquanto fazia a entrevista com este casal empreendedor: saem do interior da casa, a filha, o genro e os netos. Abriram a geladeira, tomaram um copo de água; em seguida perguntaram se eu aceitaria um pouco, respondi que sim. Aproximaram, entregaram a água, sentaram e acompanharam a entrevista. Pedi para o casal contar a

história de sua unidade produtiva. A mulher toma a iniciativa de falar e faz a seguinte declaração:

trabalhar com confecção não é fácil como se pensa. A gente não tem segurança de que vai fabricar e ganhar dinheiro. Porque tem muito calote. Eu já tive que vender casas e terrenos para pagar dívidas, contraídas por causa de calotes. Tenho que continuar trabalhando para sobreviver. Aproveitei este cômodo, que faz parte da cozinha; que era bastante enorme e dava de frente para a rua. Ficou bem prático: consigo cuidar das refeições e costurar, em um só lugar. Fica mais fácil pra trabalhar assim (ENTREVISTA 25).

Este multiuso do espaço doméstico, não poderia expor a intimidade da casa? O público não representaria uma figura estranha ao seio familiar, retirando algo elementar ao homem moderno: a preservação da intimidade? Mediante tal curiosidade, perguntei se não havia algum tipo de conflito ao conjugar cozinha, fábrica e loja numa mesma espacialidade.

Estamos acostumados a conviver com um monte de pessoas entrando e saindo de nossas casas. A gente tem um modo diferente de ser; ainda mais quem trabalha com confecção. Nossos filhos, que não moram aqui em casa, não concordam muito, mas, acabaram aceitando. Vêm aqui, comem e bebem, sem cerimônia. Eles sabem que a gente precisa trabalhar. Que o trabalho ajuda a ocupar o tempo nessa idade. Ficar parado, não ia fazer bem para ninguém. Às vezes ele atende os fregueses, às vezes sou eu. Essa loja nossa, funciona porque pensamos assim. Até agora, tem dado certo (ENTREVISTA 25).

A partir disso, os empreendedores do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe têm sido capazes de utilizar processos racionais e morais como estratégias para vencer os desafios de um mercado de confecção popular, cuja margem de lucro impede que se faça altos investimentos financeiros em infraestrutura; como é o caso destes empreendedores.

Esta exemplificação, não é um caso isolado. Nas ruas periféricas do município, muitas residências ficam expostas aos transeuntes. Quando passamos em frente às moradias, as janelas e portas abertas expõem o que há no seu interior: máquinas, homens e mulheres trabalhando. É possível, assim, verificar as condições em que milhares de organizações fabricam, pela visibilidade dada ao público. Antes de tudo, vê-se na esfera privada, processos de aprendizagens através da racionalidade produtiva e a irracionalidade afetiva. Advento que nos permite compreender, como em condições adversas, a conjugação da moradia e do trabalho pode evitar a exclusão social, ainda que sob perda da privacidade.

5.13 A arquitetura física da moradia: uma possível explicação para a arquitetura antropológica da arte de conviver entre o público e o privado numa mesma espacialidade

Dizer que o público está entrelaçado ao privado no modelo produtivo santacruzense é conjecturar que tal facilidade pode ser atribuída ao fato de que em seus primórdios, as roupas eram fabricadas e comercializadas nas calçadas das próprias casas dos produtores (ARAÚJO, 2003), portanto, já havia proximidade entre estas esferas. Contemporaneamente, o empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe é uma atividade que continua intercambiando trabalhar e residir num mesmo local. Entretanto, historicamente, a residência pertence à esfera íntima, cujo distanciamento do público se dá exatamente pela separação entre a casa e a rua. Basta observar a criatividade da arquitetura para satisfazer o ideal da vida moderna: a privacidade. Para isso, foram criadas divisões externas: os muros que separam a rua da residência; e divisões internas: entre a sala-de-visita e sala-de-jantar, estas, separadas dos quartos de dormir, que reforçam a tese da transformação da sociabilidade na divisão entre o público e o privado (DIBIE, 1988). Advento não efetivado em sua totalidade, no caso deste Pólo. Nas entrevistas, pude observar que em Santa Cruz, muitas residências não possuem espaço recuado que separe a casa da rua, a porta da casa fica diretamente em contado com a calçada. E o fato que mais chamou atenção: os quartos que costumam ser um quadrado com divisórias da base até o teto; neste município, muitas das divisões ficam limitadas do piso até um pouco mais da metade da parede, não vedando totalmente esta área de convívio mais íntimo, portanto, privado.

Talvez estejam aí alguns indícios da arquitetura da moradia, que norteiam vestígios antropológicos e, com isso, permitam apreender a convergência de duas racionalidades: a convivência entre o público e o privado, num mesmo espaço, de modo a não delimitar estas duas esferas de convivência no imaginário do empreendedor. O que facilita a tolerância e compreensão de que habitar e trabalhar na residência não deve gerar nenhum incômodo ou constrangimento, ainda que expondo os espaços privados à esfera pública. Esta, muitas vezes, é composta por profissionais que não fazem parte do núcleo familiar, a exemplo dos parentes, amigos, vizinhos e compradores de confecção.

5.14 Organização Produtiva Familiar como Sociabilidade Ampliada: da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica

Diante da falta de incentivos das instituições, os empreendedores de Santa Cruz foram encontrando diferenciadas saídas para não estagnar a produção de bens e serviços e com isso, correr o perigo de fechar seus estabelecimentos. De fato, a partir de tais dificuldades procuraram fortalecer os laços com a comunidade local para aumentar a força produtiva. Intento relativamente alcançável, tendo em vista que existe o hábito de conviver entre o público e o privado, o que se torna uma vantagem competitiva local.

Numa sociedade globalizada, estas especificidades podem representar um diferencial para a questão da competitividade e sustento organizacional. Isso porque o equilíbrio entre a demanda e oferta do produto confeccionado em Santa Cruz é proporcional ao tamanho da família nuclear – sanguínea. O problema surge quando a equação é inversa: há aumento por demanda e o contingente de empreendedores familiares parentais não é suficiente para atendê-la. Esta formulação é resolvida com a ampliação da força produtiva, convocada a partir da comunidade formada por vizinhanças e amigos moradores nas adjacências da organização. Se assim é, de imediato, algumas perguntas são necessárias: o que levaria esta comunidade a cooperar numa relação trabalhista informal? Quais são as garantias de que tal contrato de trabalho seria cumprido? Haveria outras vantagens motivacionais para aderir ao ramo de confecção? Por fim, como conviver com pessoas estranhas dentro dos espaços domésticos, ou seja, que não fazem parte das relações de parentesco sanguíneos? E, sobretudo, haveria afinidade seletiva de forma a cercar a ação comunicativa entre determinados segmentos desses profissionais?

A nosso ver, estas questões são equacionadas devido à plasticidade dos laços afetivos. De fato, a solidariedade não fica restrita à mecânica. Para Durkheim (1974), se a solidariedade mecânica se dá pela similitude, a solidariedade orgânica ocorre pela diferenciação. As especificidades individuais não tiram o grau de interdependência, levando em conta que o homem não consegue viver em sociedade sem cooperação mútua. Portanto, a coesão é um fato social – que é anterior ao indivíduo, é coercitivo e um valor universal – nas perspectivas mecânica e orgânica (DURKHEIM, 2002).

5.15 A solidariedade orgânica: o voto de confiança num contrato de trabalho informal

A interdependência da sociabilidade estruturada pela solidariedade orgânica cria laços afetivos que fortalece a coesão social, condição necessária para aglomerados produtivos informais como o santacruzense. Este interacionismo cria a confiança para que o empregado, ao vender sua força produtiva, tenha a segurança que receberá, a posteriori, os dividendos conforme combinado previamente. Em contrapartida, o empreendedor espera não ser constrangido com ações empregatícias, desde que cumpra o que está prescrito no contrato informal. Enfim, empreendedor e empregado interagem conforme a tradição local: conviver numa proximidade espacial orientados pela afetividade cultuada entre parentes, amigos e vizinhos. Fato atestado pelo relato de um empregado que atua numa empresa de pequeno porte:

Como a cidade é pequena, todos se conhecem. Isso facilita arrumar emprego. Porque mora na mesma rua ou porque se vê de vez e quando; e quando precisa, chama para trabalhar. Também acontece de alguém recomendar para trabalhar na empresa de confecção; quem arrumou meu emprego, mesmo, foi um vizinho. Isso dá um pouco de tranquilidade que não vai ser passado para trás (ENTREVISTA 26).

Há também a compreensão de que o empreendedorismo é uma atividade de riscos, principalmente, num setor popular, cuja margem de lucratividade é baixa. A taxa de lucro está condicionada ao crescimento das vendas. De acordo com a declaração de um microempreendedor:

O trabalho em Santa Cruz é de parceria. Ninguém sai ganhando se levar vantagem sozinho. Também não interessa ganhar sozinho e o empregado sair perdendo; que daí ninguém vai querer vir para cá, e trabalhar comigo. Em Santa Cruz, as dificuldades são muitas, é distante de tudo. Se não tiver um trabalhador de confiança, fica tudo mais difícil ainda (ENTREVISTA - 27).

Em outra microempresa, ao ser indagado a respeito das relações trabalhistas informais, um empregado destaca as oportunidades latentes para o crescimento profissional no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe: a esperança de possuir o próprio negócio e ser o patrão de si mesmo.

Compensa trabalhar na cidade, mesmo sem carteira assinada. Trabalhando a gente aprende uma profissão. Com o dinheiro que se ganha, a gente vai juntando até poder comprar uma máquina e ter a própria confecção. Se eu não souber esperar, eu nunca vou conseguir nada na vida. Na terra da Sulanca, a gente tem que saber aproveitar as oportunidades (ENTREVISTA 28).

A fidelidade ao ethos da comunidade, permite-nos apreender o termo amizade expresso por Aristóteles (apud BITTAR, 2003). O autor, ao especular a diferença entre o bem e o mal, entende que o homem tem uma dimensão moral que lhe permite conviver em sociedade harmoniosamente; pelo uso da razão, torna-se hábil para fazer tal distinção. A escolha dos bons valores faz parte dos homens virtuosos; e é a virtude que possibilita entender que amizade é um dos bens necessários à vida social. Se a virtude é uma sensação interna, é preciso encontrar meios externos no intuito de alcançar o bem, tal veículo seria a amizade relacional. Por intermédio dos amigos, o bem pode ser alcançável, nesse caso, para ter a amizade é preciso recorrer ao outro; ela detém, portanto, um componente sociológico. Segundo o pensador grego, existem as amizades de curta e longa duração; esta, ao contrário da primeira, é mais benéfica por não ser inspirada em interesses imediatos e particularizados. Se assim fosse, ocorreria o risco de ser transformada em um ideal utilitarista, logo, sob os ditames da ideologia neoliberal. A amizade duradoura, no sentido aristotélico, não é solipsista, não procura benefícios individuais (BITTAR, idem), de modo que o útil se transforme em utilitarismo. Para ser amigo é necessário evitar o jogo de soma zero, isto é, em que uma das partes saia perdendo (CARVALHO, 2008). A amizade verdadeira é fundamentada na reciprocidade.

Podemos, então, inferir que, mesmo na ausência de elementos jurídicos, as organizações produtivas e as relações trabalhistas podem ser estruturadas democraticamente. É o que parece demonstrar a interação comunitária santacruzense, ao criar a expectativa de uma vida melhor por meio do trabalho empreendedor. O empreendedorismo institui, então, um imaginário de equivalência, na medida em que o empregado cria a expectativa de que, posteriormente, será um empreendedor; evento mantedor dos laços afetivos e comunicativos. Para aprender é necessário estar disposto a conversar dialogicamente, é o que argumenta um estudioso do pensamento aristotélico:

A razão maior das desavenças entre amigos está na incompatibilidade e na equiparação do útil que um proporciona ao outro; é a amizade fundada na utilidade e o que via de regra traduz-se em desavenças. Uma distinção deve ser feita. A amizade, tal qual justa, se fundada na utilidade é dita moral ou legal. Se existe um justo não escrito (ágraphon) e um justo legal (Katá monón), também existem laços de amizade que decorrem dos importes normativos e outros que decorrem da dinâmica relacional humana pura e simplesmente. É de se ressaltar a relação útil que se funda puramente no valor mercantil; é nas trocas, nas vendas, no mútuo, na negociação a prazo ou a vista que se discute com maior

frequência a desigualdade das partes. Aquele que recebe demais daquilo que lhe é benéfico tem reclamado seus bens por aquele que recebe de menos daquilo que lhe é benéfico, ou demais daquilo que lhe é maléfico. A efetiva discrepância das partes, ou a subjetiva impressão de discrepância por uma ou por ambas as partes é sempre a causa maior de todo e qualquer desentendimento entre as partes relacionantes (BITAR, 2003, p.1099).

Dessa forma, mesmo num mercado de trabalho informal, a sociabilidade comunicativa propicia a amizade como um bem coletivo. Expondo com outras palavras, ainda que esta interação esteja inserida numa economia política capitalista, cuja distribuição de riquezas seja desigual (MARX, 2001) entre o empreendedor e o empregado, há interesse na manutenção desta modalidade relacional; pois é com o outro que se aprende uma profissão. No caso da experiência empreendedora santacruzense, não é visado, necessariamente, um ganho a curto prazo – o salário. Se assim fosse, tratar-se-ia de uma solidariedade orgânica inspirada numa amizade de curta duração. Esta, tem serventia apenas para resolver questões imediatas – a renda salarial para a sobrevivência cotidiana; uma vez obtido e assegurado tal ganho pelo emprego, planeja-se também a sociabilidade orgânica vivenciada pela amizade de longo prazo. De um modo geral, esta é a solidariedade desejada e praticada neste Pólo, por oferecer esperança ao empregado que um dia terá seu próprio empreendimento.

Em aglomerados de empresas, onde as relações de trabalho não são reguladas juridicamente, a rede informal viabiliza-se pela existência de uma sociabilidade orgânica estruturada pelo costume local: amizade duradoura. É o ethos que está arraigado no imaginário dos profissionais que atuam neste território. Basta verificar como a indenização rescisória do contrato de trabalho, muitas vezes, é pactuada. Isso pode ser reafirmado, a partir da declaração de uma ex-empregada, atual microempreendedora:

Eu mesma já tive minha indenização paga com máquina de costura. Para mim foi bom, porque, depois, pude começar a trabalhar para mim mesmo. Aqui, máquina de costura vale o mesmo que dinheiro. Com ela, dá para fazer mais dinheiro depois. É só começar a costurar. Juntei eu e meu marido, que também já tinha experiência na facção onde trabalhava. A gente decidiu que não ia trabalhar para mais ninguém. Com eu disse, para mim foi bom; pior era ele não ter pago o que devia (ENTREVISTA - 29).

Fica claro, nesta fala, que a sociabilidade orgânica fomentada pela rede de amizade de longa duração, cria o afeto relacional e, por conseguinte, a racionalidade produtiva, que permite resolver os conflitos de indenização rescisória, para que ambas

as partes possam chegar a um acordo. Muitas vezes, paga-se com bens de produção, sobretudo, a máquina-de-costura, caso a empresa não tenha dinheiro para sanar suas dívidas trabalhistas. A literatura trabalhista tem registradas diversas experiências desta prática sempre que a empresa entra em crise ou falência. Na posse dos maquinários, os empregados administram a empresa, por meio da autogestão (SINGER e SOUZA, 2000). É preciso, no entanto, chamar a atenção do diferencial entre a autogestão por falência, no contexto discutido pelos autores, e as indenizações efetivadas em Santa Cruz.

De fato, a questão da proximidade espacial, os laços afetivos e comunicativos facilitam a prática indenizatória no contexto santacruzense. Sem estas condições, não valeria a pena o empregado fazer este tipo negociação. Vamos aos motivos:

a) ao contrário da autogestão, em que a empresa entrega seus insumos ao quadro de funcionários que podem aderir a tal proposta coletivamente e, com isso, ter mais chances de sucesso, a indenização isolada como costuma acontecer em Santa Cruz do Capibaribe, inviabilizaria o sustento organizacional, se não pudesse contar com uma rede de produtores. Ou seja, caso não houvesse empreendedores situados num mesmo local, com proximidade territorial entre produtores, fornecedores e consumidores, dificilmente o empreendimento poderia ser sustentável. Produzindo isoladamente, devido à baixa capacidade produtiva, provavelmente não atrairia tantos compradores, nem tampouco, poderia sozinho atender a uma grande demanda por mercadorias;

b) se tentasse desfazer do maquinário recebido e não estivesse situado num Pólo dessa dimensão, o empregado teria dificuldades em repassar o bem de produção recebido como indenização. A depreciação do valor de troca se daria em dois momentos: no recebimento, por ser um equipamento já usado; e durante a revenda, por não ser um bem valorizado localmente;

c) no entanto, em Santa Cruz do Capibaribe, a máquina-de-costura é um dos bens-de-produção mais apreciados.

Esta modalidade indenizatória costuma ser facilmente aceita no Pólo santacruzense, por ser um bem apreciado em termos de valor de uso e valor de troca; como ilustra uma pequena empreendedora, que está no mercado há mais de 13 anos:

Recentemente passei por uma crise financeira e tive de redirecionar a empresa. O tempo foi passando e chegou um momento em que tive que negociar, mas, sem dinheiro. Sentei para conversar com todos os empregados e disse que não podia continuar com eles, e teria que pagar uma parte da rescisão do contrato

com as máquinas de costuras, que estavam ociosas. Não acharam ruim; porque eles podem pegar estas máquinas e trabalharem para eles ou costurando para outras empresas maiores. Bem, no último caso, eles poderiam vender a máquina; que não é tão difícil assim, por aqui. Não sei se foi bom totalmente para eles, mas foi a melhor forma que encontrei para não prejudicar pessoas que me serviram tanto tempo (ENTREVISTA 30).

O empreendedorismo praticado neste aglomerado de empresas fundamenta-se numa tipologia de interação em que o espaço doméstico mantém a centralidade do trabalho, legitimidade alcançada por evitar o aspecto instrumental nas relações profissionais. Neste caso, os conflitos derivados do mundo do trabalho são resolvidos de modo que os interesses individuais não tragam prejuízos à comunidade local. Caso não sejam canalizados esforços nesta direção, há sempre o risco de que, em vez de os laços afetivos bloquearem o mercado, este exerça sua supremacia, impedindo a continuidade das unidades produtivas num mercado globalizado. Neste caso, a confiança que os dissensos serão mediados pela ação comunicativa, faz a amizade reforçar a cooperação, mesmo num ambiente de trabalho informal. Para Peyrefitte, o crescimento sustentado é alcançado numa

sociedade onde os que têm o poder de decidir, de influenciar, de criar, de formar, de ensinar, de julgar, de servir de exemplo ou de modelo aderem em sua grande maioria aos comportamentos que constituem uma sociedade de desenvolvimento (PEYREFITTE, 1999, p.474).

Dessa maneira, a comunidade de empreendedores santacruzencês procura vantagens competitivas de forma que os interesses individuais não anulem os benefícios coletivos. Para Thompson (1984), o trabalhador não está totalmente condicionado às normas impostas pela ideologia da economia política capitalista. Se há uma preocupação em atender às demandas do mercado, existe também no seu imaginário e práticas tradições, mecanismos de resistências à colonização do mundo sistêmico. Para o autor, com o declínio da hegemonia religiosa, emerge a assim chamada, multidão que procura resgatar e preservar seus valores historicamente bloqueados pela Igreja. Surge daí, a cultura plebéia que luta pela preservação de seus hábitos, costumes e crenças. São mecanismos de relutância contra tradições excludentes. Dito nas palavras do autor:

livrar-se de los controles tradicionales señoriales, parroquiales, corporativos e paternales, y se está distanciando cada vez más de relaciones directas de clientelismo com la gentry. De ello quenos encontremos com la paradoja de una

cultura tradicional que no está sujeta en sus operaciones cotidianas al dominio ideológico de los poderosos (THOMPSON, 1984, p.38).

Thompson acredita ser um equívoco delimitar a cultura como tradicional e moderna, e classificá-la como *primitiva ou madura*, respectivamente. Este corte temporal não explica a multiplicidade e a convergência representacional. Portanto, a auto-organização dos trabalhadores não tem nada de novo, no sentido de consciência de classe marxista; haja vista que historicamente os povos sempre se protegeram quando seus costumes estavam sob o risco de desaparecerem. Um bom exemplo, diz Thompson, está na luta dos trabalhadores contra o controle do tempo de trabalho com a introdução do relógio nas indústrias. Motivo de várias rebeliões. Estas, não significavam, necessariamente, uma luta contra o capitalismo, mas reivindicação pelo direito de não serem oprimidos por um sistema econômico que ameaçasse os costumes arraigados pela cultura tradicional e popular.

Isso significa que para compreender as ações do indivíduo, faz-se necessário contemplar: a) a perspectiva objetiva – representada pelo mercado que requer uma racionalidade capaz de aprender a inovar as organizações do trabalho e da produção, no contexto da reestruturação produtiva; b) e a dimensão subjetiva – relacionada à sociabilidade afetiva e comunicativa na comunidade formada por amigos e vizinhos. Esta última contém elementos propositivos, na medida em que aponta simbologias presentes nas práticas cotidianas. Nesse sentido, o valor simbólico indica a prática (THOMPSON, 1998). Para Thompson, considerar que as classes sociais são motivadas também por elementos culturais constituídos durante a interação, equivale dizer que, a priori, não devemos concebê-las como homogêneas. Ora, se as classes possuem uma multiplicidade de valores e comportamentos, não é demais acrescentar que o trabalho em Santa Cruz do Capibaribe procura por aprendizagens produtivas materiais e produtivas imateriais. Como comprova a declaração de uma pequena empreendedora:

Em Santa Cruz, é difícil ficar rico, mas, cada um pode ter sua facção, usando a cabeça pra negociar. E se começa por baixo, mesmo. Não adianta querer passar a perna em ninguém. Quem trabalha pros outros, tem essa esperança de não trabalhar pra ninguém (ENTREVISTA 31).

Os empreendedores do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe têm sido, portanto, capazes de fazer alianças diante de uma complexa organização social e produtiva, com o fito de sustentar suas unidades produtivas. Intento realizado pela socialização primária e

secundária (BERGER e LUCKMANN, 1997): a família nuclear e a comunidade de amigos e vizinhos, respectivamente.

5.16 A cultura como mediadora da diversidade dos bens trocados

Parece-nos evidente o fato da inovação pela via da interação social exigir dos produtores santacruzences, habilidades para fazer alianças internas e externas à empresa, com o intuito de aumentar a oferta de confecção de acordo com a demanda da clientela. Tal estratégia resultou em significativas mudanças nas relações hierárquicas organizacionais, como já foi assinalado, sobretudo, na questão da divisão sexual do trabalho, prática facilitadora do fluxo comunicativo que permitiu facilitar o acesso e transbordamento da informação e conhecimento. Isso demonstra que na esfera da organização familiar os bens trocados não ficam limitados ao quesito material, mas, também, simbólicos.

Esta experiência nos remete ao pensamento de Claude Lévi-Strauss (1980) que chamou atenção para o complexo papel da família. De acordo com o autor, para fazer alianças, o homem precisa utilizar uma diversidade de mecanismos. Com isso, Lévi-Strauss evita dar uma explicação monocausal sobre os fenômenos sociais. Para tanto, explica que os laços realizados entre os homens na sociedade, não podem ser explicados apenas pelo viés biológico. Neste caso, a proibição do incesto teria objetivos bem mais ambiciosos; isso significa que a imposição da exogamia no intuito de prevenir os riscos da degeneração humana pela via da relações sexuais consanguíneas, não parece convincente. A questão da reciprocidade entre as famílias tem, aqui, uma interpretação *sui generis*, dado seu olhar sociológico e não biologizante; o que evidencia a capacidade do homem, seja ele primitivo ou moderno, em criar simbologias.

Lévi-Strauss defende a ideia de que a sexualidade ficando restrita aos próprios grupos de origem, incorreria no risco da família limitar as alianças e, com isso, minar sua estabilidade, pela privação de diversos bens necessários à sobrevivência. O intercâmbio ampliado permite aos homens aprender a suprir suas múltiplas necessidades: materiais, afetiva, segurança, etc. Nas trocas, há uma diversidade de bens intercambiáveis. Mais do que mulheres, troca-se palavras, defende o autor. Isso significa que os processos de trocas são mediados pela comunicação (LÉVI-STRAUSS, 2007).

O pensamento de Claude Lévi-Strauss reforça a necessidade da vida relacional ser estruturada pela comunicação. Como fica evidenciado na fala de um microempreendedor:

Não podemos rejeitar as oportunidades. Aproveitamos quem quer colaborar. As dificuldades que passamos, ajuda a entender que não é possível viver rejeitando o que temos de mais importante. Estou referindo de não poder trabalhar sem a ajuda da mulher e de quem a gente conhece e quer trabalhar (ENTREVISTA 32).

A ampliação dos laços afetivos, sob o viés da solidariedade mecânica e orgânica, serviu para maximizar os fluxos comunicacional e informacional. Neste caso, a linguagem forja uma comunidade de produtores cuja sociabilidade permite enfrentar um mercado globalizado a partir das especificidades locais. Aprender a se comunicar, primeiramente nos ambientes domésticos, tem sido um laboratório experimental para criar uma cultura democrática e dotar os produtores de um espírito comunicativo para além das esferas domésticas. Portanto, dialogar com grupos sociais diferentes – a comunidade local – torna as organizações produtivas um bem comum, na medida em que propiciam a inclusão social pelo trabalho.

Se a ideia de comunhão, como diz Strauss (1980), leva ao pensamento único, isto é, viver condicionado aos próprios valores num contexto tradicionalista, a troca mediada pela comunicação significa negociar objetivando o entendimento comum (HABERMAS, 1988); abrindo, assim, caminhos para romper com o patriarcalismo e uma organização familiar fechada pelo grau de parentesco.

O pensamento estruturalista do antropólogo francês nos permite conjecturar que a família não é uma categoria analítica biológica, nem funcionalista, mas, um veículo simbólico que passa a ter novos significados, dada a trocas mediadas pelo afeto. Gera também uma melhor compreensão de como o empreendedorismo, a partir da mediação comunicativa, fez da organização familiar uma esfera de diversas aprendizagens; o que coaduna com a perspectiva de Habermas (1988), para quem a ação comunicativa permite dar novos significados aos fenômenos sociais. Neste caso, as trocas econômicas são passíveis de resignificações, forjadas durante o processo da interação social, se considerarmos que a sociabilidade é permeada por respeito e a tolerância mútua. Outro, a comunidade local, não é propriedade do Eu, ou seja, do gestor da organização produtiva familiar; advento que resultou num imaginário compartilhado por todos os atores locais: aprender a inovar a partir do trabalho empreendedor. A ação

comunicativa, portanto, diferentemente da comunhão, permite forjar novas identidades, pelo critério de pertencimento e reconhecimento (HONNETH, 2003).

Diante disso, não negamos a existência de conflitos; argumentamos, outrossim, que há uma tentativa de negociá-los, e, com isso, semelhantes e diferentes identificam-se a partir do conflito negociado. Assim sendo, entendemos que comunhão significa a permanência do mesmo, enquanto a comunicação contempla a dialética, ou seja, a permanência das contradições, da alteridade (DUVEEN, 1998). Entretanto, a vivência dos produtores do Pólo de Santa Cruz, assinala para a solução dos conflitos pela via da negociação.

A sociabilidade ampliada no Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe, enquanto estratégia de sobrevivência, aumentou a participação no mercado econômico de um grande contingente populacional. Ao contrário do modo-de-produção fordista-taylorista, estas unidades produtivas permitem ao empregado – representado pela comunidade de vizinhos e amigos – ter a expectativa de um futuro melhor. Seja pela conquista do emprego e renda – amizade de curta duração –, seja pela esperança de ser também um empreendedor – alcançada pela amizade de longa duração. Tal pragmatismo norteia que a experiência do presente, possa tornar o empregado de hoje, um homem com projeto para o futuro; sem, em contrapartida, estar condicionado às tradições excludentes. A partir de tais práticas, a organização do trabalho e a organização produtiva em vez de buscar o desenvolvimento priorizando a troca de bens econômicos, privilegia a troca de bens afetivos, a fim de gerar afinidades seletivas entre os atores sociais e torne a vida mais emancipada. Conforme a fala de um pequeno empreendedor:

A família é importante. Mas não se quer dizer que ela somente se une para fabricar confecção de roupa. Eu mesmo, sou casado há uns 15 anos. E conheci minha mulher antes de querer viver disso. E se trabalho nesse ramo, é porque existe muita força de vontade de nós dois. Se não fosse assim, já teria largado a profissão. Junto com a família, a gente tem esperança de ter dias melhores. E se um dia crescer como o dono da Rota do Mar conseguiu, melhor ainda (ENTREVISTA 33).

Nesse sentido, podemos dizer que a organização familiar santacruzense não é necessariamente um comércio, pois o comércio aí existente não existiria sem as organizações familiares estruturadas pela sociabilidade dos sentimentos morais. Os empreendedores tiveram competências necessárias para, a partir das alianças mediadas pela linguagem, enfrentarem os riscos inerentes a esta atividade. A interdependência

entre os profissionais que atuam na comunidade, isto é, o empreendedor e o empregado, fica evidenciada no dizer do empreendedor acima citado.

Sei que se eu levar vantagem, talvez possa ser desacreditado. Vou ficar com a fama que passo todo mundo pra trás. E sem alguém que faça as máquinas funcionar, não se vai pra frente. E em Santa Cruz, temos um grande problema que é falta no trabalho. Temos que cativar o empregado para que não falte muito. Incentivo ele falando que a sina daqui, é um dia cada um ter sua própria facção. Eu e muitos começaram trabalhando para em outras fábricas; e agora tenho o que é meu. É uma forma de incentivar e cativar o trabalhador (ENTREVISTA 33).

O empreendedorismo estruturado pela organização familiar santacruzense nos permite conjecturar que o trabalho é constituído sob a ética do cuidado, em vez da ética do mercado. Numa relação de emprego informal, a confiança na amizade formada na comunidade é um dos fatores necessários para que a cooperação mútua propicie a continuidade do empreendimento. Fato relevante porque privilegiar a lógica do mercado – lucro a qualquer preço – implica na perda de um dos insumos mais valorizados na sociedade pós-industrial: a conjugação em um só profissional – força produtiva braçal e intelectual. Este dado parece estar arraigado na mentalidade entre os produtores deste Pólo; é o que se pode notar no depoimento de outro empregado, atuante numa empresa de micro porte:

Dizer que está tudo bem, é dizer mentira. É chato, porque nem sempre ganha o suficiente. Mas, sem esse trabalho não vou ter oportunidade nunca. Na cidade, ou trabalha ou deve esquecer de ter o que é seu. O objetivo é trabalhar, trabalhar, até conseguir ter e aprender o suficiente para abrir um fabrico. É o sonho de qualquer um. Quem tem juízo, aprende a ver o quanto é trabalhoso conseguir ter sucesso. Tanto pra quem trabalha, como para o patrão (ENTREVISTA 34).

Assim, a organização produtiva, em sua maioria, é sustentável, porque nela permeia uma ética-prática de não fazer da informalidade um jeitinho brasileiro (DAMATA, 2004; BARBOSA, 2006), ou seja, o não cumprimento das leis trabalhistas, de modo a beneficiar o empreendedor; anulando, assim, quaisquer direitos empregatícios. Embora seja estruturado pela informalidade e a evidência dos conflitos entre empregador e empregado, foram desenvolvidas estratégias próprias, isto é, derivadas da cultura local, para resolver os possíveis dissensos.

5.17 Bens materiais e imateriais trocados como fato social total

Apontamos, até aqui, como uma das nossas hipóteses de que o sustento das empresas de micro e pequeno porte, em regiões periféricas, a exemplo do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, pode ser atribuído ao fato da produção de bens e serviços estar estruturada na esfera doméstica. Esta, ao integrar as trocas materiais e simbólicas, faz lembrar Mauss (2003) e seu conceito de fato social total.

Assim sendo, o intercâmbio neste aglomerado nos permite conjecturar que se trata de transações cujas regras alcançam as dimensões econômicas, simbólicas, políticas e jurídicas – ainda que, neste caso, informal. Leis informais que têm legitimidade por serem fundamentadas nos costumes locais (SANTOS, 2002; GEERTZ, 2007). Estes princípios normativos são estruturados de modo a manter a circularidade dos benefícios trazidos pelo empreendedorismo. Se é circular, há reciprocidade.

Entendemos, dessa forma, que as trocas comunicativas praticadas no Pólo de Santa Cruz permitem aos produtores tornar o mundo da vida um colchão protetor, contra o mundo sistêmico e sua racionalidade instrumental (HABERMAS, 2002b). Isso porque as solidariedades orgânica e mecânica criam laços afetivos de longa duração. Conhecer e ser conhecido propõe uma sociabilidade recíproca, formando uma rede de contato e confiança. Tais eventos, diga-se de passagem, motivam as práticas empreendedoras. Esse intercâmbio, a nosso ver, é crucial para populações desassistidas por políticas governamentais.

Dadas estas circunstâncias, o imaginário de ser empreendedor em Santa Cruz significa a esperança de uma condição humana cidadã – ver-se incluído na comunidade de produtores. Um empreendedor de pequeno porte atesta tal postulado:

Para trabalhar, dou preferência quem conheço. Sei que não terei problema mais adiante. Quem se conhece, fica mais fácil para trabalhar. Quando aparece algum problema, um chega logo para o outro e fala o que está acontecendo. O pessoal daqui é despachado. E quando não é resolvido, sai sem brigar procurando um meio para resolver o problema. Ninguém sai prejudicado. É como você já deve ter ouvido, em Santa Cruz, o trabalhador luta para sobreviver e ter seu estabelecimento (ENTREVISTA 35).

A troca comunicacional, no caso santacruzense, é interessada por atender às necessidades socioeconômicas do empreendedor: obter insumos produtivos para evitar a exclusão social pelo desemprego. Se as hierarquias não são totalmente eliminadas, nos moldes do modelo fordista-taylorista, ainda assim, aproxima os profissionais criando

uma maior abertura para a conversa no sentido de amenizar as contendas e maximizar a aprendizagem. Como informa um microempreendedor:

Pode parecer estranho, mas, não digo que trabalhar com vizinhos, quer dizer que é mais fácil. Não senhor, acho que dá mais trabalho porque tem aquilo de todo mundo é amigo de todo mundo. É achado que pode tudo. O Pólo é do jeito que é, porque ele foi criado entre parentes e os amigos. É o lado vantajoso, porque todos conhece a realidade que é produzir numa cidade, onde é difícil de construir um patrimônio. Eu já fui empregado. E compreendo o que o empregado deseja: é ser como nós patrão. Não acredito que Santa Cruz funcionasse, se não tivesse esse atrativo. Porque ele sabe que se a firma fechar, todos saem perdendo. Uma coisa puxa outra (ENTREVISTA 36).

As trocas criam, então, a expectativa de melhorias de vida pela vocação econômica local: o empreendedorismo no setor de confecção.

5.18 A flexibilidade profissional de empregado a empreendedor: a elasticidade do tempo de espera mediada pelo dom da ação comunicativa

A sociabilidade escolhida pelos produtores santacruzences é a amizade de longa duração porque há a expectativa no imaginário coletivo de alçar o status de empreendedor. O tempo é elástico, diante do clima de incerteza e esperança de chegar à ocupação pretendida. É a comunicação que faz a longevidade do tempo ser tolerada. Vejamos, então, como se dá o processo de elasticidade do tempo no processo da reciprocidade. Faz parte da tradição local, a comunicação fundamentada em dar, receber e retribuir; que pode, por conseguinte, ser compreendido nos seguintes termos: o empreendedor ao dar um emprego ao indivíduo tem como propósito preservar o ciclo do empreendedorismo. De fato, o empregado, quando aceita a proposta, recebe no intuito de obter seu próprio negócio; dar um emprego é o mesmo que, potencialmente, dar uma profissão: ser empreendedor. A circularidade ocorre no momento que o empregado alçou o status de empreendedor: abrindo sua unidade produtiva, estará gerando mais empregos. Os recentes empregados da nova unidade produtiva, por sua vez, têm a esperança de também ter seu estabelecimento, assim, é mantida a reciprocidade circular de dar-receber-retribuir. Relações recíprocas possíveis de serem mantidas, porque são mediadas pela ação comunicativa.

A reciprocidade em dar-receber-retribuir faz do empreendedorismo uma prática profissional que implica em diversos benefícios para a comunidade de produtores. A sabedoria consiste, então, em descobrir que sem comunicação a parceria não traria

resultados que atendessem aos interesses de todos. Ofertar um emprego é também doar a esperança de não ser excluído da sociedade, e, assim, ver diminuída a sua condição humana. Sem trabalho, também não tem liberdade de escolhas.

O processo de dar, receber e retribuir mantém a reciprocidade à medida que a organização produtiva santacruzense fica no imaginário como a cidade da empregabilidade. Com baixos índices de desemprego, Santa Cruz é tida como uma das cidades que mais gera ocupação no estado pernambucano (SEBRAE, 2003b).

O empreendedorismo neste Pólo evita a desintegração social e, com isso, que os profissionais recaiam num mundo hobbesiano, ou seja, na guerra de todos contra todos, dada a carência de bens afetivos e econômicos. Para Hobbes (1997), tal evento poderia ser impedido por meio de uma instituição forte, capaz de criar ordenamentos, em que os interesses individuais não prevalescessem sobre os coletivos. Em Santa Cruz, ao contrário do que postula o autor, a instituição que tem cumprido este papel não tem sido o Estado, conforme defendera, e sim, o empreendedorismo situado na organização familiar. A interação mercantil doméstica mediada pela comunicativa, portanto, doa justiça social. A experiência obtida dessa vivência parece assinalar que a coesão social prescinde de uma instituição soberana e absoluta como quer Hobbes (*idem*), ao sugerir que tal função deveria ser exercida pelo Estado

Em vez de apostar nesta modalidade estatal, optou por buscar na sociabilidade comunitária, uma prática-moral; a moral-prática (sentimentos morais), nesse sentido, é um fator de produção (FONSECA, 2003). A ética do empreendedorismo faz circular o vínculo social entre parentes, amigos e vizinhos, agindo comunicativamente mediados pelo sentimento, presteza, segurança, cooperação e confiança para que as trocas econômicas não sobredeterminem as trocas simbólicas. Quem participa desse ciclo de doação entrega um pouco de si, nessa perspectiva, estar integrado à comunidade de produtores passa a deter o espírito cultuado neste local: arte de saber comunicar-se.

Nesta ótica, ser empreendedor é aprender a aprender a se comunicar. A manutenção do espírito solidário – valores relacionais estruturados pela cooperação social – é salutar para um mercado econômico competitivo e globalizado. Devemos lembrar que este Pólo seria menos atrativo, caso os empreendedores optassem em produzir individualmente, pois a estrutura de suas micro e pequenas empresas são de parques insumos materiais e imateriais. Se assim fosse, dificilmente teria capacidade para aumentar a produtividade, faltaria insumos econômicos, humanos e logísticos para

atender a demanda por confecções, como a existente em Santa Cruz. A título de ilustração, vejamos o depoimento de um pequeno produtor:

Isso que a gente vê, não seria o que é sem esse mundaréu de gente trabalhando. Eu não daria conta de produzir tanto. Até gostaria. Mas é juntando a produção de cada um, que vai vender no mercado que faz Santa Cruz do Capibaribe ser o que é. Eu estou pensando em aumentar a produção, já comprei duas máquinas novas e estou convidando minhas vizinhas para costurar para mim. Talvez eu consiga dobrar minha produção. Vai ser bom para elas que estão sem fazer nada (ENTREVISTA - 37).

Fica evidenciado, então, a relevância da produção mediada pela comunicação numa sociedade em que as relações sociais são fragilizadas pela pobreza. Neste caso, o agir comunicativo significa uma doação simbólica, estruturando e fortalecendo as relações afetivas.

5.19 A escolha racional domesticada pela ação comunicativa

A opção pela sociabilidade comunitária praticada pelos produtores deste local encontra respaldo teórico em autores como Godbout (2002), para quem a interação social não ocorre necessariamente sob o viés economicista, considerando que as representações sociais são escolhidas a partir de múltiplas orientações e não apenas nos moldes pregados pelos defensores da razão instrumental – também conhecida como escolha racional, individualismo metodológico, homo aeconomicus. Nesta racionalidade, diz o autor, vigora a ideia de que o homem ao tomar decisões, está suficiente informado para deliberar. Munidos de informações, maximiza suas decisões a partir do que lhe parece útil. De acordo com Godbout, não podemos desconsiderar os avanços dos pensadores utilitaristas na defesa da liberdade do indivíduo, diante do peso das instituições que, muitas vezes, agem de forma tradicionalista, oprimindo e obrigando a seguir regras que impedem o livre arbítrio. Fato, este, que podemos ilustrar através de instituição manifesta no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, como a família patriarcal, o mercado ou o Estado que agem de forma instrumental.

Diante do exposto, as trocas cultuadas entre os empreendedores santacruzences não podem ser tipificadas como instrumental, se levarmos em conta a concepção de Godbout (idem). Está subjacente às considerações do autor, a ideia de que o mercantilismo promove a liberdade particular, enquanto que a troca estruturada pela afetividade promove a liberdade coletiva. No primeiro caso, a equivalência é finalizada

pelo pagamento da dívida, exemplificada na prestação de serviços, em que o empreendedor dá o emprego e o empregado recebe em troca o salário. O fato de ficar limitado ao oferecimento de uma ocupação mediante o recebimento salarial encerra a fase de intercâmbio. Entretanto, observa Godbout (idem, p.66-67) que a

Liberdade apoia-se na liquidação imediata e permanente da dívida. O modelo mercantil visa à ausência de dívida no âmago das relações sociais. Nesse modelo cada troca é completa. Graças à lei da equivalência, cada relação é pontual; sem futuro, ela não nos insere, portanto, em um sistema de obrigações [...]. Eis a melhor definição sociológica do mercado: um vínculo social que visa escapar às obrigações normais inerentes aos vínculos sociais. Essa é a essência da liberdade moderna [...] Tal modelo implica, igualmente, a exploração, a injustiça, a exclusão.

O depoimento de uma microempreendedora disserta sobre as relações empregatícias não limitadas às trocas econômicas, demonstrando elementos simbólicos coibindo o poder manipulador da escolha racional mercadológica.

Digo por experiência: existe em Santa Cruz do Capibaribe uma energia que contagia. Tem sempre alguém tentando incentivar a ter um fabrico. Quando eu estou precisando que alguém costure pra mim porque as encomendas estão aumentando, convida um conhecido para trabalhar. É um tipo de proposta que dá ânimo; Para mim, nada parecia dar funcionar; quando ainda não trabalhava com confecção. Olha agora. Estou bem. Acho que sou um exemplo para as pessoas (ENTREVISTA 38).

Este relato coaduna com a perspectiva de Godbout (idem), os empreendedores de Santa Cruz procuram evitar modelos hegemônicos e excludentes, no intuito de aprender a produzir sob o novo paradigma produtivo: o trabalho imaterial para a inovação de bens e serviços. Nesse sentido, as organizações produtoras familiares procuram reduzir os riscos inerentes às incertezas típicas da sociedade contemporânea globalizada (GIDEENS, 1993), na qual o empreendedorismo está inserido.

O ator de um sistema de dom tende a manter o sistema em um estado de incerteza estrutural para permitir que a confiança se manifeste; essa é a razão pela qual as normas vêm continuamente ser transgredidas, modificadas, superadas. É necessário que, no que é obrigatório, se produza alguma coisa de não previsto. Estamos diante de duas lógicas: a primeira, ou seja, a análise estratégica, leva os atores reduzirem a liberdade dos outros; enquanto a outra, ou seja, o dom, tende a aumentá-la (GODBOUT, idem, p.77).

Os empregados santacruzenses, embora tenham interesse pelo salário, empenham-se também em prolongar a interação no intuito de alcançar a aprendizagem

para ser um empreendedor, portanto, não há anulação da dívida. Nesse sentido, as trocas não ficam limitadas ao econômico, em dar o emprego e receber o valor pecuniário. O débito é expandido em dar, receber e retribuir. Seu prolongamento é representado pela elasticidade do tempo, o tempo de espera em ser um empreendedor.

Portanto, as novas subjetividades do trabalho não significam, necessariamente, instrumentalizar esta atividade. O trabalho comunicativo pode ser concebido como um dom em busca da justiça, isto é, uma maior isonomia na comunidade. A sociabilidade econômica entre os produtores santacruzenses contextualiza-se numa economia de trocas simbólicas, discutida por Thompson (1998) como práticas dos segmentos populares para se protegerem da irregularidade do mercado. A economia simbólica, portanto, é uma economia moral. De acordo com Menezes (2006), esta temática tem sido abordada por vários autores para explicar que os valores morais são utilizados estrategicamente no intuito de anular a racionalidade excludente do mercado capitalista. Precisamente, diz o autor citando Mary Douglas, representa a mão invisível para regular os desequilíbrios do mercado. Dito nas próprias palavras da autora, o simbolismo como

ciclo da dádiva é similar à mão invisível de Adam Smith, a dádiva complementa o mercado, assim como opera quando ele é ausente. Como o mercado, a dádiva motivada é cada indivíduo com incentivos pessoais para colaborar nas relações de trocas. Dádivas são dadas em um contexto de drama público, em que nada é segredo. Por ser mais visível, a resultante distribuição de mercadorias e serviços está mais submetida ao escrutínio público e a julgamentos de justiça do que aos resultados da troca mercantil (DOUGLAS, citada por Menezes, 2006, p.220).

É, pois, diante do estreitamento da oferta do trabalho formal, decorrente da reestruturação do modelo produtivo fordista-taylorista, que a sociabilidade comunicativa evita a precarização da vida. De fato, se os produtores estão abandonados no jogo do mercado smithiano – oferta e procura – nesta aglomeração de empresas, os profissionais não ficam subordinado à racionalidade mercadológica. A troca comunicativa pela linguagem contém um estoque ou poupança de palavras, que passam a ser utilizadas como moedas para transações de ordem social e econômica. Práticas que auxiliam nas aprendizagens para a produção de bens e serviços.

Apontar a economia moral numa perspectiva que vai de encontro à economia hegemônica, não significa desprezar o pensamento econômico e colocá-lo na berlinda, como um aprendizado inútil. Ao contrário, ele é necessário para a gestão sustentada dos insumos materiais. Questionamos, sim, que a sociabilidade seja mediada somente pelo

dinheiro. A troca fundamentada em dar e receber um emprego e finalizada pelo salário atende as primeiras necessidades tanto do empregador, quanto do empregado. O primeiro por demandar por força produtiva; o segundo, a partir de sua força produtiva, suprir suas necessidades cotidianas. Todavia, é preciso que a nova divisão social do trabalho, em sua vertente flexível, não fragmente a identificação da condição humana, isto é, não anule os sentimentos morais nas relações de produção. Assertiva perceptível no dizer de Simmel:

Muitas vezes uma tal liberdade significa ao mesmo tempo uma ausência de conteúdos da vida e um afrouxamento de sua substância [...] De fato, as coisas mesmas são também desvalorizada num sentido mais geral, pela equivalência com aquele meio da troca válido para qualquer coisa. O dinheiro é 'vulgar' porque é o equivalente para tudo e para todos; somente é nobre o que corresponde a muitas coisas corresponde ao mais baixo entre elas e reduz, por isso, o mais alto para o nível do mais baixo (SIMMEL, 1998, p.30-31).

O dinheiro, diz Simmel, não deve representar novas modalidades, de modo que, de um lado, liberte o homem do julgo senhorial, a exemplo do período medieval; e de outro, impeça a convivência pacífica em decorrência da injusta distribuição de riquezas na era moderna. O dinheiro é um meio para viver dignamente e seu fim deve ser o bem comum. Vejamos a advertência do autor:

não se percebe que o dinheiro é meramente um meio pra obter outros bens – pensa-se nele como se fosse um bem autônomo, quando toda sua significação advém do fato de ser um elemento num seqüência que leva um fim e a um consumo definidos. Do mesmo modo que a maioria dos homens modernos precisa ter diante dos olhos, na maior parte da vida, o ganho de dinheiro como motivação mais próxima, forma-se ideia de que toda felicidade e toda satisfação definitiva na vida são ligadas, intrinsecamente, à posse de uma certa forma de dinheiro. O dinheiro, anteriormente um puro meio e uma premonição, torna-se, intimamente, alvo final (SIMMEL, idem, p.33).

A flexibilização do trabalho em Santa Cruz do Capibaribe, em sua atividade mercantil e social, não parece ter fragmentado a identidade do empreendedor, dada a permanência da tripla reciprocidade mediada pela comunicação. As transações, neste local, não objetivam apenas o dinheiro, pois, nela é praticada a economia da equivalência: a comunicação como regulação das trocas, cuja pretensão é retirar o caráter instrumental das práticas organizacionais.

Fica entendido, então, que a economia da dívida contínua – dar-receber-retribuir – é a garantia da continuidade do ciclo comunicacional. Em outra entrevista, o

empregado de uma pequena empresa nos permite conjecturar a importância da interação estruturada pela ação comunicativa entendida como uma atividade capaz de moldar a vida, conforme os acordos coletivos e não individualistas.

Sou um faz de tudo na empresa. Coordeno as costureiras, mas, eu posso costurar, fazer acabamento e outras funções. Eu gosto de trabalhar. Na minha idade [o entrevistado informou ter 52 anos], para quem não tem estudo, é bom ter um trabalho e ajudar quem meus filhos a ter uma profissão melhor e não ficar sendo somente peão de fabrico. Ele também trabalha, mas o que ganha não dá para pagar a faculdade sozinho. Ele estuda de noite; é muito esforçado. Eu digo para ele estudar mesmo, e não fazer como a maioria que não quer saber nada dos estudos (ENTREVISTA - 39).

A práxis permite deliberar a partir das vivências e, com isso, aprender a construir uma sociedade em que valor econômico pese menos que o valor social. Como é o caso do entrevistado acima, que pensa em ajudar o filho, dando-lhe apoio para a questão da educação profissional, um dos bens mais preciosos na assim chamada sociedade pós-industrial. Neste caso, o pai tenta romper com o ciclo de pobreza, decorrente no baixo nível de qualificação profissional.

A partir das experiências cotidianas é possível fazer escolhas alternativas aos paradigmas mercadológicos vigentes. A singularidade do Pólo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe consiste no enfrentamento das adversidades. Os empreendedores partiram para a práxis, resguardando a prática de dar, receber e retribuir. A liberdade, neste caso, está na possibilidade de escolher a tríplice reciprocidade, em vez de se ver obrigado a trabalhar somente em busca de salário. Num mundo cujo desemprego estrutural pode retirar a oportunidade de ser bem sucedido profissionalmente, optar por uma sociabilidade de longo prazo significa o desejo de pertencimento e reconhecimento à comunidade de empreendedores.

Estes atores sociais, fazendo uso da autocompreensão, apontam outras lógicas organizacionais e relações de trabalho. O proprietário de uma micro empresa, há cerca de 15 anos no mercado, ao conceder informações para nossa pesquisa, expressa seus valores, chamando a atenção para a questão das práticas conservadoras em que um ganha e outro sai perdendo, portanto, utilitaristas. Pois um empregado que não vê vantagem em agir comunicativamente, dificilmente será estimulado a dar continuidade ao trabalho empreendedor como vocação, pondo em riscos os benefícios sociais e econômicos alcançados pela valorização do ethos local. Vejamos:

Quem apostar na empresa que só quer ganhar às custas de alguém, não tem chance, por aqui. Porque quem trabalha para alguém, quer deixar de ser empregado para o resto da vida. E, se sentir que não tem oportunidade, onde trabalha, ele vai parar em outra confecção e, você acaba perdendo, às vezes, um bom funcionário. E como aqui tem muita opção de trabalho os bons você tem que segurar (ENTREVISTA 40).

Se assim é, o empreendedorismo santacruzense, fundamentado na lógica do autoconhecimento, propicia soluções criativas formuladas conjuntamente. Para tanto, recorreu à comunicação compartilhada como um imperativo categórico (KANT, 1985), que consiste numa sentença sem que haja contradição interna. Isso significa que tal máxima deva servir como guia das condutas pessoais. Kant acredita que o homem é capaz de usar sua razão de modo a equacionar um estilo de vida, cuja conduta seja norteada pelo princípio do que é bom para mim, é bom para todos. Como tornar tal postulado uma totalidade ética? Para o autor, tal intento é alcançado quando a moral vira um dever. Ora, não podemos esquecer que as instituições, por exemplo, não criam regras necessariamente boas para todos, tendo em vista a permanência da racionalidade instrumental representada pelo mercado excludente e Estados ausentes, como o caso brasileiro. Se, na realidade, há uma pluralidade racional, quando a minha conduta, considerada boa por mim, pode se tornar um imperativo categórico kantiano?

Acreditamos que, embora as antinomias entre os empreendedores santacruzenses não tenham sido eliminadas, eles têm lutado por uma moral-prática compartilhada. Vejamos tal perspectiva, utilizando o pensamento de Ricoeur (2006), em sua obra *Percurso do Reconhecimento*. O autor aborda esta problemática a partir da ética-prática, defendendo que as vivências são capazes de nortear narrativas da boa vida e, assim, criarem valores justos. Tal intento será bem sucedido à medida que seja estruturado pela reciprocidade. O valor, ele diz, não pode tornar uma referência, caso oprima os indivíduos; melhor dizendo, aquilo que eu considere como moralmente válido, não será aceito caso entre em conflito com os interesses de outrem. Uma possibilidade para tal conciliação pode ser obtida agregando a moral kantiana com o dever ético aristotélico, propõe Ricoeur. A ética substantiva, ou seja, válida universalmente, seria aquela que resulte numa vida agradável, que pode ser praticada na convivência entre amigos. A ética ideal, portanto, fundamenta-se na amizade. Esta, sim, é capaz de assegurar a satisfação, enfim, a felicidade. Ricoeur, citando Aristóteles, diz que a vida se torna aprazível mediante as escolhas acertadas e amizades conquistadas.

A práxis, continua Ricoeur, ainda referindo-se ao pensamento aristotélico, conduz ao conhecimento sábio quando ele é obtido a partir de diversas interações: as relações familiares, profissionais e de amizade; coibindo, com isso, ações solipsistas. A perspectiva ricoeuriana visa, sobretudo, a não dissonância entre as escolhas individuais e ocupacionais. Dessa maneira, o trabalho não pode impedir a contemplação e o usufruto do bem viver.

Esta perspectiva permite entender que a modernização não evolui em direção única, como querem os teóricos da razão instrumental, isto é, concebida apenas para dominar e não emancipar o homem. Nessa tradição é possível elencar uma série de autores céticos por defenderem que a convivência se dá apenas nos moldes utilitarista. Como aponta Habermas (2002a), o ceticismo de Nietzsche influenciou gerações de pensadores a exemplo de Weber, a Escola de Frankfurt, Foucault, dentre outros. Recentemente, Axel Honneth, em sua obra *A Luta pelo Reconhecimento* (2003), embora entenda a defesa incondicional de Habermas em relação aos valores éticos modernos fornecidos pela razão comunicativa, obtidos a partir de um *médium* moral que atenda aos interesses gerais; discorda, entretanto, que o poder possa ser sempre compartilhado. Daí a necessidade em continuar investigando as antinomias modernas. Perspectiva defendida por Giddens (2001), por afirmar a tese habermasiana como uma razão sem revolução, pois Habermas parece esquecer que o poder é um recurso escasso, e, portanto, nem sempre passível de ser usado de forma pacífica e isonômica. Todavia, reconhece que a concepção de oposição de classe no contexto do materialismo histórico parece não ter sustentação como um advento inexorável e universal (GIDDENS, 1993).

O depoimento de um entrevistado, proprietário de uma micro empresa, permite entender que a natureza humana é mais complexa do que o universo hobbesiano, no sentido de uma razão sem (re)conciliação:

É preciso trabalhar e ganhar dinheiro. Mas a vida não é só isso. Aprendi que ninguém fica rico trabalhando em um país que não dá financiamento para nada. Quem sofre mais são os pequenos, que nem eu. É o que eu digo com quem trabalha para mim, não pensar que somos inimigos. Hoje trabalhador e patrão tem que se ajudar. A coisa certa a fazer, é somar forças. Eu paro para ouvir as reclamações deles. Se der, eu atendo os pedidos deles. Vou aceitar, porque sem trabalhador sei que não vou conseguir fazer a empresa ir para frente, somente com minha família. (ENTREVISTA 41).

Os empreendedores de Santa Cruz do Capibaribe interpretam o mundo e estabelecem narrativas que não excluam o outro – o empregado – e também não se

vejam excluídos do discurso moderno emancipatório: mercado que promete satisfazer todas as necessidades, e do Estado como guardião dos direitos constituídos, mas que não cumpre tal intento em sua totalidade. De fato, se não há igualdade de oportunidade devido à falta de bens de capital, os produtores trataram de compreender os conflitos e encontrar soluções inovadoras para as contendas. Isso pode ser ilustrado no dizer de uma entrevistada, dona de uma pequena empresa:

Ter uma confecção aqui, talvez não seja tão difícil porque se trabalha em parceria. Não é que não tenha problema. Em todo lugar, eles existem. Mas eu acho que os daqui, são resolvidos de forma diferente. Quem é dono de uma empresa, geralmente já trabalhou para alguém ou teve que labutar muito, para manter a empresa. Ele precisa se esforçar junto com quem trabalha. Um acaba compreendendo o outro, porque convivemos com essas pessoas diariamente; conhecemos seus problemas de perto. A gente não tem muita soberba, porque é preciso ter os pés no chão (ENTREVISTA 42).

Tem-se, aqui, uma razão conciliada por meio da linguagem. Neste caso, trabalhador e empregado não estão, inexoravelmente, em campos opostos. Muitas vezes, procuram partilhar valores comuns no intuito de tornar as relações sociais menos turbulentas.

5.20 A troca tripartite no contexto das três racionalidades modernas

O homem na vida em sociedade convive em três dimensões: a razão estratégica, razão instrumental e a razão comunicativa (HABERMAS, 2006). Neste caso, os empreendedores santacruzenses encontraram no trabalho, a razão estratégica; saber técnico-empírico capaz de lhe oferecer alternativas para sobreviver. Habermas não desconsidera a influência da ação instrumentalizada sobre o mundo da vida, todavia, diz que tal racionalidade não pode explicar a totalidade do agir de quem vive do trabalho. Nas palavras do autor:

as soluções de problemas alcançadas na esfera do trabalho social também estão contidas no médium da ação orientada para o entendimento. Portanto, a teoria da ação comunicativa também leva em consideração que a reprodução simbólica do mundo da vida está retroativa internamente acoplada com sua reprodução material [...] Não uma razão pura que só posteriormente vestiria roupagens lingüísticas. A razão é originalmente uma razão encarnada tanto nos contextos de ações comunicativas como nas estruturas do mundo da vida (HABERMAS, 2002a, p.447).

Resolver questões dialogicamente, referentes à produção num espaço territorial adverso, fica evidenciado na entrevista de um empreendedor de pequeno porte: o imaginário de uma comunidade comunicativa tentando encontrar caminhos a fim de evitar os bloqueios do desenvolvimento:

temos um diferencial muito grande. Santa Cruz é o que é, por causa do trabalho feito por todos. É em cima disso que nos apegamos. Não tem jeito. Senão tudo isso aqui desaba. Eu acho que lá fora não vou encontrar outra oportunidade tão fácil; então vou me esforçar para dar o melhor de mim. A gente se abre mais para conversar, ver o que precisa melhorar e deixar de lado as coisas que atrapalham (ENTREVISTA - 43).

Numa sociedade globalizada e de identidade cindida (HALL, 2006), a ação comunicativa, praticada no Pólo santacruzense, propicia a (re)construção de valores comuns que permitam a convivência num mesmo espaço produtivo e, assim, evitar que a diáspora impeça a convergência de objetivos comuns. Conforme aponta Touraine, os dilemas do século emergente consistem em saber como pessoas diferentes que convivem, cada vez mais, num espaço próximo – o mundo globalizado – poderão manter uma sociabilidade cordial. Para o autor, tal intento se efetivará, levando em conta os seguintes fatores:

a identidade do sujeito só pode ser construída pela complementaridade de três forças: o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade, dividida entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento, interpessoal e também institucional, do outro como sujeito. O sujeito só se constrói na relação imediata de si consigo mesmo, na mais individual de todas as experiências, no prazer pessoal e no sucesso social (TOURAINÉ, 1998, p.103).

Contudo, em vez de transformar o trabalho numa mercadoria, cujo valor social seria menor que o valor econômico, portanto, instrumentalizado, em Santa Cruz, os empreendedores fizeram dessa atividade estratégias de aprendizagens para inovar o uso das racionalidades relacionais e produtivas. Sob este prisma, vejamos o relato dessa comunidade, no dizer de um microempreendedor:

O fato de trabalhar junto com conhecidos tem um lado positivo, que é a abertura para dizer o que quer. No interior, o convívio é mais íntimo. A maioria que trabalha comigo é do bairro. Eles conhecem a minha vida e eu a deles. Então,

um sabe do que o outro precisa. E quando eu explico, sabe que estou falando a verdade, porque não interessa enganar; em cidade pequena mentira tem perna curta (ENTREVISTA - 44).

Evidencia-se, assim, como as vivências são capazes de estabelecer regras de convivência, tidas como válidas, sempre que são interpretadas, justificadas e corrigidas pelos interessados (HABERMAS, 1988). De fato, a proximidade territorial pode ser aliada da boa sociabilidade, evitando que o homem seja o lobo do próprio homem. Para Hobbes (1997), a iminência dos conflitos se dá pela opacidade do homem. A publicização das dificuldades enfrentadas pelo empreendedor, originadas por fatores internos ou externos, em vez de constranger, por induzir a compreensão de uma gestão incompetente, é benéfica ao tornar as relações sociais mais transparentes. No Pólo de Santa Cruz, a conversação evita que a incerteza diminua o grau de confiabilidade. Em um texto sugestivo, *Ensinando pessoas inteligentes a aprenderem*, Argyris (2006) argumenta que na sociedade da economia imaterial, o sucesso das organizações depende da capacidade de gerenciar os erros e falhas e não atribuir ao outro as deficiências.

Em termos simples, uma vez que muitos profissionais são quase sempre bem-sucedidos em suas atividades, poucas vezes experimentam o fracasso. E como raramente malogram, nunca aprendem a aprender com o fracasso. Assim, sempre que suas estratégias de aprendizado de ciclo único dão errado, eles se tornam defensivos, rejeitam as críticas e a atribuem a 'culpa' a alguém e a todos, menos a si próprios. Em suma, sua capacidade de aprender se esgota exatamente no momento em que mais precisam dela (ARGYRIS, idem, p.52).

Para o autor, abrir espaços dialógicos gera aprendizado para corrigir e aceitar ser corrigido. Esta é uma das condições necessárias para sanar os erros cometidos e detectáveis.

As empresas têm condições de aprender como resolver os dilemas do aprendizado. O necessário é concentrar o foco dos programas de aprendizado organizacional e de melhoria contínua na maneira como os gerentes e empregados raciocinam sobre seu próprio comportamento. Ensinar as pessoas a raciocinar sobre seu comportamento de um modo novo e mais eficaz rompe as defesas que bloqueiam o aprendizado organizacional (idem, ibidem, p.53).

Aprender a aprender, deve-se ao fato de que resistimos em rever os valores tradicionais e excludentes. Universo hobbesiano, latente em cada ser humano; isso significa, portanto, que a convivência entre parente, amigo ou vizinho não é suficiente

para aplacar as animosidades, conforme revela o empregado de um microempreendimento:

Logo que entrei aqui, disse para o dono da confecção que não é por ser amigo dele, que ele não ia desrespeitar meus direitos. Esse negócio que pago depois, porque me conhece não rola comigo não. Tenho minhas despesas para acertar, é por isso que venho trabalhar, entende? E se ele não acertar comigo no final do mês, como vou fazer? Mas vi que patrão e empregado não precisa ser sempre inimigos. Aqui, eu tenho como falar, caso não esteja gostando (ENTREVISTA 45).

Em seguida, faço referência às dificuldades enfrentadas nas relações trabalhistas, tendo em vista que o empreendedorismo santacruzense se dá num contexto de amizade e vizinhança.

Olha, no começo eu desconfiava que ele queria me passar pra trás; me enrolar[risos]. Que pagava seus compromissos em dia com fornecedores; mas o pagamento dos empregados, que é bom, ia ficar pra depois. Devo confessar que isso não acontece direto; só de vez em quando. Mas, quando acontece ele vem explicar porque tá atrasando. Chama todos, diz porque está atrasando o pagamento e o dia que vai acertar; e não costuma passar da data que promete. Tem outro lado bom, que é aprender ter uma profissão. Cobro a ele, para aprender a parte mais difícil que é criar e modelar roupa (ENTREVISTA 45).

Fica evidenciado a importância da comunicação e seu poder de transformar a visão de mundo em favor da moral-prática (HABERMAS, 1984), que consiste numa economia simbólica, cujo objetivo é inserir a organização no mercado, sem buscar o lucro a qualquer preço. Tal intento é alcançado pela conversão, que implica na seguinte constatação: demonstrar a predisposição para diálogo e criar espaços comunicativos para entender e ser entendido. Quando o empreendedor e o empregado emitem seus discursos e continuam dialogando, sinalizam que estão procurando um *médium de valor*, a fim de evitar o rompimento da sociabilidade estruturada pelos sentimentos morais. A princípio existe o receio de ser manipulado, posto que a exploração da força produtiva do empregado é uma condição necessária para a prosperidade da empresa; tal premissa, porém, nem sempre é de valor universal, a exemplo do empreendedorismo desta aglomeração produtiva.

É, pois, no sentido de fazer escolhas acertadas que o homem está sempre se perguntando o que deve fazer e como fazer. Escolher faz parte do cotidiano das ações humanas, para tanto, procura por conceitos norteadores de conduta, capazes de lhe dar

segurança. De acordo com Habermas, a linguagem é constituída por estruturas gramaticais, portanto, contém elementos universais, que torna a fala compreensível a todos.

‘Real’ é o que pode ser representado em proposições verdadeiras, ao passo que ‘ser verdadeiro’ pode ser explicado a partir da pretensão que é levantada por um em relação ao outro no momento em que assevera uma proposição. Com o sentido assertórico de sua afirmação, um falante levanta a pretensão, criticável, à validade da proposição proferida; e como ninguém dispõe diretamente de condições de validade que não sejam interpretadas, a ‘validade’ (Gultigkeit) tem de ser entendida epistemicamente como ‘validade que se mostra para nós’ (Geltung). A justificada pretensão de verdade de um proponente deve ser defensável, através de argumentos, contra objeções de possíveis oponentes e, no final, deve poder contar com um acordo racional da comunidade de interpretação em geral (HABERMAS, 2003, p.32).

O caso ilustrado pelo Pólo de Confeccões santacruzense demonstra que, se por um lado, há desvantagem da geografia física, por outro lado, a geografia humana (SANTOS, 2006) demonstra o potencial da práxis, quando os valores éticos são compartilhados comunicativamente. Dito assim, cada conversa deve ser contextualizada, a fim de suprir os déficits locais. Em Santa Cruz, a reciprocidade escolhida, não se assemelha à receita por Ricoeur (2006), ou seja, limitada a dar e receber. A não correlação entre o postulado do autor e a realidade experienciada pelos empreendedores deve-se à escassez de diversos insumos, especialmente o material. Daí a necessidade do uso da reciprocidade estruturada pela troca tripartite: dar-receber-retribuir.

O empreendedorismo praticado em Santa Cruz, situa-se numa moral-prática, compreendida como sentimentos morais experienciados e que geram valores coletivos, de modo que a aprendizagem possa integrar um maior número possível de pessoas ao mundo do trabalho. Os empreendedores de Santa Cruz foram capazes de aprender a inovar a sociabilidade, articulando ação comunicativa à racionalidade produtiva. Fatores que possibilitaram as flexibilizações da produção e do trabalho e, por meio disso, dar sustento e competitividade ao APL; aproximando-o, assim, da sociedade pós-industrial. Neste Pólo, a flexibilização da organização produtiva se dá pelas micro e pequenas empresas familiares, também chamadas de facções ou fabrico; enquanto a flexibilidade do trabalho é representada pela multifuncionalidade, pois o empreendedor adquiriu a competência para fazer a gestão da criação, produção e comercialização. Para tanto, tem utilizado seu conhecimento tácito.

Ao contrário das grandes unidades produtivas e produção em série do modelo fordista-taylorismo, o empreendedor, em sua maioria, atua em facções, ou células produtivas (MELO E SIVA, 2004), produzindo numa rede de trocas materiais, afetivas e comunicativas. Esquemáticamente, poderíamos fazer a seguinte síntese da aprendizagem inovativa derivada da sociabilidade entre parentes e vizinhos:

a) a flexibilização da produção e a flexibilidade do trabalho, estruturadas pelo conhecimento tácito local, criaram as condições para produzir nos moldes do *just in time*, que propiciou uma economia de escopo, sem perder escala devido à produção em rede; esta, formada por milhares de micro e pequenas empresas que produzem numa proximidade territorial. Fato que facilita a fabricação de pequenos lotes semanais de acordo com a demanda dos sacoleiros, que aportam no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, em busca de preço competitivos, aliados à variedade e qualidade;

b) modelo produtivo que pode ser identificado como economia de escopo. São milhares de empresas produzindo poucas quantidades, individualmente. A somatória da produção de uma de cada um desses estabelecimentos é que torna o Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, o maior do Norte e Nordeste. Acreditamos que sua competitividade, em grande parte, deve-se à inovação na sociabilidade a partir do agir comunicacional, que possibilita desbloquear o fluxo informacional. Inovação que facilitou o transbordamento do conhecimento e democratizou as relações de trabalho, especialmente, da divisão social do trabalho entre homem e mulher.

Esta sociabilidade na organização produtiva pode ser compreendida se levarmos em conta o pensamento de Habermas (2006), quando ele discute as temáticas: trabalho, interação e linguagem. Se o trabalho visa atender às necessidades de ordem material – daí a busca pelo domínio dos recursos naturais para sobreviver –, muitas vezes, age dominando o próprio semelhante. Fato perceptível, quando as decisões são tomadas monologicamente. Isso acontece sempre que o empreendedor compreende seu discurso como o único e exemplar. Todavia, isso não quer dizer que Habermas descarta a ideia do trabalhador ser destituído de simbologias, isto é, valores que o incapacite para buscar um mútuo entendimento. Inexiste uma concepção ontológica do Eu, portanto um a priori de relações de classe que impeçam a existência de significados a serem comungados, isto é, um *médium* de expectativa e um *médium* moral-prático que inviabilize a convivência. A respeito do desenvolvimento moral e a formação da identidade do Eu, Habermas diz que na teoria crítica da sociedade:

O conceito de identidade do Eu não tem evidentemente um sentido apenas descritivo. Ele indica uma organização simbólica do Eu, que, por um lado, reclama para si exemplaridade universal, sendo situada nas estruturas dos processos formativos em geral e tornando possíveis soluções ótimas para o problema da ação, os quais reaparecem invariavelmente nas diversas culturas; e, por outro lado, uma organização autônoma do Eu não se instaura absolutamente de modo regular, quase como um resultado de processos naturais de amadurecimento, mas termina por ser, na maioria dos casos, um objetivo não alcançado (HABERMAS, 1990, p50).

Diante disso, a identidade formada na sociabilidade comunitária santacruzense tem sido suficiente para aprender de acordo com a demanda do mercado? Esta pergunta é desdobrada em outros questionamentos: a comunidade aí formada contém subsídios informacionais suficientes para a inovação da produção de bens e serviços, requerida pelo mercado demandante por uma economia de escopo? Quando necessário, seriam encontrados nos espaços públicos, fluxos informacionais e comunicativos, a exemplo da esfera privada?

Esta série de questões é relevante de forma que, embora iremos abordá-las no capítulo seguinte detalhadamente, de antemão, faz-se necessário dissertar a respeito das antinomias da inovação social pesquisada no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe.

De fato, se dissemos que a moral-prática, isto é, os comportamentos decorrentes do mundo da vida – o uso do saber local para enfrentar as adversidades impostas pelo poder do mercado e do Estado ausente – permitiram aos produtores santacruzenses evitar a exclusão provocada pelas transformações do modelo produtivo fordista-taylorista, lembramos que a reestruturação produtiva ocasionou também a desestruturação dos direitos adquiridos enquanto esteve em vigor o capitalismo organizado, representado pelo Estado Keynesiano e/ou Welfare State (CASTEL, 1998). Neste, houve o fomento de políticas voltadas para o crescimento econômico articulado com a questão social. Havia, então, a geração de trabalho e renda, e proteção para os incapacitados para trabalhar. As flexibilizações das organizações produtiva e trabalhista, impostas desde a emergência do Estado Neoliberal, fizeram com que a auto-organização dos empreendedores do Pólo de Santa Cruz fosse estabelecida sob o viés do neopopulismo (DE SAES, 1995). Compreendido como um Estado mínimo, que, no caso brasileiro, quando se aproxima da classe trabalhadora com o intento de legitimar-se, tem utilizado o empreendedorismo como solução ideal para o desenvolvimento local; sem, em contrapartida, suprir os déficits de insumos imprescindíveis para a aprendizagem e inovação de bens e serviços. Isso se configura como uma das queixas generalizadas dos

empreendedores pesquisados, que chamam a atenção para a falta de investimentos nas áreas financeiras, capacitação e qualificação da mão-de-obra e a aquisição de bens de capital. As políticas governamentais realizadas, afirmam, não têm sido suficientes para atender ao conjunto dos empreendimentos, sobretudo, àqueles do fim da cadeia produtiva, que costumam ter poucos insumos materiais e imateriais.

5.21 Considerações finais do Capítulo

Diante do que foi exposto até o momento, é possível inferir que os empreendedores foram capazes de criar estratégias para vencer os obstáculos representados pela escassez de insumos produtivos. Compreendemos, então, que os empreendedores deste do Pólo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe estão inseridos no que Martins (2008) chama de sociabilidade do homem simples, por serem capazes de construir, a partir do conhecimento local, uma racionalidade produtiva que tem tornado seus empreendimentos competitivos e sustentáveis; considerando que estes produtores estão no mercado há várias décadas. O saber desses trabalhadores consiste na racionalidade voltada à produção de bens e serviços mercantis, atrelada à racionalidade afetiva por meio do agir comunicativo; fatores, estes, que permitiram manter e transformar algumas tradições. Verificável pela valorização do papel da família e da comunidade local como força produtiva.

Entretanto, a inovação nas práticas relacionais não significa o fim da história, dada a permanência das contradições derivadas das relações intersubjetivas (PAGÈS, 1987). As antinomias podem ser identificadas nos seguintes termos:

a) a casa doméstica como uso racional para o processo produtivo possibilitou diminuir os custos fixos das confecções e, por conseguinte, tornou os preços mais competitivos no mercado. Não obstante, a conjugação na mesma espacialidade da morada e do trabalho, de acordo com o relato de um dos entrevistados, fez o padre da cidade anunciar que em Santa Cruz não existia mais famílias e sim empresas; levando-se em conta que o convívio social perpassa, exclusivamente, pela lógica do mercado. Para o padre, toda a existência destes produtores gira em torno da atividade voltada para a produção de roupas e tem-se deixado de lado a afetividade destituída de interesses mercantis, como tempo para lazer, assuntos referentes à educação dos filhos e consciência política para melhorar a moradia na cidade. De fato, é preciso acrescentar que a família é afetada em termos de sociabilidade, quando na pesquisa de campo foi

possível observar que na casa-empresa, muitos dos cômodos são utilizados para depósito de matéria-prima e roupas confeccionadas. Não havendo delimitação entre o espaço da fábrica e o espaço do lar. Como a maioria desses lares é pequena, sobra pouco espaço para circular e conviver, praticamente não existindo separação entre trabalho e não-trabalho. Observação agravada, se considerarmos que se trata de um segmento produtivo de baixo valor agregado, onde a lucratividade está condicionada ao aumento da produtividade. Para haver um ganho compensatório, é necessário trabalhar muitas horas além do horário comercial – 8 horas diárias. O que é válido para a maioria dos estabelecimentos, tendo em vista que este arranjo produtivo é constituído, sobretudo, por microempresas. Dessa forma, é possível conjecturar que muitos desses empreendedores vivem para trabalhar e não trabalham para viver; tendo, portanto, sua cidadania subtraída. Pois o trabalho informal não está acompanhado de direitos assegurados pela sociedade fordista-taylorista, enquanto esteve em vigor o Estado keynesiano. Jacob Carlos Lima (2001) tem feito tal observação, ao estudar as cooperativas de confecções nos Pólos de Confecções nordestinos depois da instauração do Estado neoliberal, sobretudo, a partir dos anos 90. Estudiosos das transformações do mercado de trabalho;

b) o item anterior permite assinalar que a inovação da sociabilidade proporcionada pela ação comunicativa, de fato, resultou na melhoria em termos democráticos da vida relacional, tendo em vista que os conflitos costumam ser mediados pelo diálogo consensual para evitar a guerra de todos contra todos, no sentido hobbesiano. Entretanto, faz-se necessário observar a permanência de algumas antinomias. A título de ilustração, assinalamos que a divisão sexual do trabalho ainda é permeada pelo sexismo, uma vez que a mulher ainda enfrenta a dupla jornada do trabalho. Há também o problema das atividades serem divididas em decorrência do fator biológico: atividades que exigem esforços físicos costumam ser exercidas pelo homem – o transporte de matéria-prima e da confecção, o enfesto, risco e corte do tecido. Apesar de ser flexível, a costura ainda fica sob o encargo da mulher. Para além destas problemáticas, é preciso acrescentar que como se trata de um estudo de caso, não é possível afirmar que o comando da empresa compartilhada entre os gêneros, deve ficar reservado aos exemplos citados ou é um dado passível de ser generalizado;

c) acrescentamos, ainda, a existência dos limites de aprendizagens na esfera privada. Como as empresas precisam inovar constantemente, há ocasiões em que o conhecimento oriundo destes espaços começa a saturar. A partir de então, para inovar é

preciso buscar saberes na esfera pública. Se a sociabilidade doméstica propiciou a interação pela via comunicativa que facilita o transbordamento da informação e conhecimento, o mesmo não pode ser dito em termos comunicativos na vida relacional nos espaços públicos. Como veremos, a seguir.

CAPÍTULO 6: O TRABALHO EMPREENDEDOR NO PÓLO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: INOVAR NUMA SOCIEDADE SOB USO DESIGUAL DO CAPITAL SOCIAL

6.1 Os limites do comunitarismo para aquisição de novas aprendizagens inovativas

O comunitarismo tem sido compreendido sob uma diversidade de conceitos, de um modo geral, perpassa pela ideologia fundamentada nas tradições. No caso de Santa Cruz do Capibaribe, são sentimentos morais como a amizade duradoura, que estabelece relações de reconhecimento e pertencimento à rede de produtores. A amplitude desta prática é captada a partir de sua representação territorial (SHORE, 1996, p.115-116); a comunidade é, ainda, concebida sob o viés relacional político ou familiar (BOUDON e BOURRICAUD, 2002, p.74).

A variação do conceito de comunidade nos induz a investigar a cartografia, ou seja, as esferas onde são praticadas as ações comunicativas, em termos de escala (SANTOS, 2002a); o que permite apreender a abrangência da comunicação para além da comunidade formada entre parentes, amigos e vizinhos no Pólo de Santa Cruz, que diz respeito ao alcance relacional das esferas de acesso e difusão do conhecimento.

Tendo em vista os critérios de abrangência espaciais e relacionais, podemos dizer que em Santa Cruz, ao contrário da comunidade política aristotélica, que atua na ágora, neste caso, esfera pública estatal (ARISTÓTELES apud BITAR, 2003 1998), a comunidade, em sua maioria, caracteriza-se pela sociabilidade familiar, portanto, primeiramente no âmbito privado; e, secundariamente, como veremos a partir daqui, nas esferas públicas, sobretudo, não estatais, indicando a existência de uma prática relacional que utiliza do comunitarismo e do capital social. A organização produtiva aí formada é complexa, levando em conta o grau de acesso à aprendizagem como inovação. São milhares de unidades produtivas; que se configura, portanto, em uma cadeia produtiva heterogênea, cuja capacidade de inovar será em decorrência das tipologias de sociabilidades espacial e comunicacional. Sendo assim, compreendemos que a comunidade

é ao mesmo tempo complexa, uma vez que associa, de maneira muito frágil, sentimentos e atitudes heterogêneas, e apreendida, uma vez que somente graças a um processo de socialização, que, a rigor, nunca termina, aprendemos a participar de comunidades solidárias. Ela jamais é pura, já que vínculos

comunitários estão associados a situação de cálculos, conflitos ou violência. Por isso, a falar de comunidade, é preferível falar de ‘comunalização’ (Vergemeinschaftung) e investigar como se constituem e se mantêm certas ‘solidariedades difusas’ (BOUDON e BOURICAUD, 2002, p.74).

Muitos autores têm tentado dar conta da difusa sociabilidade no mundo contemporâneo. O formato relacional praticado pela organização familiar santacruzense pode ser precisada nos termos proposto por Rocha, citando Pierre Mercklé, que considera o agrupamento de indivíduos uma rede, por ele definida como

um conjunto de unidades sociais e de relações que estas unidades sociais entretêm umas com as outras, diretamente, ou indiretamente, por meio de cadeias de tamanhos variáveis. Essas unidades sociais podem ser indivíduos, grupos informais de indivíduos ou mesmo organizações mais formais, como associações, empresas [...] As relações entre elementos designam formas de interação sociais que podem ser elas também de natureza extremamente diversas: pode-se tratar de transações monetárias, de transformações de bens ou de trocas de serviços, de transmissões de informações, de percepções ou de avaliações intrapessoais, de ordens, de contatos físicos (do cumprimento de mão à relação sexual) e mais geralmente de todos os tipos de interações verbais ou gestuais, ou ainda da participação comum num mesmo evento etc. (ROCHA, 2009, p.74).

O conjunto dessas sociabilidades gera diversas aprendizagens necessárias à gestão dos insumos materiais e imateriais. Contudo, ela será proporcional à ramificação da organização na cadeia produtiva. A ramificação, por sua vez, efetivar-se-á proporcionalmente ao acesso às diversas esferas comunicativas.

No capítulo anterior, destacamos que a comunicação nos espaços privados proporcionou a inovação da sociabilidade que, por sua vez, deu sustento aos empreendimentos familiares. Todavia, esta estratégia inovativa não tem sido suficiente para mantê-los competitivos, a exemplo da declaração de uma microempreendedora:

Hoje em dia, ninguém mais sobrevive se não tiver novidade na praça. Toda semana o freguês quer novidade. Por isso, temos que sair caçando novidade para atender o freguês. E onde tiver novidade eu vou atrás. Não posso ficar parada, senão eu perco o freguês feito com tanto sacrifício. Se eu não tiver a roupa que ele quer, a gente perde ele para outro confeccionista (ENTREVISTA 46).

A incessante necessidade de oferecer novidades na área de confecção, requer, muitas vezes, a busca dos insumos inovativos para além da esfera privada, dado os limites do fluxo informacional nesses espaços. O que demanda outros mecanismos para

a aquisição de bens materiais ou imateriais, sobretudo, quando se objetiva inovar a partir de tecnologias mais complexas; estas, dificilmente, seriam encontradas na esfera privada, a exemplo de maquinários tecnologicamente mais avançados, sobretudo, computadorizados, informação e conhecimento não existente ou acessível nos espaços domésticos. Tais recursos tecnológicos, de um modo geral, são acessados junto aos fornecedores, consultores, consumidores, instituições de ensino e aprendizagens, associativas, instituições financeiras, etc.

Dessa maneira, discutimos o trabalho e interação social para argumentar o quanto a ação comunicativa gerou eficácia para a aquisição de novas aprendizagens. A sociabilidade mediada pela linguagem possibilitou compartilhar insumos produtivos como informação, conhecimento e bens de capital de baixa inovação tecnológica. Para abordar trabalho e interação tecnológica, especialmente, no produto e no processo, seguiremos a proposta dos neoschumpeterianos para investigar os empreendimentos produtivos que atuam em rede. Para esses teóricos, o capital social representa uma categoria para investigar as empresas interagindo com as instituições; é, portanto, uma interação mais abrangente em termos de escala espacial comunicativa.

Em Santa Cruz do Capibaribe, a aquisição de aprendizagens tecnológicas mais complexas e/ou não disponíveis na esfera privada, costuma ser obtida nas esferas públicas, geralmente, junto às instituições adjacentes às unidades produtivas.

A experiência do empreendedorismo no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, portanto, coaduna com a teoria de que na virada do século XX para o século XXI, o fluxo informacional é maximizado quando os indivíduos atuam em rede (CASTELLS, 2005a). De fato, a comunidade formada entre amigos e vizinhos, nem sempre, tem sido suficiente para as empresas que precisam aumentar a produtividade, aliada à qualidade. Daí a necessidade de expandir a reciprocidade comunicativa. É possível, dizer, então, que a comunidade se refere a alianças efetivas de forma limitada, conforme defende Charles Taylor (2000). Enquanto capital social significa um modo relacional cujo objetivo é fortalecer as trocas com atores fora do ciclo familiar, portanto, mais abrangentes em níveis escalares (GRANOVETEER, 1973).

6.2 A difícil articulação do capital social com as instituições pertencentes às esferas públicas

Se o trabalho imaterial é estratégico para a competitividade, exige-se do empreendedor cada vez mais competências para adequar-se à lógica produtiva

emergente: aprender a inovar constantemente, num mercado globalizado e dinâmico. Não obstante, o processo de deslocamento entre as diversas esferas de aprendizagens provoca o que Giddens (2002) chama de desencaixe e reencaixe. Com isso, a saída dos espaços domésticos para os espaços públicos requer dos empreendedores competências comunicativas para ter acesso às diversas aprendizagens e, com isso, inovar a gestão de seu estabelecimento.

A complexa representação da organização familiar, em sua formação pública e privada, na era moderna, é expressa por Habermas nos seguintes termos:

A esfera do mercado chamamos de esfera privada; a esfera da família, como cerne da esfera privada, chamamos de esfera íntima. Esta crê ser independente daquela, quando na verdade está profundamente envolvida nas necessidades do mercado. A ambivalência da família – ser agente da sociedade, mas, também, ser de certo modo a antecipada emancipação da sociedade – expressa-se na posição de membros da família [...] Como pessoa privada, o burguês é ambas as coisas numa só: proprietários de bens e de pessoas, bem como ser humano entre seres humanos, “bourgeois e homme”. Esta ambivalência da esfera privada também se mostra ainda na esfera pública, ou seja, conforme as pessoas privadas e entendem no discurso literário enquanto seres humanos sobre experiências de sua subjetividade; ou então se as pessoas privadas se entendem no discurso político sobre a regulamentação de sua esfera privada (HABERMAS, 1984, p.73).

Como veremos, a dificuldade do empreendedorismo familiar santacruzense para ampliar a aprendizagem está no fato de que nem sempre encontra esferas públicas governamentais dispostas a atender as demandas. Embora tenha havido avanços na esfera pública estatal dialógica e não coercitiva brasileira, não é possível nortear que estejam consolidadas (COELHO E NOBRE, 2004; AVRITZER e NAVARRO, 2003; D’INCAO, 2001). Sobretudo, em regiões nordestinas, a exemplo dos APLs que não têm encontrado espaços públicos para dialogar e suprir seus déficits (LIMA e BRESSAN, 2003). É, pois, neste cenário que o aglomerado produtivo santacruzense está inserido, o que nos permite inferir os limites sinérgicos propiciados pelo capital social. De um modo geral, os empreendedores não têm encontrado estratégias adequadas para exigir do Estado o cumprimento de seu papel, ou seja, atender os déficits de insumos produtivos. Como veremos posteriormente, diante da desconfiança nesta instituição, eles têm preferido buscar aprendizagens nos espaços públicos não estatais.

Com efeito, de forma genérica, a esfera pública estatal em Santa Cruz são espaços de sujeitos ausentes. Isso porque não há locais públicos discursivos para que o

capital social formado pela rede de produtores possa dialogar com as instituições democraticamente.

Cabe, então, perguntar, como viabilizar o desenvolvimento sustentado na ausência de esferas públicas difusoras de aprendizagens tecnológicas? Quais os caminhos para vencer tais dificuldades, numa época de apologia ao trabalho empreendedor?

Ao contrário da sociedade fordista-taylorista, onde o trabalhador é treinado para a adequação, conformidade e obediência, no pós-industrialismo exige-se do profissional a capacidade de, em vez de reativo, ser proativo. Portanto, vê-se nas dificuldades o momento de criar oportunidade para vencer as barreiras impostas pelo mundo sistêmico. A priori, todos teriam tal potencialidade, mas quais as estratégias cotidianas para alcançar tal intento?

De acordo com Szreter (2007, p.408-409), o desenvolvimento tem sido abordado nas últimas duas décadas com um conceito complexo que envolve fatores econômicos, sociológicos e políticos. Em contrapartida, requerem dos atores sociais a capacidade de dialogar com a rede em que está inserido a fim de reduzir os custos de transações. Ser versátil na arte de comunicar, implica apreender que as

‘pontes’ amplas de compreensão e contatos entre todas associações e instituições da sociedade civil está passando a ser vista como importante indicador da capacidade de uma sociedade de fomentar o capital social e refrear as forças da exclusão social.

A necessidade de ampliar a rede de sociabilidade para além da esfera doméstica, tendo em vista a inovação, não passou despercebida aos empreendedores deste Pólo. Identificando na inovação tecnológica, o grande gargalo para o crescimento sustentável da empresa. A declaração de um pequeno produtor local, serve de exemplo:

Quem não traz novidade vai perdendo cada vez mais os clientes. Santa Cruz hoje concorre com outros Pólos próximos, como o do Ceará. É preciso manter a dianteira; senão a clientela corre daqui. Esse é o desafio de nossa cidade. Ela é a segunda maior produtora de confecção da região nordestina, mas, precisa tomar cuidado com as novidades que a concorrência oferece (ENTREVISTADO - 47).

No entanto, os empreendedores têm tido dificuldade para encontrar aprendizagens nas instituições públicas formais – estatais ou não estatais. Daí a constituição de um capital social descrente que receberá algum tipo de apoio

institucional. De acordo com um dos diretores da ASCAP – Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe – a respeito de tais deficiências, a exemplo do SEBRAE,

Os produtores já existiam muito antes de aparecer o SEBRAE no Pólo. Só recentemente que o pessoal do SEBRAE começou a prestar consultoria e financiar alguns projetos. Tem empresas que conseguiram fazer uma boa parceria e cresceu bastante depois. Outras não deram muito certo. Algumas, até hoje ouço falar, que não sabem para que serve o SEBRAE. Talvez porque não tiveram interesse ou por algum motivo não puderam participar dos projetos oferecidos (ENTREVISTA - 48).

Diante de tal fragilidade, o capital social, um elemento capaz de criar sinergia para facilitar o transbordamento e captação da inovação tecnológica, fica condicionado à capacidade dos produtores conviver com a diversidade de interesses dentro da rede que, às vezes, convergem, outras vezes, divergem. Eis as vicissitudes e as contradições do capital social praticado em Santa Cruz do Capibaribe, se levarmos em conta que nem todos produtores têm tido a capacidade de mobilização para se imporem diante das instituições e, com isso, exigirem o cumprimento de seu papel; ou seja, atenderem os déficits existentes na rede, tais como, cursos de capacitação e qualificação da mão-de-obra, financiamento para a aquisição de insumos necessários à produção de bens e serviços, etc. Essa apatia do capital social pode ser atribuída, como já dissemos, à falta de confiança no fator institucional como representante da governança local.

Isso porque, as principais instituições, que deveriam dar orientação aos produtores, não têm alçando tal intento com eficiência e eficácia. Vejamos, então, o caso de uma das mais representativas: o SEBRAE.

A falta de uma instituição que atenda às necessidades dos produtores, devido ao seu baixo poder aquisitivo, assinala que o capital social constituído pela rede de empreendedores parece prescindir destas instituições; daí procurarem alternativas, ou seja, outras esferas públicas de aprendizagens. Advento, este, que será abordado mais adiante. Por enquanto, vejamos de forma pormenorizada, os motivos que explicam porque o capital social do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe se torna descrente em relação às ações institucionais.

Essa apatia do capital social para com as instituições pertinentes às esferas públicas formais pode ser atribuída ao fato das instituições não se predisporem a criar espaços dialógicos com o conjunto dos atores que compõe o aglomerado de empresas.

Fato perceptível quando procurei investigar dados para descrever a formação histórica do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe. Este foi um dos desafios para pesquisar um setor informal. A escassez de documentos traz dificuldades para precisar a dimensão das deficiências para sanar as dificuldades em produzir e inovar num lugar tão adverso. Esta fase da pesquisa de campo se assemelhou a um estudo de cunho arqueológico. Tal problemática pode ser ilustrada, quando pergunto a um dos diretores do SEBRAE-Caruaru, responsável pelos projetos desenvolvimentistas da região, como obter documentos para analisar o processo de planejamento e difusão do conhecimento tecnológico; obtivemos a seguinte resposta:

Olha os mais antigos é mais difícil de encontrar. Dificilmente você vai encontrá-los. Até porque, eles foram feitos há alguns anos; no início da década de 2000. Acho que não cuidaram de guardar para posteriores consultas. É um problema para ser resolvido. É tanto que estamos contratando um estagiário para organizar a documentação do Pólo do Agreste, daqui para frente (ENTREVISTA - 49).

Na realidade, encontrar tais documentos fica a mercê do acaso e não da racionalidade, considerando a dificuldade em encontrá-los. Isso porque os projetos para investigar a política de desenvolvimento do Pólo foram conseguidos por sorte e não de forma planejada, caso estivessem guardados no interior das instituições que deveriam cuidar do acervo que preservasse os registros históricos. De fato, quando um ex-produtor de confecção que estava prestando consultoria de marketing à ASCAP foi entrevistado, descobri um importante projeto para a revitalização deste arranjo produtivo. Conforme sua fala:

Esta cidade era um grande deserto; que foi construído com o esforço, muito suor e pano. Cheio de altos e baixos. Porque não vem ajuda de nenhum lado. Quando elas aparecem, são feitas com interesses eleitoreiros. Não há continuidade. Os projetos são feitos e depois abandonados. Veja o projeto de revitalização do Pólo, por exemplo, no que é que deu? Um projeto bonito, que empolgou meio mundo. Quem vê falar nele? Pergunte a quem trabalha com confecção. É mais um desses projetos com começo sem fim. No começo, se depositou muita esperança nele. Mas, agora que o tempo passou (ENTREVISTA - 50).

Então lhe peço para detalhar um pouco mais o projeto, dada a raridade de encontrar registros escritos que retratem a estrutura da governança. O referido entrevistado diz possuir uma cópia, tida como rara porque não conhecia ninguém que tivesse outra dela.

Não tenho conhecimento de outro exemplar. Como eu estava te falando, logo que este projeto foi criado, foram feitas algumas coisas. Foram oferecidas até viagens a feiras de negócios, na área de confecção de roupas Para que os empresários pudessem ver o que tinha de novidade lá fora. Um total de três ou quatro, no período de implantação do projeto. Foi muito estimulante. Isso dava motivação, acreditar que o Pólo ia dar certo em termos de apoio. Mas, como tudo no Brasil é feito, começa e depois pára (ENTREVISTA - 50).

Sobre o papel do SEBRAE, uma das principais instituições regionais, para subsidiar os cursos de capacitação de aprendizagem tecnológica, o já citado entrevistado afirmou:

Dizer que o SEBRAE não ajudou, é mentir. Ele foi muito importante para aprender como cuidar da gestão. Ensinou que é preciso inovar para atrair uma maior parcela de clientela. Porque tudo aqui, é feito de forma improvisada. Improvisada é jeito de falar. Não tinha aquilo de cuidar da contabilidade, de controlar qualidade, controlar os defeitos da roupa. A parte da gestão mesmo, era feita de acordo como o empresário aprendeu a fazer. Só que ultimamente, tudo desandou; os recursos do SEBRAE estão ficando escassos (ENTREVISTA - 50).

Ao perceber que o entrevistado era um conhecedor da história recente do empreendedorismo local, pedi uma cópia do projeto para analisar com mais detalhes seu conteúdo. A leitura permite ver um projeto ambicioso, pois visa fomentar a governança participativa – entre o conjunto dos produtores e as instituições a serem criadas e/ou as já existentes – objetivando estreitar as relações entre os diversos atores que compõem o APL, no intuito de promover e assegurar o desenvolvimento sustentado. O projeto propõe oferecer infraestrutura à região, de alcance econômico, social e ambiental. Para isso, visa fortalecer as competências individual e coletiva, criando as condições para a inovação no setor de confecções. O projeto admite as fragilidades existentes do Pólo, entendendo que

A região em foco, de longa data, vem sendo objeto de ação de governo e instituições, de forma pulverizada, sem que se possa identificar como resultado qualquer efeito sinérgico, potencializado, sensibilizador, motivador. As ações ocorrem de forma dispersa. O público-alvo não toma consciência coletiva de que algo está acontecendo. A comunidade não reconhece seus avanços, não se apropria dos sucessos alcançados, não acredita em seu potencial para reivindicar e, em decorrência, não assume a condução, processo e desenvolvimento (PROJETO SULANCA EXTRA, 2001, p.4)

Identificada a complexidade do problema, o documento analisado também admite a dificuldade de apontar soluções e precisar sua amplitude, pois, “o que não se encontram são estatísticas confiáveis que permitam avaliar, dimensionar, caracterizar, a atividade econômica. E, talvez, a própria determinação da realidade fuja à cultura local” (idem, ibidem, p. 5).

Consta no projeto que a imprecisão dos dados, em grande parte, deve-se ao fato de provocar receios entre os empreendedores de que ao fornecer informações, estas podem ser usadas para algum tipo de represália em decorrência da informalidade das organizações produtivas e do trabalho; principalmente na questão fiscal. Daí a proposta de criar instituições-âncoras que incentivem a formalização das empresas e a prestação de assistência tecnológica. Essas entidades exercerão “funções de secretaria executiva tanto no Conselho deliberativo como do conselho consultivo” (idem, ibidem, p.6). As principais instituições designadas como âncoras, são: SEBRAE-PE, FIEPE, SENAI-PE e SINDVEST-PE. Elas serviriam como ponte para a difusão de diversos recursos junto às empresas.

6.3 A aprendizagem inovativa derivada do conhecimento codificado na esfera pública não estatal

Aprender numa sociedade ambientada na incerteza exige dos empreendedores esforços para captar os diversos insumos necessários à inovação tecnológica. Tal ambiente provoca insegurança, tendo em vista que o mercado não é dotado de concorrência perfeita, como querem os teóricos da economia neoclássica. Daí a importância da tese neoschumpeteriana ao defender a aprendizagem através de um intercâmbio dinâmico e sinérgico entre os atores da rede territorial. Esta visão neoinstitucionalista, isto é, a produção em rede, constituída pelas instituições e o capital social formado pelas micro e pequenas empresas, defende que a cooperação e confiança reduzem os custos de transações para aplicar os recursos tecnológicos (NELSON, 2006). Reduzir gastos com a aprendizagem inovativa, a exemplo do tamanho típico dos empreendimentos do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, é uma condição necessária para sua sobrevivência e sustentabilidade, dada a baixa capacidade de capitalização de insumos materiais e imateriais. Tal tática fomenta eficiência e eficácia, sem que as despesas com a produção e comercialização inviabilizem os custos fixos do empreendimento. É sabido que a pobreza dificulta o acesso dos diversos bens-de-

produção, no entanto, a escassez de ordem econômica dos produtores santacruzenses não pode ser atribuída a fenômenos naturais, isto é, ao fato de situarem-se numa geografia localizada no agreste, pois,

A desigualdade de renda é a principal causa da pobreza no Brasil, mas não é um fenômeno natural, nem fruto do acaso; ela deriva da desigualdade de acesso a um vasto e heterogêneo conjunto de ativos que constituem a riqueza: educação, propriedade, crédito, informação, infra-estrutura etc. Reduzi-la passa, às vezes, por democratizar o acesso a esses ativos (URANI, 2004, p.506).

É, pois, nesse sentido que compreendemos o Projeto Sulanca Extra – Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confeccões do Agreste Pernambucano (2001) –, enquanto proposta de superar as contingências que resultaram no desenvolvimento deficitário nesta região. Para resolver os diversos gargalos da organização produtiva familiar, é elencada uma série de propostas, que constam neste projeto formulado no início da década passada, tendo em vista suprir os diversos déficits da gestão organizacional, que são pontuados a seguir:

a) Gestão financeira: os investimentos deverão ser oriundos dos agentes internacional, nacional, públicos ou privados. Os nacionais, BNDES/FINAME; FNE, FAT E FINEP, são as principais instituições citadas;

b) Gestão da comercialização: para aumentar o escoamento da produção, foram destacadas a necessidade de encontrar diversos caminhos que passam pelo mercado nacional e internacional. Para alcançar este objetivo, propõe-se a participação dos empreendedores em feiras e desfiles, missões empresariais, rodadas de negócios; pesquisar aberturas de novos mercados; investir em marketing; elaboração de um portal eletrônico. No caso da exportação, é proposto parceria com a Apex;

c) Gestão informacional: potencializar a inovação através da informatização organizacional;

d) Gestão Tecnológica: a capacitação profissional – tanto dos empreendedores, quanto dos empregados – para gerar competências técnicas nos processos e nos produtos. As principais empresas que forneceriam diretamente ou indiretamente capacitação tecnológica seriam o SEBRAE e o SENAI;

e) Gestão da Imagem: o Projeto Sulanca Extra propõe redimensionar o Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, questionando a viabilidade comercial do nome Sulanca. Com isso, pretende-se revitalizar a marca ou viabilizar uma nova.

O projeto é bem mais amplo e ambicioso do que o comentado aqui. Destacamos apenas os itens que julgamos necessários para entender que, embora o Pólo tenha uma grande quantidade de unidades produtivas e profissionais envolvidos direta ou indiretamente, o documento reforça os empecilhos para a gestão racional, carecendo de um dimensionamento e tratamento adequado para suprir as problemáticas existentes. Todavia, ainda que seja uma declaração bem intencionada para modernizar o Pólo, sua implementação não tem sido concretizada na totalidade.

Um consultor, que presta cursos de capacitação em tecnologia informacional à ASCAP, diz:

Não é possível entender porque um Pólo como este, já compreendido como um dos mais importantes do país; que contribui para o desenvolvimento da economia local e regional, está praticamente abandonado pelas autoridades. A tentativa de revitalização, não parece que avançou muito. Do que foi planejado, o que restou efetivamente? Apenas o SEBRAE e a ASCAP. E, somente a ASCAP que se mantém na frente. Não é possível entender o que está acontecendo com o SEBRAE. Nós mandamos vários projetos e a recusa é constante. Me parece que a intenção é vim aqui, olhar como o Pólo funciona, dá um certo apoio e depois o abandonar. Há uma reclamação generalizada de abandono da parceria (ENTREVISTA, 51).

Outra entrevista concedida por um pequeno produtor, referente à insatisfação generalizada com as práticas assistidas pelo SEBRAE, é registrada a seguir:

Para que serve o SEBRAE? O que ele está fazendo, é copiando o modelo de empreendedorismo daqui e levando para outro lugar. Só que deixando de prestar assistência à nossa cidade. De que adianta isso. O que é que a gente ganha. Vieram, ofereceram cursos de aperfeiçoamento. E ficou por isso mesmo. Agora o que fazem, pelo que vejo falar, é que estão levando nosso modelo para outras cidades vizinhas. Não é que não mereçam, mas o Pólo daqui ainda é muito carente. Tem muitas empresas que ainda tem necessidade de qualificação; de ter maquinários novos (ENTREVISTA, 52).

Esta declaração é importante por destacar que o SEBRAE-Caruaru, uma das instituições mais representativas do empreendedorismo santacruzense, atualmente, vem sendo motivo de vários questionamentos. Um dos gerentes desta instituição fez o seguinte comentário sobre tal problemática:

Todos sabem a carência que esta região tem. Só que o SEBRAE não pode ser responsabilizado pelas deficiências que existem. A responsabilidade para a revitalização é de todos que estão envolvidos. O que tem feito outras entidades? É preciso fazer esta pergunta. Os recursos do SEBRAE. Estão limitados. Não há

condições de atender todos os pedidos que chegam. A gente vai atendendo, conforme as prioridades. Surgem outras cidades que também começam a ver a importância de cursos e treinamentos para a gestão da empresa. E não há recursos para atender todos os pedidos. Esta é a nossa realidade. O que fazemos é iniciar; dar o ponto de partida. Depois, eles têm que caminhar com as próprias pernas. Os próprios empreendedores têm que serem multiplicadores do que aprenderam (ENTREVISTA - 53).

Este dado atesta as virtudes e os vícios das instituições brasileiras. A incapacidade de lidar com as demandas, considerando o abandono crônico das micro e pequenas empresas. O *Projeto Sulanca Extra* não cumpriu seus objetivos conforme planejado originalmente, levando em conta o excesso de déficits no quesito planejamento da gestão, Sobretudo, se levarmos em conta o propósito da criação do SEBRAE. Esta, de acordo como o GEM (2008, 132), tem como objetivo oferecer capacitação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico às organizações produtivas, apoios financeiros, contábeis, jurídicos etc. Se no início da revitalização do Pólo, mais precisamente em 2001, este programa foi proposto como políticas desenvolvimentistas; passada mais de uma década, não houve a continuidade de tal intento. Como revela um microempreendedor:

No início a coisa era séria. Foi visto muitos confeccionistas fazendo cursos pelo SEBRAE. Era pedido a visita deles e vinham. Mas, no momento que o Pólo está precisando incentivar esse monte de confeccionista, ninguém mais vê falar no SEBRAE. Quem teve chance tudo bem. E quem está começando não tem que ter oportunidade também? (ENTREVISTA -54).

Devido à falta de continuidade de políticas sistemáticas destinadas ao aprendizado, de um modo geral, a inovação tecnológica via institucional é restrita a poucas organizações familiares; evidenciando que a aprendizagem exógena – externa à esfera privada – se dá pela capacidade de mobilização, ou seja, dos empreendedores organizarem-se em busca da defesa de seus direitos e, assim, serem atendidos pelas instituições. Nesse sentido, podemos compreender as antinomias institucionais, levando em conta as considerações de Tigre (2006, p.58):

Nenhum arranjo institucional pode ser definido como ‘ótimo’, pois eles são frutos de contingências culturais e políticas típicas de cada país. Em alguns países, as instituições se desenvolveram de forma a favorecer o progresso econômico, enquanto em outros países não. O ambiente institucional determina as oportunidades de lucro, direcionando as decisões e o processo de acumulação de conhecimento das organizações, gerando trajetórias virtuosas ou viciosas.

O ex-Secretário da Indústria e Comércio do município de Santa Cruz do Capibaribe e atual pequeno produtor, faz o seguinte comentário a respeito de outras instituições voltadas para a aprendizagem em novas tecnologias e suas problemáticas:

Como secretário da Secretaria de Indústria e Comércio, tentei trazer algumas agências de desenvolvimento para cá. Trouxe o SENAI, para capacitar na área de confecção como curso de corte e costureira, curso de conserto de máquinas de costura, curso de gestão na área de informática. Mas, com muita dificuldade. Lá dentro da prefeitura tudo que você tenta fazer, é visto como disputa política. Eles parecem não querer o bem do empreendedor, mas somente ascensão política. Preferi sair, e cuidar da minha confecção (ENTREVISTA 56).

Quando o interrogio sobre a forma como o SENAI tem atuado na cidade, obtemos as seguintes considerações:

É sempre bom ter uma escola como esta, disponível para treinar e qualificar os funcionários. O problema é que não consegue formar a juventude; deixar elas preparadas para o trabalho. Tem também, que a maior parte dos cursos são cobrados. E a nossa população é muito carente. Tem curso que custa mais de R\$ 1.000,00. Quem pode pagar? Sei que ajuda; tivemos muitos avanços com eles. O problema é que nem todos podem pagar, porque nem sempre tem essa quantia de dinheiro disponível a todo momento. Os cursos gratuitos não têm vaga suficiente para todos que precisam (ENTREVISTA- 56).

No SENAI, entrevistei o secretário e um professor; no período da entrevista a diretora estava de férias. De acordo com o secretário, há cursos gratuitos para estudantes de baixa renda, eles devem fazer um texto declarando sua condição econômica. Os cursos são financiados através de convênios com diversas instituições públicas e privadas. Fora dessas ocasiões, eles são pagos. A grade costuma ser mantidas nas seguintes áreas: técnico em vestuário, técnico em produção de moda, técnico em administração, técnico em manutenção automotiva, design de moda. Dentro dessa temática, esta escola de ensino e aprendizagem oferece os cursos de acordo com a demanda. A título de ilustração, no início de 2009, foram oferecidos as seguintes modalidades e seus respectivos valores pecuniários. Estes dados foram obtidos a partir da entrevista e um panfleto disponibilizado ao público pela instituição.

a) Gerente Administrativo: carga de 360 horas. Tem como objetivo ensinar a melhorar a organização e planejamento da produção, fazer controle e coordenação, contabilidade financeira, fazer a gestão dos recursos humanos, da produção e da comercialização, chamar a atenção para a questão da responsabilidade social e

ambiental. Habilita para o exercício profissional de forma flexível, criativa e comunicativa. O preço corresponde a 10 parcelas de R\$149,00;

b) Supervisor de Confecção do Vestuário: carga horária 320. Cuida do planejamento, da execução, do controle e avaliação da produção no setor de vestuário. Visa aproveitar os recursos disponíveis e aplicar tecnologia moderna na cadeia produtiva. Atuação em equipe, respeitando a segurança, a qualidade e os princípios éticos, cuidar da segurança patrimonial e ambiental. O valor cobrado equivale a 10 parcelas de R\$ 96,00;

c) Design de Moda: carga de 400 horas. Atuar dentro das últimas tendências da moda, levando em conta um mundo globalizado; requerendo, então, o exercício da profissão de forma proativa e criativa, usando o talento para acompanhar os avanços técnicos industriais. Elaborar a moda de cada estação do ano, observando as cores, tecidos, a modelagem, o corte e a costura. O valor cobrado equivale a 10 parcelas de R\$149,00.

Um dos professores do SENAI tratou de esclarecer a atuação desta instituição no Pólo de Santa Cruz, dando o seguinte esclarecimento:

O SENAI vem preencher uma função muito importante na cidade: a carência da qualificação técnica da mão-de-obra. Não é possível obter desenvolvimento sem profissionais preparados para enfrentar o mercado. Santa Cruz conseguiu vencer vários desafios. O próximo passo, é cuidar de outro fator que não pode ser mais negligenciado. Nos cursos procuramos ensinar que a tecnologia é tão importante quanto a gestão de outras áreas da empresa (ENTREVISTA - 57).

Pergunto se o valor cobrado, não dificulta o acesso à aprendizagem, levando em conta o baixo poder aquisitivo da maior parte dos produtores. E se tal fato limitaria a inovação da gestão organizacional.

Sim. Inclusive o SENAI faz convênios com as empresas, para não pesar no bolso do trabalhador. Por sinal, estes cursos mais caros, quem faz é funcionários de empresas que podem arcar sozinhos com estes investimentos. Ou então os donos das empresas que querem aperfeiçoar seu conhecimento. O SENAI precisa desses cursos para pagar suas despesas (ENTREVISTA - 57).

Exposto dessa maneira, o conhecimento codificado na esfera pública demonstra ser de difícil acesso em relação à esfera privada. Daí a problemática da inovação, se levarmos em conta que as micro e pequenas empresas de setores tradicionais, a exemplo do setor de confecção, não dispõem de recursos suficientes para adquirir pacotes

tecnológicos de última geração para inovar a gestão organizacional. Como pode ser percebido, tanto o SEBRAE, quanto o SENAI não têm estabelecido espaços dialógicos de modo a atender as reais necessidades dos produtores locais. O preocupante, no entanto, é a falta de articulação dos empreendedores para fazer uso deste veículo de aprendizado. Com isso, o que queremos dizer é que se há instalações físicas (prédios e maquinários) já disponíveis, o capital social local não tem tido um empoderamento suficiente para fazer uso racional destas instituições. Neste caso, o capital social é latente e não manifesto, uma vez que fica a mercê das virtudes da cooperação institucional.

Tal adendo confirma a continuidade da modernização conservadora brasileira, tendo em vista que o SEBRAE e o SENAI integram o Sistema S. Este, vale lembrar, faz parte da política estatal que obriga as empresas a recolherem determinado percentual sobre a folha salarial para contribuir na formação e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores, o que implica em promover novas aprendizagens tecnológicas na produção de bens e serviços (GEM, 2007). Ora, é preciso indagar sobre a falta de acesso dos produtores destituídos de condições materiais e imateriais, às políticas de fomento à aprendizagem pertinentes a estas instituições. Se há insuficiência dos recursos financeiros, como alega os entrevistados que representam o SENAI e o SEBRAE, falta ao capital social constituído pelos produtores questionar e cobrar do poder público o não cumprimento do destino das verbas arrecadadas com os impostos pagos pelo contribuinte. É preciso fazer valer o uso do capital social de modo a verificar se há má distribuição ou uso indevido dos recursos financeiros. Não se questiona, aqui, a permanência destas instituições, mas, o controle, mediado pela rede de produtores. O SENAI, por exemplo, tem uma longevidade que remonta à década de 1940, demonstrando a importância de seu papel para qualificação da mão-de-obra. No pós-industrialismo, é elementar a eficiência e eficácia delas para o desenvolvimento local. Falta, então, ao capital social santacruzense tomar consciência de seu papel, enquanto poder de transformar a modernização conservadora praticada pelas instituições citadas.

Como foi visto anteriormente, aprender pela via institucional constituído na esfera pública tem sido difícil, devido à descrença dos produtores; afetando, assim, o percurso de acesso ao conhecimento codificado, isto é, proporcionado pelos cursos de capacitação e habilitação. A reclamação é recorrente, conforme informa o dono de uma empresa de microporte:

Eu gostaria de participar mais desses cursos. Mas, quando não é o tempo que falta, é o dinheiro. De vez em quando eu penso em fazer, mas quando vejo o preço, não dá para encarar. É um investimento bom, mas eu acho que o retorno só vem a longo prazo. Quando a minha facção tiver maior estabilidade, penso em fazer sim. Porque poderei ensinar melhor aos meus funcionários como trabalhar com qualidade (ENTREVISTA 58).

De fato, se o SENAI tem atendido à população demandante por conhecimento codificado, de um modo geral, não há gratuidade de cursos para atender ao total de demanda, e também há cursos que não são ofertados sem que tenha de pagar; o que resulta, conseqüentemente, no impedimento para a aprendizagem de novas tecnologias devido à indisponibilidade de dinheiro e/ou tempo dos produtores.

A temporalidade, nem sempre, é adequada ao modelo produtivo praticado pelos empreendedores. Os cursos são oferecidos como se estes profissionais ainda trabalhassem sob a cronologia fixa do modo-de-produção taylorista-fordista. Vale observar, que a produção de bens e serviços dos empreendimentos santacruzenses está balizada na gestão do *just-in-time*; o período fabril, portanto, corresponde ao fluxo de pedidos demandados pelo mercado consumidor. Quando perguntado sobre os cursos para a qualificação profissional dos funcionários, o já citado microempreendedor revela que:

Eu incentivo eles fazerem esses cursos. Mas, devo confessar que, nem sempre os horários se encaixam. Nós produzimos, de acordo com a chegada dos pedidos. Às vezes, ficamos o dia inteiro sem fazer nada. E de repente, chega um pedido. Aí, é uma correria só, para dar conta. Para entregar no prazo, trabalhamos à noite até tarde; e no outro dia, começamos bem cedo. É quando a costura acaba, que paramos para descansar. Por aí você vê como funciona; nem sempre dá para conciliar as coisas (ENTREVISTA 58).

É preciso registrar que uma das modalidades da reestruturação do trabalho em Santa Cruz se dá pela flexibilização do horário, para haver adequação ao fluxo de fabricação demandado pela clientela. Problemática que afeta, sobretudo, as empresas terceirizadas. Daí a necessidade das instituições de ensino formatar a carga horária dos cursos de acordo com a sazonalidade dos ciclos produtivos, que, por sua vez, é muito irregular, conforme indica um microprodutor:

Antes das datas festivas, a gente não tem horário certo para costurar. As encomendas chegam de manhã, às vezes chegam à tarde. E o volume de roupas é muito grande. Seguimos o ritmo das empresas que mandam as roupas para costurar. Empresas que são facções como a nossa, dependem desses pedidos,

não tem como planejar muito o horário. Vai chegando e vamos atendendo (ENTREVISTA - 59).

Mesmo as organizações formais, que seguem o horário comercial regular, nos períodos de picos de fabricação costumam solicitar horas extras aos empregados, para atender ao aumento dos pedidos. Outra pequena empreendedora, que atua no setor formal de confecção, comenta as dificuldades para qualificar o quadro de empregados.

Quando as vendas aumentam, o jeito é fazer hora-extra. Não compensa investir em mais máquinas, se depois que a produção diminui, elas vão ficar paradas. Se a hora-extra não é suficiente, passamos o excesso de nossa capacidade produtiva, para as façções. E nisso, não sobra tempo para ninguém começar ou terminar os cursos. Eu sou uma dessas pessoas (ENTREVISTA 60).

Essas falas revelam que as instituições de ensino devem formular horários que incentivem o ingresso nos cursos de aprendizagens tecnológicas e evitem a evasão dos discentes que querem ou estão buscando qualificação para o trabalho nos centros universitários. As instituições de ensino e aprendizagem de nível superior representam, também, outras modalidades estratégicas para a difusão de novas tecnologias (FREEMAN, 2005), seja no produto ou no processo.

Em Santa Cruz do Capibaribe, o ensino superior se restringe a duas faculdades privadas. A FADIRE e a FACRUZ. Esta, mantém dois cursos: Administração e Gestão de Pequenas e Médias Empresas; enquanto a primeira, ministra cursos de Administração, Ciências Contábeis e Design de Moda.

O coordenador dos cursos da FADIRE ressalta a contribuição para o desenvolvimento regional. Ele destaca a avocação econômica local do setor de confecção, mas ressalta que os produtores ainda não despertaram para a importância da educação como estratégia de melhorias tecnológicas.

As pessoas daqui, ainda pensam que podem produzir como antigamente. Que basta uma ideia e está resolvido o problema. As ideias são importantes, mas, o desafio é como torná-las práticas. Os cursos que mantemos, visa atender esta necessidade. Aqui surgem novos empreendedores; que criam suas coleções, mas, ainda falta aprender como usar a cultura local para fazer moda. Procuramos destacar os valores locais, para emergir não somente um Pólo de Confecção, mas também, um Pólo de Moda. Precisamos criar uma identidade própria. E dificilmente teremos uma modal local, sem uma população educada (ENTREVISTA 61).

Pergunto qual a relação da Faculdade com os estudantes, diante desse novo olhar para o desenvolvimento, ou seja, a importância do conhecimento como um capital tão imprescindível quanto o econômico. Obtenho a seguinte resposta.

Precisamos mudar o modo como os empreendedores compreendem o desenvolvimento. Preferem ganhar mais, do que investir uma parte do tempo em instrução. Se páram para estudar e produzem menos, acham que estarão perdendo dinheiro. Digo isso, por causa do número de matriculados e o número de abandono dos cursos. Existem cursos que começam com 30 alunos, e no segundo semestre diminuem pela metade. No ano seguinte, às vezes, temos os mesmos alunos que desistiram, tentando começar novamente. Pode ser que ao voltarem para a faculdade, estão tentando valorizar a educação. Se for, está havendo uma mudança (ENTREVISTA 61).

A necessidade da educação para a produção de bens e serviços evidencia, portanto, não o fim do trabalho, mas, sua valorização. Suscetível, à medida que a criatividade possa ser aplicada na inovação organizacional. Para isso, o empreendedor precisa alinhar suas experiências cotidianas aos novos conhecimentos. Como diz Touraine (1999, p.132):

Compreendo mal aqueles que falam de fim do trabalho. Se querem acabar com um ideologia produtivista subordinando toda a vida à atividade produtiva, têm razão. Mas a sociedade industrial não foi uma sociedade de trabalho; foi mais uma sociedade de produção e de lucro. Hoje, ao contrário, damos cada vez mais ao trabalho um valor positivo, não só por causa das consequências destrutivas do desemprego sobre a personalidade e a vida social, mas também porque a proporção de trabalhos interessantes e qualificados não parou de aumentar.

O autor enfatiza que o progresso de uma sociedade, está condicionado ao nível de conhecimento do trabalhador. Daí ser preciso “ampliar a base do crescimento e reconhecer que ela exige uma boa educação e meios de comunicação eficientes” (idem, *ibidem*), sugere Touraine.

Desse modo, compreendemos que seja preciso também apreender o papel das esferas públicas estatais e não estatais para a difusão da aprendizagem tecnológica, pois as instituições pertencentes a essas esferas são responsáveis pela transferência de conhecimento codificado, não presente nos espaços domésticos.

6.4 A aprendizagem inovativa nas esferas públicas estatais: o capital social restrito

Como assinalamos, até o momento, os espaços públicos não têm atendido às demandas da totalidade dos produtores, fenômeno não muito diferenciado quando abordamos o papel exercido pelo poder público estatal. A dificuldade dos responsáveis pelo planejamento das políticas distributivas não fazem do capital social uma estratégia democrática para dar acessibilidade às variadas organizações. Prática que contraria as novas tendências de parcerias.

De fato, em Santa Cruz do Capibaribe, as instituições públicas estatais fazem do capital social um instrumento para fortalecer o capital político de quem exerce os cargos públicos. Prestemos atenção, ao depoimento do ex-prefeito e atual secretário da Indústria e Comércio, privilegiando as técnicas de comercialização ao discutir a falta de acesso generalizado aos espaços públicos estatais para a busca de bens inovativos.

Este problema sempre existiu na cidade. A prefeitura já ofereceu cursos de capacitação. Mas a demanda é muito grande. O setor público não consegue atender por completo a demanda, esta é a nossa realidade. Quando concorri ao cargo de prefeito, entendia que o problema maior era organizar a comercialização. Foi um dos temas e promessas de minha campanha nas eleições para a prefeitura. Era preciso, primeiramente, garantir renda a estes produtores para dar sustentabilidade à produção. Acredito que foi o grande sucesso da minha gestão: a construção do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, inaugurado em 2006. Inauguramos com 6.208 boxes e 574 lojas. De tão grande, estão chamando de Parque da Moda. E a aprovação foi bem aceita. Todos reconhecem o ganho que foi obtido com a construção: maior segurança, mais higiene, praça de alimentação, serviço bancário interno, dormitórios para os compradores de fora. Montamos uma boa infraestrutura; e quem não podia comprar uma loja, que era mais cara, pode comprar um box (ENTREVISTA - 22).

Indago como foi construído o Moda Center, e quais os critérios utilizados para a aquisição do box e da loja, levando em conta as precárias condições econômicas de boa parte dos produtores.

A construção do Moda Center se deu com a parceria do setor público e privado, chamada de PPP. Usada a partir da aprovação da lei 11.079/04. Ela é recente, mas veio ajudar o setor público resolver seu problema maior, que é a falta de dinheiro para alavancar a economia. É uma forma moderna de administração pública. Porque a prefeitura não tinha condições de arcar sozinha com o projeto. Se não fosse assim, nunca sairia do papel. Não havia recursos para a construção de tamanha grandiosidade. Aprovado o projeto de construção, começamos a venda dos espaços de comercialização, já durante a construção. E as vendas foram lentas, porque achavam que não iria dar certo (ENTREVISTA - 22).

Solicito que especifique o problema da adesão. O porquê da descrença na viabilidade comercial do Moda Center.

A transferência da comercialização da feira para o Moda Center, foi mal compreendida pelos produtores. Houve uma série de questionamentos. Achavam que a transferência da feira do centro da cidade, para outro local mais distante podia ser desestimulante para os fregueses e a feira iria minguar. Que a clientela iria comprar em outra cidade vizinha. Estavam preocupados em perder a freguesia feita há tanto tempo e que não fariam outras novas. O medo mesmo, era não sobreviver no novo espaço de comercialização. Mas veja só, tem sido um sucesso; aumentaram a produção e vendas. O valor dos boxes e lojas valorizaram também. O sucesso é tanto, que estamos dobrando a capacidade de instalação (ENTREVISTA - 22).

O discurso do poder público estatal, nos parece, tem como foco principal a aprendizagem de técnicas de comercialização e, não necessariamente, a gestão da inovação tecnológica em outras áreas como o processo e o produto. Embora represente uma estratégia válida em termos competitivos, pois, as

influências do governo podem ter um impacto importante e real sobre a mudança estrutural da indústria, sendo mais direta a partir da regulamentação plena de variáveis básicas como entrada na indústria, prática competitiva ou rentabilidade (PORTER, 2004, p.188).

Esta iniciativa trouxe a conquista do prêmio estadual de *Prefeito Empreendedor*, concedido pelo SEBRAE, conforme relatou o ex-prefeito e atual ocupante do cargo de secretário da Indústria e Comércio municipal. A premiação, criada em 2001,

vem despertando a cultura empreendedora e induzindo os prefeitos a priorizarem ações de apoio às micro e pequenas empresas. Motivados pela premiação, os gestores municipais cada vez mais realizam ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável que cria emprego e renda (SEBRAE, 2003b, p.s/n).

Ainda que esta iniciativa seja louvável, quando as decisões são tomadas de cima para baixo, há o perigo de a comunicação gerar a falta de entendimento, pois, como diz Porter (idem, ibidem), todas as alterações feitas pela regulamentação governamental “podem ter um impacto fundamental na estrutura da indústria”. No caso de Santa Cruz, em seu conjunto, não tem sido positivo. Isso porque, esta instituição parece não compreender que a exclusão social, embora possa ter diversos fatores causais, é resultado da pobreza provocada pelo desemprego (DUPAS, 1998). Problema que tende

a acentuar-se sempre que não sejam criados espaços comunicativos a fim de suprir os déficits dos produtores, sobretudo, os pertencentes à ponta da cadeia produtiva, que costumam ser desfavorecidos. Como indica um microempendedor:

O Moda Center, é uma boa ideia. Mas, na época, muitos não tinham o dinheiro para comprar um box, que custava cerca de R\$ 3.000,00. Muitos ficaram em dúvida se ia dar certo. Como é que ia investir um dinheiro desses, sem ter garantia? Não podíamos arriscar no escuro. A maioria, não tem capital de giro suficiente para fazer investimento no incerto. Até hoje, esta é a nossa realidade (ENTREVISTA - 62).

Tal adendo é salutar, considerando que há outras opções de financiamentos, ainda que não centralizado pelo poder público municipal, mas que deveria ser orientado por ele. A exemplo da premiação de outros prefeitos empreendedores, que buscaram no sistema financeiro, incentivos para o setor produtivo. A título de ilustração: em 2001, o prefeito de Vitória da Conquista, Bahia, ao fomentar empréstimos através do Banco do Povo, resultou em outras iniciativas creditícias, por exemplo, a agência Comunitária de Crédito Conquista Solidária; em 2002, a prefeita de Boa Vista, Roraima, conquistou o citado prêmio por estimular empréstimo intermediado pela Agência do Crédito Popular. Ações simples como estas que, às vezes, emprestam valores de pouca monta, como R\$ 800,00, fazem a diferença para a população pobre ou miserável. A respeito da experiência em Boa Vista, foi destacado que estes e os demais projetos realizados no município “buscam mudar a realidade de uma cidade onde 58% da população vive na linha da pobreza absoluta, com menos de meio salário mínimo. Ou na pobreza, com menos de um salário mínimo” (SEBRAE, 2003b, s/p). O uso do microcrédito como inclusão social, a nível macroestrutural tem sido estratégico para a sustentabilidade dos micro e pequenos empreendimentos, conforme atesta Yunus (2005).

Dessa forma, a pobreza associada à falta de espaços comunicativos na esfera pública estatal emperra o potencial criativo do empreendedorismo santacruzense. A racionalidade do planejamento da técnica de comercialização, sob orientação estatal trouxe, na realidade, receios, pois, o desencaixe e reencaixe (GIDDENS, 2002), nem sempre, foi acompanhado do agir comunicativo. Com isso, queremos dizer que a reestruturação do ponto comercial, ou seja, a saída do centro da cidade para o Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, efetivou-se sem a reflexividade comunicacional. Nas conversações praticadas, os ruídos – falta de entendimento mútuo – geraram dissensos.

Uma ação governamental é também um ato de fala, portanto, deve ser acompanhado de entendimento, no sentido de apreender a realidade e as demandas do empreendedor. A língua é constituída de uma estrutura gramatical, podendo ser assimilada pelos interlocutores no intuito de propiciar a ordenação mental. O ato de falar e ouvir é motivado pelas vivências particulares, ou seja, vem acompanhado de valores culturais e sociais, fazendo entender que o processo interativo é tanto linguístico, quanto cognitivo. O ruído se dá quando tais vivências não convergem, isto é, quando os interesses são antitéticos (HABERMAS, 1988). Neste caso, consideramos que o capital social interage nas esferas públicas de forma marginal, que o dialogo entre os produtores e as instituições se dão de forma assimétrica.

A falta ou indisposição de diálogo impede que a aprendizagem possa ser atendida conforme as demandas reivindicadas por cada empreendedor. São demandas diferenciadas em decorrência do tamanho e do poder aquisitivo de cada unidade produtiva.

Tais antinomias são verificadas no momento da promessa de que os boxes e as lojas fossem financiados com recursos do Banco do Brasil e do FAT, mas, tal intento não se concretizou para a maioria dos empreendedores, conforme relata um pequeno empreendedor:

Na época, foi falado que todos poderiam ter ajuda para comprar os box. Mas, essa ajuda não chegou para mim e para muitos. Muita gente desistiu porque não foi informado direito. Eu preferi comprar com meu dinheiro, não fiquei esperando essa burocracia. Mas, sei que muita gente, não tinha condições de fazer o mesmo que fiz (ENTREVISTA 63).

Com efeito, o capital social entre as organizações produtivas e a instituição estatal representada pela prefeitura, não tem resultado numa sinergia que concilie os interesses da cadeia produtiva. Os ruídos comunicativos entre a instituição municipal e as organizações ocorrem diante da incapacidade do Estado de imergir comunicativamente e, assim, compreender e suprir os déficits dos empreendedores locais. Sem espaços dialógicos, onde todos possam argumentar e contra-argumentar, as decisões são tomadas de forma monológica, gerando temores que não haverá reciprocidade na cooperação e confiança. Conforme comenta o produtor já citado, que vivenciou o momento da construção do ponto comercial de roupas:

Não sei se te contaram. Mas, a ideia era construir o Parque de Moda para alugar. E nós produtores não aceitamos esta proposta porque não queria que o Parque ficasse sendo controlado pela prefeitura. Não aceitamos para não ficar preso ao jogo político. E não vimos o aluguel como boas intenções; porque, quando a feira era no centro da cidade, ela ficava abandonada. Por isso a gente não acreditava que o comportamento da prefeitura ia mudar de repente. Lutamos para que não fosse alugado e que ponto ficasse definitivamente com nós (ENTREVISTA 63).

A questão do uso e propriedade do novo ponto comercial, de fato, foi motivo de controvérsias. Em decorrência da carência do capital financeiro dos empreendedores, esta instituição pública parece negligenciar a capacidade defensiva desses atores. Todavia, prestemos atenção ao parecer de um microprodutor:

Não queremos ficar, de repente, dependendo do serviço da prefeitura. As decisões iam ser feitas por quem? Eles iam decidir como? Sozinhos? Aconteceria como sempre, pegam e depois abandona. Por que não queriam passar definitivamente os box para o nosso nome? Pra fazer politicagem. Se eles não podem dar o box de graça, a gente preferiu pagar (ENTREVISTA - 64).

O casuísimo do poder público para a capacidade reflexiva do empreendedor, transparece no planejamento da construção do novo ponto comercial. Inicialmente, o Moda Center seria construído para ser alugado aos produtores. Entretanto, eles resistiram ao propor mudanças no projeto original. Se a princípio, o apoio do capital físico – o ponto comercial – efetivou-se monologicamente, a interação instrumentalizada não anulou a capacidade reativa do capital social aí existente. De fato, os empreendedores procuraram preservar sua autonomia, contudo, lutaram sem deixar de ser proativos. Impôs a ação comunicativa ao poder público, a fim de não se ver colonizado; preservando, então, o desejo de assegurar o desenvolvimento intermediado pela conversação. Cobrando, dessa maneira, espaços comunicativos governamentais, onde eles não existem.

O ruído comunicativo no momento da construção e venda do ponto comercial, reforça a tese de que os produtores da rede produtiva detém a capacidade de resistir às práticas conservadoras. Verifica-se aí, que o capital físico – o ponto comercial – e o capital social – representado pelos empreendedores – são utilizados como estratégias para fortalecer o capital político – poder dos governantes. De fato, vale destacar que o ex-prefeito, parece ter feito de seu cargo um trampolim para demarcar um espaço na vida pública no município de Santa Cruz. Vale observar que, após seu mandato de prefeito, procurou permanecer no cenário político, surpreendentemente, acumulando o

cargo de secretário da indústria e comércio e de síndico do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe. Indicando, com isso, que a construção do novo ponto de comercialização não visava, necessariamente, o bem público dos empreendedores, mas uma estratégia para preservar o poder de forma monopolizada, uma vez que não consegue utilizar o poder de forma instrumentalizada. O que parece dar razão ao depoimento de um entrevistado quando rejeita o aluguel dos boxes, para não ficar subordinado às práticas clientelista e paternalista do Estado.

Todavia, se não há uma relação dialógica prolongada com as instituições, o capital social quando se vê numa condição limite, demonstra ter a capacidade de resistir e não ficar condicionado ao discurso monopolizador. Dito em outras palavras, quando a ingerência do poder público afeta diretamente a autonomia dos produtores, o capital social mostra sua faceta: uma clara mensagem que se o Estado não cumpre seu papel de forma democrática, quando se apresenta, não pode tirar o que há de singular na rede: a capacidade de auto-organização.

Num contexto de insegurança, preferiram, então, preservar a liberdade; sem, no entanto, se afastar da política. Daí podermos classificar a atuação dos empreendedores como taumaturgo, sempre que seus interesses sejam cerceados (ARENDET, 1998), que procuramos ilustrar no episódio de aquisição do ponto comercial. Entendido dessa forma, o desenvolvimento é um conceito complexo, por envolver

vínculos sociais, a confiança nas instituições locais, a constituição de um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo, uma melhor qualidade de vida para todos, passaram a ocupar um lugar prioritário nas agendas políticas, antes organizadas em cima de orientações estritamente econômicas e/ou setoriais (URANI, 2004, p.508).

Dado que a instituição municipal parece negligenciar, se o capital social é um bem ético, enquanto dever moral, os empreendedores utilizaram a ação comunicativa de forma proativa, ou seja, propositiva. Em vez de rejeitar o espaço de comercialização, o Moda Center, negociou com o poder público estatal. Dessa forma, não houve indisposição para negociar e, ainda, apresentou soluções para atender sua necessidade: um ponto comercial tecnicamente inovador e, ainda assim, ver-se livre da tutela do poder estatal.

No nosso entendimento, a construção do Moda Center trouxe muitos benefícios admitidos pelos próprios empreendedores. Com a vantagem de, em contrapartida, não serem tutelados. O capital social, portanto, norteou a política desenvolvimentista não

como um favor e, sim, como um dever do Estado. Dessa maneira, em vez de se negar à ação dialógica com esta instituição, a exemplo dos antigos movimentos sociais (GONH, 1997), os produtores procuraram estratégias comunicativas para não serem vitimados pela modernização conservadora, baseada na concessão de determinados direitos às populações mais desfavorecidas, em busca de dividendos eleitoreiros e/ou econômicos; prática, esta, que caracteriza o Estado brasileiro como clientelista e patrimonialista (CARVALHO, 2001; FAORO, 2000). O que os empreendedores santacruzenses buscam, na realidade, é comunicar ao poder político que

o desenvolvimento pode se basear em políticas públicas voltadas à valorização das dimensões territoriais, superando a dicotomia entre o econômico e o social; entendendo esse último numa perspectiva não assistencialista, mas de alavancagem democrática das dinâmicas sociais [...] Incluem-se nessa estratégia não apenas as empresas, mas também as instituições pública e privadas voltadas à formação de recursos humanos, à assistência técnica, à produção e disseminação de informações, ao apoio à comercialização, ao crédito, etc.(URANI, idem, p.508-509).

O empreendedor deste Pólo visa transformar sua condição de vida; destacando, porém, que não deseja perder a autonomia sempre que haja necessidade de diálogo com o poder público estatal.

6.5 O capital social restrito: um possível entendimento para as descontinuidades comunicativas com a esfera pública estatal – a cooperação sem confiança

A experiência do trabalho empreendedor em Santa Cruz demonstra o baixo intercâmbio entre o empreendedorismo e as instituições políticas estatais. Assinalando uma inusitada modalidade de capital social: a cooperação, mas, sem vir acompanhada da tradicional confiança – uma das ferramentas necessárias para sua eficácia.

Conceituar o capital social como restrito, nos permite utilizar esta categoria analítica contextualiza ao local, ou seja, onde ele é investigado. O capital social restrito praticado na esfera pública estatal demonstra que a tese neoinstitucionista, defendida por autores como Putnam (2007), não pode ser universalizada para regiões periféricas, a exemplo do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, tendo em vista que sua cultura política segue a tradicional modernização conservadora que trata a questão do trabalho de forma populista (WEFFORT, 1978) ou na sua versão neopopulista (DE SAES, 1994). A construção do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, por sua vez, procura mais

ajustar-se à política neoliberal, do que atender às reivindicações dos empreendedores mais carentes, deixando a mercê os segmentos que não têm acesso à aprendizagem de diversos insumos necessários à gestão do empreendimento e, assim, sair da linha de pobreza que impede os trabalhadores desenvolverem seu potencial criativo, mas no contexto de uma economia ética (SEN, 1999).

O termo capital social restrito pode ser compreendido se levarmos em conta que a comunicação não é constituída pela tríplice reciprocidade: dar-receber-retribuir. Com efeito, a vivência das organizações com a instituição municipal se dá nos seguintes termos: a reciprocidade praticada fica limitada ao dar e receber, sem retribuição. O dar e receber se efetiva no momento em que a prefeitura coopera e constrói o Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe em parceria com a iniciativa privada para entregar ao empreendedor, e este último aceita pagando. Neste caso, pagar limita a troca comunicativa ao momento de dar e ter recebido. Receber pagando, significa que os empreendedores não querem continuar dialogando com a prefeitura, caso implique em perder sua liberdade de expressão. Para esses empreendedores, não tendo posse da propriedade, ter-se-ia a liberdade durante o processo de negociação. Entendido assim, o diálogo na transação com o poder público municipal não foi direcionado para a tríplice reciprocidade, por haver indisposição dos produtores em continuarem comunicando-se. A comunicação limitada ao dar e receber, sem retribuir, significa a interrupção do diálogo, sempre que ele seja monológico.

O uso do capital social restrito na esfera pública estatal permite apreender a permanência da modernização conservadora brasileira, mesmo após a redemocratização do país e a descentralização do poder. Fato que se reflete na falta de atendimento de outras demandas dos produtores santacruzenses em decorrência da dificuldade de implementar e consolidar espaços comunicativos entre o Estado e o capital social formado pela rede de produtores de confecção. O empreendedorismo, neste caso, ficou circunscrito ao diálogo da gestão de novas técnicas comerciais: vender confecção no Moda Center, com uma infraestrutura otimizada.

De acordo com a informação do secretário da Indústria e Comércio, o Moda Center possui pontos de vendas organizados por rua e numeração. Os boxes foram construídos numa arquitetura horizontal e transversal, instalados em oitenta mil metros quadrados cobertos, num total de 32 hectares doados pela prefeitura. Com uma infraestrutura que inclui espaço para hospedagem dos compradores, postos de serviços

bancários, praças de alimentação, banheiros para higienização dos clientes que vêm de regiões longínquas etc.

Esta técnica inovativa de comercialização ofereceu maior competitividade ao Pólo de Confeção de Santa Cruz do Capibaribe, tido como o maior centro comercial da América Latina, no setor de confecções, de acordo com a informação do secretário da Indústria e Comércio. Nesse sentido, se a ação comunicativa é uma moral-ética para o empreendedorismo na esfera privada, não obstante, agir comunicativamente na esfera pública estatal tem sido de baixa eficácia.

O uso do termo capital social restrito pode ser ilustrado em outro episódio, reforçando os limites de negociação para além da esfera doméstica. O relato de um microprodutor confeccionista, que comercializa no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, exemplifica a dissonância de interesses, quando se tenta cultivar o espírito comunicacional. De acordo com seu relato, quando solicitara junto ao Síndico, um espaço no Moda Center para instalar uma associação dos produtores que aí comercializam, foi-lhe negado tal direito. Segundo o pesquisado:

Pedimos uma área, onde a gente pudesse se encontrar para discutir os problemas do dia-a-dia. E ouvimos um grande não. Fiquei sem entender porque não fomos atendidos; com tanto lugar vazio que podia abrigar a associação. Precisamos de um lugar para discutir e como resolver a falta de água, durante alguns horários. À noite, depois de certo horário, falta guarda de segurança. Muitos vendedores ficam até mais tarde, porque a freguesia não tem hora certa. Tem uns que chegam, depois da meia noite para comprar; e temos que aproveitar as oportunidades para aumentar as vendas. A gente comprou o box, mas, pagamos todos os meses a taxa de condomínio. Esse dinheiro tem que ser aplicado para resolver isso (ENTREVISTA 65).

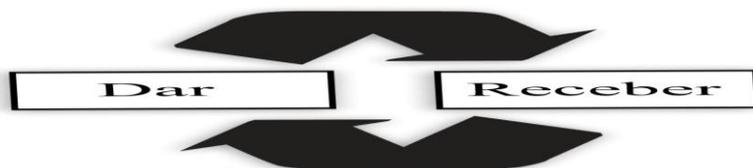
Esta citação demonstra a fragilidade dos espaços públicos para o atendimento das carências dos empreendedores. É salutar destacar que há demanda pelo diálogo tripartite, isto é, agir comunicativamente fundamentada em dar-receber-retribuir. A experiência da parceria entre o poder público e os empreendedores na construção do Moda Center, poderia servir como ponto de partida para a continuidade da negociação, a partir do atendimento de outras demandas dos produtores. Prática-moral que poderia restaurar a cooperação atrelada à confiança. Pois, se, de um lado, houve a adesão à proposta governamental para mudar o ponto de comercialização, na forma negociada, demonstra a necessidade de serem estabelecidas parcerias; seu sucesso, todavia, tem sido relativo, dada a descontinuidade das negociações dialógicas. A exemplo da negação do pedido reivindicado pelo empreendedor.

Nessa perspectiva, o termo capital social restrito se dá no contexto da arbitrariedade do poder municipal, a partir das descontínuas políticas governamentais, levando em conta que o capital físico representa estratégias para acumular mais capital político, nos momentos eleitorais, e não, medidas para implementar modelos redistributivos mais democráticos.

Vimos, então, a modernização conservadora demonstrando seu caráter excludente, se considerarmos que a maioria das decisões continua sendo tomada de cima para baixo; o elemento dialógico, na realidade, teve que ser cobrado pelos empreendedores. A reificação do conservadorismo se deu no momento em que foi sugerida a criação de uma associação dos produtores e tal ato foi negado. Entendemos, então, que as decisões tomadas assimetricamente entre o poder público e os empreendedores são rejeitadas, dada a incapacidade das instituições de lidar com o compartilhamento de valores; e, com isso, atender as necessidades do conjunto da população produtora.

Enfim, entendemos que o Moda Center poderia ser um embrião para estabelecer parcerias com outras instituições, necessidade latente nas organizações empreendedoras com déficits de aprendizagem para inovação organizacional; derivados, sobretudo, de centros de P&D, que poderiam otimizar a qualidade e a inovação nos processos e nos produtos. Um dos poucos institutos tecnológicos existentes, o ITEP, fica localizado em Caruaru, além de não ser acessível a todos os empreendedores santacruzenses, pela distância, atua na área de tratamento de tecidos voltada para a confecção de jeans; atendendo, portanto, apenas às necessidades dos produtores de Toritama, que se especializaram na produção de calças com este tecido. Embora Santa Cruz do Capibaribe se dedique à modinha, que consiste na fabricação de roupas como short, camisas, blusas femininas, saias etc. , essa instituição poderia ser utilizada para fazer pesquisas aplicadas aos tipos de tecidos utilizados em Santa Cruz do Capibaribe. A ausência dessas agências atesta a concentração espacial de C&T e P&D nas regiões Sudeste ou regiões metropolitanas do país (ALBUQUERQUE, 2003; DINIZ e GOLÇALVES, 2005).

Sendo assim, a reciprocidade do diálogo entre o poder público municipal e as organizações produtivas, em termos gráficos, poderia ser representada nos seguintes termos:



Isto simboliza que na esfera pública estatal, o capital social restrito indica a dificuldade do governante municipal santacruzense aproximar-se dos valores e das demandas produtivas dos empreendedores. O que implica dizer que o capital social parece ter seus motivos para evitar parcerias com estas instituições, haja vista que há sempre a possibilidade de elas monopolizarem o discurso. Como já dissemos, um dos poucos institutos de pesquisa e desenvolvimento, o ITEP, além de estar distante do Pólo de Santa Cruz, é desconhecido pela maioria dos produtores, conforme informações dada pela coordenadora dos cursos desta instituição. Percebendo a desvalorização da sinergia proporcionada pelas experiências cotidianas, os empreendedores procuram outras esferas de aprendizagem. Veremos a existência desses espaços e suas instituições para o aprendizado como inovação.

6.6 A aprendizagem inovativa na esfera pública não estatal

Diante das dificuldades para inovar produtos e processos a partir dos saberes codificados oriundos das instituições, em especial, estatais, os trabalhadores têm procurado estratégias alternativas que lhes permitam aprender a inovar através de parcerias.

Se a esfera pública governamental deflaciona o capital social deste Pólo, os empreendedores procuram estratégias recorrendo à esfera pública não estatal, que em Habermas (1984), corresponde à sociedade civil, por não fazer parte da esfera privada, nem da esfera pública governamental.

São nos espaços públicos civis que são criadas instituições virtuosas, conforme pregam os neoschumpeterianos (TIGRE, 2006). De acordo com o autor, esta modalidade de capital social é capaz de propiciar o crescimento econômico sustentado das micro e pequenas empresas. No caso do aglomerado produtivo santacruzense, a ASCAP representa a esfera pública não estatal e a mediação do potencial pertinente ao capital social. Esta modalidade é, aqui, compreendida como capital social restrito relativo.

É importante chamar a atenção que a ASCAP só pode ser considerada uma instituição virtuosa, caso implemente parcerias de aprendizagem organizacional continuamente. Uma empreendedora de pequeno porte declara em sua entrevista que

a ASCAP é reconhecida na região e tem projeção em todo o estado, pelos avanços que ela obteve. Pelos resultados trazidos. Tem empresas que, com os cursos oferecidos em parceria com a ASCAP, aumentou a qualidade da confecção, passaram a ser conhecida nacionalmente, como a rota do mar; que serve como um espelho para todos daqui (ENTREVISTA - 66).

Na tentativa de reverter a sociabilidade comunicativa limitada aos espaços domésticos, a ASCAP vem tentando revitalizar a esfera pública e torná-la cívica. Em 2008, foi elaborado o *Relatório de Oficina de Planejamento Estratégico da Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe*. Neste, consta que a instituição tem apenas 180 associados, num universo de milhares de produtores. O referido documento é resultado de um estudo prospectivo para detectar o potencial e fragilidade da associação, utilizando o método da matriz SWOT; que, por sua vez, consiste em detectar quatro aspectos analíticos: *strengths* (força); *Weaknesses* (fraquezas); *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Com isso, foram identificados e analisados os pontos fortes e fracos, a fim de evitar o retrocesso do desenvolvimento local. No período de sua elaboração, diversas oficinas tinham como meta propor novas técnicas de gestão a serem aplicadas pela ASCAP ou em parceria com outras instituições governamentais e/ou privadas. Foram montados quatro grupos temáticos, cada um composto por cinco pessoas. Neles discutiram:

a) Painel de Problemas: identificação dos fatores que dificultam, limitam ou impedem o aumento do número de associados e, por conseguinte, o fortalecimento da associação;

b) Painel de Priorização dos Problemas: detectados e registrados os déficits, foram dadas prioridades àqueles que poderiam ser solucionados pela ASCAP, através de parceria, convênios ou acordos com outras entidades;

c) Painel de Soluções: foram registradas as metodologias, as pessoas e agências externas, assim como as diretrizes capazes de solucionar as demandas apresentadas;

d) Painel de Planejamento das Ações: detectados os problemas, em seguida, foram priorizados os procedimentos que deveriam ser implementados para minimizá-los ou neutralizá-los.

Por questão de espaço, não detalharemos por completo os itens apontados em todos os painéis, mas apenas o seu número para que tenhamos a dimensão dos problemas e, em seguida, destacaremos os pontos mais relevantes e representativos que versam a respeito das técnicas inovativas da gestão organizacional, proposta pela ASCAP. No levantamento de pontos fortes e fracos, a instituição identificou um total de dez e onze itens, respectivamente.

a) no quesito forte, destaca-se: 16 anos de atuação contínua, que lhe dá credibilidade junto aos produtores do Pólo; parceria e convênios com instituições, a exemplo do SEBRAE, SESI, SENAI, SENAC, ACIC, ASCONT, ACIASUR, ACIT, ACIPA, CDL'S; possui tradição e boa experiência em cursos de capacitação, consultoria, rodada de negócios, missões empresariais, guias de compras, visitas às feiras locais, regionais e nacionais;

b) referente ao quesito perfil fraco: é destacado o relacionamento deficitário com o poder público (municipal e estadual); necessidade de otimizar a objetividade e pontualidade no cumprimento dos eventos programados; ampliar o quadro de sócios; aprimorar as ações junto às empresas no sentido de inovar a logística; padronizar as embalagens e condicionamentos e armazenamentos dos produtos.

6.7 Os desafios da ASCAP em praticar a comunicação triparte diante um empreendedor cético com a esfera pública e suas instituições formais

Dissemos que o capital social formado pela rede de empreendedores tem resistido ao domínio do capital político, aqui, representado pelo poder público – o governo da prefeitura da cidade. Demonstrando a capacidade de organização e mobilização da sociedade civil. Argumentamos anteriormente que, no projeto original da construção do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, constava que os pontos de comercialização seriam alugados em vez de vendidos. Dada a possibilidade de mudanças das regras do jogo durante o contrato de aluguel, os produtores entenderam que poderiam ficar sob a tutela do Estado e, portanto, sujeito ao tradicional clientelismo vigente na cultura política nacional (CARVALHO, 2001). Mediante a permanência das contradições, entre as instituições e a organização da sociedade civil, que tem caracterizado a modernização conservadora brasileira, fica claro que a rede formada no Pólo prefere manter sua autonomia sempre que as decisões que regularão suas vidas sejam tomadas de cima para baixo.

É possível ilustrar, também, o empoderamento do capital social santacruzense através da elaboração do *Relatório Oficina de Planejamento Estratégico da Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe* (2008). Trata-se de um planejamento sistemático para reparar as deficiências da associação, a ASCAP, que enumeramos e comentamos nos itens a, b, c, d; no tópico 6.7, desta tese.

Entendemos, assim, que a singularidade do capital social pertinente ao Pólo de Santa Cruz do Capibaribe consiste numa modalidade interacionista que, se não encontra aprendizagens na esfera pública estatal, tem encontrado na esfera pública não estatal (COCCO, 2000), ou no que Habermas (1984) chama de sociedade civil, espaços comunicativos no sentido de encontrar estratégias para ter acesso aos conhecimentos necessários para inovar a gestão dos empreendimentos.

A sociedade civil proposta por Habermas (idem) é rica em termos propositivos por deter uma autonomia para participar e deliberar sobre temáticas que regulam a vida em sociedade, ou seja, os interesses coletivos. Nesta perspectiva, os déficits para a produção de bens e serviços são supridos pela negociação para além da esfera privada e esfera pública governamental. Tal prática-moral tem como vantagem estratégica o fato do conhecimento não ficar restrito a poucos grupos sociais, no primeiro caso; nem sob o domínio do Estado, na segunda situação.

Fundamentar o aprendizado nos espaços públicos não estatais significa, então, que na sociedade civil é possível o capital social formar uma organização de base (MATOS, 2000) e, com isso, acessar bens indisponíveis em outras esferas. De fato, esta modalidade organizativa no âmbito formal é constituída pela ASCAP, uma das poucas associações a permanecer por um longo tempo neste APL. Sua longevidade pode ser atribuída ao fato de tentar resolver as demandas da rede, pela via da ação comunicativa. Ao frequentar as reuniões durante a pesquisa de campo, pude constatar a forma como as pautas da reunião são negociadas. Sua composição conta com os seguintes integrantes: um presidente, vice-presidência, três diretores, três conselheiros e três conselheiros suplentes (ASCAP, idem, ibidem). Estes produtores seguem o princípio elementar da democracia comunicativa habermasiana (HABERMAS, 2003), espaço público para comunicar e contra-argumentar, de modo a convencer e ser convencido. A título de ilustração, vejamos como foi decidida a palestra de uma funcionária da ABIT, que prestaria consultoria sobre novas tecnologias em tecido. O presidente da ASCAP abre o encontro destacando os principais temas a serem discutidos na reunião:

Esta palestra vai trazer muita novidade. A consultora fez recentemente viagem pela Europa. No e-mail enviado pela ABIT, informa que ela tem muitas novidades que chegarão ao mercado brasileiro ano que vem. Acho que vai ser bastante motivadora esta consultoria. E a gente deveria começar a agendar a data; tenho que dar resposta ainda esta semana para a ABIT. Qual a data que marcaremos? Que tal no começo deste mês? (ENTREVISTA - 67)

Um dos diretores intervém e aconselha que a data poderia ser marcada para outra ocasião, dando a seguinte explicação:

A data deve ficar para o fim do mês. Temos outra prioridade que é a coleção da próxima estação. Precisamos marcar eventos mais urgentes. Priorizar os que tragam mais sócios. E isso somente vai acontecer, trazendo eventos que eles estejam precisando para agora (ENTREVISTA - 68).

Outro diretor da ASCAP e microprodutor concorda com a fala do interventor, dizendo que a associação estava com déficit de caixa e precisa trazer novos sócios para equilibrar as contas.

Ele não deixa de ter razão. Os cursos devem atender os produtores a resolver seus problemas mais imediatos que é a criação de novos modelos. A consultora da ABIT vai atender as necessidades dos produtores que poderão comprar estes tecidos mais sofisticados. A maioria não tem condições de trabalhar com tecido de maior valor agregado. São poucos com clientela que vão comprar este tipo de tecido. Vamos inverter a data. Primeiro oferecemos o curso para a nova coleção e aproveitamos para anunciar a vista da consultora da ABIT. E já com o curso dado sobre as novas tendências de design, eles vão querer saber o que tem de novidade na área de tecidos (ENTREVISTA 69).

Com o debate acima, ficou acordado que as datas seriam marcadas mediante os interesses dos produtores que demandam por tecidos básicos e curso de tendências da moda, conciliando com a necessidade de atrair um maior número de associados para a ASCAP. Tem-se, então, a construção de acordos comunicativos para o bem da instituição e dos produtores locais.

A ação comunicativa para a aquisição de pacotes tecnológicos externa à esfera privada, tem na ASCAP uma importante representação institucional pertinente à esfera pública não estatal. A ASCAP atesta ser possível reproduzir fora da esfera doméstica, a ação comunicativa estruturada em dar-receber-retribuir. Nas reuniões dessa instituição, foi encontrado um consenso em torno das datas e os cursos a serem oferecidos para a aquisição do conhecimento codificado, através da consultoria da ABIT. Com efeito, neste espaço público, uma parcela dos empreendedores propôs delimitar o mundo

sistêmico do mundo da vida, para não se verem subjugados pelo poder público. O acordo obtido na reunião da ASCAP passou pelo crivo habermasiano. Isso porque a linguagem se deu num contexto de correção e autocorreção na busca de um *médium* (HABERMAS, 2003), isto é, de um valor comum obtido a partir da proposta de cada um dos participantes da conversa.

Isso demonstra que é possível agir comunicativamente na sociedade civil não estatal, tendo em vista a aprendizagem tecnológica. É neste espaço público que são informadas as novas tecnologias para a gestão da criação, produção e comercialização, sobretudo, conhecimentos não obtidos na esfera privada ou na esfera governamental.

No quesito da gestão da criação, na ocasião, a ASCAP estava oferecendo cursos de novas tendências da moda, com estilista contratado para dar consultoria. Como revelado por um dos diretores entrevistados:

Nós contratamos o serviço de um estilista, duas vezes ao ano para fazer a coleção de inverno e verão. Estes cursos são bons porque ajudam os confeccionistas ficarem atualizados com o que está sendo produzindo lá fora. E isto é bom para ele, porque vai atrair uma maior clientela de fora. E é bom também para nossa cidade. Porque, estaremos mostrando que estamos antenados com o que há de novo no mundo da moda. São os cursos que mais atraí os associados (ENTREVISTA - 68).

Pergunto qual a importância desses cursos para os empreendedores, já que se destacou que é um dos cursos mais requisitados. Sua resposta confirma o que temos discutido até o momento. De um modo geral, são empreendedores de baixo poder aquisitivo para arcar com os custos individualmente. Como explica o já citado entrevistado:

Nem todos têm condições de contratar um estilista. São poucas as empresas que dispõem destes profissionais aqui. A maioria, não poderia pagar por uma consultoria se não fosse de forma associada. Para fazer estes cursos, nós da ASCAP temos que fazer parcerias para ajudar a abater os custos de trazer um estilista de fora. Hoje, são profissionais que cobram caro para prestar seus serviços. E fazemos questão de trazer os melhores. Mas para fazer isso, temos que contar com a ajuda do SEBRAE, do SENAC que divide as despesas. E por causa disso, o custo sai bem reduzido para o associado (ENTREVISTA - 68).

Para divulgar os eventos, a ASCAP elabora panfletos, onde constam dados como o cronograma, a carga horária e os valores para sócios e não sócios. Durante a pesquisa de campo, acompanhei um desses cursos. Aprendizagem para a criação de uma coleção

de moda, denominado de *Pesquisa e Desenvolvimento da Coleção Inverno/2009*, que tinha os seguintes propósitos: capacitar o produtor para elaborar a coleção de moda, seguindo às tendências da estação do ano. O programa visa gerar as seguintes aprendizagens:

- o conceito de moda;
- a construção técnica da coleção;
- as etapas do processo de construção da coleção;
- a coleção construída no contexto de trabalho em equipe;
- a administração do cronograma da elaboração da coleção;
- elaboração do painel de tendências;
- elaboração e escolha do tema;
- os grupos dos temas;
- conceito de moda básica, moda fashion e moda de vanguarda;
- finalização e apresentação da coleção.

Entendemos que atender a demanda dos associados num local, cuja especificidade é a baixa capacidade de acreditar na cooperação, proporciona à ASCAP legitimidade junto à rede de produtores. A sua importância faz jus ao mérito de uma instituição virtuosa, dada a constante luta junto às instituições públicas e privadas, na tentativa de reverter o descaso público estatal; quando se trata, por exemplo, de incentivar segmentos produtivos tradicionais, a exemplo da confecção de baixo valor agregado santacruzense. Sua mobilização para reivindicar por melhorias, demonstra que a sociedade civil tem capacidade de organização para lutar pelo reconhecimento dos direitos. Seu mérito deve ser reconhecido, haja vista que ela atua numa região com cultura de baixa capacidade de cooperação (ISMAEL, 2008). É possível, portanto, apreender a experiência desta associação como um laboratório político, uma vez que visa impor empoderamento numa sociedade situada numa modernização conservadora; trata-se, por conseguinte, de um capital social elementar, na medida em que o Estado neoliberal permanece um modelo hegemônico.

Com efeito, se levarmos em conta que este aglomerado de empresas é de origem espontânea, isto é, sem governança central, não podemos desconsiderar o mérito desta instituição na busca de tentar questionar o capital social excludente das instituições locais. Referimo-nos ao fato de ela ter sido uma das primeiras vozes a chamar a atenção para a necessidade de trazer insumos materiais e imateriais e, com isso, inovar de acordo com as novas aprendizagens requeridas pelo mercado consumidor. Para dizer de

outro modo, é uma instituição que reivindicou uma igualdade de oportunidade para poder competir num mundo globalizado. Vale observar que a ASCAP surgiu pela iniciativa dos próprios produtores em busca de novas aprendizagens e não ao contrário, conforme relatou um dos diretores entrevistados. Podemos então dizer que sua voz ecoou na esfera pública política (HABERMAS, 1997) de modo a conseguir a construção do Moda Center.

Seu posicionamento político ficou evidenciado quando lutou por novas técnicas de comercialização sem ficar submetida à lógica clientelista eleitoral, ao reivindicar a posse definitiva dos pontos de vendas e não o aluguel dos mesmos. Esta mobilização coletiva chamou atenção do poder público estatal na busca de melhoramento na infraestrutura, conquistando também a aprovação do projeto de duplicação da rodovia BR-204, que beneficiará a região do Agreste. Nas reuniões que acompanhei na ASCAP, ficou evidenciado que esta rodovia vai facilitar o acesso da clientela ao Pólo. Para além destas exemplificações, o *Relatório Oficina de Planejamento Estratégico da Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe*, de 2008, é uma carta de declaração aberta ao público, sobre o papel da ação no sentido de suprir os déficits de aprendizagens.

6.8 ASCAP: uma instituição formal de capital social irrestrito relativo

Fica evidente, assim, a importância da ASCAP como uma instituição pertencente à sociedade civil para atestar a pertinência do capital social em regiões que em que o Estado trata com descaso setores da economia popular. Ao assinalarmos o virtuosismo cívico da ASCAP, como aponta Puntnam (2007), não significa que consideramos a intersubjetividade na esfera pública não estatal isenta de conflitos, nem que seja a solução final para os déficits do aprendizado.

De fato, a própria ASCAP admite a dificuldade para atrair novos sócios, levando em conta que num universo de cerca de 8.000 produtores, existem apenas 180 associados (ASCAP, *idem*, p.4). Vale reforçar que os desafios começam pela imprecisão da quantidade de produtores atuantes no Pólo. Dados mais precisos poderiam servir como referência para políticas desenvolvimentistas mais racionais, consoante declaração de outro representante do SEBRAE, já citado anteriormente, da região do Agreste Pernambucano:

A última pesquisa que analisou a realidade do Pólo, foi publicado pelo SEBRAE em 2003; quando a feira, ainda era no centro e a confecção era vendida nas barracas e não no Moda Center; que passou a funcionar em 2006. A informalidade impossibilita qualquer certeza sobre o Pólo. Mandamos projetos para atualizar os dados e até o momento não obtivemos retorno. Nosso maior desafio para propor cursos é este. As ações não nascem do vazio, mas, da compreensão da realidade de cada produtor. Não vejo como é possível solucionar os problemas, sem dados concretos. E as coisas ficam assim, no meio do caminho. Fica difícil agir, sem as informações encaminhadas pelos produtores (ENTREVISTA - 53).

Uma das diretorias da ASCAP informa que a falta de dados confiáveis faz com que, muitas vezes, as ações sejam decididas por intuição, devido à falta de parâmetro que as norteiem. Tal fato impede a ASCAP de implementar políticas adequadas para atrair novos associados.

O número exato de fábrica em Santa Cruz é praticamente impossível de saber. O que fazemos é especular, mais ou menos assim: pegue os número de bancas que existem dentro do Moda Center, mais de 6000 boxes, some mais 550 lojas. Só que não é levado em conta os mais de 3.000 barraqueiros que ficam fora do Moda Center. Tudo bem que, tem muita gente ali, que só vende, mas, não fabrica. Acontece o contrário também, gente que fabrica em casa e não vende no Moda Center. A coisa pega nisso. Passe em cada rua de Santa Cruz, e veja quantas pessoas estão fabricando em casa para ela mesma ou para alguém (ENTREVISTA - 68).

Em meio a essa heterogeneidade, a associação tenta conquistar novos sócios, de modo a oferecer cursos que atendem ao perfil de cada produtor e, assim, democratizar o conhecimento codificado para a inovação tecnológica. A missão da ASCAP (2008, p.4) é expressa da seguinte maneira: “Representar os interesses dos confeccionistas locais e contribuir, através da prestação de serviços e parcerias, para o desenvolvimento sócio econômico das empresas e do município”

O reconhecimento dos empecilhos para aumentar o número de associados demonstra que, embora esta esfera pública não estatal tenha produzido a cooperação acompanhada de confiança, sua eficácia tem sido incipiente, por não conseguir reverter a descrença nas instituições formais pertencentes às esferas públicas, na totalidade ou maioria dos produtores – cerca de 8.000. Isso quer dizer que a ASCAP não encontrou, ainda, estratégias adequadas para agir comunicativamente com o conjunto da população produtora de confecções, demonstrando ser incapaz de estabelecer trocas comunicativas mais amplas e desbloquear a descrença nas instituições públicas formais.

Uma microempreendedora confirma a insatisfação com a ASCAP, alegando que esta Associação não oferece cursos que atendam à realidade dos microempreendedores, sobretudo, aqueles que conseguem obter insumos por conta própria.

Não sei se estou certa, mas acho que a ASCAP é muito parecida com o SEBRAE. Não tem muito a ver com que precisamos. Os cursos que oferecem é para a empresa que já conseguiu ir pra frente. E nós que tem pouca produção? Nada é feito. Não há propostas para fazer o pequeno crescer (ENTREVISTA 70)

Pergunto a ela, então, quais são as necessidades dos produtores que tenham este perfil e o que deveria ser feito.

Nós precisamos de incentivos para melhorar a qualidade da confecção. Poderia haver projetos para ver o que existe de máquinas mais modernas, que produzissem com mais qualidade no acabamento. E como financiar essas máquinas para as facções sem condições. Hoje em dia, tem muitas máquinas avançadas, que gasta menos energia, isso ajuda economizar na conta de luz. Também já tem máquinas que costura vários tipos de tecidos. Muitas costuras, eu não pego porque minha máquina não serve para alguns tipos de tecidos. Dá para fazer roupa barata com qualidade. Como eu tava dizendo, com máquinas mais modernas para costurar, a gente arrisca mais na criatividade dos modelos (ENTREVISTA - 70).

Esta fala demonstra que o baixo índice de associativismo no empreendedorismo santacruzense se deve ao fato de não contemplar a diversidade de demandas do conjunto dos produtores. Tudo leva a crer que falta competências comunicativas, a fim de conciliar os distintos interesses dos produtores. Enfim, que potencialize a sinergia factível ao capital social, pois embora exista a possibilidade de aprendizagem fora da esfera privada, a maioria dos empreendedores ainda não parece acreditar no potencial da ASCAP. Isso nos permite inferir que o capital social aí praticado pode ser caracterizado como capital social irrestrito relativo. Inferência justificada pelo fato da reciprocidade dar-receber-retribuir não ser ampliada para o conjunto dos produtores santacruzenses.

Alexandro Portes (2000, p.133) tece um interessante comentário a respeito do capital social. Em sua ótica, nas últimas décadas, esta categoria tem sido abordada como “uma panacéia para todas as enfermidades que afetam a sociedade”. Esta modalidade de interação social, diz o autor, tem sido aplicada em diversas áreas como a econômica, política e a sociológica; concebido, então, sob o viés de atributos como virtude, dádiva,

zelo, pertencimento, cooperação, confiança, motivações, etc. Para Portes, é preciso ter parcimônia na sua utilização, pois a

ambição de aceder a recursos valorizados por parte dos beneficiários é prontamente compreensível. Mais complexas são as motivações dos doadores, a quem se requer que tornem estes recursos disponíveis sem rendimento imediato. Estas motivações são várias e merecem ser analisadas visto constituírem o processo central que o conceito de capital procura captar. Desta forma, um tratamento sistemático do conceito tem de distinguir: (a) os possuidores de capital social (os que fazem as solicitações); (b) as fontes do capital social (os que acedem às solicitações); (c) os recursos propriamente ditos. Estes três elementos encontram muitas vezes confundidos nas discussões em torno do conceito (PORTES, *idem*, p.137).

Estas especificidades fazem o autor assinalar que o capital social, de fato, tem proporcionado significativas sinergias. Não obstante, enquanto subsídio teórico, deve ser analisado sob duas perspectivas: “distinguir entre motivos altruístas e instrumentais” (PORTES, *idem*, p. 138), uma vez que a distribuição do capital social, nem sempre, é realizada de forma equânime. Com isso, indica que a sinergia derivada do capital social ocorre sob o viés corporativista e o viés de compartilhamento. Em sua obra, é comentado uma série de estudos que submeteram o capital social à realidade empírica; destaca-se, aqui, uma das ilustrações relacionadas com nossa discussão. Portes (*idem*, p.148) argumenta que o “fechamento”, muitas vezes, excluem outros participantes de usufruírem do capital social que circula na rede. Rumbaut diz que, “os laços familiares unem, mas por vezes constroem em vez de facilitarem resultados específicos”.

O capital social, portanto, é capaz de criar sinergia, mas também produz seu inverso, a entropia. Todavia, por se tratar de um conceito em processo de investigação quanto à sua utilidade para explicar a cooperação entre os atores sociais, Portes assinala:

Apesar de acreditar que a maior promessa teórica do capital social se encontra ao nível individual – exemplificado na investigação de Bourdieu e de Coleman –, nada existe de intrinsecamente errado em redefini-lo como propriedade estrutural de grandes agregados. Este ponto de partida conceptual requer, contudo, maior cuidado e refinamento teórico do que o que tem sido demonstrado até aqui (PORTES, *idem*, p.152).

Tal crítica torna necessário avançar e aprofundar um pouco mais a respeito das múltiplas vivências do empreendedorismo no Pólo de Santa Cruz. Tal intento permite verificar quais são as esferas de aprendizagens e o capital social praticado. O propósito é elucidar quais são as estratégias alternativas encontradas por este aglomerado de

empresas, para alcançar o posto de primeiro produtor de confecção do Norte e Nordeste, mesmo diante de um capital social praticado numa esfera pública não formal. Pois, como vimos, a interação com instituições formais, a exemplo da prefeitura ou da ASCAP, não tem sido generalizada. De fato, vimos que o interacionismo derivado dos espaços públicos, estruturados por instituições formais, efetiva-se de maneira entrópica e não sinérgica, levando em conta que a ASCAP contempla apenas poucos associados. A incapacidade de comunicar-se dialogicamente com os demais empreendedores, faz deste capital social uma prática restritiva. Portanto, no nível macroestrutural - interação dialógica entre os produtores associados da ASCAP e o Estado, instituições juridicamente constituídas – os direitos conquistados não atingem a totalidade dos trabalhadores.

Neste contexto, compreendemos que a dimensão escalar do capital social praticado em Santa Cruz se dá em nível microestrutural; entendido, aqui, como intercâmbio na esfera pública desvinculada de instituições formais, tais como associações, cooperativas, ONGs, etc.

Vejam, então, o capital social no âmbito microestrutural forjar um dos maiores Pólos confeccionistas do país e o limite de seu potencial desenvolvimentista.

6.9 A aprendizagem inovativa na esfera pública não estatal: capital social irrestrito absoluto

Para compreender a permanência dos empreendimentos em Santa Cruz do Capibaribe é preciso estar ciente de que se trata de uma cadeia produtiva demasiadamente heterogênea que resulta em diferenciado acesso aos insumos materiais e imateriais; e, por conseguinte, do uso do capital social. Isso porque o fomento do fluxo comunicativo e de aprendizagens está condicionado aos espaços por onde o empreendedor trafega.

O caráter irrestrito deste capital social consiste no fato de ele estar desbloqueado. Há, portanto, uma variedade de opções espaciais para interagir de acordo com o capital econômico e cultural do empreendedor. Não obstante, por ser informal, a priori, é possível circular por todos os espaços simultaneamente ou de forma seletiva. O que torna especial a esfera pública estruturada por instituições informais, é a variedade de opções que o empreendedor tem para aprender, ou seja, dificilmente estará destituído de

espaço informacional e comunicativo, pois, em algum momento poderá acessar quaisquer redes comunicativas desbloqueadas de fluxos informacionais.

Este formato do capital social denominado por Portes (idem) como altruísta, tem como peculiaridade o fato de ser compartilhado indiscriminadamente, portanto, acessível a quem deseja participar da rede de empreendedores. Embora seja uma esfera microestrutural, estruturada por associações informais, ocorre o que Storper e Vanables (2005) chamam de comunicação do burburinho, proporcionado pelo contato face a face. Para os autores, o ato de circular numa rede, mesmo informalmente, isto é, sem status jurídico, habilita a ser de dentro; e, assim, compartilhar os sentimentos morais pertencentes à rede.

A título de ilustração desses espaços geradores de aprendizagens inovadoras, podemos citar: a) o Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, por onde circulam milhares de produtores que comercializam suas confecções; b) a rede formada por amigos, fornecedores e compradores; c) a *mass media*, tais como a televisão, as TICs, revistas de moda, periódicos publicados pelo setor de moda.

Estas esferas públicas fomentam um capital social irrestrito absoluto eficaz, por serem bens públicos massificados. Este termo significa insumos imateriais, a priori, não passíveis de restrição quanto ao seu acesso e uso, por serem de domínio público. Este termo pode ser compreendido da seguinte maneira: a) não pertencer às esferas públicas estatais e não estarem localizados nas instituições formais; b) não haver controle formal para acessá-lo, tais como taxas de pagamento para ser associado ou pertencer a determinado segmento econômico; c) nível de instrução profissional ou cultural; muitas vezes, ter o domínio da leitura e da escrita é o suficiente para acessar informações obtidas a partir das revistas de moda, da internet; d) saber interpretar uma imagem basta para aprender a inovar, exemplificada através do uso da televisão. É, pois, neste sentido, que compreendemos ser de domínio público.

Em nossa discussão do capital social, formado na esfera pública pertencente ao domínio público, não fazemos referência à hierarquia da acessibilidade, mas, a variabilidade de possíveis acessos. Fenômeno, este, que poderia justificar a sustentabilidade pela inovação tecnológica de uma cadeia produtiva heterogênea, sobretudo, nas estratégias para aprender a inovar a produção de bens e serviços. A diversidade organizacional santacruzense pode ser classificada da seguinte maneira:

a) empreendedor, cuja organização produtiva informal é constituída pela família nuclear, que comercializa as confecções no Moda Center ou no poirão – área não

pavimentada que libera tempestade de areia nos períodos de fortes ventania, suas barracas são instaladas nas adjacências do Moda Center, abrigando milhares de produtores com poucos bens de capital –, esta modalidade organizacional costuma aprender nas esferas privadas e/ou públicas informais;

b) empreendedor, cuja organização produtiva (in)formal é constituída pela família nuclear e parentes, que podem comercializar no poeirão ou no box; modalidade com tendência de aprender nas esferas privadas e/ou públicas formais ou informais;

c) empreendedor, cuja organização produtiva (in)formal é constituída pela família nuclear, parentes, vizinhos e amigos, que comercializam no poeirão, no box, ou nas lojas; e aprende nas esferas privadas e/ou públicas formais e, eventualmente informais.

Este perfil foi construído a partir do tamanho das organizações, tomando como referência os números de profissionais que participam do processo fabril. Durante a visita de campo, de um modo geral, ficou evidente que o tamanho das empresas é proporcional ao número de profissionais nelas ocupados. Portanto, é possível elaborar tal perfil, a partir de tal indicativo.

Todavia, esta classificação não impede que nenhuma delas possa participar de todas as esferas de aprendizagens, pois na sociedade de economia imaterial, mais que o tamanho da empresa, são as estratégias comunicativas que dão acessibilidade às diversas esferas de aprendizagens. Apesar de ser possível se comunicar por diferentes formas, privilegiamos, aqui, a abordagem que perpassasse pelo uso da linguagem.

Enfim, o que interessa extrair desse quadro, é o fato de o capital social irrestrito absoluto permitir à heterogênea organização produtiva do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, aprender a inovar através de uma diversidade de redes empreendedoras; desde as empresas melhor estabelecidas, até as situadas no fim da cadeia produtiva. A variabilidade desses estabelecimentos e as possibilidades de acesso aos espaços de aprendizagens, flexibilizam os custos de transação para adquirir insumos tecnologicamente avançados. Queremos com isso dizer que, no caso da esfera pública não estatal e suas instituições informais, o custo será proporcional ao veículo de informação utilizado; podendo, até mesmo, ter custo zero, no caso da televisão.

Em outras palavras, o que nos parece relevante e que diferencia substancialmente a utilização do capital social irrestrito absoluto, em relação aos demais aqui abordado, é o fato de que antes da questão econômica para acessar a esfera pública não estatal e o capital social irrestrito absoluto, os principais insumos requeridos são,

respectivamente, o domínio cognitivo e a competência comunicativa; o que, por consequência, coaduna com o postulado da sociedade pós-industrial, também chamada de economia imaterial (LAZARATO e NEGRI, 2001). Neste caso, saber ler, escrever e interpretar permitem fazer parte da esfera pública não estatal e das suas instituições informais, proporcionalmente ao poder cognitivo; numa escala evolutiva que envolve tecnologias simples, a exemplo da televisão, como também recursos tecnológicos mais complexos, como as TICs.

6.10 O capital social irrestrito absoluto explicado sob a sociedade de massa: uma imersão na sabedoria da multidão

O capital social irrestrito absoluto é o mais recorrente por ser mais democrático à maioria dos empreendedores santacruzencs de baixos poder econômico e nível sociocultural. Advento, este, que permite a inclusão de um grande contingente de pessoas no mundo do trabalho, por meio do empreendedorismo voltado para o mercado de moda popular.

Assim, esta tipologia de capital é aqui abordada no contexto do advento da sociedade de massa, entendida como sabedoria popular. Em *A Sabedoria das Multidões*, Surowiecki (2006, p.14-15) considera ser positiva esta condição do saber popular e defende o poder detido pelo indivíduo ou grupos de indivíduos populares, em grande parte, pela capacidade de criar estratégias para solucionar seus problemas cotidianos a partir de seus costumes e, com isso, não ficar dependente da opinião dos especialistas; sendo capazes, portanto, de achar soluções, de acordo com o contexto da realidade vivenciada. Uma das condições necessárias para a sabedoria da multidão ser frutífera, é não estar condicionada aos discursos monológicos. Citando o livro de Gustave Le Bon, *The Crowd: A Study of Popular Mind*, publicado em 1895, Surowiecki comenta que o autor estava preocupado com a ascensão das camadas populares, as “pessoas comuns”, que, cada vez mais, influenciavam a cultura e a política no mundo ocidental. Entretanto, diz que a “ideia de ‘massa’ não incluía apenas exemplos óbvios de selvageria coletiva, com linchadores ou saqueadores; incluía, também, qualquer grupo que pudesse tomar decisões”, apontando para a habilidade da multidão de fazer escolhas sábias, especialmente quando feitas coletivamente. As decisões, quando tomadas isoladamente, têm menos chances de serem bem-sucedidas. Portanto, a massa detém inteligência para resolver seus déficits, sempre que se organizam e se mobilizam para não ficarem

condicionadas aos discursos instrumentalizados. Em síntese, o pensamento de Le Bon, ainda segundo Surowiecki, quer dizer:

Se você reunir um grupo suficientemente grande de pessoas suficientemente diferentes e pedir a elas para ‘tomar decisões sobre questões de interesse geral’ as decisões daquele grupo, ao longo do tempo, serão ‘intelectualmente [superiores] às do indivíduo isolado’, não importa quão esperto ou bem informado seja (SUROWIECKI, idem, p.16).

Existem três condições necessárias para que a inteligência coletiva seja proativa, diz Surowiecki (idem, p.16-17): habilidade para resolver as demandas cognitivas, capacidade de coordenação e agir através da cooperação.

Dessa forma, os produtores santacruzences procuram no capital social irrestrito absoluto, a sabedoria existente na sociedade de massa, conforme indicada por Surowiecki. Acreditamos que este Pólo se torna sustentável, porque utiliza esta modalidade de capital: aprender recorrendo à sabedoria da multidão. Esses empreendedores, acreditamos, atendem aos postulados de Surowiecki, por aprenderem a aprender, a coordenar e a cooperar.

De fato, ao utilizarem o capital social irrestrito absoluto no contexto da sociedade de massa: a) o empreendedor aprende a inovar para além da esfera privada; b) mesmo circulando nas esferas públicas, o empreendedor consegue preservar a coordenação das diversas gestões de sua organização produtiva, a saber, a criação, produção e comercialização; c) a cooperação ao longo da cadeia produtiva tem sido uma das principais estratégias do empreendedorismo local, entre empregados, fornecedores, consumidores etc.

6.11 Uso do capital social irrestrito absoluto na esfera pública não estatal: uma imersão na sociedade de massa

Consideramos a esfera pública não estatal estruturada por instituições informais, como uma fonte simultaneamente consumidora e produtora de aprendizagem para a inovação tecnológica. Isso significa que se, por um lado, os empreendedores são influenciados pelas instituições, por outro, elas também são influenciadas pelos produtores. Daí a sinergia positiva deste capital social, pois a rede produz imitando criativamente.

Isso acontece porque a troca comunicativa, a partir da conversa na sociedade de massa, permite falar e ouvir, isto é, externalizar e internalizar valores. É válido notar que a recíproca também é verdadeira. Participar da sociedade de massa é perpassar pela ação de consumir e produzir bens cognitivos à medida que se encontra imerso nela.

A multidão possui sabedorias capazes de apontar soluções criativas, de modo que o trabalhador não se veja subtraído pela razão instrumental. Os produtores de confecção deste Pólo, recorreram à (re)produção da moda popular, destinada ao mercado de consumo popular, por pertencer às racionalidades adequadas a seu nível socioeconômico e sociocultural – conhecimento tácito. São produtores populares, que detém a sabedoria da multidão. Este formato organizacional está em conformidade com as vivências locais: uma cadeia produtiva destituída de políticas públicas governamentais.

Poderíamos então dizer, que os empreendedores de Santa Cruz do Capibaribe tiveram a habilidade necessária para usar o capital social irrestrito absoluto na esfera pública não estatal, mediado pela ação comunicativa; elemento, este, indispensável para produtores que não confeccionam roupas de vanguarda e/ou de alto valor agregado. Optaram por produzir, imitando o que já foi inventado pelos grandes centros de criação da moda; não fabricam moda, mas, modismo. Ou no dizer dos produtores santacruzences: modinha. Esta confecção consiste em imitar o que está sendo usado pelo mercado; tratando, porém, de inovar no design, na diferenciação do tecido, nas cores, na estamparia, nos bordados, etc. Tem-se, aqui, a inovação típica no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe: a inovação no produto a partir da modinha.

Avancemos, então, e vejamos o capital social irrestrito absoluto ser mediado pela ação comunicativa, fomentando a inovação nos processos e produtos. Prática-moral que tornou Santa Cruz do Capibaribe em um dos maiores aglomerados de confecção de roupas do país.

6.12 Aprendizagem pelo capital social irrestrito absoluto mediado pela ação comunicativa: entre as redes de amigos e fornecedores

Partimos do pressuposto que expor o produto ao público é realizar um ato de doação. Quando alguém observa e recebe o produto publicizado, mas, não o republica, restringe a ação comunicativa em dar e receber. Se, ao contrário,

externalizar, publicizando-o novamente, estará retribuindo. Constituindo, portanto, a comunicação em dar-receber-retribuir.

Ilustraremos a difusão da aprendizagem tecnológica envolvendo o uso do capital social irrestrito absoluto mediado pela ação comunicativa tripartite; primeiramente entre a rede de fornecedores e amigos. Um microempreendedor entrevistado informa que um de seus conhecidos de longa data o convidara para conhecer uma máquina de bordar computadorizada, recém-comprada numa loja em Santa Cruz que fornece maquinário para o setor de confecção. Neste encontro casual, foi informado que a cidade tinha poucas máquinas de corte a laser; e, logo, aceita a sugestão do amigo para entrar no ramo de confecções, comprando uma dessas máquinas. Vejamos o comentário do microempreendedor neófito:

A ideia foi muito boa, porque a máquina com essas tecnologias novas tem várias funções. Corta chapas de metal, plásticos e tecidos. Dá para atender a vários tipos de serviços. Mas, a procura é tanta na área de corte de tecidos, que não tenho atendido outros pedidos. Tem muito pessoal ainda fazendo corte à mão ou elétrico e que começa a ver mais vantagem em fazer corte a laser; pela qualidade. Montei uma parceria com meu amigo; os tecidos que corto, indico para meus clientes bordar com ele. É uma forma de agradecer a sugestão. Vai ser bom, porque ele está precisando aumentar o faturamento para pagar a máquina nova (ENTREVISTA - 71).

O ciclo de aprendizado, neste caso, ocorre nos seguintes termos: o de maquinário local situa-se na esfera pública não estatal, publiciza os insumos em sua loja, representando o ponto de partida para a comunicação.

6.13 Os ciclos de aprendizagens: as mediações comunicativas derivadas do conhecimento tácito para a inovação no processo

No caso supracitado, o fornecedor é uma fonte de aprendizagem nos moldes *learning by interacting* – aprender interagindo (ROVERE, 1999, p.302-303). No ato de expor a máquina de bordar, publiciza-se um dado; houve, portanto, o agir comunicativo doando informação: o empreendedor a recebeu e comprou a máquina de tecnologia avançada. Posteriormente, retribuiu o que recebeu – o aprendizado por interação – expondo sua máquina ao amigo e ainda o aconselhou a comprar uma máquina moderna – de corte a laser – para aproveitar um nicho do mercado local (TIGRE, 2006), que foi prontamente aceito.

Tem-se, então, a gestão do conhecimento para a inovação tecnológica do processo em Santa Cruz do Capibaribe, a partir de uma cadeia produtiva interconectada pela comunicação tripartite. Neste caso, a comunicação gerou aprendizagem para a inovação do processo de fabricação que representa uma significativa estratégia competitiva, pois,

podem tornar os processos mais ou menos intenso em capital, aumentar ou diminuir as economias de escala, alterar o processo de acúmulo de experiência etc. – todos afetando a estrutura da indústria [...] As inovações na fabricação que alterem a estrutura podem vir tanto de fora como de dentro da própria indústria. Os desenvolvimentos nas máquinas operatrizes computadorizadas e em outros equipamentos de fabricação feitos pelos fornecedores, por exemplo, podem levar a um aumento nas economias de escala na produção em uma indústria (PORTER, 2004, p.186).

Tal empreitada representou um desafio para o empreendedor neófito, pois, não tinha experiência na área; nem de confecção, nem tampouco, com a microeletrônica nos processos fabris. O ciclo de comunicação tripartite se, num primeiro momento, propiciou a aprendizagem por interação, posteriormente, impulsionou o aprendizado na execução do trabalho. Ocorreram, portanto, duas modalidades de aprendizagem: *learning by interacting* e *learning by doing* – aprender interagindo e aprender fazendo (ROVERE, 1999, p.302-303). Vejamos o relato do microempreendedor recém-chegado ao mercado produtivo:

A primeira coisa que aprendi foi que o custo de produção é bastante baixo com essas máquinas modernas, porque tem boa produtividade. Então sei que vou pagar o investimento a curto prazo. Meu problema era produzir sem desperdiçar material. A máquina vem pronta para funcionar. O sistema CAD/CAM serve para programar o desenho na tela do computador e transmitir os dados para o corte a laser. Então fica tudo ágil. Não perde tempo com muitos detalhes. A gente já recebe pronto o desenho do cliente em cd. Basta colocar no sistema do computador e enviar para a máquina cortar. Até aí, perfeito. Quando a máquina começa a cortar, era um Deus nos acuda. A temperatura, a posição do tecido na mesa de corte, não parecia combinar com o que era programado. Tive que aprender na marra. Errando até acertar. Depois peguei o jeito de fazer ela funcionar (ENTREVISTA - 71).

O ciclo dessas aprendizagens, vale observar, foi fundamentado a partir do conhecimento tácito. No caso deste empreendedor, mesmo com o manual do fabricante – saber codificado– teve que aprender fazendo, para criar uma maneira diferenciada de programar a máquina e, com isso, evitar o desperdício de matéria-prima durante o corte

das peças de roupa. A espera pela assistência técnica deixava a máquina parada; sem produzir, reduzia o faturamento. Portanto, verifica-se aí o aprender interagindo com fornecedor e a aprendizagem pela fabricação. Resolvido o problema, o empreendedor ressalta as vantagens de produzir com a tecnologia de corte a laser: o aumento de produtividade, com ganhos de melhorias na qualidade, sobretudo, aquelas cortadas com geometria complexa, que perderia muito tecido, caso fosse efetuado com tecnologia tradicional – manual ou elétrica.

Esquemáticamente, poderíamos dizer que o capital social irrestrito absoluto, na esfera pública informal, mediada pelo agir comunicativo, gerou aprendizagens em cascata, enumeradas a seguir:

a) comunicação tripartite: o fornecedor doou informação à existência de uma tecnologia inovadora – corte a laser –, o empreendedor a recebeu e retribuiu o ato recebido ao amigo, mantendo a aprendizagem cíclica;

b) aprendizagem por interação: fornecedor e empreendedor socializam a informação, gerando conhecimento inovador, necessário ao mercado local;

c) aprender interagindo e aprender fazendo: quem recebeu a informação a respeito das máquinas computadorizadas, retribuiu tal dado a um amigo, que, por sua vez, passou a adotar a nova tecnologia. Em seguida, aperfeiçoou o aprendizado dos processos produtivos, fabricando; aprendendo, por conseguinte, a aprender;

d) melhoria na qualidade: a máquina de corte a laser otimizou o processo produtivo e a qualidade do produto, aliada ao aumento de produtividade;

f) inovações efetuadas pelo conhecimento tácito: neste ciclo comunicativo, as inovações resultaram em eficiência e eficácia nos processos produtivos, as novidades trazidas foram provenientes do conhecimento tácito, ou seja, os produtores locais sabiam a respeito das demandas do Pólo. O empreendedor neófito demonstrou, também, que as tecnologias de última geração dependem da capacidade do trabalhador de aprender a partir de suas idiossincrasias, indicando que o conhecimento codificado dos manuais dos maquinários não é suficiente para maximizar os ganhos oferecidos com as novas tecnologias. Daí o fato de alguns autores considerarem a superioridade do conhecimento tácito em relação ao codificado (KIM, 2005). Levam em conta que a experiência do trabalhador é determinante para a fabricação, principalmente no que diz respeito à resolução de problemas não explicados ou previstos pelos manuais de fabricação.

Esta experiência contraria o modelo fordista-taylorista, que separa o trabalho intelectual do trabalho manual, como se o conhecimento tácito fosse inferior ao saber codificado, pelo fato de este ser elaborado pelo trabalhador escolarizado e/ou diplomado por instituições oficiais/formais. Mike Rose (2007, p.237), em sua obra *O Saber do Trabalho*, refuta a tese de que profissões como a de carpinteiro, de garçom e encanadores, por exemplo, são, a priori, tidas como menos complexas, logo, mais fáceis de serem executadas. Na realidade, diz o crítico, todas elas requerem um conhecimento mais elaborado, portanto, racional, isto é, a conjugação do trabalho manual e do trabalho intelectual, pois é preciso de imaginação para resolver os problemas contingenciais. O desprezo pelo trabalho manual, na era moderna, ainda segundo o autor, deve-se à divisão cartesiana que orienta nossa linha de pensamento, isto é, a divisão entre corpo e mente; e, com isso, delimita a atividade de cunho mental e manual, dito de outro modo, “a mão e o cérebro”.

O empreendedor santacruzense demonstra que a linha divisória do trabalho gerencial e de chão-de-fábrica, como propôs Taylor (1990), em sua obra *Princípios de Administração Científica*, despreza o potencial do trabalhador em suas múltiplas competências: a capacidade de aprender a inovar mediada pela comunicação, tanto pelo conhecimento codificado, quanto pelo conhecimento tácito.

Demonstrando, com isso, que o desenvolvimento não está condicionado às revoluções tecnológicas complexas, mas, à criatividade para fazer o melhor possível com o que há disponível: o cérebro e o corpo – forças mental e corpórea – conjugadas em um só profissional. O trabalho em ação, diz Rose (idem), é o exercício ocupacional em suas múltiplas inteligências: a construção de uma obra através do saber teórico e do saber prático. Dessa maneira, são as interfaces destas duas especificidades do trabalho que tornam a obra inovadora; a melhor maneira possível de fabricar no contexto do processo criativo.

Vejamos como o uso do capital social irrestrito absoluto usado pelo trabalhador simples, ou seja, o empreendedor que atua no setor de confecção popular, inova por meio de suas múltiplas inteligências – a manual e a intelectual. Lembrando que para Mike Rose (idem), a técnica do trabalho é otimizada quando existem espaços dialógicos, pois a conversação permite modificar e definir o processo de fabricação.

6.14 A aprendizagem pelo capital social irrestrito absoluto mediado pela ação comunicativa: entre as redes de fabricantes

Já dissemos que para inovar é preciso ter competências comunicativas e tecnológicas. Tese válida, se inovação for proveniente do conhecimento tácito. Sendo assim, a inovação pelo uso do capital social irrestrito absoluto tem no espaço público não estatal, o Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, uma instituição informal, por excelência, para difusão da aprendizagem. São milhares de produtores se comunicando, ao expor suas mercadorias; expor para a venda é torná-las públicas. A interação comunicativa entre empresas proporciona o que a literatura neoschumpeteriana denomina de *learning from inter-industry spillover* – aprendizado pelo transbordamento de informação entre empresas (ROVERE, 1999, p.302-303).

Questiona-se: como este Pólo tem inovado constantemente, se as pequenas e microempresas do Pólo de Santa Cruz não detêm grandes recursos financeiros para investir em P&D? É preciso considerar que inovar não significa criar algo inédito, mas, representa quaisquer novidades que tragam competitividade à organização produtiva localmente. Diante disso, não se pretende negar o impacto positivo da inovação proporcionada pelos produtos derivados da C&T e P&D, para o mercado de consumo, mas,

evitar que se atribua ênfase excessiva ao papel da P&D no processo de inovação, em vez disso, encorajar os formuladores de políticas adotarem uma perspectiva mais ampla do que a que foi adotada no passado em relação às oportunidades relacionadas ao aprendizado e à inovação nas pequenas e médias empresas (PMEs) e nos chamados setores tradicionais. Isso é dá maior importância, considerando que a evidência estatística dos países desenvolvidos mostra que o crescimento tem uma base setorial amplamente distribuída e que muitos dos setores que contribuem significativamente para o crescimento são de baixa intensidade tecnológica (MYTELKA e FARINELLI, 2005, p.349)

Conceituar a inovação nesta perspectiva, abre caminhos para a investigação da inovação em países em desenvolvimento, demonstrando que investimento em inovação não requer, a priori, a presença de instituições formais como agências de financiamento econômico, universitária, etc., mas, a capacidade do ator social inovar a partir de suas competências. Competência, aqui, significa aprender a trabalhar utilizando racionalmente insumos materiais – espaço físico fabril, econômico, maquinário etc. –, e também, insumos imateriais – informação e conhecimento – por meio de mediações simbólicas, a exemplo da comunicação tripartite. É, pois, no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe que a aprendizagem por interação entre as empresas, torna-se um caso exemplar.

Aí existe uma variedade de produção, numa dimensão tecnológica que varia da simples à complexa. Os boxes e lojas são vitrines que comunicam visualmente as últimas tendências da moda. Vejamos o parecer de um produtor e vendedor, proprietário de um pequeno empreendimento, a respeito deste espaço de aprendizagem:

Todas as novidades da moda estão aqui. Tem uma variedade de confecção que não se encontra fácil em qualquer lugar. São produtos básicos e baratos, mas, tem também os mais arrojados no design, no tipo de tecido mais sofisticado um pouco. A maior parte, é a confecção básica; barata. Mas, já tem muitos fabricantes preocupados com uma clientela mais exigente (ENTREVISTA - 72).

No Moda Center, a diversidade de produtos à disposição dos empreendedores para aprenderem a inovar, é o grande atrativo deste espaço de informação. São 6.208 boxes e 574 lojas publicizando roupas com variada tecnologia.

6.15 A aprendizagem inovativa a partir do uso do capital social irrestrito absoluto na esfera pública não estatal: a rede formada por usuários

A aprendizagem neste local, vale reforçar, efetivar-se-á de acordo com a competência comunicativa para dialogar com os atores sociais que circulam neste espaço, assim como, com a capacidade criativa, derivada do seu estoque de conhecimento tácito, que permite imitar e não reproduzir o modelo confeccionado. A mera imitação resultaria na saturação de mercadorias no mercado local. Tecnicamente, tal diversidade pode ser explicada pela engenharia reversa. Esta tecnologia consiste em inovar a roupa, pesquisando as tendências das matérias-primas e fazer uma cópia do modelo original, modificando-o em alguns aspectos. Para tanto, é preciso ter criatividade e competência para adequar o produto às necessidades da clientela; a quem o produto é destinado. Daí não poder ser dito que houve, necessariamente, pirataria. Trata-se de uma imitação criativa (KIM, 2005).

A consultora da ABIT, ao ministrar a palestra na ASCAP, é incisiva no sentido de retirar a visão negativa da imitação:

A imitação não é uma prática local, e sim uma prática global. A Gucci, quando coloca sua coleção na internet, no outro dia o mundo inteiro estará copiando. Então, todo mundo copia moda. Copia o que vende. E o que vende são modelos bonitos; que agrada aos olhos. Mas, para copiar precisa ter competência. Não basta copiar; é preciso copiar direito, para a roupa ser atrativa. Ela precisa ficar

bem no corpo do consumidor. O diferencial está em saber copiar bem (ENTREVISTA - 73).

O relato de um microempreendedor permite apreender como faz a engenharia reversa, procedimento que requer conjugar a competência técnica e comunicativa para transformar a confecção já existente no mercado nacional ou global, numa novidade local; e, assim, torná-la adequada à determinada parcela consumidora.

Eu tenho uma parte de compradores, que procura roupas para pessoas gordas. E é difícil encontrar uma roupa estilosa, que deixe elas elegante. O que fiz? Comprei um modelo aqui mesmo no Parque de Moda, uma calça que está na moda: a de cintura alta. Comecei a fazer calças para atender este tipo de consumidor. Só que dando um toque a mais, um certo charme. Deixo as pernas mais folgadas. O diferencial é que na parte da cintura coloco uns centímetros a mais de tecido, para a cliente dobrar para baixo, de acordo com o tamanho de sua barriga. Para prender a calça na cintura, ela pode fazer o ajuste com a fita de pano; uma espécie de cinto. Ela pode subir ou descer o tecido que coloquei a mais, de acordo com o tamanho da barriga. E esta fita não fica exposta, porque os centímetro a mais de tecido esconde tudo; o cinto e a barriga (ENTREVISTA - 74).

A este respeito, pergunto qual a vantagem de sua criação e como está sendo a aceitação dos compradores.

A aceitação está sendo boa, porque toda semana me pedem mais encomenda. A vantagem é que a pessoa gorda fica na moda com elegância. A calça de cintura alta, voltou com tudo. Só que em pessoa gorda, nem sempre tem um bom caimento. Mostram mais a gordura do que o corpo; na parte da barriga a calça fica apertada. Pego o que está na moda e deixo adequada ao corpo de quem usa. A pessoa usa a tendência da cor e do tecido, e ainda deixa a barriga confortável, porque a calça que faço pode ser ajustada. Isso ajuda a esconder a barriga; o tecido que coloquei a mais desce e fica mais proporcional com as pernas largas do modelo que criei (ENTREVISTA - 74).

Vale lembrar que houve, aqui, a comunicação tripartite, considerando que o empreendedor viu a calça de cintura alta exposta no espaço público, o Moda Center. Neste caso, quem expôs este modelo de calça, doou informação comunicando-se visualmente. O empreendedor supracitado, recebeu a informação da tendência da moda, comprando a calça para executar a engenharia reversa. A retribuição deste empreendedor, que comprou no Moda Center, dá-se ao expor novamente a calça neste mesmo espaço público, acrescida da inovação tecnológica – a calça de cintura alta inovada com a sobra de tecido a ser dobrado para baixo e a fita para fixar e ajustar a calça na cintura. Embora a novidade na confecção pareça ser fruto apenas da

comunicação visual, esta instituição informa nos moldes que Storper e Vanables (2005) chamam de comunicação do burburinho, proporcionado pelo contato face a face. Esta aproximação faz com que a aprendizagem seja efetuada pelo conhecimento que circula nesta espacialidade.

A roupa, neste caso, é o meio da mensagem. Comunica-se, nesse momento, visualmente. Não obstante, a aprendizagem origina-se pela comunicação linguística.

O *learning by using* – aprender usando (ROVERE, 1999) – foi o ponto inicial do aprendizado comunicativo. O sultanqueiro – comprador de roupa no Moda Center, que revende em outras cidades – no ato de comprar, informa ao fabricante sobre as melhorias a serem feitas. O empreendedor recebe o dado, pela conversa. Este, ao recebê-lo, comunica-se pelo uso da linguagem com seus clientes e visualmente, ao comprar a calça exposta nos boxes do Moda Center, para elaborar a engenharia reversa. Ao criar a nova confecção, retribui, expondo a mercadoria inovada para o público, no seu ponto comercial; que, possivelmente, será adotada como novidade. Está aí concretizado, mais um ciclo da comunicação tripartite, dar-receber-retribuir. Pois comunicar é doar inovação.

A inovação no produto no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, vale relembrar, é resultante, especialmente, do conhecimento tácito local. A necessidade do cliente foi atendida, devido à experiência obtida pela vivência do empreendedor. Este tipo de sabedoria possibilita manter a inovação das roupas. Representando uma estratégia importante, considerando que ela “pode ampliar o mercado e, conseqüentemente, promover o crescimento da indústria e/ou pode acentuar a diferenciação do produto” (PORTER, 2004, p.184).

6.16 A aprendizagem inovativa no produto: o Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe e a rede formada pelas TICs

Inovar num mercado globalizado é uma das condições necessárias para dar competitividade e sustento às empresas. Além desta problemática do mercado global, os produtores santacruzenses concorrem com os produtores locais, isto é, do próprio Pólo. A concorrência interna é acirrada, devido à existência de milhares de produtores locais. Aprender a inovar, então, é crucial para preservar e/ou ampliar a clientela. Daí os empreendedores procurarem outras esferas públicas informais para fomentar a inovação do produto; expandindo, assim, a possibilidade de aprender a inovar. A exemplo do uso

da internet, que começa a ser difundido como meio de obter novidade. A utilização deste veículo de comunicação, insere os empreendedores santacruzenses no que Pierre Lévy chama de consciência coletiva a partir do uso das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação. Seu potencial se deve ao fato de ser um hipertexto, a ser (re)criado de acordo com a competência do empreendedor. Isso porque:

Não há identidade estável na informática porque os computadores, longe de serem os exemplos materiais de uma imutável ideia platônica, são redes de interfaces abertas a novas conexões, imprevisíveis, que podem transformar radicalmente seu significado e uso. O aspecto da informática mais determinante para a evolução cultural e as atividades cognitivas é sempre o mais recente, relaciona-se com o último envoltório técnico, a última conexão possível, a camada de programa mais exterior (LÉVY, 1993, p.102).

De acordo com o relato de um microempreendedor, a internet passou a ser um veículo para atualizar as tendências da moda. Como as roupas têm que ser inovadas semanalmente, a internet é uma instituição informal, localizada no espaço público não estatal, tida como uma fonte inesgotável de informação.

Aqui não tem jeito, é preciso trazer novidades toda semana. Eu mesmo, sempre faço no mínimo uma ou duas peças novas. Eu consulto a internet para saber o que está dentro da moda. Saber a última novidade. O bom na internet; é que lá, tem site que não acaba mais. Eu não sou estilista, mas, com os anos que tenho de confecção, faço algumas mudanças, porque já sei o jeito que minha freguesia prefere. Alguns deles não gostam de roupas decotadas, e aí vai (ENTREVISTA - 75).

Se as TIC's reforçam a existência de uma esfera pública não estatal de fácil acesso, o fluxo informacional derivado da internet não descontextualiza o local em termos territoriais. Nesse sentido, a desterritorialização não passa de uma falácia (HAESBAERT, 2004). Como confirma Storper e Vanables (2005, p.48), a respeito da permanência da comunicação face a face, mesmo num mundo virtualizado; o mundo virtual, então, não descarta o real.

Não há dúvida que de que a Internet tornou possível certos tipos de comunicação complexa à distância, as quais antes se limitavam à proximidade [...] Ao mesmo tempo, no entanto, esse avanço infra-estrutural, como a Internet, viagens aéreas e custos de transportes reduzidos, em geral, faz aumentar a demanda de comunicação que exige face a face.

Se a globalização desterritorializa, expondo bens e serviços na internet, esse desencaixe é reencaixado (GIDDENS, 2002) de forma comunicativa face a face, pois muitos desses modelos de roupa obtidos por downloads na internet, são adaptados à realidade local; todo conhecimento, portanto, é produzido dentro de um contexto (HABERMAS, 1984). A validade do real é construída pela linguagem face a face de quem circula pela rede social situada localmente. O empreendedor santacruzense dialoga com sua clientela consumidora, para saber os produtos demandados. Portanto, a instantaneidade da informação obtida pelo download ainda está subordinada ao tempo e ao espaço da comunicação pela linguagem. O produto está sendo comunicado virtualmente e de modo atemporal, na internet; seu uso, porém, está condicionado ao espaço e ao tempo real, determinado pela rede social real. A roupa é criada, enquanto conteúdo válido, pela linguagem face a face. Isso implica dizer, que não basta copiar identicamente o produto na internet, se não atender às necessidade do consumidor em seu contexto local. Estas demandas são obtidas pela comunicação do burburinho (STORPER E VANABLES, 2005), que circulam nos espaços públicos.

Estas trocas comunicativas face a face inovam o produto através da imitação criativa, mas, condicionada ao conhecimento tácito local. Em outros termos, a informação proveniente da internet não é suficiente para a produção de bens e serviços, pois depende de estruturas cognitivas derivadas da linguagem relacional. No caso de Santa Cruz do Capibaribe, o uso da internet, enquanto esfera pública não estatal e um capital social irrestrito absoluto, está condicionado ao local, o Pólo santa-cruzense; que pode ser exemplificado pelos produtores que procuram atender aos milhares de sacoleiros, representantes do gosto do consumidor final da confecção. Eles informam qual tipo de roupa deve ser criada pelos empreendedores. A clientela constituída pelos sacoleiros é bastante variada, devido à necessidade de atender o perfil de lugares distintos. Como ilustra um pequeno produtor confeccionista e vendedor no Moda Center:

Tem que saber a preferência de cada um; porque não fabricamos roupas só para um lugar. Vem compradores de muito distante. Muitos vem do Amazonas, do Rio Grande no Norte, da Bahia. E cada um deles tem uma preferência, nem sempre querem o mesmo tipo de roupa. Quem diz que moda é tudo igual, não entende de moda. Talvez não sejamos um Pólo que cria moda. Mas, para atender os compradores de lugares diferentes, temos que ter muita variedade (ENTREVISTA 76).

Esta citação revela, nas entrelinhas, que a variedade de oferta das roupas confeccionadas em Santa Cruz do Capibaribe nos permite compreender que a sustentabilidade deste Pólo, não está, necessariamente, na informalidade das organizações produtivas e do trabalho e, conseqüentemente, nos preços baixos, mas, no conhecimento tácito dos empreendedores que proporciona a imitação criativa. Tal fato proporciona a inserção desta aglomeração de empresas, na economia de escopo, típica da sociedade pós-industrial, que se caracteriza pela produção enxuta. Portanto, a aprendizagem proveniente do conhecimento codificado, obtido na instituição informal, como a internet, não é suficiente para dar competitividade a este Pólo, mas sim, a imitação criativa, efetivada pelo conhecimento tácito. Isso porque as confecções publicizadas na internet são imitadas criativamente através do conhecimento das vivências locais, produzido a partir da conversação com os sulanqueiros. Um pequeno produtor, que comercializa no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, informa:

Nós fabricamos roupa barata. Mas, com muita variedade para atender diversas preferências. É que chamamos de modinha. É uma confecção barata mais com design sempre diferenciado. Na cor, no tecido, no corte. Com isso, podemos variar fazendo o mesmo design pondo cores, estamparias e tecidos diferentes. Enfeitando com bordados (ENTREVISTA - 77).

E acrescenta, sugestivamente, assinalando as especificidades dos produtores de Santa Cruz, no quesito aprendizagem e inovação tecnológica:

O Pólo é procurado porque é encontrado em um só lugar, variedade de produto e variedade de preço. Tudo isso em um só lugar, com conforto. Nas minhas roupas o cliente não vai encontrar somente um preço bom, mas terá também moda. Porque não copio simplesmente um modelo que esteja na mídia. Faço uma coleção para cada estação, dando uma identidade às minhas roupas. Então, ele vai encontrar um diferencial. Mas, se quiser comprar só roupa barata; porque onde ele revende as pessoas são mais carentes, ele também vai encontrar na cidade (ENTREVISTA - 77).

A variedade no produto representa uma tática para dinamizar a produtividade atrelada à inovação. Neste caso, a criação do design utilizando o Corel Draw tem sido feita recorrentemente, como atesta o pequeno empreendedor, acima citado, exemplificando o uso das TICs.

Não sei mexer com computador. Quando preciso, vou até quem trabalha com o Corel Draw. Levo o modelo e vou consertando o que não deu certo. O programa é bom porque facilita fazer o desenho e bolar algo novo. Não perde tempo

desenhando várias vezes. A gente bola um desenho e nem sempre fica bom depois que a roupa fica pronta. Se está combinando, com o que se pensou. Porque uma coisa é você pensar e a outra se vai dar certo. No computador isso fica fácil; e vai mexendo até dar certo; combinando vários estilos. Às vezes, na hora, surge uma ideia que não tinha pensado antes. Pego um bordado e coloco em cima de uma manga, na frente ou nas costas da roupa. E vou vendo se vai dar certo ou não; sem medo de errar depois da roupa ficar pronta (ENTREVISTA 77).

6.17 A aprendizagem pelo capital social irrestrito absoluto mediado pela ação comunicativa: a rede formada pela televisão

Um dos casos mais representativos da esfera pública não estatal pode ser ilustrado pela televisão. Por ser um bem de consumo básico, é acessível como um veículo de aprendizagem para a inovação do produto com custo praticamente zero, pois, trata-se de um dos meios de comunicação de massa mais difundidos na sociedade contemporânea (STEIN, 2002).

Um microempreendedor confeccionista que comercializa no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe demonstra a influência televisiva sobre a moda:

Assim que começou Caminhos das Índias, já tinha pedidos com roupas iguais ao que passa na novela. Virou uma febre. As pessoas querem se vestir igual aos artistas para se sentirem atualizadas na moda. Eu vejo os modelos mais bonitos da novela e copio. Escolho os tecidos, os aviamentos, linhas e tecidos mais coloridos, para combinar com a estampagem. E continuo fabricando os modelos que mais deram certo nas vendas (ENTREVISTA - 78).

Solicito, nesse momento, que o empreendedor comente a importância da televisão na elaboração do design de moda.

Sempre foi assim. A televisão ajuda muito a vender. Eu, como sou noveleira, fico atenta para saber o que a novela mostra como tendência. E sou até capaz de apostar que moda vai pegar ou não vai pegar. O bom da novela, é que os modelos são do jeito que o povo pode usar no dia-a-dia. Não tem aquela de passar somente roupas sofisticadas para festa grã-fina. Geralmente, é alguma novidade que agrada de cheio; como os vestidos e blusas usadas por Claudia Abreu, na novela *Celebridade*. Não tinha nada de complicado na costura dessa roupa. Era apenas uma camada de tecido vertical de alguns centímetros, passado abaixo dos seios; que fazia a roupa parecer uma bata; que foi a grande coqueluche de algumas décadas atrás. Essa moda trazida por *Celebridade* foi uma febre. Vendeu que nem água. Acho que foi porque parecia uma bata. E o brasileiro gosta de roupa assim (ENTREVISTA - 78).

Esse depoimento aponta que o tempo de trabalho e tempo de lazer já não podem ser claramente delimitados. Como foi possível perceber, a empreendedora supracitada,

faz do entretenimento – ver novela – um momento de aprendizado. Neste caso, a comunicação triparte ocorre nas vezes em que a televisão doa informação, ao publicizar um modelo e o empreendedor recebe a mensagem e (re)produz a roupa. Ao expor em seu box ou loja, está republicando; retribuindo, assim, o objeto recebido. A comunicação pela linguagem se efetiva entre a clientela e o empreendedor, que dará a palavra final sobre o processo de criação. São atores sociais intercambiando aprendizagens e, a partir de tal prática, determinando o que deve e o que não deve ser imitado criativamente nas roupas televisivas. A exemplo do comentário do microempreendedor, citado anteriormente, a respeito de como criar as peças de roupa sob influência da televisão, e, ainda assim, não perder o foco numa clientela tão diversificada, como a do Pólo de Santa Cruz.

Tem peças que copio da televisão, tem outras que não. Tem parte da clientela que é de idosos; então posso copiar um modelo da televisão que não tenha muito o decote, que não mostre muito as pernas. Que não deixe o corpo muito exposto. Ou pego modelos mais conservadores, ou faço uma adaptação do que está na moda. Senão, a mercadoria não vende (ENTREVISTA - 78).

Estar atento às especificidades da clientela representa uma importante estratégia dos empreendedores. Para isso, aprendem a dialogar com uma das principais esferas públicas não estatais, a televisão. Contudo, o agir comunicativo não desaparece e continua central, na medida em que o intercâmbio entre produtor e consumidor sacoleiro é fundamental para a vendagem da confecção. É o sacoleiro quem, de fato, determina o que deve ser produzido e em que escala. Temos em mente que a economia de escopo visa atender a demanda de acordo com a especificidade social e econômica do consumidor final. Os produtores deste Pólo seguem, assim, a nova lógica mercadológica, que visa acompanhar as mudanças comportamentais de sua clientela (DRUCKER, 2006). Neste caso, a empresa atende às demandas de quem consome, e não o inverso.

6.18 Capital Social Irrestrito Absoluto: entre a moda e o modo

Se a sociabilidade na esfera privada propiciou a coesão entre os produtores santacruzences, a interação na esfera pública apresentou um capital social heterogêneo, apontando para uma inovação tecnológica híbrida. A produção da moda, neste local, parece ter dois modos: a de tecnologia avançada e a de tecnologia rudimentar. O que

resulta na permanência das contradições no mundo do trabalho, tendo em vista o acesso híbrido em termos sociotecnológicos.

Com efeito, quando lançamos um olhar antropológico para a paisagem urbana, é possível verificar a hibridização social no que diz respeito ao uso dual das técnicas fabris. Ao chegar na cidade, no centro ou na periferia, logo se vê tecidos, matérias-primas e roupas transportadas por diversos veículos: tração animal – carroça –, tração humana – bicicleta – e tração motora – motos e automóveis.

A hibridização do acesso à tecnologia nos faz lembrar Latour (2008) ao dizer que nunca fomos modernos; dada a permanência das desigualdades sociais. Isso nos permite inferir que o capital social irrestrito absoluto, de fato, representa uma modalidade de interação singular na sociedade de massa que parece democratizar a acessibilidade da informação e do conhecimento. Está patente na exposição deste texto, que a maioria dos empreendedores do Pólo de Santa Cruz do Capibaribe aprende a inovar utilizando o capital social difuso nas esferas públicas não estatais, estruturadas por instituições informais. Todavia, esta modalidade de capital social parece apontar também para a fragilidade dessas interações sociais; déficit costumaz, registrado na fala de um dos diretores da ASCAP, já citado anteriormente:

São produtores com condições mais precárias. Usam diversos meios de transportes porque barateia o produto final. Alguns começam do jeito mais simples, assim que melhoram compram uma moto e, se vender muito, um carro. Tem produtores que compram tecidos e viamentos para fabricar com transporte alugado e vão vender as roupas com transporte alugado também. Você vê de tudo um pouco (ENTREVISTA - 68).

Esta citação remete para a existência de um grande contingente de empreendedores, lutando com os recursos disponíveis, de forma que a condição de pobre não retroceda à miserabilidade (SACHS, 2003). Daí usar a estratégia mais acessível e cabível, o capital social pertinente às esferas públicas não estatais que abrigam instituições informais; já exemplificadas anteriormente. Fica evidente que este formato de capital social representa uma solução paliativa, pois o sustento do empreendimento é vulnerável.

A hibridização no modo de fazer moda manifesta-se também no processo fabril. Em uma das entrevistas, numa microempresa, verifiquei um evento curioso: os tecidos estavam sendo riscados numa modelagem feita de cartolina, outras vezes com papelão;

para, posteriormente, serem cortados manualmente com estilete. Esse empreendedor, que fabrica shorts, justifica-se:

A confecção que faço é muito barata. Corto com o estilete, para não encarecer a conta de luz. Tem as máquinas mais modernas, com corte elétrico, mas, ainda não posso fazer estes investimentos. A quantidade de minha produção é muito pouca e ainda não compensa comprar uma cortadeira elétrica. O corte à mão, corta do mesmo jeito. Eu tenho tanta agilidade, que faço tão rápido como se eu cortasse com máquina elétrica (ENTREVISTA - 79).

Neste processo de produção verifica-se, então, a dualidade tecnológica tanto na modelagem, quanto no corte. Apesar de existirem na cidade prestadores de serviços que fazem a modelagem com o programa computacional CAM/CAD, como o SENAI, muitos produtores fazem o molde sem utilizar este recurso. Uma microempreendedora dá a seguinte explicação:

Como sei modelar há muito tempo, posso me virar desse jeito. O SENAI cobra R\$ de R\$10,00 a R\$20,00 por modelagem, como faço muita modinha diferente por semana, no final do mês dá muito dinheiro. Então, os modelos mais difíceis mando fazer no computador e o mais fácil eu mesmo faço (ENTREVISTA - 80).

O empreendedorismo santacruzense tem feito dos desafios, isto é, produzir em condições adversas, um fator motivacional para pertencer à rede de produtores e, com isso, vencer as contradições decorrentes de um Estado ausente. Se esta contradição é enfrentada com esforço próprio, o empreendedorismo santacruzense demonstra os limites de lutar sozinho. Pois a modernidade é fundamentada no princípio de que o poder da sociedade civil e o poder do Estado devem ser compartilhados de forma a encontrar um *médium* de convergência para a re(construção) de um modelo desenvolvimentista democrático (HABEMAS, 1997). Advento factível de implementar, à medida que haja predisposição do empreendedor para formar associações que maximizem seu empoderamento (HABERMAS, 2003. PUTNAM, 2007). A organização de base é uma das condições necessárias para o alcance de tal intento. Conforme propõe Matos (2000, p.81):

Ao contrário do que considera a maioria dos métodos participativos aplicados nas comunidades, a construção da autonomia ou mesmo a realização de diagnósticos e as decisões coletivas, não obedecem a uma lógica puramente racional. As relações interpessoais nos grupos locais mobilizam importantes

laços afetivos e referências imaginárias e, por isso mesmo, precisam dos processos psicossociais, com uma metodologia adequada.

Portanto, a elaboração de políticas desenvolvimentistas dialógicas e que contemple o conjunto das demandas dos empreendedores é elementar para obter um desenvolvimento socialmente inclusivo. A lição que fica da experiência empreendedora no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, é o fato de o capital social não ser um remédio para combater todas as desigualdades sociais. Isso mostra que não basta habitar numa mesma espacialidade para que, inexoravelmente, o desenvolvimento com cidadania através do trabalho, automaticamente, seja alcançado. Para apreender o sustento é preciso contemplar uma série de valores.

Em si mesmo, o espaço não é gerador de coordenação, mas é contingente da existência de formas de proximidade que decorrem do que compartilham os agentes: seja uma relação num contexto eventualmente distinto do problema em questão, seja no conjunto de características ou de opções, relativas à capacidade de comunicação (códigos lingüísticos, referências culturais etc.) ou a modelos (*pattern*) de comportamento (como, por exemplo, regras e códigos de condutas) (PECQUEUR e ZIMMERMANN, 20005, p.94).

Conforme exposto, até aqui, assinalamos, num primeiro momento, a auto-gestão como uma alternativa para suprir os déficits tecnológicos no Pólo de Santa Cruz. Prática representada pelo uso do capital social, dissociado das instituições formais – estatais e não estatais –, enquanto estratégia para aprender a inovar. Caso não tivessem adotado tal alternativa, acreditamos, talvez os empreendedores estivessem situados numa condição de pobreza extrema, tendo que emigrar para outras regiões em busca de trabalho. Sendo assim, entendemos, também, que o capital social irrestrito absoluto não deixa de apresentar antinomias, uma vez que determinados segmentos da cadeia produtiva continuam destituídos de bens. Tal fato pode ser um indicativo de que, como diz Pagès (1987), as contradições manifestam-se nas próprias estruturas intersubjetivas. Inferimos, assim, que as relações antitéticas pertinentes ao Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, não são causadas apenas por fatores externos – descaso do Estado –, mas, igualmente, internos – a falta de cooperação entre os próprios produtores. Percebe-se, então, a hierarquização e, por conseguinte, as desigualdades sociais na rede em decorrência do diferenciado acesso aos fluxos informacionais e comunicativos.

6.19 Considerações Finais do Capítulo

Saturada nos espaços privados, o empreendedor do Pólo de Santa Cruz, encontrou na esfera pública a renovação necessária para continuar aprendendo a inovar. Daí ter saído da sociabilidade comunitária para a interação via capital social. Estes formatos interacionistas, mediados pela ação comunicacional, possibilitaram ao empreendedorismo santacruzense manter a racionalidade produtiva sob a lógica da economia de escopo. Advento possível devido à existência de uma cadeia produtiva formada por milhares de microempresas.

É importante frisar que as flexibilizações da produção e do trabalho neste local, dificilmente tornariam estas empresas competitivas e sustentáveis, caso tivessem que fabricar individualmente; pois, não teriam condições para oferecer a variedade e quantidade necessárias para atrair milhares de compradores. Se assim fosse, é provável que o sustento ficasse reduzido às poucas empresas.

Os produtores tiveram que aprender a implementar novos planejamentos nas gestões da criação, da produção e da comercialização. Estes aprendizados foram obtidos em diferentes esferas. Como se trata de uma cadeia produtiva heterogênea, em termos de tamanho e acesso aos insumos materiais e imateriais, é possível traçar em linhas gerais, as estratégias utilizadas para tornar seus empreendimentos competitivos. Numa escala evolutiva, em termos de aprendizado, é possível fazer as seguintes distinções:

a) entendemos que a aprendizagem na esfera pública estatal foi realizada através do uso do capital social restrito. Nestes espaços, o conhecimento ficou limitado à técnica comercial. Embora hajam déficits a serem atendidos, a reciprocidade comunicativa ficou restrita a dar e receber. Não há interesse do empreendedor na continuidade da comunicação, sempre que haja subtração de sua autonomia. Portanto, não costuma ocorrer a retribuição discursiva com a agência governamental, caracterizando esta interação como capital social restrito, por ser fundamentado na cooperação sem confiança;

b) na esfera pública não estatal, o capital social propiciou aos empreendedores participar deliberadamente do fluxo informacional, especialmente, através dos cursos oferecidos pela ASCAP – em parceria com outras instituições públicas e privadas –; conforme consta no Relatório: *Oficina de Planejamento Estratégico das Associações dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe* (ASCAPA, 2008). Ela representa uma das poucas instituições formais pertencentes à esfera pública não estatal a ter uma atuação efetiva e contínua em termos comunicativos com a rede de produtores. No

entanto, esta esfera pública detém um capital social irrestrito relativo; haja vista que, dentre os milhares de produtores, possui apenas 180 associados. Demonstrando dificuldade em gerar um capital social fundamentado na cooperação e confiança;

c) temos, ainda, a aprendizagem na esfera pública não estatal. Ela é composta pelos espaços públicos – a exemplo do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe –, pela internet, televisão, fornecedores e consumidores; pertencentes, portanto, às instituições informais, formando um capital social irrestrito absoluto. Esta qualidade de capital social se deve ao fato de incluir a maioria das organizações nos processos de aprendizagens. Compreensível, se levarmos em conta que a participação nestes espaços tem como pré-requisito, apenas, a capacidade de agir comunicativamente e utilizar o conhecimento tácito.

A experiência relacional em Santa Cruz nos permite inferir que os preços baixos das roupas confeccionadas, não são, necessariamente, decorrentes das informalidades organizacionais e do trabalho. Mas, da capacidade de aprender a produzir cooperativamente e comunicativamente em diferentes esferas; estratégias que criam as condições necessárias para ampliar a oferta de mercadorias, seja em termos qualitativos ou quantitativos.

O uso das esferas públicas, enquanto alternativas para aprender a inovar, demonstra que não podemos fazer da ciência econômica o bode expiatório de todos os males que acometem a sociedade contemporânea, mas sim, a maneira como o saber científico é aplicado. Para Smith (1999), os problemas provocados pela economia, na realidade, são reflexos dos sentimentos morais. Ainda que existam dificuldades para a obtenção de informação e conhecimento pelas vias estatais, não devemos conceber a ciência econômica como incapaz de orientar o mundo da vida e emancipar o trabalhador. A problemática, a nosso ver, não parece residir na economia política, e sim, na economia relacional.

Com efeito, Paulini (2005), por exemplo, refuta os entusiastas pós-modernistas, como McClosKey, que situa a economia no campo da literatura, isto é, como pura retórica. O autor, diz Paulini no texto “*The Rhetoric of Economics*”, publicado no *Journal of Economic Literature*, no ano de 1983, procura afirmar que ciência econômica é mera literatura, por não diferir, enquanto método discursivo, dos teóricos romancistas. A discussão da economia como pertencente ao campo da hermenêutica, gerou um profundo impacto a respeito da objetividade epistemológica. Em defesa da ciência econômica, Paulini argumenta que McCloskey, equivocadamente, recai na

distinção analítica entre o signo e o significado, ao partir do pressuposto de que a ciência e a literatura – representando os signos – tenham a mesma pertinência; as diferenças estariam, apenas, na produção dos significados. Contestando tal tese, a autora aproxima-se de Habermas na abordagem do binômio signo e significado. Habermas (200a) refuta a ideia de Derrida, para quem a representação da verdade através da literatura, tem maior validade, uma vez que a representação da ciência fica a mercê do sujeito, enquanto intérprete do texto. Neste caso, o sujeito seria um ser finito; falível, portanto. A literatura, em contrapartida, estaria no campo da infinitude – daí sua perenidade. O texto literário eterniza-se nas palavras escritas. Para Derrida, diz Habermas, a estrutura literária tem um *médium* que

confere ao texto uma autonomia pétreia em face de todos os contextos vivos. Extingue as referências concretas a sujeitos individuais e situações determinadas e, contudo, conserva a legibilidade do texto. A escritura garante que um texto possa ser sempre relido nos mais diversos contextos. O que mais fascina Derrida é a noção de uma legibilidade absoluta: mesmo na ausência de todos os destinatários possíveis, mesmo após a morte de toda essência inteligível, a escritura mantém aberta, em heróica abstração, a possibilidade, que transcende tudo que é intramundo, de repetir a leitura. (HABERMAS, 2002b, p.233).

Habermas insiste na discussão de que, desde o fim da metafísica religiosa, ainda procuramos por uma fonte segura de conhecimento (HABERMAS, 2006), e entra na defesa do modelo científico; levando-se em conta seus avanços metodológicos na produção de verdades formulares. Vejamos os avanços apontados pelo autor. O saber científico é orientado sob duas perspectivas: a) a ciência da antiguidade clássica, que é um saber teórico; b) e a ciência moderna, um saber derivado das questões práticas – embora ela não exclua a teoria (BRAGA, GUERRA e REIS, 2005). Habermas se aproxima da segunda, por coadunar com a perspectiva pragmática (POGREBINSCHI, 2005), que descarta epistemologias tidas como absolutas e descontextualizadas em sua dimensão espacial e temporal. A verdade pertence ao mundo sensível e não metafísico. Também deve ser subordinada à experimentação e verificação, de forma que permita apreender o que é certo e o que é errado. Portanto, a verdade não poder ser estabelecida a priori, mas, a posteriori; derivada da empiria dialógica. Caso contrário, ela seria construída arbitrariamente, pertenceria à razão instrumental. As alterações feitas no significado são passíveis de legitimação, quando realizadas intersubjetivamente. As

verdades produzidas são jogos de linguagens, que precisam de sujeitos autônomos para discutir com argumentos e contra-argumentos. (HABERMAS, 1988).

Nesse sentido, Habermas (2002b, p.240) nega a possibilidade de a literatura criar verdades formulares, por prescindir do indivíduo. O escritor literário constrói seu texto sem a necessidade de um interlocutor, mesmo que tenha escrito para ser entendido por um leitor. Este, sem poder dialogar com os personagens, participa da leitura conforme argumenta Coleridge: sob a “*suspensão da descrença*”, diz o pensador da escola de Frankfurt. Não tendo com quem conversar e esclarecer-se, acredita no escrito como fato real. Nesse sentido, a literatura dissolve o que há de subjetivo no indivíduo reflexivo – qualidade maior da era moderna. O livro não pode estabelecer verdades universalizáveis, porque “vive somente no momento de ser lido” (HABERMAS, *idem*, p.247), ou seja, existe somente no contexto temporal e espacial do leitor. Para além dessa problemática, se o leitor questiona a validade do que está escrito; o livro deixa, então, de representar a realidade. Neste caso, o leitor “destrói a ficção”, ou a realidade fictícia (*idem*, *ibidem*, p.253). Ao contrário do conhecimento proporcionado pela literatura, na

prática comunicativa cotidiana as ações de fala têm uma força que elas perdem em textos literários. Lá elas funcionam em contextos de ação, nos quais os participantes devem tornar-se senhores das situações e resolver seus problemas; aqui elas são talhadas na medida de uma recepção, que alivia o leitor do agir: as situações e os problemas com que se defronta não são os seus próprios. O desafio que a literatura coloca o leitor não é igual ao que a comunicação do dia-a-dia coloca aos que agem. Ambos estão envolvidos em história, porém, de modos diferentes. O nexos entre significado e validade é a dos aspectos sob os quais é possível esclarecer essa diferença. As pretensões de verdade que perpassam a prosa do dia-a-dia, isto é, as pretensões de verdade relativas a enunciadas, à correção de normas, à sinceridade de expressões e à precedência de valores atingem tanto o falante como o destinatário; ao passo que as pretensões de validade que surgem no interior do texto literário só possuem a mesma força ligadora nas pessoas que aparecem nele, mas não para o leitor. A transferência da validade é interrompida nas fronteiras do texto, não continua através da referência comunicativa até atingir o leitor. Nesse sentido, as ações das falas literárias são ilocucionariamente despontencializadas (HABERMAS, 2002c, p. 252-253).

A sinergia proporcionada pela comunidade e pelo capital social aos produtores santacruzenses, indica que as teorias científicas não podem deixar de contemplar a realidade vivenciada pelos atores sociais. Portanto, se há um componente hermenêutico na ciência econômica em relação aos valores trocados, ela contém o que há de

necessário à modernidade: verdade formulada intersubjetivamente a partir de discurso sincero e regras passíveis de correções (HABERMAS, 2002b, p.252-253). A economia quando interpretada comunicativamente, tende a perder seu caráter positivista, ou seja, a validade paradigmática no sentido de Kuhn (2008): um modelo hegemônico, por conseguinte, um método analítico monológico. Dessa maneira,

se a questão é escapar dos estreitos limites da metodologia modernista, mais saudável do que embrulhar a ciência na retórica é abraçar uma espécie de pluralismo metodológico, tal como defendido por Caldwell (1984). Ou então, se o problema é questionar o monismo metodológico da postura positivista, que trata objeto social (e econômico) como se natural fosse, o melhor é permanecer na esteira da teoria crítica e fazer uso intensivo não só da análise retórica como de quaisquer outros expedientes que permitam, sempre que necessário, desvendar como normativo o que aparece como positivo, como ideológico o que se mostra como verdadeiro. Mas ainda, pode-se fazer tudo isso sem descuidar da Sprachethik de Habermas, tão simpática e tão necessária ao debate intelectual, particularmente no meio dos economicistas, que, familiarizados como ninguém com o ‘homem econômico racional, sabem perfeitamente do que ele é capaz (PAULINI, 2005, p.159).

Nessa ótica, a economia passará de um saber literário para um conhecimento científico, contemplando não somente o racional no sentido de cálculo e técnica (WEBER, 1982), mas também, fatores contingenciais representados por simbologias provenientes do mundo da vida.

Tal adendo nos permite compreender que a economia dos empreendedores santacruzenses é uma relação econômica situada numa moral-prática por estabelecer a abertura de espaços comunicativos, tendo em vista a emissão e recepção da fala no contexto local. Falar e ser entendido, em cada processo interativo; no fito de gerar aprendizagem empreendedora como inclusão social. Pragmatismo que gera aprendizagens e privilegia a equivalência no processo comunicativo e não a equivalência da troca mercantil.

A economia em Santa Cruz do Capibaribe tem no capital social irrestrito absoluto mecanismos que auxiliam na sobrevivência dos empreendimentos e evita que os trabalhadores recaiam numa vida marginal, que fiquem à margem da sociedade e tenham sua condição humana anulada. Com isso, mantêm-se integrados ao mercado de trabalho e no seio de sua comunidade. Não obstante, o fato de este capital ficar limitado à esfera pública não estatal tende a apresentar algumas antinomias. Se a ação comunicativa tem demonstrado significância para mediar as intersubjetividades

cotidianas, o diálogo tem ficado restrito entre os iguais – a comunidade de produtores. Ora, em *Direito e Democracia* (1997), Habermas chama a atenção para a necessidade do intercâmbio entre as diversas esferas – a da sociedade civil e a do Estado. Tal intento seria alcançado por meio da organização e mobilização da sociedade que deveria fazer ecoar suas demandas de modo a serem contempladas na forma das leis constitucionais. Esta perspectiva foi retomada recentemente. Em *A Inclusão do Outro*, Habermas (2007) afirma que a sociedade contemporânea seja formada por uma diversidade de representações sociais e, por isso, cabe ao Estado responsabilizar-se pelas políticas inclusivas, ou seja, pelos direitos universais, indistintivamente.

As dificuldades enfrentadas pelos empreendedores santacruzences estão no fato de o capital social aí formado, não ter uma organização de base (MATOS, 2000) suficientemente engajada para enfrentar a modernização conservadora das instituições governamentais. Isso porque, neste território vigora um Estado elitista, incapaz de dialogar com os produtores populares; o que coaduna com Alain Touraine (1998), quando ele diz que o desafio do século XXI, é fazer com que iguais e diferentes possam conviver sem que os interesses sejam antitéticos. Adendo que nos faz relativizar a eficácia do capital social irrestrito absoluto a longo prazo, pois, num mundo globalizado, onde *tudo que é solido se desmancha no ar*, para lembrar Marx (2001), o Pólo de Santa Cruz pode perder sua competitividade na medida em que outras regiões nacionais ou globais criem estratégias semelhantes para oferecer produtos populares a preços competitivos; ameaçando, portanto, a posição deste aglomerado de empresas no ranking nacional. Tal possibilidade nos faz inferir que o capital social praticado pela maioria dos trabalhadores santacruzences, em vez de resultar numa emancipação progressiva – continuar crescendo em termos econômicos e de empoderamento – fique limitado a apenas reproduzir seu estado de pobreza, estagnando sua condição de cidadão de segunda categoria – de baixo poder de persuasão na esfera pública. O que implicaria no impedimento de acessar novos aprendizados.

Queremos dizer com isso que, caso a situação dos produtores continue estacionária em termos de aprendizagem de interação social e tecnológica, o capital social se assemelhará ao postulado por Bourdieu (2000); que prega que o empoderamento proporcionado por esta prática apenas serve para a reprodução do paradigma sociopolítico vigente, e não para sua transformação

Tal assertiva tem sido postulada por Sílvia Salej Higgins (2005), cuja dissertação de mestrado foi transformada em livro recentemente. Em sua obra *O capital*

social está na moda: análise para sua reconstrução teórica, o autor chama a atenção para o fato de que o capital social vem sendo abordado em duas vertentes: a individual e a estrutural. Estes estudos discutem as antinomias da sociedade contemporânea, tais como interesse coletivo e individualismo metodológico, tradição e modernidade, razão instrumental e razão dialógica. São teorias que costumam se posicionar de formas dicotômicas: ora privilegiando a dimensão macro, ora a dimensão microestrutural.

Tal reducionismo implica em fazer as seguintes considerações: a) de um lado, Putnam entende que o capital social contém um componente político sob o viés neoinstitucionalista. Neste, vigora a ideia de que indivíduo tem uma cultura cívica ao agir coletivamente por meio do associativismo comunicacional com o poder político; b) de outro, Bourdieu (2000), numa leitura economicista, acredita ser o capital social um instrumento utilizado pelo indivíduo para se ver incluído no mundo sistêmico. Para tanto, deve acumular os diversos capitais – simbólicos, culturais, políticos, sociais e econômicos. Sendo assim, para Bourdieu, o capital social em vez de representar um modelo contra-hegemônico, tende a adequar-se ao paradigma da economia política capitalista vigente. Neste direção, fica patente, então, que a representação do capital social está condicionado aos ganhos de ordem econômica. Higgns, embora concorde com Bourdieu, postula que há estudiosos buscando uma dimensão mais complexa para analisar o capital social. O autor cita a pesquisa de Flora, ao assinalar uma visão para além do micro e do macro. Haveria, também, a dimensão mesoestrutural, evidenciando a multidimensionalidade desta categoria analítica. Para apreendê-la em sua totalidade, seria necessário considerar: a) o processo de interação; b) laços horizontais e verticais; c) o raio de ação efetuada pela comunidade; d) a diversidade e o componente inclusão social; e) o fluxo de informação destituído de censura e controle.

Acreditamos que a heterogeneidade da cadeia produtiva experienciada no Pólo de Confecção de Santa Cruz do Capibaribe, parece aproximar-se das observações feitas por Flora, ainda sob a ótica de Higgns. Pois se trata de uma diversidade de experiências que ora se aproxima do postulado de Putnam, ora, do pensamento de Bourdieu. Por ser heterogênea, este aglomerado de empresas merece estudos mais amplos e aprofundados. No entanto, acreditamos ter demonstrado sua singularidade: uma formação complexa convergente com os itens a, b, c, d, e, descritos acima. Sinteticamente, podemos formular da seguinte maneira:

a) sob a perspectiva microestrutural – dissociada do Estado – temos um grande contingente de empreendedores procurando aprender na esfera privada, a partir da

comunidade formada por parentes, amigos e vizinhos; que chamamos de sociabilidade comunitária, por estar próximo ao conceito de Charles Taylor (2000), ou seja, aprendem por meio da comunidade local na esfera privada;

b) sob a perspectiva macroestrutural, há produtores participantes da esfera pública estatal e esfera pública não estatal e suas instituições formais de aprendizagens; representadas pelo poder público municipal e pela ASCAP. Esta vertente, aproxima-se do capital social postulado por Putnam, alcançando a dimensão macroestrutural, por agirem de forma sistêmica, isto é, organizações e instituições dialogando por vias formais – juridicamente reguladas. Estes empreendimentos possuem maior empoderamento, tendo em vista o esforço para dar sustentabilidade aos seus empreendimentos através da cobrança de investimentos das instituições públicas e privadas, como direitos universais;

c) sob a perspectiva mesoestrutural. Esta Modalidade pertence à categoria de produtores que circulam por diversas esferas, ou seja, qualquer uma, desde que lhe proporcione aprendizagens de acordo com seu capital socioeconômico ou capital sociocultural. De um modo geral, nesta categoria podem circular quaisquer empreendedores. Entretanto, verificamos que dentre os milhares existentes, os 180 associados à ASCAP têm trânsito mais fácil em todas as esferas; seja a estatal ou não estatal formada por instituições informais.

Diante desse cenário, consideramos estar contribuindo para o conceito do termo capital social restrito absoluto para designar uma modalidade formada por novas intersubjetividades do trabalho em rede. Esta tipologia de capital social está situada na assim chamada sociedade de massa, que tem sabedoria para vencer os obstáculos em regiões que implementa uma modernização conservadora. Neste sentido, procuram por esferas comunicativas que contenham fluxos informacionais e comunicativos desbloqueados, a exemplo do Moda Center, consumidores, fornecedores, as TICs, a televisão, jornais, revistas etc. Estes empreendedores lutam pela preservação de sua condição humana, não necessariamente através de meios políticos estatais, mas, por formas alternativas, desde que tragam soluções para os problemas emergentes da vida cotidiana.

Interessa-nos resguardar, também, que em regiões periféricas, o conceito de ação comunicativa sob o olhar micro, meso e macroestrutural, tem diferentes impactos sobre a vida do trabalhador. Se o mundo da vida pode conter subsídios para emancipar o empreendedor, as estratégias de uma vida emancipada, nem sempre, perpassam pela

esfera pública estatal. Pois, como demonstra o caso do empreendedorismo do Pólo de Santa Cruz, a maioria dos empreendedores não utiliza o capital social como estratégia política, considerando sua descrença histórica para com as instituições governamentais; suas práticas, portanto, não são articuladas no âmbito macroestrutural, ou seja, com o Estado. Nessa perspectiva, se Habermas tem razão quando diz que a modernidade é um projeto inacabado, faz-se necessário resgatar a dimensão do capital social dialógico com a esfera pública estatal, os insumos necessários à produção de bens e serviços sejam universais, sobretudo, em regiões onde os produtores sejam destituídos de condições socioeconômicas e socioculturais, a exemplo do Pólo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe. É mister, portanto, deixar claro que não desconsideramos a observação feita por Higgns (idem), quando faz referência ao ethos da política conservadora brasileira, que faz o capital social estar próximo do defendido por Bourdieu, ou seja, qualificado nos moldes da razão instrumental do que na razão comunicativa, se levamos em conta que seu baixo empoderamento tem implicado na reprodução e não na transformação das políticas governamentais. Todavia, o conceito de capital social estar por ser construído em sua multidimensionalidade, como também propõe Flora.

Diante do exposto, observamos, ainda, que o capital social não pode ser concebido de forma apenas monodimensional – instrumental; é preciso abordá-lo, também, sob o viés polissêmico para dar conta das experiências singulares. Para Deleuze (2005, p.15), nenhum conhecimento detém a capacidade de explicar a totalidade dos fatos. Nesse sentido, diz o autor, não é a crise da razão que presenciamos, mas, a maneira de compreendê-la que parece ter mudado. Daí sugerir que toda “criação é singular, e o conceito como criação propriamente filosófica é sempre uma singularidade. O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados”. É o que nos parece sugerir a heterogênea experiência do capital social, vivenciada pelos empreendedores de Santa Cruz do Capibaribe. No mínimo, tal singularidade parece dar um recado para a representação da sociedade moderna: a capacidade de resistência das classes populares (THOMPSON, 1984), quando as instituições tomam decisões de cima para baixo, isto é, sem levar em conta a capacidade de auto-organização dos trabalhadores (MATOS, idem); que, por sua vez, detêm saberes locais (GEERTZ, 2007) capazes de reagir quando sua soberania é ameaçada.

A partir disso, a heterogênea cadeia produtiva do Pólo santacruzense, na realidade, produziu, igualmente, um capital social heterogêneo; ora aproximando-se daquele

defendido por Putnam (2007), ora aproximando-se do apregoado por Bourdieu (2000) e Granoveeter (1973), que discutem capital social sob ganhos individuais. Por fim, destacamos que, em meio a esta variedade de representações empreendedoras, há algo de singular nos distintos capitais sociais deste Pólo, o fato de todos eles serem mediados pelo agir comunicativo. A mediação pela linguagem comunicativa faz com que este capital social seja estruturado pelo que lhe há de peculiar: a interação social norteadas pelo campo normativo – as regras de convivência em sociedade –, pela cooperação e confiança – a garantia de reciprocidade – e pelo fator mental – o imaginário do empreendedorismo como inclusão social pelo trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tratamento de dados, foi possível inferir algumas analogias entre nossas hipóteses e as informações obtidas pela pesquisa de campo. Encontramos algumas

homologias que, certamente, não respondem pela totalidade das práticas empreendedoras. Pois, trata-se de um estudo de caso que retrata a experiência de determinados grupos de empreendedores pertencentes às micro e pequenas empresas. Por isso, a pretensão é, tão-somente, fazer algumas considerações que julgamos relevantes, que poderiam nortear futuras investigações.

No nosso entendimento, o APL de Santa Cruz do Capibaribe soube encontrar estratégias para enfrentar os novos desafios trazidos por um mercado globalizado e demandante por uma economia de escopo. Mesmo sem ter fácil acesso aos insumos necessários para a gestão da criação, produção e comercialização da confecção, os produtores foram capazes de encontrar nichos mercadológicos, representado pela moda popular. Segmento produtivo que atende às condições socioeconômicas e socioculturais do empreendedorismo local. De fato, a fabricação de roupa popular é de baixo valor agregado, não exigindo grandes investimentos financeiros. Procuram inovar de acordo com o acesso aos insumos necessários à produção de bens e serviços, a seguir descritos:

a) no processo: efetivada por meio da aquisição de novos maquinários. Estes bens-de-produção são, geralmente, adquiridos com a indenização trabalhista ou empréstimos feitos pelos familiares;

b) no produto: o design tem sido uma das principais maneiras para inovar a partir da imitação criativa. Portanto, não reproduzindo fielmente a confecção, mas, modificando-a em determinados quesitos, como cor, estampagem, bordados, tecidos etc.

c) na comercialização: ao produzir em rede, os empreendedores santacruzences inovaram na consolidação de um dos maiores centros comerciais do país, no setor de confecção: O Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe.

Se o aglomerado de empresas proporcionou um significativo aumento de produtividade, de um modo geral, tal intento não veio acompanhado de investimentos no quesito qualidade. Não há investimentos em controle de qualidade, numa dimensão sistemática, pois, de um modo geral, o controle de qualidade fica restrito ao acabamento. Este consiste em retirar os excessos de tecidos e fios de linhas da costura; inspeção feita manualmente com uma tesoura.

Mas é preciso destacar a inserção de maquinários tecnologicamente avançados que começam a ser utilizados pelos produtores, embora seja uma técnica de uso restrito, ou seja, limitadas a poucas empresas devido ao seu alto custo. Destaque deve ser dado à aquisição de novos equipamentos a laser para bordar e cortar tecidos, máquina-de-costura que retira sobras de tecidos e linhas.

Apesar de serem maquinários caros, as empresas que não podem adquiri-los, terceirizam determinadas fases fabris para otimizar a gestão da inovação. A exemplo dos processos de fabricação e de criação. A modelagem, por meio do sistema computacional CAD – Computer-Aided Design (Criação Assistida por Computador) –, tem proporcionado maior agilidade para modelar a roupa, reduzindo o tempo para a criação e ajustes das peças a serem confeccionadas. O modelo é introduzido diretamente no computador por meio de uma mesa digitalizadora ou leitor digital. O programa CAD tem mais precisão do que a modelagem realizada manualmente, colaborando para a redução dos custos, se levarmos em conta que o tecido representa cerca de 40% a 60% do valor total da roupa. Esta tecnologia representa um recurso significativo, por propiciar mais liberdade para criar e ajustar a roupa, assim como evitar desperdício de matéria-prima. O bordado é outro momento da produção que tem aplicado os recentes recursos tecnológicos. O equipamento utilizado costuma ser o software CAM – *Computer Aided Manufacturing* (Fabricação Assistida por Computador). Este programa é útil para fabricar e controlar a produção de peças com geometria complexa como o bordado.

Contudo, apesar de haver sinalização da inserção dessas tecnologias para a obtenção de melhorias no processo e no produto, há também um vasto segmento da cadeia produtiva que ainda não tem tido acesso a tais bens. Continuam produzindo com velhas tecnologias, como modelagem feita de papelão, corte com estilete, máquina-de-costura sem recursos tecnológicos recentes, etc. Demonstrando que a assimetria na cadeia produtiva persiste; conseqüentemente, há persistência da hibridização profissional.

Tal assertiva atesta a continuidade das contradições na sociedade moderna. Se assim é, queríamos destacar o que nos parece ser a maior riqueza deste Pólo: o patrimônio cultural. Pois, trata-se, em sua maioria, de microestabelecimentos que lutam contra as adversidades do capital físico – a geografia do agreste –, capital econômico – pouco ou quase nenhum recurso financeiro – e o capital político – o poder municipal monológico. Para reverter estas adversidades, os empreendedores procuraram cultivar a interação social mediada pela ação comunicativa; que propiciou o desbloqueio do fluxo informacional, advento fundamental para anular a razão instrumental exercida pelo poder público municipal e pelo mercado globalizado, que exclui os trabalhadores sem estratégias adequadas para competir. O agir comunicacional, portanto, tem sido de fundamental importância para mediar a sociabilidade, isto é, a escala territorial da

interação social. O que nos permite inferir que a experiência do empreendedorismo no Pólo de Santa Cruz do Capibaribe, coaduna com o postulado dos neoschumpeterianos (LASTRES, CASSIOLATO e CAMPOS, 2006), ao defenderem que a sustentabilidade das organizações efetiva-se na medida em que elas atuam em rede.

Todavia, faz-se necessário reparar alguns déficits teóricos desta linha de pensamento. É preciso ressaltar que a singularidade deste Pólo não pode ser atribuída totalmente às informalidades das organizações produtivas e do trabalho, como quer a reportagem feita pelo jornalista da revista Exame, Furtado (2001). Se assim fosse, teríamos uma competitividade espúria, ou seja, fundamentada na exploração da mão-de-obra local; fato que, provavelmente, geraria descontentamento generalizado e baixos interesses pelo empreendedorismo, o que, evidentemente, ameaçaria seu sustento a longo prazo. Ora, ao levarmos em conta a longevidade dessas organizações por tantas décadas – sua origem remonta à década de 1930 (ARAÚJO, 2003) e se consolida nos anos 80 e 90 (BEZERRA, 2004) –, é preciso encontrar outras variáveis que expliquem e justifiquem a sua durabilidade.

Acreditamos que a mediação da ação comunicativa tem oferecido as condições necessárias para a convivência em diversas esferas. O agir comunicacional nos permite apreender a cartografia, ou seja, a escala territorial da interação social. No âmbito privado, a sociabilidade formada por familiares, parentes, amigos e vizinhança fomentou as solidariedades mecânicas e orgânicas, facilitando o acesso a insumos necessários à inovação de bens e serviços. Este comunitarismo por proximidade, semelhantemente ao apregoado por Charles Taylor (2000), muitas vezes, limita a renovação da aprendizagem. Daí a necessidade dos empreendedores ampliarem a abrangência da escala relacional para continuar inovando. É, pois, neste sentido que Granovetter (1973) entende ser necessário fortalecer os laços fracos, ou seja, o capital social existente fora da esfera familiar, visto que o capital social forte – pertinente ao espaço doméstico – tende a saturar o conhecimento.

Desse modo, acreditamos que o patrimônio cultural – a sociabilidade comunitária e o capital social – maximizaram os saberes locais – o conhecimento tácito – que possibilitaram inovar o processo de racionalização tanto da flexibilização produtiva, quanto da flexibilidade do trabalho. Uma das principais estratégias que explicam a competitividade e sustento deste APL.

A experiência do Pólo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe, nos faz compreender a modernidade sob o olhar da singularidade. E, assim, rejeitar a interação

social sob o viés unidimensional, norteado pelo discurso científico de cunho universalizante (SANTOS, 2004; JAMESON, 2005). Na realidade, a modernização se dá a partir de uma diversidade representacional. Neste sentido, o empreendedorismo santacruzense assinala que é possível inovar nos moldes da sociedade pós-industrial, flexibilizando não somente as atividades voltadas para a lógica do mercado, mas também, flexibilizando a lógica das relações humanas. Outros estudos têm destacado tal pertinência, através de outras experiências produtivistas, a exemplo da que sugere Santos (2002b), em *Produzir Para Viver*, e não viver para produzir. Como indica De Masi (1999) em *A Emoção e a Regra*, o fordismo nunca foi hegemônico. O autor destaca experimentos alternativos que valorizaram o trabalho em grupo ao longo dos séculos XIX e XX, que refuta a hegemonia do modelo fordista-taylorista. Mas recentemente Sennet (2009), em *O Artífice*, retoma a discussão do trabalho como uma atividade criativa e capaz de tirar o trabalhador da condição alienada.

Consideramos que se a modernidade possui dois pilares da regulação normativa: o mundo sistêmico da razão instrumental e o mundo sistêmico da razão comunicacional (HABERMAS, 2006), os empreendedores do Pólo de Santa Cruz demonstram que o patrimônio cultural é capaz de fazer frente aos poderes do mercado e do Estado. Para tanto, fazem uso do conhecimento tácito local para inovar e, com isso, não serem excluídos do meio em que vivem. Enfim, o agir comunicativo tem sido capaz de mediar a sociabilidade comunitária e a sociabilidade do capital social, representando significativas estratégias de resistências contra as instituições que excluem os profissionais sem capacidade de auto-organização para enfrentar a reestruturação do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABIT. Disponível em www.abit.org.br . Acesso em: 30 de outubro de 2010.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital Social e Empreendedorismo. In: LASTRES, M. M. Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lúcia. *Pequenas Empresas: Cooperação e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: Relume e Dumará 2003.

ALBORNOZ, Suzana. *O Que é Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M de. *A Invenção do Nordeste – e outras artes*. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino* (Nordeste –1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Sistema de Inovação e Sistema de bem-estar social: notas introdutórias sobre um fio-condutor para uma discussão programática. In: Paula (Org.). *A Economia Política d Mudança: os desafios e os equívocos o início do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

_____. A Distribuição Espacial da Produção Científica e Tecnológica Brasileira: uma descrição de estatística de produção local de patentes e artigos científicos. *Revista Brasileira de Inovação*. V.1, N. 2, Julho/Dezembro, 2003.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*, 2003.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de (Org.). *Demanda por Microcrédito em Três Arranjos Produtivos de Pernambuco: apicultura, bacia leiteira e caprinocultura*. Recife: Massanangana, 2006.

ARENDT, Hannah. *O Que é Política?* Tradução: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ARGYRIS, Chris. Ensinando Pessoas Inteligentes a Aprender. In: *Aprendizagem Organizacional: Os Melhores Artigos da Harvard Business Review*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ARROYO, João. . Economia Popular e Espaço Público. In: MEDEIROS, Azira e MARTINS, Paulo Henriques (Orgs.). *Economia Popular e Solidária – Desafios Teóricos e Práticos*. Recife: Bagaço, 2003

ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ASCAP. *Projeto Sulanca Extra: Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confeccões do Agreste Pernambucano*. Recife: mimeo, 2001.

AVRITZER, Leonardo. *A Moralidade da Democracia*. Belo Horizonte: UFMG, São Paulo: Perspectiva, 1996.

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander. *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

ATKINSON, John. *Flexibilidad o Fragmentación? El mercado de trabajodel Reino Unido en La decada de losochenta*. Trabajo y Sociedad, v. 12, n. 1, p. 99-121, Ene. 1987.

BARBOSA, Livia. *O Jeitinho Brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *As Consequências da Globalização*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Cultrix, 1974

BENDIX, Reinhardt. *Construção Nacional e Cidadania*. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: USP, 1996.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar*. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia da Letras, 1986

BEZERRA, Bruno. *Caminhos do Desenvolvimento: uma história de sucesso e desenvolvimento em Santa Cruz do Capibaribe*. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.

BIRDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: 70, 2002.

BITTAR, Eduardo C.:B. *Filosofia Aristotélica: leitura e interpretação do pensamento aristotélico*. Barueri: Monole, 2003.

BISHOP, MATTHEW. *Economia sem Mistérios*. Tradução: Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Publifolha, 2005.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu*. Tradução: Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOUDON, Raymond e BOURICAUD, François. *Dicionário de Sociologia*. Tradução: Maria Leticia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia e REIS, José Cláudio. *Breve História da Ciência Moderna: das luzes o sonho do doutro Frankenstein (século XIII)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. Tradução: Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução: KlaussBrandiniGerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 2002.

CAMPOS, Renato et al. *Aprendizagem por Interação: pequenas empresas em sistemas produtivos e inovativos locais*. In: LASTRES, M. M. Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lúcia. *Pequenas Empresas: Cooperação e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 2003.

CANO, Wilson. *Desconcentração Produtiva: regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Unesp, 2008.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. Tradução: Newton Roberval Eichebber. São Paulo: Cultrix, 1998.

CARDOSO, Adalberto e COVARRUBIAS, Alex (Orgs.). *A indústria Automobilística nas Américas: a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo do caminho*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. *A Escolha Racional como Teoria Social e Política: uma interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CASADO, Tânia. *Comportamento organizacional: fundamentos para a gestão de pessoas*. In: SANTOS, R.C. (Org.). *Manual de gestão empresarial: conceitos e aplicações nas empresas brasileiras*. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005a.

- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Tradução: klausBradiniGerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2005bb.
- CASTEL, Robert. *Metamorfose da Questão Social: uma crônica do salário*. Tradução: Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: paz e terra, 1982.
- CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando e MOUTINHO, Lúcia Maria G. Inovatividade e Cooperação no arranjo produtivo de confecções em Campina Grande-PB. In: LASTRES, HELENA, M.M. e CASSIOLATO, José E. *Estratégias para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: e-papers, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 2: morar e cozinhar*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHENAIS, François. *A Finança Mundializada*. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Administração nos Novos Tempos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CINTI, Patrícia. Touraine: A Sociedade Programada. In: DE MASI, Domenico (Org.). *A Sociedade Pós-Industrial*. Tradução: Ana Maria Capuvilla et al. São Paulo: SENAC, 2000.
- COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na Era da Globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.
- COELHO, Vera Schanttan P. e NOBRE, Marcos (Orgs). *Participação e Deliberação*. São Paulo: 34, 2004.
- COLLINS, Randall. *Quatro Tradições Sociológicas*. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Tradução: Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2001.
- CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexandre Patez, SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe. *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- COUTINHO, Luciano C. Regimes Macroeconômicos e estratégias de negócios: uma política industrial alternativa pra o Brasil no século XXI. In: LASTRES, Helena M. M. CASSIOLATO, José E. e ARROYO, Ana. *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ; Contraponto, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. Tradução: Celso Muro Paciornick. São Paulo USP, 2005.

DA MATA, Roberto. *O Que é o Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DE MASI, DOMENICO. *O Futuro do Trabalho*. Tradução: Yadyr A. Figueredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

_____. *A Emoção e a Regra: grupos criativos na Europa de 1850-1950*. Tradução: Elia Ferreira Edel. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

_____. *Criatividade e Grupos Criativos*. Tradução: Lea Manzi e Yadir Figueredo. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DELEUZE, Gilles e GUATTRI, Félix. *O Que é Filosofia*. Tradução: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: 34, 2005.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução: Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

DE SAES, Décio de Azevedo Marques. Reemergência do Populismo no Brasil e na América Latina. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEWEY, John. *Experiência e Natureza*. Tradução: Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

DIÁRIO DE PERNANBUCO. Recife, quarta-feira, 27 de Outubro de 2004.

DIBIE, Daniel. *O Quarto de Dormir*. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

D'INCAO, Maria Ângela. *O Brasil Não é Mais Aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina e GONÇALVES, Eduardo. Economia do Conhecimento e Desenvolvimento Regional no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges. *Economia e Território*. Belo Horizonte, 2005

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. WelfareState, Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 6, vol. 3, São Paulo, 1988

DRUCKER, Peter. *O Melhor de Peter Druker: a sociedade*. Tradução: Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2001.

DRUCKER, Peter. O Advento da Nova Organização. In: *Aprendizagem Organizacional: os melhores artigos da Harvard Business Review*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. Divisão Social do Trabalho. Tradução: Margarida Garrido. In: *DURKHEIM, Émile*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

DUVEEN, Gerard. A Construção da Alteridade. In: ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a Alteridade*. São Paulo: Vozes, 1998.

ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FONSCECA, Eduardo Giannetti da. *O Mercado das Crenças: filosofia econômica e mudança social*. São Paulo: companhia das letras, 2003.

FREEMAN, Chris. Um Pouso Forçado para a “Nova Economia”? A tecnologia da informação e o sistema nacional de inovação nos Estados Unidos. In: LASTRES, Helena M. M.; CSSIOLATO, José E. e ARROIO, Ana (Orgs.). *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: URFJ, Contraponto; 2005.

FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista; getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FIGUEREDO, José Ricardo. *Modos de Ver a Produção no Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas: Autores Associados, 2004.

FIORI, José Luís. *Brasil no Espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FISHER, Isaura Rufino. *O Protagonismo da Mulher Rural no Contexto da Dominação*. Recife: Massangana, 2006.

FLEURY, Maria Teresa Leme e OLIVEIRA JÚNIOR, Moacir de Mirando. Aprendizagem e gestão do Conhecimento. In: FLEURY, Maria Teresa Leme (Org.). *As Pessoas na Organização*. São Paulo: 2002.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *A Ordem do Discurso*. Tradução: Laura de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

FREEMAN, Chris. Um Pousado Forçado Para a “Nova Economia”? A Tecnologia da Informação e o Sistema Nacional de Inovação dos Estados Unidos. In: LASTRES, Helena M. M. CASSIOLATO, José E. e ARROYO, Ana. *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ; Contraponto, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: paz e terra, 2000.

FURTADO, Celso. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Jose Maria. Aqui não se paga imposto: conheça Santa Cruz do Capibaribe, a cidade que se transformou numa das meças da informalidade do Brasil. *Revista Exame*, 07 de Fevereiro 2001.

GALINDO, Osmil (Org.). *Desemprego Sazonal na Atividade Açucareira pernambucana: zona da mata e região metropolitana de Recife*. Recife: Massangana, 2009.

GALLUP, John Luke; GAVIRIA, Alejandro e LORA, Eduardo. *Geografia é Destino? Lições da América Latina*. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Unesp, 2007.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Tradução: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2007.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONIOTR. *Empreendedorismo no Brasil 2007*. Curitiba: IBQP, 2008.

GERSICK, Kelin et al. *De Geração para Geração: ciclos de vida das empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. As Famílias. In: GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Tradução: Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Artmed, 2005.

_____. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. *Em Defesa da Sociologia*. Tradução: Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Unesp, 2001.

GIOSA, Lívio Antônio. *Terceirização: uma abordagem estratégica*. São Paulo: Pioneira, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1990

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória e conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História: debates e críticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

GORZ, A. *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GODBOUT, Jacques. Homo Donator Versus Homo Oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*. Vol. 78, Nº.6. May, 1973.

GUERRA, Alexandre et al (Orgs.). *Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil: trabalhadores urbanos, ocupação e queda na renda*. São Paulo: Cortez, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Tradução: Luiz Sérgio Repa e Rodenei Nascimento. Martins Fontes: 2002a.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: Entre factividade e validade*, Vol. I. Tradução: Flavio Beno Siebenschler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *Teoria dela Accion Comunicativa*. Tradução: Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 1988. V.I

_____. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2006.

_____. A Nova Intransparência. A Crise do Estado do bem-estar social e o Esgotamento das Energias Utópicas. *Revista Novos Estudos Cebrap*. n. 18, p. 106-114, setembro 1987.

_____. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. Tradução: Varimeh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002b.

_____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução: Flávio R.kothe. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *A Lógica das Ciências Sociais*. Tradução: Marco Antônio Cassanova. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Pensamento Pós-Metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002c.

_____. *A Inclusão do Outro*. Tradução: George Sperber, Paulo Astor Soethe [UFPR] Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2007.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva e Guacia Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HEGEL, George W. Friedrich. A Fenomenologia do Espírito. In: *HEGEL, George W. Friedrich*. Tradução: Henrique Cláudio de Lima Vaz e Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultura, 1999.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e o Tempo*. V1. Tradução: Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEISENBERG, Wener. *Física y Filosofía*. Tradução: Fausto de Tezanos Pinto. Buenos Aires: La Isla, 1959.

HIGGNS, Sílvio Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos Editora Unochapecó, 2005

HIMMELWEIT, Susan F. Trabalho Doméstico. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORES, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução: Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. Tradução: Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: companhia das letras, 2005.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

HONNETH, Axel. *A Luta Pelo Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução; Luiz Repa. Rio de Janeiro: 34, 2003.

IPEA. *Brasil, o Estado de uma Nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

IBGE. *Cidades*. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acessado: 14/12/2009.

ISMAEL, Ricardo. *Nordeste: a força da diferença*: Recife: Massananga, 2008.

LIMA, Carlos Jacob. Interiorização Industrial e Fábricas Cooperativas: a experiência nordestina dos anos 90. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo e MARTIN, Scott (Orgs.). *Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: SENAC, 2001.

JAMES, William. *Pragmatismo. Textos Selecionados*. Tradução: Pablo Rubéns Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

JAMESON, Frederic. *Modernidade Singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Tradução: Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JOHNSON, Bjorn e LUNDVALL, Bengt-Ake. Promovendo Sistemas de Inovação como Resposta à Economia do Aprendizado Crescentemente Globalizada. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. e ARROIO, Ana (Orgs.). *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: URFJ, Contraponto; 2005.

KANT, Immanuel. Resposta à a Pergunta: Que é Esclarecimento? In: FERNANDES, F. de Souza (Org.). *I. Kant. Textos Seletos*. Tradução: Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1985.

KIM, Liu. *Da Imitação à Inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia*. Tradução: Maria Paula G. D. Rocha. São Paulo: Campinas, 2005.

KLINK, Jeroen Johannes. *A Cidade-Região*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KERGOAT, Helena e HIRATA, Helena. A Divisão Sexual do Trabalho Revisita. In: MARUANI, Margart e HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. Tradução: Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Senac, 2003.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Tecnológicas*. Tradução: Beatriz Viana Boeira. e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LASTRES, Mariga Helena M. e FERRAZ, João Carlos. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. In: LASTRES, M. M. Martins e ALBAGLI, Sarita. *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, M. M. Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; CAMPOS, Renato. Arranjos Produtivos e Inovativos Locais: vantagens do enfoque. In: LASTRES, Helena M. M. e

CASSIOLATO, José. *Estratégias pra o Desenvolvimento: Um enfoque sobre os Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros*. Rio de Janeiro: E-papars, 2006.

LANDES, David. L. *Prometeu Desacorrentado – transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1950 até os dias de hoje*. Tradução: Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Moderno*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 2008.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Tradução: Mônica de Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE BRETON, David. *A Sociologia do Corpo*. Tradução: Sônia M. M. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEGROS, Patrick et al. *Sociologia do Imaginário*. Tradução: Eduardo Portanova Barros. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

LEMOS, Cristina. Inovação na Era do Conhecimento. In: LASTRES, Helena Maria M. ALBAGLI, Srita. *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEITE, Maria Paula de. O Trabalho Revisitado: uma discussão metodológica. In: GITAHY, Leda; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas Tramas Produtivas*. São Paulo: SENAC, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Tradução: Beatriz Pérrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naifuy, 2007.

_____. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 1993.

LIMA, Souza Maria Valle e BRESSAN, C. L. Mudança Organizacional. In: LIMA, Souza Maria Valle et al. *Mudança Organizacional: teoria e gestão*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LOCKE, John. Dois Tratados do Governo Civil. In: MORRIS, Clarence (Org.). *Os Grandes Filósofos do Direito*. Tradução: Reynaldo Giarany. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LUPATINI, M. P. *As Transformações Produtivas na Indústria Têxtil-Vestuário e seus Impactos sobre a Distribuição Territorial da Produção e a Divisão do Trabalho Industrial*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2004.

MANUAL DE OSLO. *Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação*. OCDE/FINEP, 1997

MANUAL DE FRASCATI. *Metodologia Proposta Para a Definição da Investigação e Desenvolvimento Experimental*. Coimbra: F-Iniciativas, 2007.

MARQUES, Ivan Marques e SEGRE, Lídia M. Problematizando o Tamanho da Empresa: a multiplicidade do “grande” e do “pequeno” na sociedade em rede. In: LASTRES, Maria Helena M. L.; CASSIOLATO, José Eduardo e MACIEL, Maria Lúcia. *Pequena Empresa: cooperação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva, MENEZES, Paulo Lucena de e BERNHOEFT, Renato. *Empresas familiares brasileiras: perfil e perspectivas*. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *18 Brumário*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 1968.

MATOS, Aécio Gomes de. *Organização Social de Base*. Brasília: NEAD, 2000.

MARSHALL, Alfred. *Princípio de Economia*. Tradução: Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MECURE, Daniel. Adam Smith: as bases da modernidade. In: MECURE, Daniel. MECURE, Daniel e SPURK, Jean. *O Trabalho na História do Pensamento*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillar e Sônia Guimarães Taborda. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MELLO, Ricardo Lacerda, e HANSEN, Dean Lee. O Arranjo de Confeções de Tobias Barreto: potencialidades e estrangulamento. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Cassiolato (Orgs.). *Estratégia pra o Desenvolvimento: um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

MELLO E SILVA, Leonardo. *Trabalho em Grupo e Sociabilidade Privada*. São Paulo: 34, 2004.

MELUCCI, Alberto. *Por uma Sociologia Reflexiva*. Tradução: Maria do Carmo Alves Bonfim. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENEZES, Marilda. A Reciprocidade e a Economia Moral: repensando a teoria do campesinato. In: MARTINS, Paulo Henrique e CAMPOS, Roberta Bivar C. *Polifonia do Dom*. Recife: UFPE, 2006.

MIGEOTTE, Léopold. Os Filósofos Gregos e o Trabalho na Antiguidade. In: MECURE, Daniel e SPURK, Jean. *O Trabalho na História do Pensamento*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillar e Sônia Guimarães Taborda. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. Tradução: Eduardo Lisboa. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MYTELKA, L. e FARINELLI, F. De Aglomerado Locais e Sistema de Inovação. In: LASTRES, M. M. CASSIOLATO, José E. e ARROYO, Ana. *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ; Contraponto, 2005.

MINTZBERG, Henri. *Criando Organizações Eficazes*. Tradução: Ailton Bonfim Brandão. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *Teoria das Organizações*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOTTA, Roberto e SCOTT, Parry. Sobrevivência e Fontes de Renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Sudene/ Massangana, 1983.

MORGAN, Gareth. *Imagens da Organização*. Tradução: Geni G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 2007.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MTC. *Manual Para a Implantação de Incubadoras de Empresas*, 2000

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

NOGUEIRA, M;C.O.C. Os Discursos das Mulheres em Posições de Poder. *Cadernos de Pesquisa Social do Trabalho*. São Paulo, v. 9, n2, 2006.

NELSON, Ricahard R. *As fontes do crescimento econômico*. Tradução: Adriana Gomes de Freitas. Campinas: Unicamp, 2006.

NONAKA, Ikujiro. A Empresa Criadora de Conhecimento. In: *Aprendizagem Organizacional: os melhores artigos de Harvard Business Review*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

NOVAES, Henrique T. *O Fetiche da Tecnologia: As Experiências das Fábricas Recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NUNES, Everardo Duarte. Sociologia da Saúde: histórias e temas. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais: uma visão latina-americana com uma rápida olhada me alguns países pós-comunistas. *Revista Novos Estudos*. N 22, 1993.

OLIVEIRA, Sílvio de. *Sociologia das Organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo*. São Paulo: Centage Learning, 2008.

OFFE, CLAUS. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 1989.

OIT. *Trabalho Decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2010*. Brasília, 2006.

OUTHWAITE, William .Identidade. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORES, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução: Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAGÈS, Max. *O Poder das Organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Teoria Crítica nas Organizações*. São Paulo: Thompson Learning, 2008.

PAULINI, Leda. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PASSOS, Carlos Artur Krugeret al. *Empreendedorismo no Brasil*. Curitiba: IBQP, PECQUEUR, Bernad e ZIMMERMMAN, Jean Benoit. Fundamentos de uma Economia de Proximidade. In: DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borge. *Economia e Território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PEN, Mark J. *Microtendências*. Tradução: Adriana Rieche. Rio de Janeiro: Best Selle, 2008.

PEYREFITTE, Alain. *A Sociedade de Confiança*. Tradução: CyleneBittencout. Rio de janeiro: TOPBOOKS, 1999.

PORTER, Michel E. *Vantagem Competitiva*. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PORTES, Alexandre. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 2000, pp. 133-158.

POCHMANN, Márcio. *O Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo. Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003

POGREBINSCHI, THAMY. *Pragmatismo: teoria sócia e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

PUTMAN, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

QUEIROZ, M. I. Relatos Oraís: do “indizível ao dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (Org.). *Experimentos em História de Vida (Brasil-Itália)*. São Paulo: Vértice, 1988.

REESE-SCHAFFER, Walter. *Compreender Habermas*. Tradução: Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Sociedade Contra o Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

RIFKIN, Jeremy. *O Fim do Emprego*. Tradução: Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, Marco Túlio de Carvalho. *O Conceito de Família e Suas Implicações Jurídicas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ROSE, Mike. *O Saber no Trabalho: valorização da inteligência do trabalhador*. Tradução: Renata Lúcia Bottini. São Paulo: Senac, 2007.

ROVERE, Renata Lèbre La. As Pequenas Empresas na Economia do Conhecimento; implicações para políticas de inovação. In: LASTRES, M. M. e ALBAGLI, Sarita (Orgs.). *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAINSSAULIEU, Renaud E KIRSCHNER, Ana Maria. *Sociologia da Empresa: organização, poder e cultura e desenvolvimento no Brasil*. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTANA, Lindaura Maria de e APOLINÁRIO, Valdênia. Oportunidade e desafios para o crescimento do arranjo produtivo de confecções de Natal. In: LASTRES, HELENA, M.M. e CASSIOLATO, José E (Orgs.). *Estratégias para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: e-papers, 2006.

SACHS, Ignacy. *Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Ignacy. *O Gato de Alice: Pensando o Brasil às Margens do Sena*. São Paulo: Cortez, 2002.

SACHS, Ignacy e LAGES, Vinicius Nobre. Capital Social e Desenvolvimento: novidades para quem? In: *Conferência Regional Sobre Capital Social Y Pobreza. Cepal Y Universidad del Estado de Michigan, Santiago, Chile, 24 a 25 de Septiembre de 2001*.

SALAMINTO, Jean-Marie. Trabalho e Trabalhadores na Obra de Santo Agostinho. In: MECURE, Daniel e SPURK, Jean. *O Trabalho na História do Pensamento*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillar e Sônia Guimarães Taborda. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTANA, Lindaura Maria de e APOLINÁRIO, Valdênia. Oportunidade e Desafios para o crescimento no Arranjo Produtivo de Confeções em Campina Grande-PB. In: LASTRES, Helena M. M. e CASSIOLATO, José E. *Estratégias para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ee-papers, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Crítica da Razão Indolente*. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____(Org.). *Conhecimento Prudente Para uma Vida Decente*. Cortez, 2004.

_____(Org.). *Produzir Para Viver: os caminhos alternativos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, Razão e emoção*. São Paulo: Usp, 2006.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: autores associados, 1946.

SAINSAULIEU, Renaud e KIRSCHNER, Ana Maria. *Sociologia da Empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil*. Tradução: Jaime Clasen. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento. Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultura, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, Fábioet. al (Orgs.). *Reformas no Brasil: Balanço Geral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

- SEBRAE. *Rumo à Lei Geral da Pequena Empresa*. Brasília: SEBRAE, 2004.
- SEBRAE. *Lei Geral da Micro e Pequena Empresa*. Brasília: SEBRAE, 2007.
- SEBRAE. *Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confeção do Agreste Pernambucano*. Recife, maio de 2003a.
- SEBRAE. *Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor. Estrutura de sucesso: novos caminhos para as administrações brasileiras*, 2003c. V.2
- SEBRAE. *Aprender a Empreender. Têxtil e Confeção*. Brasília: SEBRAE, 2006.
- SENGE, Peter. *A Quinta Disciplina*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- SEN, Amartya. *Sobre ética e Economia*. Tradução: Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira. São Paulo Companhia das Letras, 2000.
- SENNET, Richard. *O Artífice*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SHORE, Shore. Comunidade. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORES, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução: Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- SILVA, José de Souza. A Mudança de Época e o Contexto Global Cambiante: implicações para a mudança institucional em organizações em desenvolvimento. In: IMA, Souza Maria Valle et al. *Mudança Organizacional: teoria e gestão*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SIMMEL, Georg. O Dinheiro na Cultura Moderna. In: SOUZA, Jessé de e OELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a Modernidade*. Tradução: José Souza et al. Brasília: UnB, 1998.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SLUZKI, C. E. *A Rede Social na Prática Sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SMITH, Adam. *Investigação Sobre a Natureza Humana e as Causas da Riqueza das Nações*. Tradução: Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo: Abril Cultura, 1974.
- SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SOUZA, Aldemir do Vale. *Emprego no Nordeste: o papel da Integração Regional*. Recife: Massangana, 2000.

SPINK, Peter. O Lugar do Lugar na Análise Organizacional. *Revista RCA*. Edição Especial, 2001: 11-34.

STAINSACK, C. A Experiência no Gerenciamento da INTEC. In: SALOMÃO, J. R. (Org.). *As incubadoras de empresas pelos seus gerentes: uma coletânea de artigos*. Brasília: ANPROTEC, 1998.

STEIN, Laura. Televisão Comunitária e Comunicação Política Popular nos Estados Unidos. In: DOWNING, John D. H. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimento sociais*. Tradução: Silvana Vieira. São Paulo: Senac, 2002.

STORPER, Michel e VENABLES, Anthony J. O Burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges. *Economia e Território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SUDENE. *Dinâmica da Economia e Absorção de mão-de-obra*. Recife: Massangana, 1984.

SZRETER, Simon. Uma Economia Política: a importância do capital social. In: GIDDENS, Anthony. *O Debate Global sobre a Terceira Via*. Tradução: Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2007

SUROWIECKI, James. *A Sabedoria das Multidões*. Tradução: Alexandre Martins. São Paulo: Record, 2006.

SZYMANSKI, Heloísa. Teorias e Teorias de família. In: CARVALHOS, M. C. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Educ, 1995.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TAYLOR, F. W. *Princípios da Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1990

TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez,

TEIXIRA, Francisco José S. *Trabalho e Valor: contribuição pra a crítica da razão econômica*. São Paulo: Cortez, 2004.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação – a economia da Tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na America: Sentimentos e opiniões*. Tradução: Eduardo Brandão. Paulo: Martins Fontes, 2000.

TOFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Tradução: João Távora. Rio de Janeiro: Record, 2005

THOMPSON, E. *A Classe Operária Inglesa*. V.1 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

THOMPSON, J. B. Ideologia e Cultura Moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURAIANE, Alain. *O mundo das mulheres*. Tradução: Francisco Morás. Rio de Janeiro: vozes, 2007.

_____. *Como Sair do Liberalismo*. Tradução: Maria Leonor Loureiro. Bauru: Edusc, 1999.

_____. *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferente*. Tradução: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

URANI, André. Construção de Mercado e Combate à Desigualdade. In: GIAMBIAGI, Fábio et al (Orgs.). *Reformas no Brasil: Balanço Geral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

VASOPOLLO, Luciano. *O Trabalho Atípico e a Precariedade*. Tradução: Maria de Jesus Brito Leite. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

YUNUS, Muhammad e JOLIS, Alan. *O Banqueiro dos Pobres*. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Atlas, 2005.

WALBI, Silvia. Patriarquia. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORES, Tom. *Dicionário do pensamento social do século xx*. Tradução: Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 1996.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. V.1. Tradução: Augustin Wenet. São Paulo: Cortez; Campinas: Campus, 1999.

_____. BUROCRACIA. In: MILLS, C. Wright e GERTH, H.H.(Orgs). *Max Weber. Ensaio de Sociologia*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WINTTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

WOOD JÚNIOR, Thomaz (Coord.). *Remuneração por habilidades e por competências: preparando a organização para a era das empresas de conhecimento intensivo*. São Paulo: Atlas, 1999.

ZARIFIAN, Philippe. *O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas*. Tradução: Eric R. R. Heneault. São Paulo: Senac, 2003.

_____. Trabalho e Comunicação nas Indústrias Automatizadas. *Tempo Social*. USP. Volume 1(1), 1990.

ZALUAR, Alba. *A maquina e a Revolta: as organizações populares e o significados da pobreza*. São Paulo: brasiliense, 1994.

ZILBOVICIUS, Mauro. *Modelos para a Produção. Produção de Modelos: gênese, lógica e difusão do modelo japonês de organização da produção*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 1999.

ENTREVISTA: EMPREENDEDORES

Identificação:

Tamanho da empresa:

Gênero:

- 01 Qual a origem da empresa?
 - 02 Há quanto tempo a empresa está no mercado?
 - 03 Trabalha com familiares? Quais, filhos, esposas, avós, quem mais?
 - 04 A empresa tem empregados? Quem são eles, amigos, vizinhos, quem mais?
 - 05 Como se dá a relação de trabalho com parentes, vizinhos e amigos?
 - 07 Como são resolvidos os conflitos dentro da empresa?
 - 08 Os empregados passam por cursos de qualificação?
 - 09 Qual a importância da mulher no Pólo de Santa Cruz?
 - 10 Quais as instituições que colaboram para a aprendizagem da inovação?
 - 11 Quais são estratégias utilizadas para dar competitividade ao Pólo?
 - 13 Existem fatores que diminuem a competitividade do Pólo? Quais?
 - 14 Foram feitas inovações no produto? Quais?
 - 15 Foram feitas inovações no processo? Quais?
- 112UOL
- 16 Quais são as principais fontes de aprendizagem?

ENTREVISTA: EMPREGADOS

Identificação:

Tamanho da Empresa:

Gênero:

Cargo:

- 1 Há quanto tempo está na empresa?
- 2 Como você conseguiu obter este emprego?
- 3 Há cursos de qualificação e capacitação da mão-de-obra na empresa?
- 4 Você se sente valorizado dentro da empresa?
- 5 Você participa de alguma decisão dentro da empresa?
- 6 Se sente motivado para fazer parte dessas decisões?
- 7 Como são resolvidos os conflitos dentro da empresa?
- 8 Você exerce o cargo de forma multifuncional?
- 9 Quais são seus planos para seu futuro profissional?
- 10 Você deseja um dia ter seu próprio negócio? O que tem feito para isso?

ENTREVISTA: INSTITUIÇÃO

Identificação:

Cargo:

- 1 Qual o papel da governança desta instituição no APL?
- 2 Quais são os cursos oferecidos para a gestão da criação?
- 3 Quais são os cursos oferecidos para a gestão da produção?
- 4 Quais são os cursos oferecidos para a gestão da comercialização?
- 5 Quais são os cursos oferecidos para qualificar a mão-de-obra dos empregados?
- 6 Quais os fatores que dão competitividade ao Pólo?
- 7 Existem dificuldades para o crescimento do Pólo? Quais?
- 8 Quais as estratégias para suprimir tais dificuldades?
- 9 Como são feitas as parcerias entre a instituição e as empresas deste APL?
- 10 Em que consiste o potencial competitivo do Pólo de Santa Cruz?
- 11 Quem deve promover o desenvolvimento do Pólo?
- 12 Qual o papel do Estado para o desenvolvimento do Pólo?

;